# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

	JOSÉ RAIMUNDO SO	USA RIBEIRO JUNI	IOR
Alienação das prátic		ização: uma análise em São Paulo	da alimentação da classe

### JOSÉ RAIMUNDO SOUSA RIBEIRO JUNIOR

Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Amélia Luisa Damiani

## RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa

Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.

A	nro	vad	ае	m·
1 X	$\rho_{1}\sigma$	v au	$a \cdot$	111.

#### Banca examinadora

Prof. Dr.	Instituição:
Julgamento:	Assinatura:
Prof. Dr	Instituição:
Julgamento:	Assinatura:
Prof. Dr.	Instituição:
Julgamento:	Assinatura:
Prof. Dr	Instituição:
Julgamento:	Assinatura:
Prof. Dr	Instituição:
Julgamento:	Assinatura:

À minha mãe e ao meu pai, sempre presentes.

#### **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaria de agradecer a minha família por todo o apoio que me deram nesses anos de pesquisa. Tenho certeza que sem vocês nada disso teria sido realizado e que a vida não teria o mesmo sentido.

Agradeço imensamente à Amélia Luisa Damiani pela confiança, generosidade e paciência. Não há palavras para descrever o enorme prazer de ter sido seu aluno e orientando desde a graduação.

Às professoras Marta Inez e Odette Seabra pelas importantes contribuições na banca de qualificação.

Ao amigo Wanderson Luis de Paula pela enorme ajuda com a realização das entrevistas no Grajaú. Fico muito feliz em saber que nesse momento nossa parceria já está para além dessa pesquisa.

À equipe da Unidade Básica de Saúde do Brás cuja ajuda na realização das entrevistas foi inestimável.

A todas as pessoas que cederam entrevistas e se dispuseram a conversar sobre um tema tão íntimo quanto a própria alimentação. Aprendi demais em todas elas e espero ter feito jus as suas palavras.

Aos colegas dos grupos de estudo realizados no Laboratório de Geografia Urbana da USP.

A todos os pesquisadores que participaram do grupo de estudos do *Center for Place*, *Culture and Politics* na *City University of New York* em 2013-2014. Um agradecimento especial à professora Ruth Wilson Gilmore e ao professor David Harvey que coordenaram os debates nesse período e me aceitaram como pesquisador visitante. Gostaria de agradecer também a outros dois pesquisadores dessa universidade, Wilson Sherwin e Asher Dupuy-Spencer, que tornaram-se grandes amigos e contribuíram imensamente com o desenvolvimento dessa pesquisa.

À Renata Sampaio, com quem há muito tempo tenho a oportunidade de dividir os melhores (e piores) momentos da pesquisa e da vida. Seu constante apoio e interlocução são essenciais.

À Karen Heberle e Daniel Sanfelici pela leitura de parte do trabalho e pelo companheirismo e ajuda em vários momentos da pesquisa.

À Fernanda Pinheiro e à Anaclara Volpi pela leitura de trechos da pesquisa e pela companhia cotidiana no último ano e meio de pesquisa. Foi um prazer enorme rodar pelas bibliotecas da USP e da cidade com vocês.

À Carolina Massuia de Paula pela leitura e revisão tão cuidadosa do texto mesmo com o pouco tempo que teve para isso.

A todos os outros amigos e amigas que me ajudaram de muitas outras formas neste período. A razão para os nomes de vocês não estarem aqui é a grande possibilidade de eu cometer injustiças...

Por fim, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento dessa pesquisa.

#### **RESUMO**

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. **Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo**. 2015. 244 f. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Essa pesquisa tem como objetivo avançar na compreensão dos problemas relacionados à alimentação da classe trabalhadora. Para isso, tomamos como ponto de partida a crítica ao conceito de segurança alimentar e ressaltamos como sua aplicação em políticas nacionais e internacionais não resultou na erradicação da fome. Em seguida, buscamos superar uma compreensão redutora da alimentação (que define-a como uma necessidade elementar ou biológica) por meio da consideração das práticas alimentares (produzir, adquirir, preparar e consumir os alimentos). Neste percurso, ressaltamos que considerar a reprodução das relações sociais capitalistas é indispensável para a compreensão da alienação que caracteriza tais práticas. Na segunda parte da tese passamos a considerar o processo de urbanização da metrópole paulistana, com o objetivo de explicitar como a segregação espacial interfere na reprodução da classe trabalhadora e consequentemente na maneira como ela realiza suas práticas alimentares. Destacamos a importância do conceito de urbanização crítica, fundamental para a interpretação da reprodução da classe trabalhadora na cidade e tomamos dois recortes espaciais (Brás e Grajaú) como meio de aprofundar a análise das práticas alimentares em São Paulo. Por fim, no último capítulo identificamos as dificuldades e os constrangimentos que caracterizam as práticas alimentares dos trabalhadores entrevistados e destacamos formas específicas de lidar cotidianamente com a falta de alimentos e a fome.

Palavras-chave: alimentação, fome, alienação, urbanização, reprodução das relações sociais.

**ABSTRACT** 

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. The alienation of the food and urbanization: an

analysis of working class food practices in São Paulo. 2015. 244 f. Tese (Doutorado) –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo,

2015.

This research aims to advance in the comprehension of the problems related to the way in

which the working class realizes its food practices. Firstly we start make a critique of the food

security concept and highlight how national and international policies based on it were not

able to eradicate hunger. In order to overcome the understanding of food as an elementary or

biological need we consider all the practices (produce, purchase, prepare and consume)

related to food and highlight that because of the reproduction of capitalist social relations

these practices are alienated. In the second part of this work we take into account the

urbanization process to explicit how spatial segregation interferes in working class

reproduction and consequently in the way it realizes the food practices. We have conducted

interviews in two different neighbourhoods from São Paulo (Brás and Grajaú) in order to deep

the analysis and understand better how the critical urbanization weigh over the food practices.

In the last chapter, we try to interpret the difficulties and constraints that characterizes the

food practices of our interviewees highlighting the way they deal with the lack of food and

hunger.

Keywords: food, hunger, alienation, urbanization, reproduction of social relations.

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Planta da cidade de São Paulo – fragmento (1924)	105
Figura 2 - Planta da cidade de São Paulo – fragmento (1895)	113
Gráfico 1 - Proporção dos domicílios em situação de insegurança alimentar leve, regrave - Brasil (2004-2013)	
Gráfico 2 - População do município de São Paulo (1890 - 1950)	95
Gráfico 3 - População do município de São Paulo e da Região Metropolitana de (RMSP) (1950-2010)	
Gráfico 4 - Aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual de alimentos preparado industriais (kg) e refrigerante de cola, por classe de rendimento total patrimonial mensal familiar – Brasil (2008-2009)	e variação
Gráfico 5 - Participação das despesas com alimentação, habitação e transporte a despesa monetária e não monetária média mensal familiar, por rendimento – Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (2008-2009)	classes de
Gráfico 6 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimer classe de rendimento – Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (2	2008-2009)
Gráfico 7 - Habitantes por equipamento de abastecimento alimentar no municíp Paulo e distritos do Brás e Grajaú (2005)	
Gráfico 8 - Aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual, por classes ex rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo produtos – Brasil (2008-2009)	grupos de
Gráfico 9 - Despesa média mensal familiar com alimentação fora do domicílio, n não monetária, por classes de rendimento total e variação patrimon familiar – Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (2008-2009)	ial mensal
Gráfico 10 - Participação das despesas monetária e não monetária com alimentação fora do domicílio, em relação à despesa média mensal familiar com al monetária e não monetária, por classes de rendimento total e variação prensal familiar – Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (2008-2008)	imentação patrimonial
Gráfico 11 - Consumo de alimentos segundo a preferência, por classes de rendime variação patrimonial – Estado de São Paulo (2008-2009)	
Gráfico 12 - Avaliação da quantidade de alimento consumida pela família, por rendimento total – Estado de São Paulo (2008-2009)	

Mapa 1 - Distritos do Brás e do Grajaú – Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)	86
Mapa 2 - Expansão da área urbanizada do município de São Paulo (1872-1949)	97
Mapa 3 - Expansão da área urbanizada do município de São Paulo (1950-2002)	127
Mapa 4 - Distrito do Brás	157
Mapa 5 - Distrito do Grajaú	158

#### LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Conjunto de indicadores de segurança alimentar proposto pela Organização das         Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)
Tabela 2 - Recursos executados entre 2003 e 2010 pelos programas que compõem o Programa         Fome Zero para a ampliação do acesso aos alimentos
Tabela 3 - Evolução do crédito programado para agricultura patronal e familiar (R\$ bilhões)47
Tabela 4 - Faixas de renda contempladas e benefícios concedidos pelo Programa Bolsa Família (2003-2011)
Tabela 5 - Faixas de renda contempladas e benefícios concedidos pelo Programa Bolsa         Família (2012-2014)       49
Tabela 6 - Domicílios em situação de insegurança alimentar no Brasil, nas regiões brasileiras e no estado de São Paulo (2013)
Tabela 7 - Domicílios segundo tipos residenciais no município de São Paulo e distrito do Brás         (2010)
Tabela 8 - População recenseada e taxa de crescimento da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e dos distritos do Brás e do Grajaú
Tabela 9 - Distribuição da aquisição domiciliar <i>per capita</i> anual, por forma de aquisição, segundo os grupos de produto e situação dos domicílios — Brasil (2008-2009)162
Tabela 10 - Participação dos diferentes tipos de estabelecimentos na aquisição de alimentos – Brasil (2008)
Tabela 11 - Aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual (kg), por classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os grupos de produto – Brasil (2008-2009)203

#### LISTA DE SIGLAS

ACS agente comunitário de saúde

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

Bird Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

Ceagesp Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

Ceasa Centro Estadual de Abastecimento S.A.

CNA Comissão Nacional de Alimentação

Consea Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CPTM Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

CRAS Centros de Referência da Assistência Social

Dieese Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Emplasa Empresa Metropolitana de Planejamento

Endef Estudo Nacional de Despesas Familiares

FAO Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

Mesa Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

OMS Organização Mundial de Saúde

ONG organização não governamental

ONU Organização das Nações Unidas

PAA Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PIB produto interno bruto

Pnad Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Pnae Programa Nacional de Alimentação Escolar

POF Pesquisa de Orçamentos Familiares

PRN Partido da Reconstrução Nacional

Pronaf Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira

PT Partido dos Trabalhadores

PTB Partido Trabalhista Brasileiro

RMSP Região Metropolitana de São Paulo

Saps Serviço de Alimentação da Previdência Social

UBS Unidades Básicas de Saúde

Unicamp Universidade Estadual de Campinas

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO15
PARTE I – DA INSEGURANÇA ALIMENTAR À ALIENAÇÃO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES18
1 A SEGURANÇA ALIMENTAR E SEU USO IDEOLÓGICO18
1.1 O papel da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e do Banco Mundial na formulação e consolidação do conceito di segurança alimentar
1.2 Um conceito insuficiente e que subdimensiona a crise alimentar
1.3 O USO IDEOLÓGICO DO CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR
1.4 A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR BRASILEIRA A PARTIR DE 2003
1.5 O Fome Zero e a fome que persiste
2 A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E A ALIENAÇÃO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES57
2.1 A reprodução das relações sociais capitalistas e o processo di proletarização
2.2 DA COMPREENSÃO DA ALIMENTAÇÃO COMO NECESSIDADE BIOLÓGICA E ELEMENTAR À CRÍTICA DA ALIENAÇÃO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES
PARTE II – URBANIZAÇÃO, REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E ALIENAÇÃO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES84
3 URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO ESPACIAL: FUNDAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA ALIENAÇÃO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES EM SÃO PAULO
3.1 DO CRESCIMENTO DA CIDADE DE SÃO PAULO A SUA IMPLOSÃO-EXPLOSÃO94
3.2 Da constatação das diferenças entre os bairros à crítica da segregação espacial
3.3 Dos bairros industriais e operários à periferização: uma análise do processo de segregação espacial em São Paulo

4 A ALIENAÇÃO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES NO BRÁS E NO GRAJAÚ	143
4.1 A ESTRUTURAÇÃO DOS TRABALHOS DE CAMPO E ENTREVISTAS	143
4.2 A IMPOSSIBILIDADE DE PRODUZIR E A AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MERCADO	161
4.3 A PREPARAÇÃO DOS ALIMENTOS	191
4.4 O CONSUMO DE ALIMENTOS E A FOME	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
REFERÊNCIAS	224
APÊNDICES	239
ANEXOS	241

#### INTRODUÇÃO

Não é necessário ser um pesquisador para constatar a generalização e intensidade dos problemas relacionados à alimentação. A incerteza com relação à procedência e qualidade daquilo que comemos, a necessidade de especialistas para pensar e definir nossas dietas, a falta de dinheiro para comprar os alimentos preferidos ou mesmo para adquirir aqueles que são entendidos como indispensáveis, a falta de tempo e espaço para preparar e consumir os alimentos, os transtornos alimentares, entre tantas outras dificuldades, são vividas cotidianamente com maior ou menor intensidade em todo o mundo.

Como sabemos, a humanidade sequer conseguiu superar o drama da fome. Somente no início deste século já testemunhamos pelo menos duas crises de fome[1] que provocaram, em diferentes continentes, milhares de óbitos diretamente relacionados à falta de alimentos. Além disso, uma quantidade muito maior de pessoas continua sobrevivendo dia após dia com uma dieta qualitativamente inadequada e quantitativamente insuficiente. São muitas, portanto, as manifestações do que podemos chamar de crise alimentar.

No cotidiano essa crise é muito mais percebida do que compreendida, pois a vivenciamos na imediaticidade de suas manifestações, mas raramente temos consciência dos processos responsáveis por ela. Além disso, a profusão (dentro e fora do meio acadêmico) de análises superficiais, parciais, morais ou ideológicas dos problemas relativos à alimentação, nos afasta ainda mais da apreensão do que explica cada manifestação particular e da crise alimentar como um todo. Não temos a pretensão de interpretar e explicar aqui todas as manifestações da crise alimentar; na verdade, sequer entendemos que essa possa ser a intenção de um único autor ou mesmo de uma única ciência. Partiremos e consideraremos, evidentemente, algumas dessas manifestações, mas sempre visando ir além de sua constatação (ou denúncia) com a ajuda de conceitos que nos permitam compreender seus fundamentos. A nosso ver, a compreensão das manifestações dessa crise exige uma mediação, ou seja, ela passa necessariamente pela consideração de conceitos abstratos sem os quais não se penetra o objeto para apreender sua essência.

Ficará claro, no decorrer do texto, que a contribuição que apresentamos aqui carrega consigo diversos momentos de nossa formação. Nosso contato com a temática da alimentação e da fome teve início durante a graduação, quando desenvolvemos uma pesquisa de iniciação científica acerca da obra de Josué de Castro, cujos objetivos eram compreender o movimento

do pensamento deste autor e destacar sua relevância não apenas para a história do pensamento geográfico brasileiro, como para a compreensão da fome no Brasil e no mundo.

Dois fatos chamaram nossa atenção durante esse momento: o primeiro refere-se ao relativo silêncio em torno da obra deste autor, pois salvo algumas menções elogiosas, em geral muito superficiais, sua obra é pouco debatida e quase não aparece como referência para trabalhos que não sejam de história do pensamento geográfico. Além disso, constatamos que a temática da fome, desde a morte de Josué de Castro, tinha sido praticamente abandonada pela geografia brasileira (talvez seja ainda mais correto dizer pelas ciências humanas de modo geral).

Durante a graduação, também entramos em contato com a obra de outros autores que, como ficará claro nas próximas páginas, foram centrais para a maneira como hoje interpretamos a crise alimentar. Nas disciplinas da graduação e principalmente nos grupos de estudo do Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo fomos apresentados à obra de Karl Marx e Henri Lefebvre, assim como dos Situacionistas, além de geógrafos que incorporavam o pensamento desses autores em suas pesquisas.

Essas experiências nos motivaram a desenvolver no mestrado uma pesquisa que partisse da intepretação crítica da obra de Josué de Castro e que, considerando a crítica da economia política e a produção do espaço, avançasse na compreensão da fome e dos demais problemas relacionados à alimentação no Brasil contemporâneo. Durante essa pesquisa, ficou claro que uma análise crítica e atual desses fenômenos deveria considerar a reprodução das relações sociais capitalistas e o processo de urbanização, o que nos levou a considerar a metrópole de São Paulo, já naquele momento, como recorte privilegiado para sua compreensão. Assim, a pesquisa que apresentamos aqui, parte dessas considerações e busca aprofundar reflexões realizadas anteriormente.

Dito isso, na primeira parte da tese (seções 1 e 2), realizamos uma crítica do conceito de segurança alimentar para em seguida identificar o que denominamos como alienação das práticas alimentares. Nosso objetivo nesta parte da tese é desvelar as ideologias (que se apresentam como explicações racionais e das quais derivam ações de diversos tipos) que mascaram as contradições imprescindíveis para a compreensão dos fundamentos da crise alimentar. Nesse trajeto, refutamos uma concepção de alimentação que a considere apenas como uma necessidade biológica ou elementar, e apontamos para a necessidade de considerarmos, com ajuda do conceito de reprodução das relações sociais,todas as práticas que envolvem a alimentação (produzir, adquirir, preparar e consumir os alimentos), pois a crise alimentar manifesta-se em todas elas.

Na segunda parte (seções 3 e 4), passamos a considerar o processo de urbanização, uma vez que a reprodução das relações sociais capitalistas não pode ser compreendida sem sua consideração. Assim, num primeiro momento resgatamos as características centrais da urbanização crítica de São Paulo (em especial a segregação espacial), para, em seguida, realizar uma análise das entrevistas e trabalhos de campo que explicitam a alienação das práticas alimentares no Brás e no Grajaú. Com isso, pretendemos evidenciar a relação entre a reprodução das relações sociais capitalistas, o processo de urbanização e a alienação das práticas alimentares na vida cotidiana da classe trabalhadora.

Como anunciado, nossa intenção é interpretar criticamente a crise alimentar e revelar seus fundamentos. Pretendemos revelar como essa crise, cuja manifestação mais dramática é a fome, resulta da maneira como a sociedade capitalista se reproduz. Isso não se realiza, evidentemente, sem especificidades que precisam ser consideradas.

Por fim, os problemas relativos à alimentação são entendidos aqui como uma porta de entrada para a compreensão do caráter crítico da reprodução social capitalista. Por essa razão não temos a intenção de fornecer respostas ou alternativas para os problemas que enfrentamos, mas revelar os fundamentos da crise alimentar.

# PARTE I – ALIMENTAÇÃO E IDEOLOGIA: DA INSEGURANÇA ALIMENTAR À ALIENAÇÃO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES

#### 1 A SEGURANÇA ALIMENTAR E SEU USO IDEOLÓGICO

Nas últimas décadas, a produção acadêmica sobre os problemas relativos à alimentação e à fome tem se apoiado cada vez mais no conceito de segurança alimentar. O aumento da adesão a esse conceito, aliás, não está restrito ao meio acadêmico, uma vez que governos, organizações nacionais e internacionais, partidos políticos, organizações não governamentais (ONG), movimentos sociais e empresas privadas também o vêm adotando de maneira crescente como forma de orientar e justificar suas ações.

À primeira vista, é surpreendente como esse conceito tem sido utilizado de maneira muito semelhante por instituições e pesquisadores que, pelo menos em princípio, teriam perspectivas teóricas e políticas opostas. Assim, vemos governos ditos de esquerda <sup>1</sup> trabalhando em parceria com o Banco Mundial para promover a segurança alimentar, ou nos deparamos com grandes empresas do agronegócio, como a Monsanto<sup>2</sup>, justificando suas ações com um discurso que se assemelha ao dos movimentos sociais. Em parte, isso se explica pela polissemia do conceito de segurança alimentar<sup>3</sup>, mas, a nosso ver é preciso reconhecer que a formulação e consolidação desse conceito foi e continua sendo ideológica.

A ideologia é entendida aqui, a partir da obra de Marx e Engels (2001), como uma distorção do pensamento, como uma representação invertida, portanto errônea, da realidade. Mas, como esses autores alertam, não se trata de qualquer erro ou distorção: essa representação invertida oculta uma realidade contraditória, obscurece as contradições que caracterizam uma sociedade de classes – e por essa razão serve aos interesses da classe dominante.

<sup>2</sup> A fala do presidente e diretor executivo da Monsanto, Hugh Grant, durante o simpósio Promovendo a Segurança Alimentar e Nutricional (Advancing Food and Nutrition Security), que ocorreu durante o encontro do G8 em 2012, ilustra esse ponto: "Não há nenhuma solução simples ou individual que possa resolver as questões alimentares frente a uma população crescente [...] Ao contrário, por meio da parceira e cooperação de vários, nós podemos entregar as melhorias que podem levar à segurança alimentar, à sustentabilidade ambiental e à oportunidade econômica na África e mais além." (MONSANTO, 2012, tradução nossa)

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Como é o caso do Brasil com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência, em 2002.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Marques (2010, p. 79) identifica como problemática essa polissemia, pois assim, "em seu nome, tanto são concebidas medidas de proteção das agriculturas locais quanto são elaboradas estratégias favoráveis à liberalização do comércio internacional de alimentos".

De acordo com Marx e Engels (2001, p. 48),

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. [...] Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação.

Essa crítica caminhava no sentido de revelar que a classe dominante é obrigada a

representar o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das ideias: essa classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos universalmente válidos. (MARX e ENGELS, 2001, p. 50)

O pensamento crítico deve, portanto, contrapor-se às representações invertidas e ideológicas da realidade e revelar como elas buscam representar os interesses da classe dominante como o interesse comum de toda a sociedade. É o que procuraremos fazer ao problematizar o uso do conceito de segurança alimentar dentro e fora do meio acadêmico. Nosso objetivo é demonstrar como esse conceito está fundamentado em uma "expressão ideal das relações materiais dominantes" e como, por meio dele, diferentes atores buscam ocultar as contradições responsáveis pela crise alimentar.

Para isso, analisaremos o papel da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e do Banco Mundial no processo de formulação e consolidação do conceito de segurança alimentar. A escolha de tais instituições justifica-se pelo papel central que elas têm desempenhado nas políticas alimentares em todo o mundo (mas principalmente nos países definidos como subdesenvolvidos), desde sua criação no período pós-Segunda Guerra Mundial<sup>4</sup>. Seu poder garante que influenciem decisivamente o debate sobre os problemas relativos à alimentação e faz delas uma referência para a maior parte das pesquisas e políticas que adotam o conceito de segurança alimentar.

4

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Em **O** Mercado da Fome, Susan George (1978, p. 201) identifica, já na década de 1970, a influência dessas duas instituições que atuavam sob o mote do "desenvolvimento": "A palavra 'desenvolvimento' será encontrada seja no título ou na ideologia oficial de todas as diversas organizações que constituem a família ONU [Organização das Nações Unidas]. Através do Grupo do Banco Mundial e das contribuições de seus próprios membros, a ONU controla a distribuição, a destinação geográfica e as finalidades de enormes verbas para o desenvolvimento, e são as equipes tecnocratas da ONU e do Banco Mundial que elaboram os programas e técnicas integradas, cujos 'pacotes' serão entregues aos países pobres. As publicações da ONU declaram que mais de 85% dos seus recursos humanos e financeiros são devotados ao desenvolvimento social e econômico."

A interpretação que predomina nas pesquisas e políticas de segurança alimentar – ao identificar a insegurança alimentar como fruto de falhas ou desequilíbrios de naturezas distintas (técnica, política, econômica etc.), e não como produto das relações sociais capitalistas –, não apenas oculta os reais processos responsáveis pela crise alimentar, como cria condições e justificativas para a realização de ações cujo objetivo é administrar as crises inerentes à reprodução social capitalista.

Isso significa que somente em aparência essas pesquisas e práticas estão comprometidas com a resolução dos problemas relativos à alimentação, enquanto na realidade atuam como meio para garantir a continuidade da reprodução do capital por intermédio da necessária administração (e não eliminação) da pobreza, da miséria e da fome. É necessário desinverter essa representação da realidade na qual a fome aparece como algo externo à própria economia capitalista, bem como explicitar que, nos termos em que está posta, a busca pela segurança alimentar é a tentativa de tornar segura não a alimentação, mas a reprodução do capital.

# 1.1 O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO) E DO BANCO MUNDIAL NA FORMULAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

É difícil precisar quando o conceito de segurança alimentar foi empregado pela primeira vez, mas diversos autores indicam que seu surgimento ocorreu nos países centrais do capitalismo no contexto das duas guerras mundiais (MARQUES, 2010; BELIK, 2012). Para Marques (2010, p. 79), sua formulação é fruto da constatação de que os alimentos cumprem um papel estratégico na manutenção da ordem e na garantia da soberania nacional, tendo como base "a terminologia militar e as estratégias de defesa destes países".

Se hoje o conceito de segurança alimentar é hegemônico no debate acerca dos problemas da alimentação, foi somente a partir da década de 1970 que ele passou a ganhar destaque. Esse processo tem clara relação com a atuação da FAO<sup>5</sup>, que organizou em 1974 a

\_

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> A FAO foi criada em 1945 como uma das agências da ONU. Seus três principais objetivos são: "a erradicação da fome, da insegurança alimentar e da desnutrição; a eliminação da pobreza e o incentivo do progresso econômico e social para todos; e a administração e utilização sustentável dos recursos naturais" (FAO, [s.d.], tradução nossa).

Conferência Mundial sobre Alimentação, como resposta às crises de fome <sup>6</sup> que vinham ocorrendo e se intensificando desde o fim da década de 1950<sup>7</sup>.

O potencial disruptivo desses eventos já era amplamente reconhecido, uma vez que crises desse tipo não apenas têm a capacidade de desorganizar completamente a economia do local onde ocorrem, como historicamente estiveram associadas a revoltas e conflitos que colocaram em questão as relações de poder estabelecidas. Além disso, no contexto de guerra fria havia também a preocupação com os desdobramentos que essas crises poderiam ter no cenário geopolítico internacional. Tudo isso nos ajuda a entender porque naquele momento a resolução das crises de fome tenha aparecido como uma prioridade para Estados e organizações internacionais que passaram a conceber conjuntamente tanto uma explicação para a existência dessas crises, como as medidas necessárias para sua superação.

O relatório final da primeira Conferência Mundial sobre Alimentação revela que naquele momento a ausência de estoques adequados de alimentos foi apresentada como a principal causa das crises de fome<sup>8</sup>. Assim, a definição de segurança alimentar aproxima-se inicialmente da ideia de disponibilidade ou oferta de alimento; consequentemente, a superação das crises de fome passaria pela garantia de que em cada país (ou região) houvesse alimentos em quantidade suficiente para alimentar toda a população. De acordo com Carr (2006, p. 16, tradução nossa), esse processo resultou em uma política internacional que teria como objetivo "aumentar a quantidade de alimentos disponíveis em uma área por meio de ajustes no comércio, tecnologia ou do fornecimento de ajuda alimentar". Analisando esse mesmo processo, Wisner, Weiner e O'Keefe (1982, p. 6) apontam o fato de que, naquele

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup>Em inglês há uma distinção entre os termos "hunger" e "famine" que não existe na língua portuguesa. Enquanto "hunger" refere-se à fome em seus vários sentidos (literais ou figurados) o termo "famine" refere-se à situação na qual há uma crise ou surto de fome, ou seja, uma situação na qual muitas pessoas não têm acesso aos alimentos na quantidade de que necessitam para sobreviver. As "famines", portanto, são responsáveis por um elevado número de óbitos por inanição ou outras causas diretamente relacionadas à falta de alimentos.

Utilizaremos aqui a expressão "crises de fome" para nos referir ao que em inglês denomina-se "famines", e "fome" para nos referir ao que em inglês denomina-se "hunger". Por fim, é importante destacar que identificamos as crises de fome como parte, ou como uma das formas de manifestação, do que denominamos "crise alimentar".

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Devereux e Berge (2000) fazem um levantamento das crises de fome (*famines*) que ocorreram no século XX. De acordo com esse levantamento, entre o fim da década de 1950 e a realização da Conferência Mundial sobre Alimentação em 1974 ocorreram as seguintes crises de fome: Etiópia (1957-1958); China (1958-1962); Etiópia (1966); Nigéria (1968-1970); África Ocidental ou Sahel (1969-1974); Índia (1972-1973); Etiópia (1972-1975); Somália (1974-1975) e Bangladesh (1974).

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> "a necessidade urgente de assegurar a disponibilidade em todos os momentos de um estoque mundial de alimentos básicos adequado, particularmente para evitar a escassez aguda de alimentos no caso de quebra de safra generalizada, desastres naturais ou de outra natureza, para sustentar uma expansão constante no consumo de alimentos em países com baixos níveis de ingestão *per capita*, e para compensar flutuações na produção e nos preços". (UNITED NATIONS\*, 1975 apud MAXWELL; SMITH, 1992, p. 183, tradução nossa)

<sup>\*</sup> UNITED NATIONS. Report of the world food conference. New York, 1975.

momento, ganhava força um discurso liberal que defendia a realização de reformas institucionais as quais fortaleceriam o livre mercado e assim acabariam com preços artificialmente baixos, beneficiando os camponeses e estimulando uma maior produção de alimentos.

Porém, nos anos seguintes ficou provado que o aumento da oferta de alimentos não garantia necessariamente a superação das crises de fome, o que levou a uma transformação na forma de explicar estas últimas, assim como na definição de segurança alimentar. Se na década de 1970 o foco desse conceito era a oferta nacional e global de alimentos, a partir dos anos 1980 o cerne da análise passou a ser o acesso aos alimentos, e não mais na escala nacional ou regional, mas em nível doméstico e/ou individual (MAXWELL; SMITH, 1992, p. 4).

Essa mudança está diretamente relacionada com a crescente aceitação do trabalho de Sen (1981), cuja análise das crises de fome de Bengala<sup>9</sup>, da Etiópia, do Sahel e de Bangladesh apoia-se na noção de "*entitlement*" para recusar a tese de que tais crises sejam causadas pela falta ou indisponibilidade de alimentos. Em seu trabalho, Sen (1981) alertou para o fato de que a oferta de alimentos não garante o acesso a eles – desse modo, sem desconsiderar completamente a importância da oferta, deslocou o centro do debate para o acesso.

Essa nova compreensão, no entanto, não é radicalmente diferente da anterior. No limite, poderíamos dizer que ela também aponta a necessidade de intensificar as relações sociais capitalistas. Se, por um lado, acerta ao denunciar o "mito da escassez", por outro reforça a ideia de que as causas da fome estariam relacionadas a falhas no funcionamento do capitalismo (e não ao fato de que a fome é produto da reprodução social capitalista). É por isso que essa perspectiva confere tanta centralidade às "reformas políticas", compreendendo que os conflitos podem ser administrados "pelo exercício da razão e boa vontade, e pela disposição por meio de acordos e compromissos" (WISNER; WEINER; O'KEEFE, 1982, p. 9, tradução nossa).

 $^{9}$  Quando esta era uma província da Índia; atual Bangladesh.

É possível traduzir o termo "entitlement" como direito – o direito de ter ou fazer algo. Em uma das publicações da FAO, assim se define tal termo: "O uso que os domicílios podem fazer dos recursos disponíveis para eles, bem como o nível desses recursos dependem em alguma medida da natureza do ambiente no qual eles operam e das formas específicas das instituições que regulam as relações entre os vários agentes econômicos. Uma abordagem para analisar o problema que leva esses diferentes elementos em consideração é conhecida por analisar os entitlements, desenvolvida por Amartya Sen. Ele define entitlements como 'o conjunto de pacotes alternativos de mercadorias que uma pessoa pode controlar em uma sociedade, usando a totalidade de direitos e oportunidades que ele ou ela encontra', em outras palavras, o que uma pessoa pode produzir, comprar ou emprestar, dado o que ela possui e o que as regulações social e estatal permitem" (THOMSON; METZ, 1999, p. 6, tradução nossa).

Em consonância com essa análise, o Banco Mundial passará a associar cada vez mais a segurança alimentar ao poder de compra domiciliar ou nacional. De acordo com um de seus relatórios (**Poverty and Hunger: Issues and Options for Food Security in Developing Countries** [Pobreza e fome: questões e opções para a segurança alimentar em países em desenvolvimento], de 1986), "a análise das causas da insegurança alimentar conclui que a principal causa não é a falta de oferta ou mesmo os altos preços. A causa principal é o fraco poder de compra de alguns domicílios e nações" (WORLD BANK, 1986, p. 13, tradução nossa).

A partir dessa compreensão, o Banco Mundial propõe uma nova definição de "segurança alimentar [que] tem a ver com acesso por todas as pessoas, em todos os momentos, a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável" (WORLD BANK, 1986, p. V, tradução nossa). Para garantir o acesso aos alimentos, seria necessário resgatar o poder de compra de parte da população, e assim o Banco Mundial passa a associar cada vez mais a insegurança alimentar à noção de extrema pobreza.

Em um estudo que considerava 33 linhas de pobreza de países pobres, o Banco Mundial definiu que está em situação de extrema pobreza aquela pessoa cujo rendimento diário é menor que 1 dólar<sup>11</sup> (RAVAILLON; CHEN; SANGRAULA, 2009). Desde então, para o Banco Mundial, é a parte da população situada nessa faixa de rendimento que deve ser priorizada pelas políticas sociais do Estado, em especial aquelas voltadas para a garantia da segurança alimentar.

No Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (**World Development Report**) de 1990, cujo tema era a pobreza, fica clara a intenção, por parte do Banco Mundial, de garantir que o combate à insegurança alimentar seja realizado sem questionar os fundamentos da política neoliberal defendida por essa instituição:

Os pobres gastam uma grande parte de sua renda em alimentos e podem ser muito vulneráveis a qualquer revés em sua capacidade de obtê-los. Uma importante maneira de proteger os níveis de vida dos pobres é pela garantia de sua segurança alimentar, ou seja, certificando-se de que eles podem adquirir alimentos adequados em todos os momentos. [...] Segurança alimentar não precisa implicar a distribuição de alimentos por meio de canais públicos. O comércio privado pode oferecer ajuda na estabilização de preços e na distribuição de suprimentos. Manter grandes estoques de alimentos pode ser mais custoso do que confiar no comércio, embora isso dependa da posição cambial de um país e da rapidez com que o comércio pode responder em caso de emergência. Estoques reguladores em locais-chave para preencher a lacuna antes que as importações cheguem pode ser a melhor opção. Em longo prazo, um melhor mercado interno de alimentos deveria reduzir a necessidade de intervenção do governo. Programas de alimentação direta ou de transferência de

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Esse valor foi alterado para 1,25 dólar em 2005.

alimentos são necessários durante crises. Pesquisa na África e Índia mostra que são especialmente efetivas quando utilizadas em conjunto com esforços para restabelecer o poder de compra dos pobres. Transferências de dinheiro são em geral mais efetivas que rações alimentares: o dinheiro pode se movimentar mais rapidamente e é mais fácil de ser administrado, e provoca pouco ou nenhum mal aos produtores e consequentemente ao futuro da segurança alimentar. (WORLD BANK, 1990, p. 92, 96- 97, tradução nossa)

Essas recomendações do Banco Mundial passaram a guiar as políticas de segurança alimentar de muitos países (entre eles o Brasil, conforme veremos). É cada vez mais comum a opção por programas de transferência de renda condicionada, direcionados à parcela da população que se encontra abaixo da linha de pobreza, como forma de combater a miséria e a insegurança alimentar. Tais programas estão em consonância com o que vimos acima: prioridade ao comércio privado frente aos canais públicos de distribuição; redução da intervenção do governo no mercado de alimentos; restabelecimento do poder de compra dos mais pobres.

A partir da década de 1990, há uma convergência política entre o Banco Mundial e a ONU quanto a uma nova estratégia de desenvolvimento que busca gerir os problemas sociais criados pelas reformas neoliberais, das quais o próprio Banco Mundial era e ainda é um dos principais fomentadores. De acordo com Maranhão (2009), o objetivo dessa nova estratégia era diminuir os riscos de conflitos e revoltas inerentes às situações limite criadas pelo ajuste estrutural imposto desde os anos 1980. No entanto como a própria autora alerta,

Não se trata de abandono do projeto neoliberal presente no ajuste estrutural, mas sim de uma nova formulação para esse projeto no qual uma gestão eficiente dos problemas sociais contribuiria para a minimização dos riscos de disrupção inerentes às políticas liberalizantes. (MARANHÃO, 2009, p. 104)

Essa convergência entre a ação do Banco Mundial e da ONU, assim como a identificação da insegurança alimentar com a extrema pobreza, fica explícita nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, uma nova estratégia de desenvolvimento, aprovada na Assembleia Geral da ONU em 2000<sup>12</sup>, que se estrutura em torno de objetivos e metas.

Apesar de o objetivo ser publicizado como "erradicar a extrema pobreza e a fome", a meta estabelecida pela ONU ([s.d.]) era "reduzir pela metade, até 2015, a proporção da

maneira participativa com base em objetivos quantificáveis".

Para Maranhão (2009, p. 131), os oito objetivos do milênio (1. Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2. Alcançar o ensino primário universal; 3. Promover a igualdade de gênero e a autonomização da mulher; 4. Reduzir a mortalidade de crianças; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental; 8. Criar uma parceria global para o desenvolvimento) são uma ferramenta para medir o desempenho dos países no "enfrentamento dos principais problemas que impedem o desenvolvimento", fazendo parte de "uma nova estratégia de desenvolvimento elaborada de

população com renda inferior a um dólar por dia e a proporção da população que sofre de fome". Reduzir pela metade e erradicar são coisas muito diferentes e, como veremos mais adiante, essas metas são estipuladas tomando como base um conceito de insegurança alimentar que subdimensiona a fome no mundo.

Fagnani (2011) ressalta que essa "opção pelos pobres" faz parte de uma agenda cujo real objetivo é o ajuste fiscal, uma vez que ela é mais barata do que a garantia ou manutenção dos serviços sociais os quais se configuravam como direito dos trabalhadores<sup>13</sup>. É importante destacar que as linhas de extrema pobreza e pobreza do Banco Mundial são irrisórias (1,25 e 2,00 dólares/dia, respectivamente) e que toda a população situada acima dessas faixas de rendimento deve, de acordo com essa doutrina neoliberal, "buscar no mercado privado a provisão de bens e serviços sociais de que necessitam, abrindo-se as portas para a privatização e mercantilização da oferta" (FAGNANI, 2014).

A própria FAO reconhece que a "linha de extrema pobreza" estabelecida pelo Banco Mundial não é suficiente para se compreender a situação de insegurança alimentar, uma vez que os dados não apresentam uma relação de equivalência entre os dois fenômenos: pode haver mais pessoas abaixo da linha de extrema pobreza do que em situação de insegurança alimentar, assim como o inverso, mais pessoas em situação de insegurança alimentar do que abaixo da linha de extrema pobreza (FAO, 2013, p. 27). Neste segundo caso, a própria validade da ideia de extrema pobreza é colocada em xeque, afinal como alguém pode estar em situação de insegurança alimentar e não ser considerado extremamente pobre?

Maxwell e Smith (1992) indicam que, desde o fim da década de 1980, houve uma tentativa de definir a segurança alimentar de maneira mais complexa. Segundo eles, ganha força uma definição apoiada em quatro condições: a suficiência, ou seja, a oferta de alimentos em quantidade suficiente, sendo esta geralmente definida pela quantidade de calorias; o acesso aos alimentos, ou seja, a capacidade de o indivíduo ou a família (ou mesmo a nação) adquirir os alimentos necessários; a segurança, que dialoga diretamente com a questão da vulnerabilidade e do risco que quebras de safra, desastres naturais e flutuações na produção ou nos preços representam ao acesso aos alimentos; e, por fim, o tempo, que permite classificar a insegurança alimentar como crônica, transitória ou cíclica 14.

<sup>14</sup> Este último ponto é importante, pois se antes o debate era pautado principalmente pelas crises de fome, ao se assumir que a insegurança alimentar pode ser crônica, transitória ou cíclica coloca-se em evidência que ela também está presente em situações menos extremas.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> "Ações de transferência de renda são relativamente baratas: o gasto anual do Bolsa Família (0,4% do PIB [produto interno bruto]) é muito inferior ao da Previdência (7,5%). Esta razão move a ortodoxia em torno da 'opção pelos pobres'" (FAGNANI, 2011).

Essa definição "multidimensional" de segurança alimentar também passou a ser adotada pela FAO, que em 1992 organizou a Conferência Internacional sobre Nutrição e definiu um plano de ação direta para o combate à insegurança alimentar ao redor do mundo, passando este a incluir questões relativas ao saneamento básico e à saúde pública como estratégia de prevenção da insegurança alimentar (BELIK, 2012, p. 96). Também na década de 1990, a FAO realizou a Cúpula Mundial da Alimentação (1996), que estabeleceu como meta reduzir pela metade a quantidade de pessoas desnutridas no mundo até 2015, além de determinar que os Estados devem ser os responsáveis pela garantia do "Direito Humano à Alimentação", por meio de políticas públicas que atuem em quatro dimensões: a disponibilidade, o acesso, a estabilidade e a utilização dos alimentos (BELIK, 2012, p. 96).

No entanto, apesar de adotar uma definição de segurança alimentar apoiada nessas quatro dimensões, a FAO continua estabelecendo metas e quantificando a insegurança alimentar a partir de cálculos que consideram somente o "déficit de energia", ou seja, a ingestão de calorias abaixo daquilo que seria recomendado.

#### 1.2 UM CONCEITO INSUFICIENTE E QUE SUBDIMENSIONA A CRISE ALIMENTAR

Feito esse breve resgate a respeito da formulação e consolidação do conceito de segurança alimentar pela FAO e pelo Banco Mundial, passemos agora à crítica desse processo, buscando evidenciar como essas duas instituições consolidaram um **modo ideológico** de se compreender e combater os problemas relativos à alimentação, o qual se tornou hegemônico.

Uma análise das publicações da FAO e do Banco Mundial, assim como das pesquisas e políticas que se apoiam nos trabalhos dessas instituições, revela o esforço em torno da definição e quantificação da insegurança alimentar. É evidente, como tentamos demonstrar acima, que as diferentes definições trazem consigo distintas compreensões ou explicações sobre as causas da insegurança alimentar: quando a segurança alimentar estava ligada à ideia de disponibilidade de alimentos, a explicação implícita (ou explícita) para os problemas relativos à alimentação repousava principalmente nos problemas relativos à produção e à produtividade; no momento seguinte, quando a ênfase passa para a ideia de acesso, a explicação para a insegurança alimentar assenta naquilo que impede o acesso físico (infraestrutura inadequada ou insuficiente) e/ou econômico (renda insuficiente) aos alimentos. Porém, na medida em que não se coloca em primeiro plano a análise das relações sociais

responsáveis pela crise alimentar, suas explicações e ações são sempre insuficientes. Fica patente que se trata antes de tudo de um conhecimento que busca descrever a realidade a partir de dados e estatísticas, sem se aprofundar nos processos e relações os quais caracterizam aquilo que é inventariado.

Desse modo, tais pesquisas aproximam-se da demografia, conforme Francisco de Oliveira (1976) a define. Para ele:

não há teoria na velha e nova demografia. Partindo exatamente da população como um todo, a demografia não trabalha sobre relações sociais, quaisquer que elas sejam. [...] A sofisticação instrumental progressiva não altera os termos do próprio método, e os esforços de introduzir e correlacionar fatos sociais com as chamadas variáveis demográficas não soluciona nenhuma das questões. (OLIVEIRA, 1976, p. 8)

Tal qual a demografia, as políticas e pesquisas sobre a segurança alimentar não apresentam uma teoria fundada na análise das relações sociais; no máximo, chegam a considerar alguns fatos sociais como forma de explicar os problemas relativos à alimentação. Elas também se caracterizam por uma "sofisticação instrumental progressiva" que, no entanto, não resolve os problemas intrínsecos de uma pesquisa que parte do conceito de população. Assim, aqueles que comem pouco, que comem mal, que são famintos aparecem sempre como parte de um grande grupo, a população como um todo, cujas relações sociais não são problematizadas.

Marx (2008) indica por que não seria adequado, do ponto de vista metodológico, tomar a população como ponto de partida para a compreensão da realidade. Para ele, seria falso começar

pelo que há de concreto e real nos dados; assim, pois, na economia, pela população, que é a base e o sujeito de todo o ato social da produção [...] A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc. (MARX, 2008, p. 258)

Isso não significa que o autor esteja negando a importância do concreto, mas que ele expõe a necessidade de passar por mediações abstratas para compreendê-lo. O movimento rumo à compreensão da realidade passa por etapas intermediárias (mediações) que demandam nosso poder de abstração, pois o concreto não é compreendido imediatamente. Assim, de um lado a verdade do abstrato reside no concreto e, de outro, a possibilidade de compreender o concreto passa pela abstração (LEFEBVRE, 1975b).

Para Damiani (2008a, p. 161), a análise marxista revela como o conceito de população "esconderia as mediações sociais fundamentais da economia moderna", deixando encoberta, portanto, "a mediação das classes sociais, do trabalho assalariado, do capital, etc.". Assim, "como conceito, a população se esvazia", pois "parece, de tal maneira, genérica, que se adapta a qualquer lugar e tempo", e desse modo não se configura como um conceito histórico que permita perseguir "a formação, o desenvolvimento e a deterioração de seu conteúdo real" (DAMIANI, 2008b, p. 78).

O conceito de segurança alimentar fundado na noção de população não consegue, portanto, avançar na compreensão e explicação dos processos e relações responsáveis pela crise alimentar na qual estamos inseridos. De fato, em alguns momentos parece que estamos frente a um problema que é anterior à insuficiência das explicações, pois muitas das pesquisas e políticas sobre insegurança alimentar sequer têm como ênfase a compreensão desses processos e relações responsáveis por ela. É o que Müller (2013, p. 2, tradução nossa) destaca, quando afirma que

Em vez de perguntar quais são os mecanismos responsáveis pela fome, apesar do fato de ser produzida uma quantidade suficiente de alimentos no mundo, ou por meio de que práticas um grupo social faz outro grupo passar fome, a abordagem da segurança alimentar da FAO foca em como os pobres podem ser empoderados para se tornarem atores no mercado, a fim de que possam ajudar a si mesmos a sair da pobreza e proteger sua própria saúde e ambiente.

Para essa autora, o objetivo de tal abordagem é criar um mundo que possa ser governado, uma realidade governável, por meio de uma interpretação da realidade com conceitos específicos que não apenas permite, mas também justifica a atuação dessas instituições. Nesse processo, a quantificação dos fenômenos torna-se um momento essencial para que os conceitos possam ser operativos.

Por intermédio da quantificação, instituições como a FAO e o Banco Mundial definem o número de pessoas consideradas em situação de insegurança alimentar, estabelecem metas de redução desse fenômeno, assim como traçam estratégias para seu combate. No entanto, as pesquisas e políticas que adotam essa perspectiva encontram invariavelmente uma dificuldade para mensurar a insegurança alimentar de maneira adequada e precisa.

No momento da quantificação, fica explícito como essas instituições não observam as definições de segurança alimentar que elas próprias formulam, pois mesmo tendo definido a segurança alimentar por meio de diversas condições, tanto a FAO como o Banco Mundial utilizam critérios bastante redutores para quantificar esse fenômeno. Vimos acima que a FAO

– cujas estatísticas tornam-se uma referência mundial sobre a situação alimentar e são utilizadas para orientar e legitimar diversas políticas nacionais e internacionais – utiliza como único critério de mensuração da insegurança alimentar a ingestão de calorias abaixo daquilo que seria recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), enquanto o Banco Mundial utiliza um método de mensuração indireto baseado em suas linhas de pobreza e extrema pobreza.

Desse modo, tais instituições operam uma enorme redução da magnitude do fenômeno. E isso mesmo sem considerarmos, aqui, o fato de que o próprio conceito de segurança alimentar não é suficiente para compreender a crise alimentar na qual estamos inseridos. Nossa crítica, neste momento, é ainda anterior a tal consideração, e busca revelar como as referidas instituições subdimensionam o que elas mesmas definiram como insegurança alimentar.

O método utilizado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, desde a década de 1990, para quantificar a insegurança alimentar naquele país, pode nos dar uma ideia desse subdimensionamento. No relatório **The State of Food Insecurity in the World** [O estado da insegurança alimentar no mundo] (FAO, 2013)<sup>15</sup>, considerando-se somente as necessidades diárias de energia, estima-se que haja no mundo aproximadamente 842,3 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar (cerca de 12% da população mundial). Destas, segundo esse mesmo relatório, 826,6 milhões viveriam em países em desenvolvimento, e 15,7 milhões em países desenvolvidos. No entanto dados oficiais do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos indicam que em 2014 somente nesse país haja 49 milhões de pessoas vivendo em domicílios considerados em situação de insegurança alimentar (USDA, 2014).

Assim, somente nos Estados Unidos – que figura entre os países considerados desenvolvidos –, haveria uma quantidade três vezes maior de pessoas em situação de insegurança alimentar do que os dados da FAO apresentam para todos os países desenvolvidos. Esse dado nos parece muito relevante, não apenas por revelar o subdimensionamento do fenômeno como um todo, mas por indicar que mesmo nos países ditos desenvolvidos a quantidade de pessoas em situação de insegurança alimentar não pode ser desprezada. A todo momento, a FAO e o Banco Mundial tentam associar os problemas de

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Desde 1999 a FAO vem publicando anualmente o relatório **The State of Food Insecurity in the World** com o objetivo de acompanhar os esforços nacionais e globais para atingir a meta, estabelecida pela Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, de reduzir pela metade o número de pessoas com fome até 2015. O relatório de 2013 indica que essa meta está fora do alcance e deixa entender que o problema é o crescimento populacional de algumas regiões. Já a meta estabelecida em 2000 (metas do milênio), de diminuir pela metade a proporção de famintos até 2015, está mais próxima, mas ainda não há garantias de que será alcançada.

insegurança alimentar somente aos países em desenvolvimento, como parte de sua estratégia de justificar o combate à insegurança alimentar por meio do desenvolvimento econômico em termos capitalistas.

Para compreender essa enorme diferença quanto ao número de pessoas em situação de insegurança alimentar, é necessário fazer aqui um aparte sobre a maneira como o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos quantifica esse fenômeno, utilizando a Escala Americana de Insegurança Alimentar. Esse instrumento foi elaborado por um grupo de trabalho formado em 1992 com o objetivo de desenvolver uma escala de medida da situação de insegurança alimentar nos Estados Unidos. A demanda por essa ferramenta vinha da constatação de que, apesar de as formas mais severas de fome já terem sido praticamente superadas, haveria ainda uma quantidade significativa de pessoas vivendo formas menos severas de situação de insegurança alimentar e fome no país.

O objetivo dos pesquisadores envolvidos na elaboração da escala era criar um método de quantificação que considerasse a insegurança alimentar como um fenômeno complexo, multidimensional e de intensidade variável, ou seja, de acordo com as definições mais aceitas de segurança alimentar desde o fim da década de 1980. Para esse grupo de trabalho, apesar de ela estar relacionada à pobreza, não seria adequado compreender a segurança alimentar como sinônimo de insuficiência de renda ou de ingestão insuficiente de calorias.

Outra diferença entre as mensurações do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e as da FAO e do Banco Mundial reside no fato de que esses pesquisadores trabalharam com a noção de escala, ou seja, para eles a insegurança alimentar varia em intensidade até poder ser caracterizada como fome, que, "nessa perspectiva, pode ser entendida como um estágio ou nível severo de insegurança alimentar, em vez de uma condição distinta ou separada da experiência mais geral de insegurança alimentar" (BICKEL et. al., 2000, p. 7, tradução nossa).

Assim, em vez de trabalhar com um único indicador, os pesquisadores desenvolveram um questionário capaz de colher informações sobre uma variedade de condições, experiências e comportamentos que pudessem indicar a existência de insegurança alimentar nos domicílios, bem como seu nível. Baseadas nos resultados das pesquisas já existentes, as questões procuravam identificar os diferentes estágios da insegurança alimentar: da ansiedade e preocupação com a falta de alimentos, ou com a qualidade destes, até a redução da quantidade

(BICKEL et al., 2000).

<sup>16</sup> Composto por membros de diferentes agências federais estadunidenses, esse grupo de trabalho (Food Security Measurement Project) levou em consideração as pesquisas que vinham sendo realizadas nesse campo desde a década de 1980, e trabalhou em colaboração com especialistas do setor privado e do US Census Bureau.

de alimentos consumidos por períodos mais ou menos extensos (desde a não realização de uma refeição até ficar um dia inteiro sem comer)<sup>17</sup>.

Junto com a elaboração do questionário, propôs-se uma escala com quatro categorias para definir os domicílios: em segurança alimentar; inseguro sem fome (existe preocupação com a quantidade e qualidade dos alimentos, mas há pouca ou nenhuma redução na ingestão dos alimentos); inseguro com fome - moderada (há redução na ingestão de alimentos, em especial dos adultos e menos entre as crianças, sendo que os primeiros sentiram a sensação de fome mais de uma vez no período abordado pela pesquisa); inseguro com fome – severo (a redução na ingestão de alimentos atinge também as crianças e é mais intensa entre os adultos).

No entanto, como os questionários buscam compreender a situação do domicílio, as diferenças internas a estes não são consideradas, e por essa razão se alerta que a conversão dos dados relativos à insegurança alimentar nos domicílios para dados relativos ao número de indivíduos nessa situação não ocorre sem dificuldades. Além disso, também se ressalta que essa escala não abarca todos as dimensões e aspectos do fenômeno, pois não são consideradas questões como a segurança dos alimentos (food safety), a qualidade nutricional da dieta e se a maneira como os alimentos são adquiridos é socialmente aceita<sup>18</sup>.

Está claro que essa forma de medir a insegurança alimentar apresenta uma aproximação muito mais adequada do conceito de segurança alimentar do que aquelas adotadas pela FAO (desnutrição) ou pelo Banco Mundial (linha de extrema pobreza). É preciso ressaltar que, assim como ocorre com outras pesquisas cujo principal objetivo é a quantificação do fenômeno, essa escala não fornece os elementos necessários para a compreensão dos processos e relações responsáveis pela insegurança alimentar. De toda forma, ao redefinir a quantidade de famintos no mundo todo, ela revela que tal fenômeno é muito mais generalizado e agudo do que se pensa (ou do que organizações como a ONU e o Banco Mundial querem-nos fazer crer), e por esse motivo entendemos que traz uma contribuição importante para o debate sobre a alimentação.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Depois da realização de análises, testes e validações, o grupo definiu um questionário (composto por 18 questões) a partir do qual a condição de segurança alimentar de um domicílio poderia ser medida. As questões procuram dar conta das seguintes situações, nesta ordem: ansiedade ou percepção de que o orçamento familiar para a alimentação é inadequado; percepção de que os alimentos comidos por adultos e crianças são qualitativamente inadequados; relato de diminuição da ingestão de alimentos ou consequências da ingestão reduzida para adultos; relato de diminuição da ingestão de alimentos ou consequências da ingestão reduzida para crianças (BICKEL et al., 2000, p. 18). Quanto maior o número de condições de insegurança alimentar a que o domicílio está exposto, mais severa é sua condição de insegurança alimentar.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Um exemplo de aquisição de alimentos que não é socialmente aceita seria alimentar-se de restos ou sobras.

A própria FAO, em seu relatório sobre a insegurança alimentar no mundo em 2013, admite não apenas a necessidade de se considerarem outras dimensões<sup>19</sup>, mas também afirma que pretende fazer pesquisas nos moldes daquela proposta pelo governo estadunidense a partir de questões que medem a percepção da insegurança alimentar, e não apenas os casos de subnutrição. Se isso acontecer, está certo que as estatísticas acerca da insegurança alimentar no mundo passarão a ser significativamente diferentes. Mas, como veremos adiante, a consideração de mais dimensões pela FAO não significa necessariamente uma preocupação com uma melhor compreensão do fenômeno, pois na realidade a consideração de mais variáveis também precipita novos negócios.

Para compreender a crise alimentar, é necessário considerar como ela é produzida, que relações sociais são responsáveis por sua existência. Nas próximas seções desta tese, buscaremos explicitar como os problemas relativos à alimentação e à fome só podem ser entendidos quando se considera o processo de reprodução das relações sociais de produção capitalistas, que chama nossa atenção para a existência de classes sociais antagônicas e para os processos de exploração e expropriação que caracterizam a relação entre elas. Antes, no entanto, é indispensável pensar criticamente como o conceito de segurança alimentar impõese e reveste-se de uma aparente racionalidade, tecnicidade e neutralidade, a fim de que empreendimentos (nacionais ou internacionais, públicos ou privados), os quais apenas aparentemente buscam resolver os problemas relativos à alimentação, possam ser realizados e justificados.

#### 1.3 O USO IDEOLÓGICO DO CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Um método comum às pesquisas e políticas que utilizam o conceito de segurança alimentar é explicar os problemas relativos à alimentação como consequência de falhas técnicas, administrativas, políticas ou até mesmo econômicas, que deveriam ser corrigidas por meio de diferentes tipos de reforma. Segundo Edkins (2004), essa compreensão da insegurança alimentar como produto de uma falha pode ser identificada ao longo da obra de Sen que, como mencionamos acima, serviu de fundamento para uma reorientação do sentido de conceito de segurança alimentar na década de 1980. Para essa autora, apesar de se

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> "Como único indicador, o indicador de prevalência de desnutrição não é capaz de apreender a complexidade e multidimensionalidade da segurança alimentar". (FAO, 2013, p. 16, tradução nossa)

distanciar da explicação das crises de fome como uma falha na produção, Sen continua preso à ideia de falha ou colapso, pois "não considera a possibilidade de que crises de fome possam ser produto do sistema econômico ou social; [para Sen] crises de fome são ainda 'emergências' inesperadas" (EDKINS, 2004, p. 6, tradução nossa). A identificação da fome e da insegurança alimentar como consequência de problemas técnicos abre caminho para respostas técnicas e despolitizadas, implementadas por especialistas, que, de acordo com Edkins (2004), não consideram a realidade vivida pelos próprios afetados pelas crises de fome.

Ainda segundo essa autora, a compreensão de Sen (1981) resulta do fato de que ele "entende a política como separada da economia, e o Estado como fundamentalmente benigno e não violento" (EDKINS, 2004, p. 6, tradução nossa). Por essa razão, ele não considera que as crises de fome possam ser criadas deliberadamente, nem questiona a violência pretensamente legítima do Estado utilizada para garantir os direitos de propriedade de certos estratos da comunidade, enquanto outros morrem de fome (EDKINS, 2004, p. 6).

Resgatando a obra de Rangasami (1985), Edkins (2004) alerta para o fato de que as crises de fome não podem ser compreendidas considerando-se somente a realidade dos famintos, sendo indispensável considerar também quem se beneficia nesses momentos de crise. Neste sentido, a autora conclui que

Qualquer definição de fome que a entende como falha de algum tipo está perdendo o ponto. Seja a crise de fome vista como uma falha no abastecimento de alimentos, um colapso no sistema de distribuição de alimentos, ou uma crise multifacetada dos domicílios, o resultado é o mesmo. Essas definições ou conceitos nos impedem de ver que as crises de fome, e as mortes, migrações ou empobrecimento que elas produzem, são enormemente benéficos para os perpetradores: elas são um sucesso e não uma falha, um resultado normal do atual sistema econômico e político, não uma aberração. (EDKINS, 2004, p. 8, tradução nossa)

De tal modo, para Edkins (2004), é preciso equiparar as crises de fome aos genocídios e crimes de guerra, pois quando estes são discutidos o que aparece em primeiro plano não é a questão de quais foram suas causas, mas quem foram os responsáveis por eles. Seu objetivo, portanto, é definir as crises de fome como "um processo político"<sup>20</sup>, como crimes que têm responsáveis os quais podem ser identificados e responsabilizados legalmente.

A contribuição de Edkins (2004) parece-nos importante, pois, além de recusar-se a identificar as crises de fome como falhas e procurar identificar quem se beneficia com elas. No entanto, sua análise também apresenta limites que precisam ser superados. Se é necessário

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> "tais questões restabelecem a fome em massa como um processo político, envolvendo relações de poder entre pessoas e entre grupos (não apenas entre pessoas e mercadorias, como na teoria dos direitos [entitlement])". (EDKINS, 2004, p. 7, tradução nossa)

encontrar e responsabilizar aqueles que são diretamente responsáveis por diversas crises de fome (e concordamos com isso), ao mesmo tempo é imprescindível reconhecer que, como Marx (2013, p. 160) alertava, "as máscaras econômicas das pessoas não passam de personificações das relações econômicas, como suportes [*Träger*] das quais elas se defrontam umas com as outras". Ou seja, não é responsabilizando ou eliminando os personagens econômicos, ou as personificações, que superaremos as relações econômicas as quais produzem a fome e outros problemas relativos à alimentação. O próprio funcionamento da economia capitalista é responsável direto por essas crises, e tal funcionamento não pode ser compreendido sem categorias abstratas e uma teoria que entenda seu sentido.

A nosso ver, o problema da análise de Edkins (2004) está na forma como ela compreende as crises de fome, pois, para essa autora,

Crises de fome não são causadas por abstrações, tais como falha no fornecimento de alimentos ou nos direitos [entitlement] — elas são provocadas por atos ou omissões de pessoas ou grupos de pessoas. Essas pessoas são responsáveis pela crise de fome e inanição em massa — e elas devem ser responsabilizadas. [...] Estudar fomes em massa [mass starvations] dessa forma é examinar como elas acontecem, que pequenas ações ou omissões são responsáveis por elas, e quem são exatamente os beneficiários e as vítimas. Isso requer uma investigação minuciosa, em vez de teoria grande e geral. (EDKINS, 2004, p. 8, tradução nossa)

Entendemos que a compreensão de Edkins (2004) de que seria possível encontrar responsáveis e puni-los deve-se também ao fato de ela ter como objeto as crises de fome ou fomes epidêmicas. Em algumas dessas crises, é possível identificar aqueles que, por exemplo, manipularam estoques de alimentos ou desviaram ajudas humanitárias em benefício próprio; mas como pensar em algo semelhante para explicar a fome endêmica<sup>21</sup>, que não é produzida por um evento específico? Ou, mesmo em se tratando das crises de fome, como definir todos os responsáveis por elas? A crise econômica de 2007 e 2008, que atingiu vários países em mais de um continente, estava diretamente relacionada à financeirização da economia e à fuga de capitais, em um momento de crise no mercado imobiliário, rumo ao mercado de *commodities*, o que resultou no aumento do preço de diversos alimentos em todo o mundo. Nesse caso, como responsabilizar todos aqueles envolvidos nesse processo? Seria possível personificar essa crise?

Como a própria autora afirma, as crises de fome são "um resultado normal do atual sistema econômico e político [e] não uma aberração" (EDKINS, 2004, p. 8, tradução nossa),

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Para Castro (2008), a fome endêmica é aquela que não ocorre em crises ou surtos de fome, mas que atinge de maneira contínua parte da população. Mais adiante apresentaremos uma definição mais aprofundada do conceito de fome cunhado por esse autor.

logo é necessário compreender que sua superação não passa pela personificação, mas pela compreensão e superação dos processos e relações inerentes à reprodução do capital que são responsáveis pela fome. Para isso, é necessário superar uma visão dicotômica que separa a teoria da prática, o econômico do político, o abstrato do concreto, e que impede a compreensão dos processos responsáveis pela crise alimentar. O problema não está nas abstrações nem nas grandes teorias, afinal sem uma teoria que consiga explicar as abstrações (concretas) de nosso tempo não avançaremos na compreensão da fome.

Vimos acima que o processo de formulação do conceito de segurança alimentar tem se baseado em explicações que ora apontam a oferta (de alimentos), ora apontam a demanda (efetiva) como os responsáveis pelos problemas relacionados à alimentação. O argumento mais ou menos explícito é o de que a segurança alimentar é resultado do desequilíbrio entre a produção e o consumo de alimentos. No entanto, o que a crítica da economia política revela é que numa economia capitalista não há nada que garanta esse equilíbrio, pelo contrário, ele tende a ser provisório e não há controle político ou de qualquer outra natureza que possa regulá-lo em longo prazo. Harvey (2013a) indica como esse é um ponto crucial de um debate que, em última instância, colocaria em evidência a controvérsia sobre a viabilidade do próprio capitalismo. Segundo ele,

A noção de que deve haver algum tipo de equilíbrio entre a produção e o consumo, entre a demanda e a oferta, parece bastante inócua. O principal papel do mercado em um sistema geral de troca de mercadorias parece ser equilibrar a demanda e a oferta e, desse modo, alcançar a relação necessária entre a produção e o consumo. Porém, toda a relação entre a demanda e a oferta, entre a produção e o consumo, tem sido o centro da atenção de uma batalha imensa e ocasionalmente terrível na história da economia política. A intensidade do debate é compreensível, pois as apostas são altas. Aqui, não só confrontamos frontalmente a interpretação dos ciclos dos negócios e a estabilidade em curto e longo prazo do capitalismo, mas entramos no cerne da controvérsia sobre a viabilidade fundamental do próprio modo de produção capitalista. (HARVEY, 2013a, p. 131)<sup>22</sup>

Isso nos leva a considerar uma inversão decisiva: se aparentemente a segurança alimentar poderia ser alcançada por meio de uma regulação mais eficiente da oferta e demanda de alimentos, em essência o que ocorre é que o discurso sobre a segurança alimentar é utilizado para tentar equilibrar (do ponto de vista do capital) a oferta e procura de alimentos

. .

Marx (2009, p. 82) já refutava a existência de uma "justa proporção" entre oferta e demanda no capitalismo, apontando para a existência de crises resultantes de tal desproporção, pois "com o aparecimento da grande indústria, esta justa proporção teve de acabar, e a produção é fatalmente obrigada a passar, numa sucessão perpétua, pelas vicissitudes de prosperidade, depressão, crise, estagnação, nova prosperidade e assim por diante [...] a grande indústria, forçada, pelos próprios instrumentos de que dispõe, a produzir sempre numa escala cada vez maior, não pode mais esperar pela demanda. A produção precede o consumo, a oferta pressiona a demanda".

(e não só deles). Assim, podemos desvendar o uso ideológico desse conceito na tentativa de administrar as crises inerentes à própria reprodução capitalista<sup>23</sup>.

Esse uso ideológico da segurança alimentar pode ser identificado nos programas de transferência de renda apoiados e financiados pelo Banco Mundial. Como vimos, na década de 1990 o Banco Mundial passou a associar diretamente seu combate à extrema pobreza, a partir de transferências em dinheiro para a população que vive com menos de 1 dólar por dia, com a busca pela segurança alimentar. O objetivo explícito do banco sempre foi reforçar as relações de mercado, colocando-se contra a distribuição ou mesmo a constituição de grandes estoques de alimentos pelo Estado e defendendo que o comércio privado era o canal mais adequado para a distribuição dos alimentos. A liberalização do comércio que desorganizou economias inteiras e levou muitos países às crises alimentares deveria ser aceita como benéfica a todos.

É nesse contexto que ganham força os programas de distribuição de renda, os quais forneceriam o dinheiro necessário para que a parcela mais pobre da população pudesse comprar os alimentos de que necessita. Se por um lado o incremento da demanda efetiva por meio desses programas pode mesmo ajudar a reduzir a situação de insegurança alimentar, por outro reafirma-se o modo como os alimentos já eram produzidos e distribuídos. Ao mesmo tempo, a interpretação e atuação baseada na renda (ou nas faixas de rendimento) obscurece as relações de classe imprescindíveis para a compreensão dos processos responsáveis pela existência da fome e de outras várias formas de manifestação da crise alimentar.<sup>24</sup>

O combate à extrema pobreza promovido pelo Banco Mundial, como já visto, ocorre em sintonia com o ataque que essa instituição promove aos serviços públicos e direitos sociais dos trabalhadores (muitos deles insuficientes antes mesmo de serem eliminados). O sentido parece ser o de concentrar os gastos "sociais" dos Estados apenas para controlar os miseráveis, para gerir ou administrar a miséria, mas é importante que isso apareça como uma tentativa de combate à fome.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> É importante ressaltar que a ideologia não pode ser entendida como uma representação ou ideia completamente descolada da realidade. Se assim fosse, ela não teria nenhum sentido e seria facilmente negada ou rejeitada. Para Marx, se algumas ideias invertem a realidade é porque a própria realidade está de cabeça para baixo. Em se tratando do debate sobre segurança alimentar, é inegável que a oferta de alimentos e também o poder de compra influenciam as características da alimentação. Não resta dúvidas de que se em um lugar onde não há oferta de alimentos há fome, também é inquestionável que uma família sem qualquer fonte de rendimento e inserida numa economia capitalista está fadada a não se alimentar minimamente.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> Na seção 2, tentaremos demonstrar como a crise alimentar não pode ser superada a partir de políticas redistributivas, pois a distribuição dos produtos ou a proporção de produtos que cabe a cada membro da sociedade é definida na produção.

Mais adiante retomaremos essa questão, ao analisar o Programa Fome Zero. Antes disso, é preciso ressaltar que essa busca pela harmonização entre a oferta e a demanda de alimentos pelo mercado também abre caminho para uma série de empreendimentos que pretensamente combateriam a insegurança alimentar por meio da correção de falhas de ordem técnica e administrativa. Assim, investimentos em infraestrutura e mudanças na administração pública que são favoráveis à reprodução do capital passam a ser justificados como se fossem realizados visando primeiramente ao combate à insegurança alimentar.

A ideia de que a segurança alimentar depende do acesso físico e econômico aos alimentos serve perfeitamente a esse propósito. Isso fica explícito quando se analisa, por exemplo, o relatório da FAO **O** estado da insegurança alimentar no mundo, publicado em 2013 (FAO, 2013). Se por um lado esse relatório pode ser lido como resultado do debate sobre a segurança alimentar realizado nos últimos anos<sup>25</sup>, por outro ele parece indicar novas possibilidades de utilização (ideológica) do conceito de segurança alimentar.

Indicamos acima que, nesse relatório, a FAO (2013, p. 17, tradução nossa) reconhece o limite de uma concepção de insegurança alimentar que considera somente os índices de desnutrição, indicando a necessidade de se considerarem quatro dimensões da segurança alimentar: "disponibilidade de alimentos, acesso econômico e físico aos alimentos, utilização dos alimentos e estabilidade (vulnerabilidade e choques) ao longo do tempo". Essas quatro dimensões, muito semelhantes às quatro condições necessárias para a realização da segurança alimentar anunciadas por Maxwell e Smith (1992), são descritas e avaliadas pela FAO por meio de indicadores específicos.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> A concepção de segurança alimentar que fundamenta esse relatório está em consonância com aquilo que já expusemos sobre esse conceito, prevalecendo a ideia de acesso aos alimentos, pois toma como referência a definição apresentada na Declaração da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar em 2009, a qual que estabelece que: "Segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que satisfaçam suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável" (FAO, 2013, p. 16-17, tradução nossa).

Tabela 1 - Conjunto de indicadores de segurança alimentar proposto pela Organização das Nações Unidas

para Alimentação e Agricultura (FAO)

	Dimensão Indicadores de segurança alimentar				
	Dimensao	Indicadores de segurança alimentar			
	Disponibilidade	<ul> <li>Disponibilidade média da oferta de energia alimentar</li> <li>Valor médio da produção de alimentos</li> </ul>			
		- Participação da oferta de energia alimentar derivada de cereais, raízes e			
		tubérculos			
		- Oferta média de proteína			
		- Oferta média de proteína de origem animal			
	Acesso físico	<ul> <li>Porcentagem de rodovias pavimentadas sobre o total de rodovias</li> <li>Densidade de rodovias</li> </ul>			
		- Densidade de rodovias - Densidade de ferrovias			
Determinantes	A acasa acanâmica				
estáticos e	Acesso econômico	1 3			
dinâmicos	Utilização	- Acesso a água potável			
		- Acesso ao saneamento básico			
		- Taxa de dependência de cereais importados			
	Vulnerabilidade  Choques	<ul> <li>Porcentagem de terras aradas equipadas para irrigação</li> <li>Valor das importações de alimentos sobre o total das mercadorias</li> </ul>			
		exportadas			
		- Estabilidade política e ausência de violência/terrorismo			
		- Volatilidade do preço doméstico dos alimentos			
		- Variabilidade da produção de alimentos <i>per capita</i>			
		- Variabilidade da oferta de alimentos per capita			
		- Prevalência de subnutrição			
	Acesso	- Porcentagem dos gastos dos pobres comprometidos com a aquisição de			
		alimentos			
		- Intensidade do <i>déficit</i> alimentar			
		- Prevalência de inadequação alimentar			
	Utilização	- Porcentagem de crianças com menos de 5 anos de idade com peso abaixo			
		do indicado para a altura			
D 1( . 1		- Porcentagem de crianças com menos de 5 anos de idade com altura			
Resultados		abaixo do esperado			
		- Porcentagem de crianças com menos de 5 anos de idade com peso abaixo			
		do esperado para a idade			
		- Porcentagem de adultos com peso abaixo do esperado			
		- Prevalência de anemia entre mulheres grávidas			
		- Prevalência de anemia entre crianças com menos de 5 anos de idade			
		- Prevalência de deficiência em vitamina A			
		- Prevalência de deficiência em Iodo			

Fonte: FAO (2013, p. 16, tradução nossa).

Os indicadores de segurança alimentar propostos pela FAO (2013) são divididos entre aqueles que permitiriam avaliar os determinantes e aqueles que permitiriam avaliar a situação de segurança alimentar em um país ou região. Em outras palavras, enquanto o primeiro grupo de indicadores ajudaria a entender o que leva um país a enfrentar (ou não) um quadro de insegurança alimentar, o segundo poderia ser utilizado para mensurar a situação de insegurança alimentar. Com isso, a FAO demonstra o interesse, pelo menos em tese, de considerar a insegurança alimentar de maneira mais complexa do que a simples consideração de indicadores de subnutrição. A questão da oferta de alimentos, por exemplo, pode ser identificada em mais de um grupo de indicadores (disponibilidade, vulnerabilidade e choques), o que aponta para um aperfeiçoamento no tratamento dos dados. Nesse mesmo sentido, os

indicadores não tratam as questões nutricionais somente em termos de calorias, há o reconhecimento da importância da água e dos equipamentos sanitários, e até mesmo o cenário político dos países passa a ser considerado.

Tudo isso demonstra uma abordagem mais complexa das questões relativas à insegurança alimentar. No entanto, tal abordagem permanece insuficiente ou inadequada para compreender os processos responsáveis pelos problemas relativos à alimentação e à fome, pois, como já colocamos em mais de um momento, as relações sociais capitalistas continuam sendo desconsideradas na análise. Nos termos em que está colocado, o debate acerca do acesso físico e econômico chega no máximo a uma descrição incompleta dos elementos necessários para a satisfação de nossas necessidades alimentares<sup>26</sup>. Não estamos negando, com isso, a importância desse tipo de infraestrutura para a satisfação de nossas necessidades, mas é necessário alertar que sua mera existência não garante o acesso aos alimentos. Essa noção de acesso físico e econômico não nos ajuda a compreender que, em sociedades nas quais predominam as relações sociais capitalistas, o acesso físico é ao mesmo tempo econômico, e que é necessário considerar essas relações sociais para compreender que a produção e a distribuição das infraestruturas no espaço não ocorrem de forma aleatória, mas de acordo com as necessidades do capital.

Além disso, os indicadores escolhidos para medir os determinantes estáticos e dinâmicos revelam alguns dos interesses que em geral permanecem ocultos no debate sobre a segurança alimentar. Aqui, assim como no caso da questão da oferta e da procura, há uma inversão na qual a segurança alimentar deixa de ser um fim para se tornar em um meio, pois, ao criar esses indicadores, a FAO abre caminho para que se justifique uma série de investimentos em infraestruturas necessárias à reprodução do capital, como se elas tivessem como objetivo melhorar a situação alimentar da população.

Nada disso, no entanto, nega o fato de que algum nível de segurança alimentar deve ser garantido à população. O aspecto estratégico das questões que envolvem a alimentação para a manutenção da ordem nacional e internacional não deve ser subestimado. A

Há uma enorme distância entre a definição de acesso (físico e econômico) e os indicadores utilizados para quantificar esse acesso. De acordo com a FAO (2013, p. 20, tradução nossa), "A capacidade de acessar os alimentos repousa sobre dois pilares: o acesso econômico e o físico. O acesso econômico é determinado pelo rendimento disponível, pelos preços dos alimentos e pela provisão de e acesso ao apoio social. O acesso físico é determinado pela disponibilidade e qualidade da infraestrutura, incluindo portos, ruas, ferrovias, meios de comunicação e instalações de armazenamento de alimento, assim como outras instalações que facilitam o funcionamento dos mercados. Rendimentos ganhos na agricultura, floresta, pesca e aquicultura desempenham um papel primordial na determinação dos resultados relativos à segurança alimentar". No entanto, apenas quatro indicadores são designados como determinantes: para definir o acesso econômico, o índice doméstico de preços dos alimentos; e, para definir o acesso físico, o porcentual de rodovias pavimentadas sobre o total de rodovias, a densidade de rodovias e a densidade de linhas ferroviárias.

compreensão de que "o acesso aos nutrientes necessários é fundamental, não apenas para a vida *per se*, mas também para uma estável e duradoura ordem social" (HOPKINS<sup>27</sup>, 1986 apud MAXWELL; SMITH, 1992, p. 28, tradução nossa) é reveladora, e pode ser identificada facilmente em pesquisas e políticas que se baseiam no conceito de segurança alimentar. É o que se vê, por exemplo, quando uma publicação oficial do Programa Alimentar Mundial<sup>28</sup> (que também faz parte da ONU) indica que "o interesse em segurança alimentar como um catalisador para a instabilidade e o conflito político cresceu rapidamente desde 2007-2008, quando protestos e motins estouraram em 48 países como resultado dos preços mundiais recordes" (BRINKMAN; HENDRIX, 2011, p. 4, tradução nossa). Ou seja, a busca pela segurança alimentar não é apenas um discurso, mas também uma prática necessária para a manutenção da ordem, ou, em outras palavras, para o controle e administração de populações miseráveis.

## 1.4 A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR BRASILEIRA A PARTIR DE 2003

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a Presidência da República em 2003, a política de segurança alimentar brasileira mudou substancialmente. É significativo que um dos elementos centrais da campanha vitoriosa para as eleições presidenciais tenha sido um projeto de combate à fome e que, já em seu discurso de posse, o presidente tenha estabelecido como meta de seu governo garantir que todos os brasileiros fizessem pelo menos três refeições por dia.

No entanto, mesmo com o estabelecimento do Programa Fome Zero e passados os dois mandatos de Lula na presidência, essa meta não foi alcançada. Na verdade, mesmo após o primeiro mandato de sua sucessora, Dilma Rousseff (PT), não é possível afirmar que o Brasil tenha superado o drama da fome. Prova disso é que o Programa Brasil Sem Miséria, que substituiu o Fome Zero em 2011, mantém as principais características de seu antecessor e ainda tem como meta a erradicação da extrema miséria no país. Desse modo, coloca-se em questão se as estratégias adotadas pelo governo brasileiro desde 2003 – que têm como

<sup>27</sup> HOPKINS, Raymond F. Food security, policy options and the evolution of state responsibility. In: TULLIS, F. LaMond; HOLLIST, W. Led. (Ed.). Food, the state, and international political economy: dilemmas of developing countries. Lincoln/London: University of Nebraska Press, 1986. p. 1-36.

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup>O World Food Programme, criado em 1961, é um programa de ajuda humanitária da ONU que busca "erradicar a pobreza e a fome" por meio da doação de alimentos. (WORLD FOOD PROGRAMME, [s.d.])

referência a concepção de segurança alimentar estabelecidas pela FAO e pelo Banco Mundial – são suficientes ou adequadas para a superação do drama da fome no Brasil e no mundo.

É necessário reconhecer, no entanto, que a crítica à política de segurança alimentar brasileira implementada a partir de 2003 não se faz sem dificuldades. Desde que o combate à fome foi anunciado como uma prioridade, o governo foi alvo de diversas críticas. Algumas dessas críticas dirigiam-se às características do Programa Fome Zero, mas parte delas chegava inclusive a negar a existência da fome no país. Não é novidade que os setores mais conservadores de nossa sociedade neguem a existência da fome no país<sup>29</sup>. Tampouco é a primeira vez que vemos esses setores se levantarem contra as melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora, por menores e mais irrisórias que estas sejam.

Nossa crítica pretende seguir em outro sentido. Em primeiro lugar, não se trata de uma crítica endereçada a um governo ou partido específico. Como a exposição acerca do uso ideológico do conceito de insegurança alimentar pela FAO e pelo Banco Mundial demonstra, essa é uma questão que extrapola tais termos. A nosso ver, é preciso ter em mente que essa política de segurança alimentar corresponde a uma gestão estatista da miséria que pode ser realizada com diferentes nuances por governos, partidos ou instituições internacionais distintos. Em segundo lugar, parece-nos claro que, se em algum momento a proposta de combate à fome no país poderia ter servido de justificativa para o questionamento das relações sociais responsáveis por ela, isso se perdeu no caminho.

Para compreender a especificidade do período que analisaremos aqui (pós-2003) é importante identificar o modo como o Estado brasileiro historicamente se posicionou frente às questões relativas à alimentação. De acordo com Vasconcelos (2005), antes de 2003 é possível identificar três diferentes momentos no que se refere à atuação do Estado brasileiro no campo da alimentação: do primeiro Governo Vargas até a Ditadura Militar (1930-1963); Ditadura Militar (1964-1984); e Nova República (1985-2003).

Não nos interessa aqui discutir detalhadamente cada um dos períodos ou mesmo a validade dessa periodização<sup>30</sup>, mas ressaltar como uma análise do papel do Estado brasileiro no âmbito da alimentação revela uma grande diversidade ou descontinuidade entre os diferentes governos. Assim, se no Governo Vargas (ou mais especificamente durante o período conhecido como Estado Novo) a instituição do salário mínimo (cuja regulamentação

<sup>30</sup> O esforço de periodização do autor tem seu mérito, contudo parece-nos que, com exceção do período da Ditadura Militar, há uma diversidade interna muito grande em cada período para podermos defini-los como unidades.

2

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> Em **Geografia da Fome**, de 1948, Josué de Castro (2008) já colocava explicitamente a necessidade de se romper com o tabu que ronda esse tema.

considerava a "ração essencial mínima"<sup>31</sup> de um trabalhador adulto) e a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps) e da Comissão Nacional de Alimentação (CNA) revelavam um reconhecimento das precárias condições de vida dos trabalhadores e da necessidade de atuação do Estado, já durante a Ditadura Militar, apesar de algumas medidas tomadas no campo da política alimentar, as palavras "fome" e "desemprego" deixaram de fazer parte do "planejamento autoritário" que vigorava (VASCONCELOS, 2005).

Com o processo de abertura política, o comprometimento com a segurança alimentar<sup>32</sup> passa a fazer parte das propostas de diferentes partidos políticos. Desde a campanha das Diretas Já (1983-1984), os problemas relacionados à alimentação ganham centralidade, devido à evidente precariedade da alimentação dos trabalhadores durante a Ditadura Militar. Dados do Estudo Nacional de Despesas Familiares (Endef) realizado em 1974/1975 revelam que a situação era alarmante, pois "67,0% da população apresentavam um consumo energético inferior às necessidades nutricionais mínimas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS)" (VASCONCELOS, 2005, p. 444).

Com o fim da ditadura, volta a existir uma intervenção mais nítida do Estado no sentido de amenizar os problemas relativos à carestia e à fome<sup>33</sup>, porém, de acordo com Vasconcelos (2005), num contexto de hiperinflação e sucessivos planos econômicos, essa política não conseguiu avançar<sup>34</sup>.

A chegada de Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional – PRN) à presidência foi marcada pela implementação mais intensa do ideário neoliberal, que, "dentro do discurso da estabilização econômica, da modernização do Estado e da economia [...] desencadeou uma brutal redução dos recursos financeiros, esvaziamento e/ou extinção dos programas de alimentação e nutrição" (VASCONCELOS, 2005, p. 447). Como forma de organizar a oposição ao Governo Collor (1990-1992), em 1990 foi lançado o "Governo Paralelo" (sob a liderança de Lula), cujo objetivo era opor-se às medidas liberalizantes e propor políticas públicas para o país, entre as quais se destacava a Política Nacional de Segurança Alimentar que, segundo Marques (2010, p. 80), caracterizava-se por ter uma visão

. 1

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> Expressão utilizada no Decreto-Lei n.º 399, de 30 de abril de 1938 (BRASIL, 1938), que regulamentava o salário mínimo.

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> Convém salientar que é a partir desse momento que o conceito de segurança alimentar passa a ser utilizado de maneira significativa no debate nacional sobre alimentação.

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Segundo Vasconcelos (2005, p. 446), "no ano de 1985, três instrumentos específicos de política social foram lançados: o Plano Subsídios para a Ação Imediata contra a Fome e o Desemprego, elaborado pela Comissão para o Plano do Governo (COPAG); as Prioridades Sociais para 1985 e as Prioridades Sociais para 1986".

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> "Entretanto, entre 1987 e 1989, em função da edição do Plano Cruzado (fevereiro de 1986), do Plano Bresser (julho de 1987) e do Plano Verão (fevereiro de 1989), observou-se um certo esvaziamento técnico, financeiro e político dos programas de alimentação e nutrição". (VASCONCELOS, 2005, p. 446)

sobre a segurança alimentar "muito abrangente, passando pela reforma agrária, políticas de emprego e renda e, evidentemente, produção de alimentos".

O *impeachment* de Collor e a consequente mudança no cenário político nacional refletiram-se na política de segurança alimentar brasileira. Durante o curto governo de Itamar Franco (1993-1994), a questão da alimentação ganha alguma centralidade, com o compromisso do presidente em implantar a Política Nacional de Segurança Alimentar, elaborada pelo Governo Paralelo e apresentada pelo PT (VASCONCELOS, 2005, p. 448). Disso resultou o lançamento do Plano de Combate à Fome e à Miséria, bem como a formação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea).

É preciso destacar também que nesse período se desenvolveu outra ação de grande visibilidade em torno da temática da fome, porém fora da esfera governamental. Trata-se da constituição da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada por Herbert José de Sousa (mais conhecido como Betinho), que chamava atenção para a expressiva quantidade de pessoas que passavam fome no país. A Ação da Cidadania contou com grande inserção midiática e ficou conhecida principalmente por suas campanhas de doação de alimentos.

A chegada de Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) à presidência, em 1995, representa mais uma descontinuidade na política alimentar brasileira. Além da extinção do Consea, o governo cria o Programa Comunidade Solidária, presidido pela então primeira-dama Ruth Cardoso, que esvazia a Ação da Cidadania. Para Vasconcelos (2005, p. 451), "no decorrer do governo FHC [Fernando Henrique Cardoso] (1995-2002), por meio da Comunidade Solidária, identificaram-se a ênfase no discurso neoliberal da focalização, flexibilidade e parcerias entre o estado mínimo, o mercado e o chamado terceiro setor".

Nesse mesmo período, merecem destaque algumas iniciativas em âmbito municipal que posteriormente serviriam de referência para o governo do PT ao implantar o Fome Zero. Trata-se da

introdução dos programas municipais de transferência de renda para combater a pobreza (em Campinas entre 1993 e 1996, em Brasília no período de 1995 a 1998 e em Recife de 1997 a 2000) e [d]o programa integrado de produção e consumo de alimentos iniciado pela Prefeitura de Belo Horizonte (1993-96). (BELIK, 2012, p. 97)

Esses programas de transferência de renda, que se contrapunham aos antigos programas de doação de cestas básicas ou de frentes de trabalho, tinham como uma de suas

principais características o fato de estabelecerem condicionalidades relacionadas à saúde, educação e capacitação profissional, que na visão de seus idealizadores seriam também uma forma de estimular o acesso a determinados serviços sociais importantes para a superação da pobreza. É interessante notar que, desse modo, tais programas já estavam em conformidade com os princípios de combate à pobreza que o Banco Mundial vinha propondo desde o início da década de 1990.

Foi nesse contexto que, em 2001, novamente em oposição ao governo pelo qual havia sido derrotado e já apontando para sua terceira candidatura à presidência, Lula encabeça o lançamento do Projeto Fome Zero: Uma proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil, pelo Instituto Cidadania, elaborado sob a coordenação de três professores do Núcleo de Economia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp): José Graziano da Silva, Walter Belik e Maya Takagi. Para aqueles que estavam envolvidos na elaboração do projeto, ele

expressava o amadurecimento do tema e sua incorporação à pauta do Partido dos Trabalhadores. Não se tratava de inaugurar a abordagem do tema, mas de transformá-lo em prioridade nacional a ser abordada pela ação planejada e decisiva do Estado, impulsionada pela participação social. (SILVA; GROSSI; FRANÇA, 2010, p. 8)

Como já mencionado, o Projeto Fome Zero foi uma das principais bandeiras da campanha de Lula à presidência em 2002. Ao assumir a presidência, já em seu primeiro dia de governo Lula cria o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa), com a função de formular e implantar a política de segurança alimentar do novo governo, e recria o Consea<sup>35</sup>, que tem caráter consultivo e assessora a Presidência da República.

Sob o comando de José Graziano da Silva, o Mesa implementou em 2003 o Programa Fome Zero, que em seu primeiro ano atuou basicamente em três eixos: implantação do Programa Cartão Alimentação, que atuava de maneira complementar aos já existentes Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás; Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); e ações voltadas para a educação alimentar, ao lado da criação de Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos. De acordo com Takagi (2010, p. 58), a Lei

Nutricional (LOSAN), em 2006, e da instituição da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com o decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010". (MENEZES; SANTARELLI, 2012, p. 25)

, ,

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> "Formado por 59 conselheiros, sendo 19 ministros de Estado e 38 representantes da sociedade civil, sua natureza é consultiva, mobilizadora e de assessoramento. Com estes instrumentos, o Conselho vem transformando o Fome Zero, originalmente uma política estratégica de um determinado governo, em uma política de Estado, por meio, principalmente, da promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e

Orçamentária Anual de 2003 alocou R\$ 1,8 bilhão para esses três eixos de atuação, sendo que mais de 65% desse montante (R\$ 1,2 bilhão) foram destinados ao Programa Cartão Alimentação. Isso revela, a nosso ver, uma tendência da política de segurança alimentar brasileira a partir de 2003: a concentração de recursos nos programas de transferência de renda.

O Programa Cartão Alimentação foi implementado primeiro nos municípios do Nordeste atingidos pela seca, depois se difundiu para todas as regiões do país. Em princípio foi aventada a possibilidade de distribuição de "cupons de alimentação" com os quais as famílias beneficiadas poderiam adquirir somente alimentos, mas o governo optou por utilizar o Cadastro Único<sup>36</sup> e realizar a transferência de renda por meio da Caixa Econômica Federal, que disponibilizou os cartões para as famílias contempladas (TAKAGI, 2010, p. 61).

Ao mesmo tempo em que o Programa Cartão Alimentação era implementado, uma equipe do governo, denominada Grupo de Trabalho Fome Zero, já atuava no sentido de unificar os programas federais de transferência de renda existentes. Por esse motivo, é preciso entender 2003 como um ano de transição, pois o principal programa que viria a estruturar o Fome Zero ainda estava sendo formatado: foi somente em outubro desse ano que o Programa Bolsa Família, um programa de transferência de renda condicionada, foi lançado como parte do Programa Fome Zero<sup>37</sup>.

A partir de sua implantação, muitos passaram a identificar o Programa Bolsa Família como sinônimo de Programa Fome Zero, mas é importante salientar que o primeiro foi pensado como parte integrante do segundo. Como forma de distinguir a natureza de ambos, alguns autores passaram a definir o Programa Fome Zero como "estratégia" ou "ideia força" (BRASIL, 2010a, p. 15). Essa mudança de nomenclatura é pertinente, pois torna mais clara a natureza do Fome Zero e distingue-o claramente daquele que é seu principal programa.

Se, por um lado, é importante considerar que para além do Programa Bolsa Família outras ações integravam o Fome Zero, por outro não é completamente sem sentido que haja

2

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> Criado em 2001 (durante o governo de Fernando Henrique Cardoso), esse cadastro tem como objetivo manter informações atualizadas sobre os potenciais beneficiários dos programas sociais. Atualmente, o Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e busca identificar as famílias cuja renda mensal por pessoa seja de até meio salário mínimo, ou cuja renda mensal total seja de até três salários mínimos. Esse é o cadastro utilizado para a seleção dos beneficiários de programas sociais federais como o Bolsa Família, ou seja, para receber o(s) benefício(s) a família deve estar inscrita no Cadastro Único. O cadastramento das famílias é de responsabilidade dos municípios e ocorre por meio de escolas, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Unidades Básicas de Saúde (UBS) e outros mecanismos de busca.

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> "Do ponto de vista legal, o programa foi oficialmente instituído por meio da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e posteriormente regulamentado por uma série de decretos e instrumentos infralegais". (MENEZES; SANTARELLI, 2012, p. 28)

uma confusão na qual ambos são tratados como sinônimos. Entre 2003 e 2010<sup>38</sup>, mais de 80% dos recursos executados pelo Fome Zero para ampliar o acesso aos alimentos foram destinados ao Programa Bolsa Família (pouco mais de R\$ 60 bilhões, de um total de quase R\$ 75 bilhões), enquanto outras ações, como a construção e manutenção de Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos não receberam juntas nem 0,5% dos recursos.

Tabela 2 - Recursos executados entre 2003 e 2010 pelos programas que compõem o Programa Fome Zero

para a ampliação do acesso aos alimentos

Programas que compõem o Fome Zero	Recursos executados	Participação no total de recursos executados
Programa Bolsa Família	R\$ 60.942.529.142,00	81,32%
Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)	R\$ 11.753.498.732,91	15,68%
Cisternas	R\$ 553.156.185,00	0,74%
Segunda Água (desde 2007)	R\$ 87.149.634,44	0,12%
Restaurantes Populares	R\$ 179.962.221,00	0,24%
Cozinhas Comunitárias	R\$ 121.101.858,63	0,16%
Bancos de Alimentos	R\$ 19.989.567,00	0,03%
Segurança Alimentar para Povos e Comunidades Tradicionais (desde 2008)	R\$ 1.004.014.612,00	1,34%
Educação Alimentar e Nutricional	R\$ 37.897.308,00	0,05%
Alimentos a grupos populacionais específicos	R\$ 241.114.694,00	0,32%
Total	R\$ 74.940.413.954,98	100,0%

Fonte: Brasil (2010c, p. 226). Elaborado pelo autor.

Os dados revelam que, desde 2003, a política de segurança alimentar brasileira esteve em sintonia com a recomendação do Banco Mundial de utilizar a transferência de renda (voltada para a parte da população situada abaixo da linha da pobreza e extrema pobreza) como principal instrumento de combate à fome.

É possível argumentar, no entanto, que o Fome Zero não atuou somente na promoção do acesso ao alimento. Há outros programas que o integram e estão voltados para o fortalecimento da agricultura familiar e para a promoção da economia solidária e inclusão produtiva. Se tomarmos como referência os recursos executados entre 2003 e 2010 nessas

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> Em 2011, o Fome Zero foi substituído pelo Programa Brasil Sem Miséria, que mantém suas linhas gerais de atuação.

áreas, o peso do Programa Bolsa Família é relativizado, uma vez que os recursos destinados, entre 2003 e 2010, ao Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (R\$ 60.880.155.471,00) são semelhantes àqueles destinados ao Bolsa Família (R\$ 60.942.529.142,00).

O problema aqui é que, neste ponto, passamos a comparar coisas diferentes, uma vez que o Pronaf é um programa de crédito. Não pretendemos de modo algum diminuir a importância do apoio à agricultura familiar na resolução de diversos problemas relacionados à alimentação, mas a questão é que, em se tratando de crédito (para compararmos ações do Estado brasileiro que têm a mesma natureza), é imensa a diferença entre os valores destinados à agricultura familiar e à agricultura patronal <sup>39</sup>. De acordo com levantamento feito pelo Consea (2010, p. 64):

As políticas de apoio creditício à agricultura familiar e à agricultura patronal reproduzem, na alocação dos recursos, a acentuada desigualdade que se observa na estrutura fundiária. [...] o valor destinado à agricultura familiar girou sempre em torno de 1/5 do que é programado para a agricultura patronal [...]. Isto significa que mais de 80% dos gastos previstos nos planos-safras para o setor agropecuário são dirigidos a cerca de 15% dos produtores, ao passo que aos demais 85% cabem 20% dos recursos.

Tabela 3 - Evolução do crédito programado para agricultura patronal e familiar (R\$ bilhões)

Safras	Agricultura patronal	Agricultura familiar
2002/03	20,5	4,2
2003/04	27,1	5,4
2004/05	39,4	7,0
2005/06	44,3	9,0
2006/07	50,0	10,0
2007/08	58,0	12,0
2008/09	65,0	13,0
2009/10	93,0	15,0
2010/11	100,0	16,0

Fonte: Consea (2010, p. 64).

Se aceitarmos a comparação de recursos de naturezas diferentes, vê-se que apenas o crédito destinado para a agricultura patronal entre 2003 e 2010 (R\$ 476,8 bilhões) é 3,2 vezes maior do que todo o valor destinado ao Fome Zero no mesmo período.

Retomando a análise do Programa Bolsa Família, que a partir de 2004 passa a ser gerido pelo MDS<sup>40</sup>, é importante ressaltar que ele não se efetivou como um direito garantido

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> Utilizamos aqui os conceitos de agricultura familiar, não familiar e patronal para acompanhar os conceitos do relatório do Consea (2010). Apesar de reconhecermos a importância da problematização desses conceitos, não é possível desenvolvê-la neste momento.

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> "Em janeiro de 2004, após um ano de criação, o Mesa foi extinto e sua estrutura foi incorporada ao novo Ministério criado – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que também incorporou mais

em lei. Isso significa que o Estado não é obrigado a atender todas as famílias que preenchem os requisitos para receber o benefício, trabalhando desde sua criação com metas de cobertura<sup>41</sup>.

Desde sua criação, o Programa Bolsa Família toma como critério de elegibilidade duas linhas de pobreza (pobreza e pobreza extrema), que também servem de referência para definir o valor a ser recebido pelos beneficiados. Em linhas gerais, aqueles que estão abaixo da linha de pobreza extrema têm direito a um benefício básico, além de benefícios variáveis dependendo da quantidade de crianças e jovens na família. Já as famílias que se encontram abaixo da linha de pobreza (mas acima da de pobreza extrema) têm direito apenas aos benefícios variáveis. A partir de 2012, como parte do programa Brasil Sem Miséria, foi introduzido o Benefício para Superação da Extrema Pobreza, que complementa o valor a fim de garantir que todas as famílias beneficiadas superem a situação de extrema pobreza<sup>42</sup>.

dois órgãos recém-criados em 2003: o Ministério da Assistência Social e a Secretaria Executiva do Bolsa Família, programa unificado de transferência de renda que incorporou o Programa Cartão Alimentação do Programa Fome Zero, além dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale-Gás, de vários ministérios. O objetivo foi conferir maior racionalidade à administração federal". (TAKAGI, 2010, p. 82)

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> Sua primeira meta foi definida a partir dos resultados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2001-2002, a qual indicava que 11 milhões de famílias viviam com uma renda familiar *per capita* menor que R\$ 100,00 (a primeira linha de pobreza estabelecida pelo Programa).

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Vale destacar que os valores dos benefícios não são indexados a qualquer índice, ou seja, não são reajustados automaticamente. Para que isso ocorra, é preciso que uma lei ou decreto estabeleça os novos valores.

Tabela 4 - Faixas de renda contempladas e benefícios concedidos pelo Programa Bolsa Família (2003-2011)

Faixas de renda	Renda familiar <i>per capita</i> máxima						
contempladas	2003	2006	2007	2008	2009	2011	
Em situação de pobreza extrema	R\$ 50,00	R\$ 60,00	R\$ 60,00	R\$ 60,00	R\$ 70,00	R\$ 70,00	
Em situação de pobreza	R\$ 100,00	R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 140,00	R\$ 140,00	
Benefícios concedidos	Valor do benefício						
Deficitos concedidos	2003	2006	2007	2008	2009	2011	
Benefício básico							
(somente para famílias em extrema pobreza)	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 58,00	R\$ 62,00	R\$ 68,00	R\$ 70,00	
Benefício variável por criança de 0 a 15 anos (até 3 crianças) (para todas as famílias)	R\$ 15,00 – R\$ 45,00	R\$ 15,00 – R\$ 45,00	R\$ 18,00 – R\$ 54,00	R\$ 20,00 – R\$ 60,00	R\$ 22,00 – R\$ 66,00	R\$ 32,00 – R\$ 160,00*	
Benefício variável por jovem de 16 e 17 anos (até 2 jovens) (para todas as famílias)	-	-	R\$ 30,00 - R\$ 60,00	R\$ 30,00 - R\$ 60,00	R\$ 33,00 – R\$ 66,00	R\$ 38,00 – R\$ 76,00	
* Em 2011 o benefício foi am	pliado para um lin	nite de 5 crianças.	•	•	•		

Fonte: Osorio e Soares (2014). Elaborado pelo autor.

Tabela 5 - Faixas de renda contempladas e benefícios concedidos pelo Programa Bolsa Família (2012-2014)

Renda familiar per capita máxima				
2012	2013	2014		
R\$ 70,00	R\$ 70,00	R\$ 77,00		
R\$ 140,00	R\$ 140,00	R\$ 154,00		
Valor do benefício				
2012	2013	2014		
R\$ 70,00	R\$ 70,00	R\$ 77,00		
R\$ 32,00 – R\$ 160,00	R\$ 32,00 – R\$ 160,00	R\$ 35,00 – R\$ 175,00		
R\$ 38,00 – R\$ 76,00	R\$ 38,00 – R\$ 76,00	R\$ 42,00 – R\$ 84,00		
Hiato per capita remanescente para as famílias que após receberem o Bolsa Família permaneciam extremamente pobres.*	Hiato per capita remanescente para as famílias que após receberem o Bolsa Família permaneciam extremamente pobres.	Hiato per capita remanescente para as famílias que após receberem o Bolsa Família permaneciam extremamente pobres.		
	2012  R\$ 70,00  R\$ 140,00  2012  R\$ 70,00  R\$ 32,00 – R\$ 160,00  R\$ 38,00 – R\$ 76,00  Hiato per capita remanescente para as famílias que após receberem o Bolsa Família permaneciam	2012         2013           R\$ 70,00         R\$ 70,00           R\$ 140,00         R\$ 140,00           Valor do benefício           2012         2013           R\$ 70,00         R\$ 70,00           R\$ 32,00 - R\$ 160,00         R\$ 32,00 - R\$ 160,00           R\$ 38,00 - R\$ 76,00         R\$ 38,00 - R\$ 76,00           Hiato per capita remanescente para as famílias que após receberem o Bolsa Família permaneciam         Hiato per capita remanescente para as famílias que após receberem o Bolsa Família permaneciam		

Fonte: Osorio e Soares (2014). Elaborado pelo autor. Para receber os benefícios concedidos pelo Programa Bolsa Família, além de se situar dentro das linhas de elegibilidade as famílias devem atender às condicionalidades do programa:

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal. (BRASIL, [s.d.])

Assim, obedecendo a esses principais critérios e características, aqui apresentados, em agosto de 2014 o Programa Bolsa Família transferiu R\$ 2,37 bilhões, para aproximadamente 14 milhões de famílias (alcançando um valor médio de benefício de R\$ 169,90) (BRASIL, 2014). Pelo exposto, parece claro que a política de segurança alimentar brasileira está alinhada às diretrizes propostas pela FAO e pelo Banco Mundial. A segurança alimentar também é entendida por meio da noção de acesso, e sua garantia não passa em nenhum momento pelo questionamento das relações sociais de produção. Pelo contrário, é por meio de um programa de transferência de renda, pensado e executado a partir do estabelecimento de linhas de pobreza e extrema pobreza, como sugere o Banco Mundial, que se busca garantir uma renda mínima para a parcela mais pobre da população e ao mesmo tempo fortalecer as relações de mercado que supostamente garantiriam a segurança alimentar.

## 1.5 O FOME ZERO E A FOME QUE PERSISTE

Passados mais de dez anos do lançamento do Programa Fome Zero, não é possível afirmar que a fome tenha sido superada no Brasil. Os resultados das edições de 2004, 2009 e 2013<sup>43</sup> da Pnad indicam que, apesar de ter havido uma diminuição dos níveis de insegurança alimentar no país, esta ainda atinge aproximadamente 20% da população brasileira (IBGE, 2014).

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> As três tiveram investigações suplementares no que diz respeito à segurança alimentar.

Antes de apresentarmos os dados dessas pesquisas, é preciso compreender algumas características da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Utilizada nas três edições da Pnad acima mencionadas, ela foi desenvolvida em 2003 por pesquisadores reunidos na Unicamp, com o objetivo de contribuir com as "políticas do Fome Zero" por meio da criação de "indicadores diretos de quantificação da população sujeita a diferentes graus de insegurança alimentar, apropriados, também, para o acompanhamento e avaliação de suas ações e estratégias" (SEGALL-CORREA; MARIN-LEON, 2009, p. 3).

Esses pesquisadores, que também entendiam ser inadequada a mensuração da insegurança alimentar pelo rendimento familiar *per capita* (ou linhas de pobreza), viram na escala utilizada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (apresentada na subseção 1.2) um método de mensuração direta passível de adaptação à realidade brasileira. A Escala Americana de Insegurança Alimentar classifica os domicílios em 4 categorias, a partir de um questionário composto por 18 itens que indicam experiências de insegurança alimentar: do receio de que o orçamento familiar não seja suficiente para comprar alimentos até a diminuição no número de refeições. Ao final de sua aplicação, verifica-se a quantidade de respostas positivas, e o domicílio é classificado como: em segurança alimentar; inseguro sem fome; inseguro com fome – moderado; e inseguro com fome – severo.

A adaptação realizada pela equipe brasileira consistiu na "adequação de linguagem e redução do tempo de referência dos eventos de interesse de 12 meses para 3 meses anteriores à entrevista", assim como na redução "dos itens da escala original de 18 itens para 15" (SEGALL-CORREA; MARIN-LEON, 2009, p. 4). A adequação de linguagem e a redução no número de itens do questionário para 15<sup>44</sup> não nos parecem problemáticas, no entanto a redução do tempo de referência dos eventos de interesse 12 para 3 meses tem como consequência uma diminuição da quantidade de respostas positivas, o que pode levar a uma percepção atenuada do quadro de insegurança alimentar<sup>45</sup>.

Além disso – e o que nos parece ainda mais problemático –, a equipe responsável por adaptar a escala estadunidense à realidade brasileira considerou que a existência de fome no domicílio é indicada apenas pela insegurança alimentar grave, diferentemente da escala estadunidense, que também aponta a existência de fome nos domicílios em situação de

<sup>44</sup> Em 2010, o MDS atualizou o questionário, que passou a ter 14 questões (IBGE, 2014, p. 29). O questionário utilizado na Pnad de 2013 e os critérios de classificação do domicílio podem ser observados nos anexos A e B.

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> Entendemos que o "tempo de referência dos eventos de interesse de 12 meses" é mais interessante por cobrir as possíveis variações que o orçamento familiar pode sofrer no intervalo de um ano. Essa compreensão, como veremos mais adiante, está fundamentada nas entrevistas que realizamos para esta pesquisa: em mais de uma ocasião, entrevistados que trabalhavam em funções ligadas ao comércio relataram enfrentar dificuldades mais pronunciadas em alguns meses do ano.

insegurança alimentar moderada, visto que neles já haveria casos relatados de ingestão de alimentos reduzida, ou consequências da ingestão reduzida para adultos. No Brasil, os domicílios nessa mesma situação não são considerados para a mensuração da fome no país. Assim, é possível que uma família responda positivamente às questões "Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?" ou "Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não tinha dinheiro para comprar comida?" (IBGE, 2014, p. 30), e nem assim seu domicílio será considerado com parte dos domicílios onde há fome no Brasil.

Talvez essa diferença expresse como a própria ideia de fome (ou de quais são as nossas necessidades mais elementares) não seja a mesma em diferentes lugares e momentos. O que parece inaceitável em um lugar pode ser a condição de normalidade em outro. No entanto, as escalas de insegurança alimentar foram criadas com base na ideia de que a percepção do faminto sobre sua condição é mais importante do que dados relativos à sua renda ou mesmo às características nutricionais da dieta. Logo, não faz sentido que, em domicílios nos quais haja claramente a percepção de que há fome, esta não seja computada como tal. Assim, preferimos ficar, pelo menos neste momento, com a definição mais simples e socialmente aceita, que foi colocada por Lula como meta de seu primeiro mandato: a de que todos os brasileiros deveriam fazer ao menos três refeições por dia<sup>46</sup>.

Mesmo com esses problemas, a comparação dos resultados das Pnad de 2004, 2009 e 2013 (IBGE, 2014) parece ser uma forma válida de traçar um quadro da situação da segurança alimentar no Brasil e, consequentemente, de avaliar os resultados obtidos pelo Fome Zero e pelo Brasil Sem Miséria. De acordo com essa pesquisa, em 2004, 34,9% dos domicílios do país estava em situação de insegurança alimentar. Em 2009 essa proporção passou para 30,2%, e em 2013 ela era de 22,6% (IBGE, 2014, p. 35)<sup>47</sup>. De acordo com os dados, é possível verificar que essa redução deu-se em todos graus de insegurança alimentar.

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> Por essa razão, consideraremos aqui que a insegurança alimentar moderada também indica a existência de fome nos domicílios brasileiros.

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> Em termos absolutos, aproximadamente 73 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar em 2004, 66 milhões em 2009 e 52 milhões em 2013. A tabela completa pode ser consultada no Anexo C.

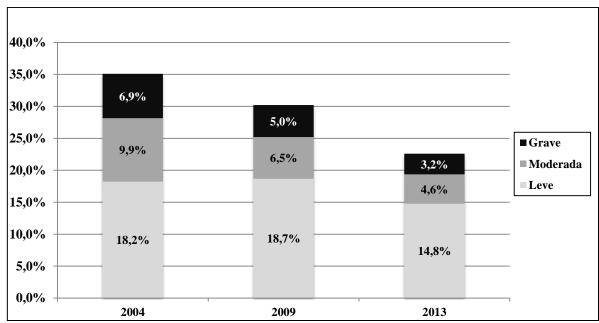


Gráfico 1 - Proporção dos domicílios em situação de insegurança alimentar leve, moderada e grave — Brasil (2004-2013)

Fonte: IBGE (2014). Elaborado pelo autor.

Se tomarmos os dados relativos à insegurança alimentar moderada e grave, nota-se que houve uma diminuição dos domicílios onde há incidência de fome: 16,9% em 2004; 11,5% em 2009 e 7,8% em 2013. Isso representava aproximadamente 35,8 milhões de pessoas em 2004, 25,7 milhões em 2009 e 17,5 milhões de pessoas em 2013 sofrendo com a fome. É impossível negar, portanto, que entre 2004 e 2013 houve uma queda, em termos relativos e absolutos, tanto da insegurança alimentar como da fome no Brasil.

Por outro lado, a pesquisa revela o tamanho do desafio que ainda há pela frente. Se tomarmos como critério de avaliação a meta colocada pelo próprio presidente Lula em seu primeiro discurso como presidente, ou seja, a erradicação da fome no país, fica claro que a política de segurança alimentar brasileira ainda está longe de atingir seu principal objetivo. Mas, se o Fome Zero foi incapaz de acabar com a fome (ou mesmo de chegar perto desse resultado), por que razão ele (ou mais exatamente o Bolsa Família), de alguma forma, passou a ser compreendido nacional e internacionalmente como uma experiência de sucesso no combate à fome?

Não se trata aqui de fazer uma crítica que não reconhece os avanços conquistados, nem de nos colocarmos ao lado dos setores mais conservadores de nossa sociedade que fazem críticas rasas e simplistas ao Bolsa Família. Mas, diante dos dados disponíveis e da dramaticidade da realidade que se constata nos trabalhos de campo realizados na cidade de São Paulo, é pertinente questionar até que ponto a política de segurança alimentar brasileira,

que tem como carro-chefe um programa de transferência de renda, é suficiente para acabar com a insegurança alimentar e a fome no Brasil.

É notório que, desde seu lançamento, houve uma forte resistência por parte dos setores mais conservadores da sociedade brasileira ao Fome Zero, mas isso não significa que ele tenha sido entendido por todos os setores do capital como prejudicial ao desenvolvimento. Prova disso é que, desde seu início, a iniciativa contou com aprovação e empréstimos do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) <sup>48</sup> e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o que indica seu alinhamento com os rumos do debate sobre segurança alimentar no contexto internacional. Trata-se, portanto, de uma política social que não se opõe aos preceitos do neoliberalismo, estando, na verdade, em consonância com sua nova configuração<sup>49</sup>.

Outra indicação de que a política de segurança alimentar brasileira é vista como bem sucedida, mesmo sem ter conseguido acabar com a fome e a insegurança alimentar no país, é a eleição de José Graziano da Silva (como vimos, um dos coordenadores do Projeto Fome Zero e ministro do Mesa) para o cargo de diretor geral da FAO em 2011.

É difícil precisar quanto dos avanços relativos à insegurança alimentar devem-se exclusivamente ao Fome Zero. É imprescindível considerar que o aumento real de 76,54% do salário mínimo, conforme indicam os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) (2015) também teve um efeito considerável na melhora dos índices de segurança alimentar. De toda maneira, está claro que, se o programa não tivesse obtido qualquer resultado positivo, seria difícil apresentá-lo nacional e internacionalmente como uma política pública bem sucedida de promoção da segurança alimentar.

Porém outros fatores parecem pesar mais para essa aprovação. Em primeiro lugar, várias das defesas ao Programa Bolsa Família apoiam-se no fato de ele ter se mostrado "economicamente viável". Mais do que isso, muitas vezes a defesa que se faz do programa dá-se por meio de dados que mostram como ele foi benéfico para a economia do país. De acordo com um documento de trabalho do Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, os gastos com o Fome Zero podem até mesmo ser identificados como investimentos viáveis, e não como gastos com proteção social:

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> Instituição financeira do Banco Mundial.

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup>Logo após a assinatura do primeiro empréstimo do Banco Mundial ao governo Lula em 2003, James Wolfensohn (então presidente do Banco Mundial) "elogiou as medidas econômicas e sociais adotadas no Brasil" e ressaltou que "mais importantes são as mudanças que estão ocorrendo no Brasil, como 'as no contrato social, geração de justiça social e combate à pobreza, que são exemplos para o mundo"" (BIRD, 2003).

Ressalte-se que programas de segurança alimentar/redução da pobreza em larga escala podem ser fiscalmente sustentáveis mesmo em países com menor desenvolvimento econômico que o Brasil. Em 2006, o custo do Bolsa Família alcançou somente 1,0% do Orçamento Nacional e 0,4% do PIB estimado. O custo anual por participante foi de aproximadamente 25 centavos de dólar por dia, e a contribuição do programa de merenda escolar custou apenas 0,10 centavos de dólar por dia para cada criança. Há uma crescente evidência de que os principais componentes do FZ [Fome Zero] estão começando a gerar benefícios econômicos e que eles poderiam, portanto, não ser considerados como gastos em proteção social, mas sim como investimentos viáveis.(BRASIL, 2010c, p. 98)

Isso nos leva a considerar que, em nossa sociedade, só são aceitas políticas públicas que não coloquem em questão os imperativos dessa economia; assim, o combate à fome deve assumir contraditoriamente a racionalidade econômica que produz a fome. Apesar de anunciar diversas medidas que buscariam garantir a segurança alimentar, a ênfase dada à distribuição de renda por meio do Bolsa Família revela que outras ações capazes, mesmo que apenas parcialmente, de redefinir as relações de classe no Brasil não foram colocadas em prática. Isso pode ser observado com o abandono do projeto de realizar a reforma agrária, pauta que já foi central para movimentos sociais e partidos políticos os quais defendiam a segurança alimentar como uma prioridade. Ou, senão, na compreensão de Belik (2012) (lembrando que o autor também participou da formulação do Programa Fome Zero), de que não haveria porque repensar os canais de distribuição de alimentos, uma vez que, em sua opinião, a iniciativa privada já ofereceria uma rede de equipamentos eficiente para isso<sup>50</sup>. Quando não se podem colocar em risco os termos em que se dá a acumulação de capital, a erradicação da fome como prioridade parece ficar apenas no discurso.

O Fome Zero, assim como outras políticas que buscam a segurança alimentar por meio de programas de distribuição de renda, está fundado na noção de que a insegurança alimentar é causada não pela indisponibilidade de alimentos, mas pela dificuldade de uma parte da população acessá-los, o que justificaria a concentração dos recursos do Fome Zero em um programa de distribuição de renda (o Bolsa Família). Isso indica que os idealizadores dessa política de segurança alimentar entendem que seria possível superar a fome fortalecendo as relações de mercado e evitando qualquer confronto mais intenso com os diferentes setores do capital.

= 1

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> "No campo dos programas locais, deve ser destacado o novo relacionamento que se propunha estabelecer junto aos varejistas e distribuidores. Essa proposta partia da constatação de que o varejo moderno estava muito bem estruturado nas cidades médias e grandes e que seria um contrassenso criar mecanismos paralelos para a garantia de abastecimento." (BELIK, 2012, p. 101)

Diversas pesquisas sobre segurança alimentar ajudam a corroborar esse entendimento: são feitos levantamentos estatísticos em diferentes áreas e invariavelmente chega-se à conclusão de que insegurança alimentar e baixa renda estão intimamente relacionados. Essa parece ser, a nosso ver, uma afirmação que beira a obviedade, em uma sociedade na qual o acesso ao alimento por parte daqueles que não os produzem dá-se quase exclusivamente por intermédio do dinheiro. No entanto, o que essas pesquisas não se prestam a explicar é o que causa tamanha diferença de rendimentos. Quais são os processos responsáveis pela imensa concentração de renda? Como uma produção abundante de alimentos pode coexistir com milhões de pessoas que não conseguem se alimentar satisfatoriamente?

Retomemos aqui o argumento de Müller (2013), já exposto. Essa autora caracteriza a ação da FAO como guiada por um olhar pragmático para o futuro que não questiona as relações sociais historicamente responsáveis pela miséria e pela fome. Isso não significa que a FAO ou o governo brasileiro não reconheçam, pelo menos no nível do discurso, que a desigualdade é fruto de um processo histórico. A questão é que as ações propostas nunca vão em direção às raízes ou fundamentos desse problema: elas ficam sempre na sua superfície, na maneira como o problema se manifesta. A conclusão de que a insegurança alimentar está diretamente relacionada com a renda familiar soa quase banal. Sim, é um avanço reconhecer que a fome é fruto da pobreza e não da falta de alimentos ou da inabilidade de certas famílias em utilizar seus recursos monetários corretamente. No entanto, essas pesquisas não explicam como a fome é produzida e, por isso, muitas vezes entendem que ela pode ser erradicada por meio de um decreto, de uma lei ou de um programa de transferência de renda.

## 2 A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E A ALIENAÇÃO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES

Ao tratar da questão da habitação, Engels (1984, p. 75) afirma que o único método que a burguesia tem de lidar com esse problema é por meio de "soluções que produzam a questão sempre de novo", e enfatiza que, "enquanto o modo de produção capitalista existir, será disparate pretender resolver isoladamente a questão da habitação ou qualquer outra questão social que diga respeito à sorte dos operários". A nosso ver, quando Engels (1984) destaca que qualquer questão social não se resolveria sem a contestação do próprio modo de produção capitalista, ele não tinha como objetivo fornecer uma resposta simplista para a crise habitacional, como se bastasse invocar as características do modo de produção capitalista para compreendê-la e superá-la, mas pretendia contrapor-se às soluções ilusórias ou ideológicas que se apresentavam naquele momento. Também não tinha como finalidade desqualificar as diversas lutas (por moradia, por uma melhor alimentação ou por outras melhorias na condição de vida dos trabalhadores), mas destacar a necessidade de se decifrarem e questionarem os fundamentos dessas crises para que as reivindicações sociais não acabassem reiterando ou reforçando o existente.

Entendemos que esse posicionamento frente às questões sociais ainda é pertinente para interpretar as várias manifestações da reprodução crítica de nossa sociedade. Se as pesquisas e políticas que se apoiam no conceito de segurança alimentar (e evidentemente não apenas elas) buscam encontrar alternativas para resolver os problemas relativos à alimentação sem questionar as relações sociais capitalistas, aqui a tentativa será explicitar como a resolução da crise alimentar passa necessariamente pela negação e superação dessas relações. Em outras palavras, esta tese não busca encontrar soluções para a crise alimentar, mas compreender criticamente seus fundamentos.

Em uma de suas objeções à obra de Proudhon, Marx (2013) identifica uma inversão que até hoje pode ser encontrada, e não apenas em pesquisas e políticas voltadas para a questão alimentar. Segundo o autor,

Proudhon cria seu ideal de justiça, a *justice éternelle* [justiça eterna] a partir das relações jurídicas correspondentes à produção de mercadorias por meio do que, diga-se de passagem, também é fornecida a prova consoladora para todos os filisteus, de que a forma de produção de mercadorias é tão eterna quanto a justiça. Então, em direção inversa, ele procura modelar a produção real de mercadorias e o direito real que a ela corresponde. O que se pensaria de um químico que, em vez de estudar as

verdadeiras leis do metabolismo e de resolver determinadas tarefas com base nesse estudo, pretendesse modelar o metabolismo por meio das "ideias eternas" da "naturalité" [naturalidade] e da "affinité" [afinidade]? Por acaso se sabe mais sobre um agiota quando se diz que ele contraria a "justice éternelle", a "équité éternelle" [equidade eterna], a mutualité éternellee [mutualidade eterna] outras "vérités éternelles" [verdades eternas] do que os padres da Igreja o sabiam quando diziam que ele contradiz a "grâce éternelle" [graça eterna], a "foi éternelle" [fé eterna] e a "volonté éternelle de Dieu" [vontade eterna de Deus]? (MARX, 2013, p. 159)

Tomar como ponto de partida um ideal de justiça para, com base nele, propor um remodelamento da produção real de mercadorias é, portanto, não apenas uma ilusão como uma postura que legitima as relações sociais capitalistas. Nas pesquisas e políticas que tratam dos problemas relativos à alimentação, esse ideal de justiça pode aparecer como o "direito humano à alimentação", que deveria garantir uma distribuição mais justa dos alimentos. De uma perspectiva marxista, é necessário desinverter (metodologicamente) esse raciocínio, partindo da compreensão das leis que regem a produção e determinam uma distribuição desigual das mercadorias dentro de uma sociedade capitalista.

Contudo, não se trata de deslocar o debate da esfera da distribuição para a produção com o objetivo de remodelá-la. Como Marx (2009) revela, em outra crítica ao pensamento proudhoniano, não é possível conservar o que há de bom e eliminar o que há de mau na economia capitalista<sup>51</sup>. Para Marx (2009, p. 130),

o que constitui o movimento dialético é a coexistência de dois lados contraditórios, sua luta e sua fusão numa categoria nova [...]. É claro que, a partir do momento em que o processo do movimento dialético se reduz ao simples procedimento de opor o bem ao mal, de colocar problemas destinados à eliminação do mal e de apresentar uma categoria como antídoto da outra, a partir desse momento as categorias perdem sua espontaneidade: a ideia "já não funciona", já não tem vida em si mesma.

Resgatamos essas duas críticas de Marx (2013, 2009) ao trabalho de Proudhon por entendermos que elas representam bem o sentido que queremos conferir a nossa análise da crise alimentar a partir daqui. Buscaremos deslocar o debate da esfera da distribuição para a da produção, não com o intuito de reformá-la ou de identificar o "lado mau" da economia capitalista, mas para compreender **suas contradições** e como elas são indispensáveis à compreensão das diversas manifestações da crise alimentar.

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> "Para o sr. Proudhon, toda categoria econômica tem dois lados – um bom e outro mau. Ele considera as categorias como o pequeno-burguês considera os grandes homens da história: Napoleão é um grande homem, ele fez muita cousa boa, mas também fez muita cousa má. O lado bom e o lado mau, a vantagem e a desvantagem, considerados em conjunto, formam para o sr. Proudhon a contradição em cada categoria econômica. Problema a resolver: conservar o lado bom, eliminando o mau". (MARX, 2009, p. 127)

## 2.1 A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS E O PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO

Segundo Marx e Engels (2001, p. 18-19), o ponto de partida para a compreensão da realidade não pode ser o que "os homens dizem, imaginam, representam, tampouco [o] que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros", sendo necessário partir dos homens "em sua atividade real", ou seja, "na sua existência real, isto é, tal como trabalham e produzem materialmente". Para esses autores, "o que [os indivíduos] são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção" (MARX; ENGELS, 2001, p. 11). Nesse sentido, eles contestam uma interpretação idealista da realidade, e buscam compreender como o homem produz-se a si mesmo, não de maneira isolada ou imaginária, mas social e historicamente<sup>52</sup>.

Analisando historicamente as transformações na divisão do trabalho, assim como as diferentes formas de propriedade que lhes são correspondentes, Marx e Engels (2001, p. 18) revelaram como "indivíduos determinados com atividade produtiva segundo um modo determinado entram em relações sociais e políticas determinadas". Por esse caminho, não apenas demonstraram que as relações sociais são historicamente determinadas, como explicitaram que a naturalização das relações sociais serve à legitimação e perpetuação das desigualdades inerentes à sociedade capitalista.

Para Marx (2013, p. 641), os conceitos de produção e reprodução devem ser pensados conjuntamente, pois

Seja qual for a forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, os mesmos estágios. Assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução.

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> "O caçador ou pescador particular e isolado, pelo qual começam Smith e Ricardo, pertence às triviais imaginações do século 18. São robinsonadas que não expressam, de nenhum modo, como se afigura aos historiadores da civilização, uma simples reação contra um refinamento excessivo e o retorno a uma vida primitiva mal compreendida. [...] Quando se trata, pois, de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção de indivíduos sociais." (MARX, 2008, p. 239)

Isso significa que o processo social de produção não se resume à produção dos bens de consumo – entre eles os alimentos – com os quais os membros de uma sociedade satisfazem suas necessidades: é necessário produzir também os instrumentos (ferramentas, máquinas etc.) e as matérias-primas utilizados na produção, em outras palavras, é preciso reproduzir também os meios de produção.

No entanto, não bastam os meios de produção para que o processo de produção se realize; além deles, é imprescindível que haja trabalhadores disponíveis para realizar a atividade produtiva, o que nos leva a considerar a necessidade de reprodução dos próprios trabalhadores. Assim, não estamos mais apenas tratando da reprodução de coisas ou produtos, mas também das relações sociais que se estabelecem na produção.

Ao analisar produção capitalista (quem produz, o que produz, como, por que e para quem produz) Marx (1985, p. 54) revelou que o capital não é uma coisa<sup>53</sup>, mas uma "relação de produção determinada", resultado do processo histórico no qual os trabalhadores foram separados dos meios de produção e subsistência, permitindo assim que "duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato" (MARX, 2013, p. 786), ou seja, estabelecendo uma relação social que opõe aqueles que possuem os meios de produção e de subsistência àqueles que possuem apenas sua força de trabalho. Para Marx (2013, p. 786), "Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista" e, como ele mesmo ressalta, "Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior". Essa relação de oposição ou antagonismo entre as classes sociais obriga-nos a considerar o processo de produção a partir de pontos de vista distintos.

Do ponto de vista do capital, a produção tem como finalidade (incondicional) sua autovalorização<sup>54</sup>. Isso significa que a produção torna-se meio do processo de valorização, e que cada vez mais o trabalhador existe para a valorização do capital, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador (HELLER, 1986, p. 22). Essa inversão é, em muitos sentidos, decisiva para a compreensão da alienação que caracteriza a alimentação da classe trabalhadora. Voltaremos a ela mais adiante, mas neste momento cabe mencionar que ela nos permite reconhecer como os alimentos (na condição de

<sup>54</sup> "A autovalorização do capital – a criação da mais-valia – é pois objetivo determinante, predominante e avassalador do capitalista". (MARX, 1985, p. 56)

۔

<sup>&</sup>lt;sup>53</sup> "O capital não é nenhuma coisa, bem como o dinheiro, que também não o é. No capital – e no dinheiro – determinadas relações sociais entre as pessoas apresentam-se como relações entre coisas e pessoas, ou por outra, determinadas relações sociais aparecem como qualidades sociais que certas coisas possuem por natureza sem trabalho assalariado." (MARX, 1985, p. 72).

mercadorias) são produzidos, comercializados e consumidos antes para a valorização do capital do que para a satisfação das necessidades dos trabalhadores.

No entanto, isso não significa que essas necessidades não precisam ser satisfeitas, pois, conforme anunciamos, a reprodução dos trabalhadores é indispensável à reprodução da sociedade como um todo. Não se trata, evidentemente, da satisfação plena dessas necessidades, pois sob as relações sociais capitalistas a reprodução dos trabalhadores tende a se realizar como mera reprodução da força de trabalho. Isso significa que, do ponto de vista do capital, o trabalhador é reduzido a sua força de trabalho. Assim, "Não é o operário que compra meios de subsistência e meios de produção: são os meios de subsistência que compram o operário para o incorporarem nos meios de produção" (MARX, 1985, p. 70), o que reafirma a inversão citada acima.

A reprodução da força de trabalho consiste, portanto, em dois processos distintos, mas complementares: a satisfação (parcial) das necessidades dos trabalhadores e a reposição contínua da separação entre os trabalhadores e os meios de produção e de subsistência.

A compreensão desses dois processos passa pela consideração da categoria salário<sup>55</sup>. A força de trabalho, assim como todas as mercadorias, tem seu valor definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Assim, o salário, ou a remuneração que o trabalhador recebe por vender sua força de trabalho, não equivale à soma de valores criada pelo trabalhador no processo produtivo, mas ao custo de reprodução da mercadoria que ele vende ao capitalista. Em outras palavras, o que define o salário é primeiramente o **custo de manutenção** e reprodução da força de trabalho, que é composto pelos meios de subsistência necessários para o sustento do trabalhador e de sua família, além dos gastos necessários para o desenvolvimento da sua força de trabalho (gastos com educação, por exemplo).

Acerca das diferenças entre os salários dos trabalhadores Marx (2004b, p. 88) explica que, "assim como são diferentes os custos de produção de forças de trabalho de diferentes qualidades, também são os valores das forças de trabalho usados nas diferentes indústrias" <sup>56</sup>.

<sup>56</sup> Marx (2004b) refuta a luta por salários iguais ou justos e, assim, aponta para a necessidade de superação do sistema do salariado como um todo. Para ele, "a reivindicação pela 'igualdade de salários' baseia-se num equívoco, e um desejo insensato, que jamais será realizado. É fruto de um radicalismo falso e superficial, que aceita as premissas e procura fugir das conclusões. Nas bases do sistema de trabalho assalariado, o valor da força de trabalho é fixado como o de outra mercadoria qualquer; e como os diferentes tipos de força de trabalho têm valores diferentes, ou seja, exigem para a sua produção distintas quantidades de trabalho,

Aqui estamos pensando o salário como uma categoria e não apenas como o pagamento que o trabalhador recebe ao final de uma determinada jornada de trabalho. A classe trabalhadora não pode ser definida única e exclusivamente como assalariada, o que se torna ainda mais evidente num momento caracterizado como de "crise do trabalho". No entanto, como pretendemos demonstrar, isso não exclui a necessidade de compreender o que é o salário e de que forma ele nos ajuda a entender os termos em que se dá a reprodução dos trabalhadores especificamente e da sociedade como um todo.

Isso não significa que não haja limites para os salários dos trabalhadores, pois "os seus salários não podem exceder os valores das mercadorias por eles produzidas, não podem ser maiores que estas, mas podem, sim, ser inferiores em todos os graus imagináveis" (MARX, 2004b, p. 76). O limite mínimo para o salário tende a ser o valor dos meios de subsistência necessários para a mera sobrevivência do trabalhador e de sua família.

A compreensão de que a remuneração do trabalho é determinada pelo custo de reprodução da força de trabalho é crucial para a compreensão do processo de acumulação capitalista. Foi a partir dela que a análise marxiana pôde revelar que, sob o modo de produção capitalista, a remuneração do trabalho refere-se ao tempo de trabalho necessário para que a força de trabalho se reproduza, e não ao valor criado pelo trabalhador no processo produtivo. Desse modo, não há equivalência entre a remuneração e o valor criado pelo trabalho, e é exatamente nessa diferença que se encontra a mais-valia responsável pela valorização do capital. A origem dessa valorização não está, portanto, na circulação (na compra e venda de mercadorias), mas no próprio processo de produção: é na exploração do trabalho que reside a explicação para a valorização do capital.

Garantida legalmente pela propriedade privada (dos meios de produção), essa separação assegura ao capitalista a possibilidade de explorar o trabalho de outrem, pois não deixa outra alternativa ao trabalhador a não ser vender continuamente sua força de trabalho para sobreviver. É por isso que o próprio processo de produção capitalista "reproduz e eterniza as condições de exploração do trabalhador" (MARX, 2013, p. 652) – ele não produz apenas mercadorias, "mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado" (MARX, 2013, p. 653).

A desigualdade inerente ao modo capitalista de produção não se explica, portanto, a partir do conceito de distribuição. Se, para a economia política, a distribuição determinaria a proporção de produtos que cabe a cada indivíduo e resultaria de uma contingência social, sendo "uma esfera independente, autônoma, que existe ao lado da produção" (MARX, 2008, p. 245), segundo a análise marxiana há um predomínio da produção sobre o consumo, a distribuição e a troca. Em outras palavras: "uma [forma] determinada da produção determina, pois, [formas] determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como relações recíprocas determinadas desses diferentes fatores" (MARX, 2008, p. 257). O autor inclusive redefine a compreensão acerca da própria distribuição, uma vez que, para ele,

necessariamente têm de ter preços diferentes no mercado de trabalho. Reivindicar uma 'retribuição igual', ou simplesmente uma 'retribuição equitativa', na base do sistema de trabalho assalariado, é o mesmo que pedir 'liberdade' na base do sistema escravocrata. O que se considera justo ou equitativo não vem ao caso. O problema está em saber o que é necessário e inevitável num dado sistema de produção" (MARX, 2004b, p. 88).

antes de ser distribuição de produtos [ela] é: 1º – a distribuição dos instrumentos de produção; 2º [...] a distribuição dos membros da sociedade nos diferentes gêneros da produção (subordinação dos indivíduos sob relações determinadas de produção). (MARX, 2008, p. 253)

Assim, a distribuição dos produtos ou a proporção de produtos que cabe a cada membro da sociedade é determinada por essa definição mais ampla de distribuição, "que se encontra incluída no próprio processo de produção e determina a organização da produção" (MARX, 2008, p. 253). Essa definição permite superar a interpretação de que, no mercado (ou na circulação), todos se defrontam em igualdade de condições, diferenciando-se apenas pelo conteúdo da mercadoria que têm para vender. Para Marx (1985, p. 136), essa relação "subsiste apenas como aparência da relação que lhe serve de base", a saber, a relação de produção capitalista, cujo fundamento é a exploração do trabalho. Isso significa que as aparentes igualdade e liberdade no reino da troca escondem a extrema desigualdade na qual assenta a produção de mercadorias.

O acento dado aos conceitos de produção e reprodução não significa que a crise alimentar possa ser explicada exclusivamente pela maneira como ocorre a produção de alimentos. Isso significaria prender-nos a uma acepção restrita do conceito de produção, como se ele se referisse somente ao processo imediato de produção de mercadorias. Assim, a compreensão da crise alimentar passa pela compreensão da produção dos alimentos como mercadorias, mas não se resume a ela. Nesse sentido, optamos por interpretar os problemas relativos à alimentação à luz da reprodução da classe trabalhadora como reprodução da força de trabalho. Certamente esse não é o único caminho possível, mas pretendemos demonstrar como ele é imprescindível para o desvendamento dos conteúdos da crise alimentar.

A reprodução da força de trabalho ocorre primordialmente fora do processo imediato de produção de mercadorias, e sua realização encontra-se sob a responsabilidade dos próprios trabalhadores. Em linhas gerais, cabe ao trabalhador conseguir satisfazer suas necessidades com o salário que recebe, ou seja, ele deve abastecer-se no mercado de uma determinada quantidade de meios de subsistência para manter sua força de trabalho em funcionamento. O consumo individual, isto é, o dinheiro que o trabalhador gasta em meios de subsistência, é "mero incidente do processo de produção" (MARX, 2013, p. 646), uma vez que

ele se abastece de meios de subsistência para manter sua força de trabalho em funcionamento, do mesmo modo como se abastece de carvão e água a máquina a vapor e de óleo a roda. Seus meios de consumo são, então, simples meios de um meio de produção, e seu consumo individual é consumo imediatamente produtivo.

[...] O consumo individual do trabalhador continua a ser, assim, um momento da produção e reprodução do capital, quer se efetue dentro, quer fora da oficina, da fábrica, etc., e quer se efetue dentro, quer fora do processo de trabalho, exatamente como ocorre com a limpeza da máquina, seja ela realizada durante o processo de trabalho ou em determinadas pausas deste último. O fato de o trabalho individual realizar seu consumo individual por amor a si mesmo, e não ao capitalista, não altera em nada a questão. (MARX, 2013, p. 646-647)

Aqui, como já salientamos, Marx (2013) demonstra a importância de não se pensar o consumo de maneira independente da produção. Para ele, o consumo do trabalhador representa a produção e reprodução "do meio de produção mais indispensável ao capitalista: o próprio trabalhador" (MARX, 2013, p. 647). O consumo individual da classe trabalhadora é ele mesmo um momento da reprodução do capital, é "a reconversão dos meios de subsistência, alienados pelo capital em troca de força de trabalho, em nova força de trabalho a ser explorada pelo capital" (MARX, 2013, p. 647). Além disso, é preciso considerar que a produção oferece não apenas o objeto do consumo, como também o modo como ele será consumido, ela "cria, pois, os consumidores" (MARX, 2008, p. 248), cria nos consumidores a necessidade dos produtos que ela mesma fornece. Em resumo, "[a] produção não produz somente um objeto para o sujeito, mas um sujeito para o objeto" (MARX, 2008, p. 248).

De acordo com o exposto, é possível afirmar que, do ponto de vista do capital, a alimentação é uma das necessidades que o trabalhador deve satisfazer por meio de seu consumo individual para que a reprodução da força de trabalho ocorra sem contratempos. Ela aparece, portanto, como parte do custo de reprodução do trabalhador (juntamente com outros custos que definem o valor do salário, a exemplo da habitação, do transporte, do vestuário etc.), e como tal deve ser reduzida à condição de necessidade elementar. É justamente por essa razão que, segundo Marx (2004a, p. 141), efetiva-se a redução das necessidades do trabalhador "à mais necessária e mais miserável subsistência da vida física", que "calcula a vida (existência) mais escassa possível como norma", que "faz do trabalhador um ser insensível e sem carências". Essas considerações são imprescindíveis a fim de desconstruir interpretações para as quais as características da alimentação aparecem como o resultado das escolhas do consumidor.

Marx (2009, p. 76) nega veementemente essa compreensão, pois, para ele, "O uso dos produtos é determinado pelas condições sociais em que se encontram os consumidores, e essas condições se fundam no antagonismo entre as classes". Não é a utilidade ou a qualidade dos produtos que determinam seu consumo em maior ou menor escala, mas seu preço. Analisando alguns dos produtos mais consumidos em sua época (algodão, batata e aguardente), o autor indica que

As batatas provocam escrófulas; o algodão, em larga medida, substituiu o linho e a lã, embora esses últimos fossem de uma maior utilidade em muitos casos, ainda que somente do ponto de vista da higiene; enfim, a aguardente impôs-se à cerveja e ao vinho, mesmo que seu uso como alimento seja geralmente reconhecido como venenoso. Durante um século, os governos lutaram inutilmente contra o ópio europeu; a economia prevaleceu e ditou suas normas ao consumo. Porque então o algodão, a batata e a aguardente são as pedras angulares da sociedade burguesa? Por que para produzi-los é necessário menos trabalho e, consequentemente, eles são mais baratos. Por que o mínimo de preço determina o máximo de consumo? Seria, por acaso, em função da utilidade absoluta desses produtos, da sua utilidade intrínseca, da sua utilidade enquanto melhor correspondência às necessidades do operário como homem e não do homem como operário? Não: é porque, numa sociedade fundada na *miséria*, os produtos mais *miseráveis* têm a prerrogativa fatal de servir ao uso da grande maioria. (MARX, 2009, p. 76)

É interessante notar como Marx toma dois alimentos para demonstrar como uma sociedade que se baseia na busca pela incessante valorização do valor é, na verdade, uma sociedade fundada na miséria e que está fadada a generalizar o consumo dos produtos mais miseráveis. Ainda hoje é possível identificar várias análises que atribuem às escolhas dos consumidores muitos dos problemas relativos à alimentação, pois não consideraram o que acabamos de explanar: que o consumo nada mais é do que um momento da reprodução da força de trabalho, a qual precisa ser realizada da forma mais barata possível. O consumo, contudo, explica apenas parcialmente a reprodução da força de trabalho, sendo necessário considerar simultaneamente o papel do trabalho doméstico.

Como sabemos, as mercadorias compradas com o salário não se movem automaticamente para os domicílios onde serão consumidas, tampouco estão sempre prontas para seu consumo, ou seja, existe um trabalho adicional necessário para convertê-las em meios de subsistência que garantirão a reprodução da força de trabalho. Esse trabalho adicional, realizado fora do espaço da produção imediata de mercadorias e primordialmente dentro dos domicílios é, por essa razão, denominado de trabalho doméstico (SECCOMBE, 1974).

Essa divisão entre o trabalho doméstico e os demais trabalhos foi aprofundada (e em alguns casos até mesmo criada) com o desenvolvimento histórico do capitalismo, pois em sociedades pré-capitalistas a família podia aparecer como uma unidade básica da produção, na qual o trabalho doméstico e os outros trabalhos não estavam separados uns dos outros. Historicamente, essa separação foi marcada por uma divisão sexual que reservou aos homens a esfera pública e deixou as mulheres (em maior ou menor grau) circunscritas à esfera privada. Segundo Seccombe (1974), é importante atentar para o fato de que as mudanças nas formas de produção e nas relações de produção provocadas pelo desenvolvimento das relações

sociais capitalistas têm sempre repercussões diretas sobre a maneira como ocorre a reprodução dos trabalhadores.

Assim, são as mulheres que historicamente se tornaram as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, e isso mesmo quando elas também precisam vender sua força de trabalho. São elas que devem garantir a reprodução da força de trabalho (tanto em uma base diária, como geracional) por meio de tarefas como limpar a casa, cuidar das crianças e adolescentes, comprar os itens necessários para o lar, assim como de tarefas que nos interessam diretamente nesta pesquisa, como adquirir os alimentos em diferentes estabelecimentos, cozinhar, organizar as refeições etc. Assim, o trabalho doméstico deve ser compreendido como indispensável à reprodução do capital, pois é por meio dele que se produz e reproduz a força de trabalho necessária a essa reprodução.

No entanto, a forma fenomênica do salário obscurece a relação do trabalho doméstico com a reprodução do capital. Em razão de o salário aparecer como a remuneração ou o pagamento pelas horas trabalhadas – e não como o custo da reprodução da força de trabalho –, parece que a reprodução do capital depende somente da força de trabalho vendida pelo trabalhador para continuar existindo. Assim, todo o trabalho indispensável à reprodução dessa força de trabalho parece não ser indispensável ao processo de acumulação (SECCOMBE, 1974).

Além disso, essa forma fenomênica do salário também obscurece as relações familiares, uma vez que o trabalhador entende que foi pago por seu trabalho, o que lhe conferiria o direito de tomar as decisões sobre como utilizar o salário. Em muitos casos, a trabalhadora doméstica (dona de casa) passa a depender da redistribuição do salário, vendo-se apartada não apenas dos meios de produção e de subsistência, como também dos meios de troca. Seccombe (1974) alerta, no entanto, que essa constatação não deve nos levar a reivindicar que o trabalho doméstico passe a ter o mesmo estatuto do trabalho assalariado, pois isso seria o mesmo que assumir que o salário é uma medida de valor do trabalho (como a economia burguesa quer nos fazer crer) e não o pagamento necessário para assegurar a reprodução da força de trabalho.

Scholz (1996, p. 16), por outro caminho, aponta para uma conclusão semelhante:

muitas vezes se tenta elevar o trabalho doméstico, não considerado nas análises do capital, à mesma categoria do trabalho assalariado (isto é, do trabalho abstrato) e/ou determinar o "valor" do trabalho doméstico [...]. Semelhante ampliação do conceito de "trabalho produtivo" corre a meu ver o perigo contra sua intenção de abrir caminho a uma reificação ainda maior das relações sociais no plano teórico, uma vez

que a "produção da vida", assim chamada erroneamente, passa também ela a ser apreendida com categorias que se orientam pela produção de mercadorias.

Por fim, é importante ressaltar que o obscurecimento provocado pela forma fenomênica do salário também abre caminho para uma compreensão que, por vezes, sequer entende o trabalho doméstico como um trabalho. Ele passa a ser analisado como uma atividade de devoção da mulher (mãe), no qual sua autonegação pelo bem da família é valorizada. Seccombe (1974) ressalta que o trabalhador assalariado, ao experimentar a alienação do trabalho, pode expressar sua insatisfação quanto ao trabalho, mas que isso não ocorre para as trabalhadoras domésticas, que devem sempre se esforçar em ser uma boa dona de casa.

Ao analisarmos as práticas alimentares nos recortes selecionados pela pesquisa, retomaremos essa análise acerca do trabalho doméstico, de sua importância para a reprodução das relações sociais capitalistas e de como ele pesa desproporcionalmente sobre as mulheres. Por enquanto, é importante considerar que o exposto até aqui nos obriga a considerar que os processos realizados para além do espaço onde se dá a produção imediata (fábrica, oficina, empresa etc.) não são menos importantes para a compreensão da reprodução capitalista.

A produção incessante da mais-valia, que caracteriza as sociedades capitalistas, tem um peso enorme sobre as relações sociais, tanto dentro como fora do espaço social da empresa. Lefebvre (1973, p. 109) critica o acento exagerado na acepção restrita de produção, pois ela teria resultado em uma "ideologia da produção articulada com o obreirismo". A seu ver, a ideologia que superestima o peso da produção (e por consequência da classe operária) omite que "uma sociedade é uma produção e uma reprodução das relações sociais e não só uma produção de coisas" e que as "relações de produção características da sociedade capitalista carecem elas mesmas de ser reproduzidas" (LEFEBVRE, 1973, p. 109-110). Aqueles que ficam presos à acepção restrita de produção não conseguem compreender que

<sup>[...]</sup> as relações sociais não se produzem apenas no espaço social em que a classe operária age, pensa e se localiza, isto é, a empresa. Reproduzem-se no mercado, no sentido mais amplo do termo, na vida cotidiana, na família, na "cidade"; reproduzem-se também onde a mais-valia global da sociedade se realiza, se reparte e é despendida, no funcionamento global da sociedade, na arte, na cultura, na ciência e em muitos outros setores, mesmo no exército. (LEFEBVRE, 1973, p. 110)

A crítica de Lefebvre (1973) não deve ser entendida como uma oposição à classe operária<sup>57</sup>, mas como uma tentativa de revelar que a luta de classes transborda o espaço social da empresa, uma vez que o próprio capitalismo se reproduziu dominando espaços e tempos os quais estão para além desse espaço. Isso significa que todos os momentos da vida (e não apenas aqueles relativos ao trabalho) são organizados em função da reprodução do capital. Interpretando as transformações do capitalismo no século XX, o autor avalia que foi essencial que o capitalismo passasse a produzir o espaço e, ao mesmo tempo, fragmentasse, organizasse e programasse a vida cotidiana, garantindo assim a produção e a realização da mais-valia de acordo com os imperativos (espaciais, temporais, sociais) da reprodução do capital.

Sem a consideração destes dois processos – a produção do espaço, e a fragmentação, organização e programação da vida cotidiana –, não podemos compreender como ocorre a reprodução das relações sociais de produção. Porém, isso não significa que as antigas relações sociais que caracterizam a sociedade capitalista tenham se tornado irrelevantes, ou que Lefebvre (1973) apreenda a reprodução das relações sociais a partir de um esquema no qual novas relações simplesmente substituiriam as antigas. Trata-se, na verdade, de um processo no qual há simultaneamente a manutenção de determinadas relações sociais (de produção e de propriedade, por exemplo); a regressão, degradação e transgressão de outras (em especial no nível cultural, mas também nas relações de família, de amizade, de grupos parciais); e a produção de novas relações (naquilo que o processo reprodutivo utiliza: o cotidiano, o urbano, o espaço) (LEFEBVRE, 1973, p. 14).

Esses processos são simultâneos, realizando-se como uma soma de alienações que incidem sobre a vida cotidiana. É nesse sentido que a reprodução das relações sociais de produção foi responsável, nas palavras de Lefebvre (1973, p. 111), por uma "proletarização gigantesca"<sup>58</sup>, que corresponde "à noção marxista inicial, isto é, à noção de classe separada dos meios de produção, carregada de negatividade, capaz, em certas condições, da luta até à morte para tudo mudar".

5'

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup> Entendemos que uma leitura atenta da obra de Lefebvre (1973) revela que sua crítica dirige-se ao que poderíamos chamar de lideranças da classe operária. Ele afirma que "[...] a classe operária não pode dizer-se isenta de responsabilidades na perpetuação das relações sociais de exploração e dominação. Não é por isso que é culpada dessa perpetuação.", mas não descarta sua importância, pois "sem ela a frente 'anti-burguesia' não teria nenhuma consistência" (LEFEBVRE, 1973, p. 92).

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> "Se se define proletariado pela ausência de laços jurídicos com os meios de produção, a proletarização afeta o mundo inteiro: proletarização das classes médias, dos colarinhos brancos, dos camponeses arruinados e não integrados na produção, em todos os tipos de países da América Latina por exemplo, das periferias urbanas. Vasta proletarização do mundo a contrastar com o bloco da classe operária que aí permanece, sólido. E ainda a juventude, os intelectuais para quem os conhecimentos não estabelecem laços com os meios de produção; mais os negros e os trabalhadores imigrados". (LEFEBVRE, 1973, p. 111)

O conceito de alienação é central para questionarmos as reivindicações que não contestam a reprodução capitalista, mas apenas a distribuição de seus frutos (como é o caso de algumas interpretações que, embora tomem a obra de Marx como fundamento, estão centradas somente na ideia de exploração do trabalho e mais-valia). Jappe (2014, p. 5) reconhece que o conceito de alienação teve esse papel, mas indica que ele também não esteve livre de problemas: desde definições imprecisas, passando por uma aversão pelas coisas e pelo mundo material até chegar a uma pressuposição de uma "essência originária que o homem teria perdido".

Para esse autor, dentro do marxismo crítico o conceito de fetichismo foi compreendido como uma alternativa ao conceito de alienação, pois o

fetichismo não é um fenômeno pertencente apenas à esfera da consciência, não está limitado à ideia que os atores sociais fazem de suas próprias ações – nesse estágio inicial de sua análise, Marx não se preocupa e saber como os sujeitos percebem as categorias de base e a elas reagem. O fetichismo, portanto, faz parte da realidade básica do capitalismo; é a consequência direta e inevitável da existência da mercadoria e do valor, do trabalho abstrato e do dinheiro. A teoria do fetichismo é idêntica à teoria do valor, porque o valor, assim como a mercadoria, o trabalho abstrato e o dinheiro são, eles próprios, categorias fetichistas. (JAPPE, 2014, p. 9)

Dessa maneira, o fetichismo superaria os problemas enfrentados pelo conceito de alienação, o que não impede Jappe (2014, p. 8) de reconhecer que o conceito de fetichismo também foi utilizado de maneira superficial por alguns autores que ficaram presos à ideia de que o fetiche seria um "amor excessivo pelas mercadorias" e a consequente "adesão aos valores que elas representam". No entanto, para ele, essa leitura parcial do conceito de fetiche não deve ser vista como um motivo para abandoná-lo<sup>59</sup>.

A nosso ver, as críticas de Jappe (2014) a alguns usos imprecisos do conceito de alienação são pertinentes e devem ser levadas em consideração para que esse conceito não caia em armadilhas, tais como a de ficar preso a uma pretensa essência originária dos homens.

Marx em seus primeiros textos" (JAPPE, 2014, p. 12), pois a "descrição que Marx oferece da alienação nos Manuscritos de 1844 não aparece [...] como uma abordagem fundamentalmente diferente da conceitualização do fetichismo, mas como uma primeira aproximação, uma abordagem ainda limitada, que já dizia, implicitamente, o essencial: a despossessão do homem pelo trabalho abstrato que se tornou o princípio da

energia" (JAPPE, 2014, p. 12) e como "inversão real" ele não será tão diferente "da alienação de que falava

síntese social" (JAPPE, 2014, p. 13).

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> Para Jappe (2014, p. 10), o "coração do problema" está no fato de que sob a reprodução capitalista "o valor, o trabalho humano abstrato e o trabalho 'universalmente humano' (isto é, não específico, não social, o puro dispêndio de energia sem relação com os seus conteúdos e consequências) sobrepujam o valor de uso, o trabalho concreto e o trabalho privado. Os homens, mesmo continuando a executar trabalhos concretos e privados, devem constatar que a outra 'natureza' desses mesmos trabalhos, o lado abstrato, é o único que conta a partir do momento em que quiserem trocá-los contra algo distinto." Ele enfatiza que o fetichismo é essa "inversão real", pois o trabalho abstrato é "a redução efetiva de toda atividade a um simples dispêndio de

No entanto, assim como ele não considera que o conceito de fetiche deva ser abandonado em razão de usos inapropriados, entendemos que o conceito de alienação também permanece válido para a compreensão da realidade.

Tal como Jappe (2014) anuncia em seu texto, não compreendemos que haja uma relação de exclusão, mas de continuidade, entre os conceitos de alienação e fetiche. O problema, a nosso ver, ocorre quando o conceito de fetiche é utilizado no sentido da negar a existência de classes sociais. Colocando ênfase no fato de que Marx trata do fetichismo no primeiro capítulo de **O Capital**, Jappe entende que "na análise da forma-valor [...] ainda não estão em questão nem o capital e o salário, nem a força de trabalho e a propriedade dos meios de produção" e que, assim,

No seu nível mais profundo, o capitalismo não é, portanto, a dominação de uma classe sobre a outra, mas o fato, sublinhado pelo conceito de fetichismo da mercadoria, de que toda a sociedade está dominada por abstrações reais e anônimas. Há grupos sociais que administram esse processo e dele extraem benefícios – porém, chamá-los "classes dominantes" significaria tomar as aparências por "dinheiro vivo". Marx não diz outra coisa quando denomina o valor de "sujeito automático" do capitalismo. (JAPPE, 2014, p. 11)

Não entendemos ser possível separar as duas formas de dominação (de uma classe sobre a outra e a dominação por abstrações reais e anônimas), muito menos negar a existência de uma em detrimento da outra. A nosso ver, as duas formas de dominação coexistem, o "sujeito automático" precisa da atuação das "classes dominantes" (que devem ser compreendidas como personificação do capital) para continuar existindo, como outros textos de Marx também revelam.

Em uma interpretação que, a nosso ver, aproxima-se em vários aspectos daquela realizada por Lefebvre, Debord (1997) chama atenção para a generalização da alienação e para a negatividade do proletariado. Segundo ele,

o proletariado dos países industriais perdeu toda a afirmação de sua perspectiva autônoma e, em última análise, suas ilusões, mas não o seu ser. Ele não foi suprimido. Permanece irredutivelmente existente na alienação intensificada do capitalismo moderno: ele é a imensa maioria de trabalhadores que perderam todo poder sobre o uso de sua própria vida, e que, assim que tomam conhecimento disso, se redefinem como proletariado, o negativo em ação nessa sociedade. (DEBORD, 1997, p. 81)

Ao alertar para um processo de proletarização que se generaliza e intensifica, Lefebvre e Debord alertam para a necessidade de uma leitura da luta de classes não restrita a um modelo que privilegia a classe operária e os embates nas empresas (ou nos ambientes de

trabalho). Essa leitura torna-se ainda mais pertinente quando há uma garantia cada vez menor de inserção produtiva dos trabalhadores, o que gera uma força de trabalho excedente a qual demanda administração e controle por parte do capital.

Isso significa que a reposição contínua da separação torna-se ainda mais crítica quando sequer deriva dela a inserção do trabalhador no mercado de trabalho. Para Damiani (2008a, p. 230), nesse momento "a cisão e a passagem do proletário à condição de operário é problematizada", ou seja, essas categorias cada vez menos coincidem. O desemprego generalizado, a inserção cada vez mais difícil no mercado de trabalho formal, a proliferação do trabalho esporádico (bicos), tudo isso revela que a esperança de formação de um proletariado qualitativamente diferente não vingou no Brasil<sup>60</sup>. Assim, para ela,

> Hoje, esse excedente das camadas trabalhadoras é rigorosamente o proletariado sem a possibilidade de inserção na produção, senão de modo contingente. Quiçá nossa sociedade – a brasileira, assim como outras similares – tenha posto cedo a impossibilidade da absorção produtiva do trabalho potencial; não estando aquém do moderno sistema produtivo, mas anunciando sua própria natureza crítica: a sobrevivência instaurada no lugar da vida. (DAMIANI, 2008a, p. 280)

Aqui o conceito de proletarização parece ganhar ainda mais força, pois não trata apenas da alienação na produção e no consumo, mas também da "produção de uma massa trabalhadora excedente, cujo aumento é exponencial" (DAMIANI, 2008a, p. 237), o que permite à autora identificar que, contraditoriamente, "a luta de classes se generaliza e, ao mesmo tempo, se deteriora" (DAMIANI, 2008a, p. 106) – ela parece ceder nas empresas com o enfraquecimento da classe operária, mas ao mesmo tempo se desloca e atinge toda a sociedade, mesmo que de forma deteriorada.

Ao tratar da crise alimentar como parte do processo de proletarização, indicamos como esse processo não se explica somente pela exploração da força de trabalho (pela extração da mais-valia), sendo necessário considerar também que toda a vida passa a ser alvo da dominação, da opressão, da humilhação, dos constrangimentos. É necessário reconhecer as alienações que se somam e caracterizam a vida cotidiana da classe trabalhadora, e pensar a

existência civil: um proletariado com condições político-legais efetivas, superando a anomia das classes destituídas e a marginalização política, enfrentando uma perspectiva socialista e proletária." (DAMIANI,

2008a, p. 278)

<sup>60</sup> "Nos anos 1970, houve uma expectativa em parte real: a do desenvolvimento de um proletariado diferenciado,

produto da industrialização maciça e complexa, que envolvia as grandes cidades e se generalizava por inúmeras outras, configurando regiões metropolitanas, polos industriais, etc. Florestan Fernandes admitia que esse proletariado poderia configurar uma forma política autêntica de democracia burguesa, isto é, modernizaria o país, com a reforma agrária, comprometendo o pacto entre oligarquia e burguesia nacionais, e entre a burguesia nacional e o capitalismo internacional, que definia os termos do capitalismo no Brasil; ele ganharia

proletarização como um processo que sempre se renova e não está restrito ao espaço social da empresa.

É importante ressaltar também que nossa preocupação central não é com a classificação das classes sociais. Utilizaremos, no decorrer do trabalho, preferencialmente o conceito de classe trabalhadora ou trabalhador, para fazer referência àqueles que sofrem cotidianamente o processo de proletarização; mas não é nosso objetivo identificá-los a partir de um lugar rígido na estrutura das classes sociais. Damiani (2008a, p. 230), ao resgatar o trabalho de Pétonnet<sup>61</sup> (1978, p. II apud DAMIANI, 2008a, p. 230), aponta que o grande mérito dessa autora teria sido o de "não tentar circunscrever apressadamente os limites e as características desse proletariado, que é objeto de sua análise, isto é, não se intimidar com uma realidade fluida e complexa a respeito dele". Assim, ela teria conseguido "implodir modelos rígidos de análise", pois seu

> método incluiu considerar um perfil das pessoas; suas origens; o espaço, como sua criação; e os limites, inclusive corporais, a que estão sujeitas: a alienação corporal. As alienações acrescentadas de que são vítimas, inclusive a alienação corporal, revelam não somente a questão da exploração, mas também a da dominação ou opressão e da humilhação, que definem o "vivido" desses proletários. (DAMIANI, 2008a, p. 231-232)

A ênfase está no processo (de proletarização) e não na estrutura (de classes)<sup>62</sup>. Essa perspectiva parece pertinente ao permitir evitar dois riscos que, segundo Francisco de Oliveira (2003), podem comprometer o estudo das classes sociais sob a perspectiva marxista. De um lado há o risco de não apanhar a multiplicidade de determinações que fazem o concreto; de outro, o de realizar uma aplicação mecanicista dos conceitos com o propósito de tornar transparente o que não o é (OLIVEIRA, 2003, p. 16). De acordo com esse autor, é necessário reconhecer que, quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais complexo e difícil é reconhecer o perfil das classes sociais, mas tal dificuldade não nos autoriza a desistir de sua existência. É por isso que ele anuncia claramente não ter "a pretensão ingênua de pôr em evidência a existência de 'classes puras'. Muito ao contrário, posto que o problema reside

<sup>61</sup> PÉTONNET, Colette. Contribution à l'Étude Ethnologique des Néo-prolétariats Urbains, 1978.

<sup>&</sup>lt;sup>62</sup> De acordo com Lefebyre (1973, p. 69), "o conceito total, dogmaticamente petrificado evacua a história sem mais formalidades", e assim se subverte o próprio Marx, cuja perspectiva era "de compreender aquilo que se passa para o transformar, captar o 'vivido' para abrir caminho à vida". Tal subversão, que faz com que a noção de processo seja substituída pela de estrutura, torna o discurso mais claro e avança de certeza em certeza colocando a coerência acima da contradição. Para ele, "O pensamento que se liga às condições de um 'objeto', da sua construção, da sua constituição, da sua instituição, valoriza a coesão desse objeto e a sua própria concorrência, em detrimento do que possa haver de conflituoso no objeto e em si próprio" (LEFEBVRE, 1973, p. 72).

precisamente na 'impureza', na opacidade da tessitura das relações" (OLIVEIRA, 2003, p. 19).

Todas essas considerações acerca do conceito de produção e reprodução na obra marxiana são centrais, uma vez que apontam para aquilo que se coloca como o fundamento da crise alimentar: a separação dos trabalhadores dos meios de produção e subsistência (ou seja, sua expropriação) e as diferentes formas de exploração da força de trabalho possibilitadas por essa separação. O objetivo aqui, assim como fizemos ao citar Engels (1984) no início desta seção, não é responder a toda e qualquer questão invocando as características mais gerais do modo de produção capitalista. Ainda há, evidentemente, muito a ser compreendido sobre a crise alimentar, porém é preciso sempre ter em mente que o fundamento dessa crise (e não apenas dessa questão social específica) está nas relações sociais capitalistas. É desse fundamento que devemos partir e a ele que devemos retornar, sempre que necessário.

## 2.2 DA COMPREENSÃO DA ALIMENTAÇÃO COMO NECESSIDADE BIOLÓGICA E ELEMENTAR À CRÍTICA DA ALIENAÇÃO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES

Uma análise da produção acadêmica revela que tanto as ciências naturais (a medicina e a nutrição, especialmente) como as ciências humanas (história, economia, sociologia, antropologia, geografia) tomaram, a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, a alimentação como objeto de estudo. É inegável que a alimentação humana apresenta tanto características naturais como sociais, o que faz dela um objeto de estudo eminentemente interdisciplinar. Essa complexidade inerente à alimentação reflete-se também nas diversas definições que tentam dar conta desse fenômeno.

Se por um lado essa diversidade é positiva, ou até mesmo inevitável, por outro não devemos aceitar acriticamente toda e qualquer definição, ou desconsiderar a disputa que existe dentro e fora do meio acadêmico em torno da definição de alimentação, pois a maneira como se concebe a alimentação traz consigo um posicionamento acerca da realidade que é, ao mesmo tempo, teórico e político.

À primeira vista, a alimentação pode ser definida como uma necessidade básica, elementar, indispensável a nossa sobrevivência. Nesse nível ela é entendida como uma necessidade natural ou biológica, pois os homens precisam obter da natureza os nutrientes necessários à manutenção de suas funções vitais. Apesar de válida e importante, essa

compreensão da alimentação não é suficiente, uma vez que historicamente as necessidades biológicas tornaram-se necessidades sociais, por meio de um processo que transformou não apenas os objetos dessas necessidades, como também o modo de satisfazê-las<sup>63</sup>.

Por essa razão, entendemos que uma das manifestações da crise alimentar está na própria maneira como a alimentação é concebida (implícita ou explicitamente), o que torna indispensável um posicionamento crítico acerca de sua definição. Para Marx (2004a, p. 109), a transformação das necessidades e de seus objetos está diretamente relacionada com a transformação dos próprios sentidos humanos<sup>64</sup>, em um processo no qual as necessidades ou carências perdem "sua natureza egoísta e a natureza sua mera utilidade, na medida em que a utilidade se tornou utilidade humana".

Trata-se de um processo de desenvolvimento e complexificação dos sentidos e necessidades que caracteriza o próprio processo de humanização. Isso significa que as necessidades (assim como seus objetos e o modo como elas são satisfeitas) estão em constante transformação e são historicamente determinadas. Mesmo aquilo que pode parecer exclusivamente natural (nossos sentidos, órgãos, necessidades vitais) foi determinado historicamente pela vida social e, nesse sentido, "o homem não é apenas ser natural, mas ser natural humano, isto é, ser genérico, que, enquanto tal, tem de atuar e confirmar-se tanto em seu ser quanto em seu saber" (MARX, 2004a, p. 128). Assim, a alimentação não é apenas necessidade elementar, mas uma das maneiras pelas quais podemos nos realizar como seres humanos (ser genérico) que historicamente criaram novas necessidades, assim como novas formas de satisfazê-las.

Essas considerações são importantes para refutarmos uma compreensão redutora da alimentação, para a qual os homens satisfazem suas necessidades apenas para sobreviver, como é o caso, por exemplo, das pesquisas que reduzem a alimentação à ingestão de calorias e nutrientes. Tal compreensão desconsidera que a satisfação social das necessidades é um meio de nos apropriarmos da realidade objetiva<sup>65</sup>. Para Lefebvre (2008b, p. 156), o que define

<sup>64</sup> "O olho se tornou olho humano, da mesma forma que seu objeto se tornou um objeto social, humano, proveniente do homem para o homem. [...] Compreende-se que o olho humano frui de forma diversa da que o olho rude, não humano [frui]; o ouvido humano diferentemente da do ouvido rude, etc." (MARX, 2004a, p. 109)

sua totalidade constitui um mundo objetivo, toda relação social, todo produto social é objetivação do homem".

<sup>63</sup> Sobre a relação entre a necessidade e seu objeto, Agnes Heller (1986, p. 44) indica: "A necessidade do homem e o objeto da necessidade estão em correlação: a necessidade se refere em todo momento a algum objeto material ou a uma atividade concreta. Os objetos 'fazem existir' as necessidades e inversamente as necessidades aos objetos. A necessidade e seu objeto são momentos, lados de um mesmo conjunto. [...] Naturalmente, por objeto da necessidade não há que se entender somente a objetualidade coisal. O mundo em

<sup>&</sup>lt;sup>65</sup> Seguindo o caminho trilhado por Marx, Lefebvre (2008b, p. 163, tradução nossa) reitera que "os nossos sentidos, órgãos, necessidades vitais, instintos e sentimentos foram permeados pela consciência, pela razão

a apropriação não é a posse do objeto, mas que seja possível usufruí-lo "de forma humana e total"; que seja possível ter a mais rica e complexa relação com o objeto, que pode ser uma coisa, um ser vivo, um ser humano ou uma realidade social.

Se pensarmos a alimentação desse ponto de vista, a questão central deixa de ser a ingestão de alimentos em sua forma abstrata, mas sim se nos relacionamos de maneira rica e complexa (ou seja, se nos apropriamos) não apenas com os alimentos em si, mas com a forma como estes são produzidos, adquiridos, preparados e consumidos. Marx (2008, p. 248) parece sintetizar essa discussão ao afirmar que "A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come por meio de uma faca ou de um garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua com ajuda das mãos, unhas e dentes". Desse modo, em oposição a uma compreensão redutora, compreendemos a alimentação como uma das várias formas pelas quais os homens poderiam se apropriar da realidade objetiva.

Desse modo, interpretaremos a alimentação a partir do conjunto de práticas relacionadas à produção, aquisição, preparo e consumo dos alimentos (que a partir daqui chamaremos de práticas alimentares), com o objetivo de colocar em evidência que os momentos anteriores ao consumo dos alimentos<sup>66</sup> não são irrelevantes para sua compreensão, pois já apresentam essa possibilidade de apropriação da realidade.

A divisão das práticas alimentares nesses quatro momentos – produção, aquisição, preparo e consumo dos alimentos – não nos autoriza, no entanto, a tentar compreender cada um deles isoladamente. Por conta da estreita relação de interdeterminação entre eles, a compreensão de cada um desses momentos das práticas alimentares passa necessariamente pela consideração de sua relação com os demais e, se em alguns momentos da análise é possível separá-los para interpretá-los individualmente, é imprescindível resgatar a unidade existente entre eles. Além disso, as práticas alimentares, assim como a necessidade que buscam satisfazer, são social, histórica e espacialmente determinadas. Isso significa que: elas se transformam historicamente, ou seja, não são naturais ou imutáveis; diferentes sociedades desenvolveram (e ainda desenvolvem) distintas práticas alimentares; em uma sociedade, devido a suas diferenças e desigualdades internas, diferentes grupos (ou classes sociais) realizarão as práticas alimentares de maneiras distintas; por fim, o espaço tem um papel ativo

humana, uma vez que também foram moldados pela vida social. A criação desses sentimentos humanos, juntamente com a apropriação da realidade objetiva (a constituição de um 'mundo' humano), constitui o preenchimento da realidade humana".

<sup>&</sup>lt;sup>66</sup> Consumo de alimentos não é entendido aqui como sinônimo de ingestão de alimentos, mas como uma das práticas alimentares, que precisa ser entendida social, histórica e espacialmente.

na maneira como as práticas alimentares se desenvolvem, não podendo ser considerado mero "palco" sobre o qual elas se realizariam livremente.

Uma vez que as práticas alimentares realizam-se cotidianamente, é importante identificar também como elas se relacionam com os outros aspectos da vida cotidiana, tais como a habitação, o lazer, a mobilidade etc. Assim, podemos dizer que a compreensão das práticas alimentares passa pela crítica da vida cotidiana, a qual não se contenta com a descrição dessas práticas, nem advoga um retorno ao empirismo. Pelo contrário, ela busca superar a ilusão de que o cotidiano seja transparente e revelar como por trás daquilo que se apresenta como normal, natural ou imutável existem relações sociais que precisam ser desvendadas<sup>67</sup>.

Para Lefebvre (1991), a crítica da vida cotidiana permitiria determinar: o lugar onde se formulam os problemas concretos da produção (em seu sentido amplo); revelar como uma ideologia, disfarçada de racionalidade e ciência, valoriza a opressão, a repressão e a exploração, apresentando-as como racionais ou naturais; contrapor os mitos da tecnocracia e a ideologia da tecnologia à realidade da vida cotidiana; explicitar as possibilidades de nosso tempo e o atraso da vida cotidiana frente a essas possibilidades; revelar como a alienação se generaliza e como a apropriação torna-se residual; expor a contradição entre o conjunto de opressões que pesam sobre a vida cotidiana e a ideologia da liberdade; indicar a necessidade de superação da cotidianidade.

Essa reflexão, que atravessa a obra desse autor, tem como um de seus fundamentos a consideração de uma *inversão decisiva*, sem a qual o estudo da vida cotidiana correria o risco de ratificar o existente. Para ele, no mundo moderno o cotidiano deixou de ser sujeito (rico de subjetividade possível) para se tornar objeto (objeto da organização social). O sujeito de nosso tempo é o capital, é a incessante valorização do valor que transforma a tudo e a todos de acordo com suas necessidades. Já o cotidiano, na condição de objeto, é fragmentado, organizado e programado, passando a se caracterizar pela dominação (e até destruição) da espontaneidade, dos ritmos fisiológicos, da vitalidade, das paixões; ele é reduzido ao consumo programado e se afasta das possibilidades existentes. (LEFEBVRE, 1973, 1975a, 1991) Esse processo corresponde à instauração da cotidianidade, "lugar social de uma exploração

A crítica da vida cotidiana proposta por Lefebvre contrapõe-se tanto àqueles que condenam tudo que não seja filosófico ou teórico como àqueles que negam qualquer reflexão teórica ou filosófica e ficam presos a fatos e dados. Em outras palavras, ele nega tanto o "vivido sem conceito" como o "conceito sem vida", pois, segundo ele, enquanto "uns dispensam-se de pensar; os outros dispensam-se de viver" (LEFEBVRE, 1973, p. 20). A vida cotidiana desloca o centro da reflexão, pois "deixa a especulação para se aproximar da realidade empírica e prática, dos dados da vida e da consciência" (LEFEBVRE, 1991, p. 17), sem que isso signifique que essa análise caia em um empirismo no qual fatos e dados se sobrepõe à reflexão teórica.

refinada e de uma passividade cuidadosamente controlada" (LEFEBVRE, 2004, p. 129). Fica claro, portanto, como a crítica da vida cotidiana está intimamente relacionada à compreensão do processo de proletarização.

A transformação da vida cotidiana em objeto da organização social atinge em cheio as práticas alimentares, assim como as outras práticas cotidianas, que passam a servir primeiramente para atender as necessidades do capital. Se há hoje um mal-estar — muito mais percebido do que compreendido — no que diz respeito à alimentação, ele é fruto dessa inversão. Em nossa sociedade, as práticas alimentares apenas residualmente se realizam como apropriação da realidade, prevalecendo uma realização fragmentada, organizada e programada, ou seja, assumindo as características da vida cotidiana no mundo moderno.

Para Lefebvre (2008, p. 76), a teoria da alienação e do homem total permanece sendo a força motriz da crítica da vida cotidiana. A alienação, como indicamos acima, não coincide com a exploração, com o fato de o trabalhador não receber integralmente o produto de seu trabalho ou, em outras palavras, o valor que criou no processo de produção de mercadorias. Marx (2004a) revela que a exploração, de fato, faz parte do processo de alienação, uma vez que parte do produto do trabalho é alienada do trabalhador, mas é preciso considerar ainda que, sob as relações sociais capitalistas, este se encontra alienado também da própria atividade produtiva, sobre a qual não tem mais controle. Além disso, o autor identifica a alienação para além do processo imediato de produção de mercadorias, quando trata da alienação do homem em relação à natureza e a sua própria natureza.

Essa alienação, que está para além do processo imediato de produção, pode ser lida na maneira como os homens satisfazem suas necessidades. Analisando as condições de vida da classe trabalhadora no século XIX, Marx (2004a, p. 83, 110) afirma:

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos, etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. Comer, beber e procriar etc., são também, é verdade, funções genuína[mente] humanas. Porém na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são [funções] animais [...] A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui. O sentido constrangido à carência prática rude também tem apenas um sentido tacanho. Para o homem faminto não existe a forma humana da comida, mas somente a sua existência abstrata como alimento; poderia ela justamente existir muito bem na forma mais rudimentar, e não há como dizer em que esta atividade de se alimentar se distingue da atividade animal de alimentar-se.

Parece-nos significativo que, em mais de um momento de sua obra, Marx tome a alimentação (ou os alimentos) para explicitar como a alienação define a vida dos

trabalhadores. Na passagem vista, ele identifica essa alienação como fruto do processo de abstração, que separa a alimentação do "restante da atividade humana" e faz dela uma finalidade quase exclusiva da vida do trabalhador, ao mesmo tempo em que constrange os sentidos humanos ao reduzir "a forma humana da comida" a "sua existência abstrata como alimento" (MARX, 2004a, p. 83, 110). A desumanização, que ainda hoje caracteriza a alimentação de uma parcela significativa da classe trabalhadora, revela que, se cada uma das práticas alimentares poderia se realizar como um momento de apropriação da natureza e da natureza humana (como um momento de realização do humano), o que prevalece ainda hoje é sua alienação.

Ainda sobre essa passagem, é lamentável, mas compreensível, que o faminto, na situação extrema em que se encontra, não considere mais a "forma humana da comida". Trata-se, certamente, da alienação vivida num grau extremo. No entanto, que pesquisadores e tecnocratas permaneçam na abstração que separa a alimentação "da esfera restante da atividade humana" e faz dela uma função animal, isso é inaceitável. Qualquer definição de alimentação (e consequentemente de fome ou insegurança alimentar) que permaneça nessa abstração é ideológica, uma vez que aceita e legitima a alienação a qual pesa sobre a vida dos trabalhadores.

No decorrer de nosso texto, enfatizaremos a alienação das práticas alimentares – como exige o momento que vivemos –, mas é importante ressaltar, conforme já anunciamos, nosso entendimento de que, por meio da alimentação há também a possibilidade de apropriação da realidade objetiva. É essa possibilidade que dá sentido à crítica, portanto é em direção a ela que deveríamos caminhar. A alimentação pode ser entendida como um dos objetos nos quais realizamos aquilo que Lefebvre (1975a, p. 186) denominou como "inversão afetiva", ou seja, o "processo pelo qual um indivíduo ou grupo valora um objeto e investe (derrama) nele sua energia afetiva, suas capacidades de ação, tenta fazer dele algo à sua imagem, a sua semelhança, tenta fazer dele sua obra".

Seabra (1996, p. 71) indica que "a crítica radical implicada no conceito de apropriação esclarece a propriedade, no limite, como não-apropriação, como paródia, como caricatura, como restrição à apropriação concreta". É importante reconhecer que as relações de propriedade (as quais caracterizam o capitalismo) generalizam-se, elas invadem os diversos momentos da vida cotidiana, e que a possibilidade de realização da apropriação depende da superação dessas relações. No entanto, por mais que identifique essa generalização em sua análise, Seabra (1996, p. 76) também aponta a existência da "luta pelo uso, pela apropriação, que absolutamente não é nem poderia ser entendida como marginal, à parte do todo, fora da

sociedade e do social". Em suma, ela coloca a necessidade de considerarmos o embate constante entre alienação e apropriação (desalienação), e não julgar que um desses momentos afirme-se completamente em detrimento do outro.

A alienação das práticas alimentares tampouco pode ser entendida como um processo linear, que tem início em um momento no qual a alimentação realizava-se plenamente como apropriação do tempo e do espaço, caminhando rumo ao momento em que ela caracteriza-se somente pela alienação. Uma concepção como essa, além de não compreender as "idas e vindas", os "avanços e retrocessos" que caracterizam o processo de transformação das práticas alimentares, corre o risco de desembocar numa crítica passadista, nostálgica ou mesmo ingênua, que não reconhece os limites de outros momentos históricos.

Quanto a isso, é importante ressaltar que, para Marx (2004a), o homem não se aliena de uma natureza humana ideal, de uma essência originária do ser humano, como vimos acima, mas das possibilidades humanas criadas historicamente. Logo, é necessário interpretar o subdesenvolvimento da vida cotidiana frente às possibilidades do presente e insistir tanto na historicidade de nossas necessidades, como no fato de que a satisfação delas está diretamente relacionada às possibilidades que estão colocadas. Para Marx (2004a, p. 146-14),

o selvagem na sua caverna [...] não se sente estranho, ou sente-se, antes, como em casa. [...] Mas o porão dos pobres é uma habitação hostil, [...] que ele não pode considerar como seu lar. [...] Do mesmo modo, ele [o pobre] sabe a qualidade de sua habitação em oposição com a habitação humana residente no outro lado, no céu da riqueza.

As considerações de Marx (2004a) sobre a habitação, que poderiam ser transpostas para a análise da alimentação, indicam que a forma como o pobre satisfaz suas necessidades é marcada muitas vezes pela humilhação e pelo constrangimento.

Por fim, é necessário destacar que, apesar de se generalizar, a alienação das práticas alimentares não atinge a todos da mesma maneira. No permanente embate entre alienação e desalienação, alguns conseguem apropriar-se mais e outros menos das práticas alimentares e, dentro dessa gradação, a expressão mais radical da alienação das práticas alimentares é certamente a fome.

Vimos na seção 1 desta tese como existem diferentes tentativas de quantificar a fome por meio de métodos que vão desde a consideração da ingestão de calorias, passando pela definição de linhas de pobreza, até aqueles que consideram a percepção do próprio faminto. Uma característica comum às pesquisas e políticas analisadas é o fato de que, para elas, a quantificação do fenômeno é um imperativo, o que resulta em definições redutoras da fome.

A nosso ver, a contribuição de Castro (2008) permanece imprescindível para a definição e compreensão desse fenômeno. Em **Geografia da Fome**, publicado pela primeira vez em 1946, ele afirma:

já é tempo de precisar bem o nosso conceito de fome – conceito demasiado extenso e, portanto, suscetível de grandes confusões. Não se constitui objeto deste ensaio o estudo da fome individual [...]. O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de "starvation", fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno, muito mais frequente e mais grave em suas consequências numéricas, da fome parcial, a chamada fome oculta, na qual pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. É principalmente o estudo dessas coletivas fomes parciais, dessas fomes específicas, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear de nosso trabalho. (CASTRO, 2008, p. 18)

Primeiramente, é importante chamar atenção para o fato de que, ao diferenciar a fome (parcial) da inanição (fome total), Castro (2008) elabora uma definição que não restringe esse fenômeno a sua expressão mais radical. Esta é a mais dramática de suas manifestações, mas de maneira alguma pode ser considerada a única. Além disso, essa definição considera simultaneamente a intensidade e a temporalidade do fenômeno, pois associa as fomes totais a surtos epidêmicos (que definimos como crises de fome, na seção 1), enquanto as fomes parciais tendem a ser endêmicas.

A maneira como Castro (2008) define a fome (total ou parcial; epidêmica ou endêmica) parece-nos uma de suas maiores conquistas, pois considera não apenas aqueles que literalmente morrem de fome, como também uma quantidade muito maior de pessoas que dramaticamente vive com fome.

A associação da fome às questões sociais, em um momento no qual predominavam explicações deterministas (de caráter racial ou climático) e (neo)malthusianas, foi outra contribuição importante desse autor para a compreensão da fome. Desde suas primeiras investigações sobre a alimentação, ele sublinhou a necessidade de superarmos uma concepção estritamente médica da fome e, nesse sentido, viu na geografia humana de tradição francesa a possibilidade de estudar tanto os aspectos naturais como os aspectos sociais da alimentação. Para ele, as diferentes dietas que podiam ser encontradas no Brasil deveriam ser entendidas como diferentes respostas, dadas por homens diferentes, a sua necessidade de extrair do meio

geográfico os elementos necessários para sua sobrevivência<sup>68</sup>. Assim, a relação homem-meio estava no centro de sua compreensão das características da alimentação e da fome.

No entanto, entendemos que é necessário resgatar a obra de Josué de Castro por meio de uma leitura crítica, que não a dogmatize e que, de alguma maneira, supere-a<sup>69</sup>.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que, para Castro (2008), a fome seria resultado de um desequilíbrio (ou uma desarmonia) na relação entre o homem e o meio, provocada por fatores de ordem social. Por esse caminho, ele se posicionou contra os efeitos da colonização e do imperialismo, e por meio de diferentes definições (aventura mercantil, imediatismo cego, furor da monocultura) procurou demonstrar como a dominação colonial e imperial foi responsável por uma desarmonia na relação entre homem e meio responsável pela existência da fome.

No entanto, Castro (2008, p. 287) entendia que a superação da fome passava pela estruturação de um "plano sistematizado de política alimentar", que deveria ser realizado por "um órgão técnico-administrativo que [unificasse] o problema preconizando medidas articuladas num plano de largo alcance". Por meio dessa política, o Estado teria de resolver quatro problemas centrais: a "produção insuficiente", a "circulação deficitária" de alimentos, os "maus hábitos alimentares" e o "limitado poder aquisitivo da população" (CASTRO, 2008, p. 287). Em muitos aspectos, portanto, sua compreensão aproxima-se das políticas de segurança alimentar analisadas na seção 1.

Como sua atuação política comprova<sup>70</sup>, diferentemente de uma perspectiva que vê nos conflitos a dominação e sujeição que devem ser superadas por uma transformação radical das contradições que lhes dão origem, Castro entendia que por intermédio de reformas políticas (ou do planejamento) seria possível restabelecer o funcionamento correto, racional e equilibrado da economia capitalista, e entendia que os conflitos poderiam ser administrados pelo exercício da razão, da boa vontade e pela disposição, por meio de acordos e compromissos nacionais e internacionais.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>68</sup> Em A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana (publicado em 1937) a identificação das diferentes dietas brasileiras deu origem, inclusive, a uma das primeiras regionalizações do Brasil.

<sup>&</sup>lt;sup>69</sup> A superação, nos termos propostos por Lefebvre (1975b, p. 99), "não significa supressão", nem é obtida "através de uma amortização das diferenças (entre as doutrinas e as ideias), mas, ao contrário, aguçando essas diferenças" (LEFEBVRE, 1975b, p. 229). Trata-se de um movimento de negação que reconhece a importância daquilo que foi negado no processo de construção do conhecimento. Assim, o sentido de retomar a obra de Josué de Castro nesta pesquisa é reter dela o que nos ajuda ainda hoje a entender a fome e, ao mesmo tempo, identificar quais são seus limites, os quais precisam ser negados para que possam ser superados.

Tele foi eleito Presidente do Conselho Executivo da FAO (1952), deputado federal de Pernambuco pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (1954 e 1958), além de ter sido embaixador-chefe da Delegação do Brasil junto à ONU (a partir de 1962). Em nossa pesquisa anterior (RIBEIRO JUNIOR, 2008), apresentamos uma reflexão mais aprofundada acerca da atuação acadêmica e política de Josué de Castro.

A crítica realizada até aqui revela que a superação da fome e da crise alimentar não depende de uma política específica, de uma intenção da consciência, afinal tanto uma como a outra são produtos inerentes das relações sociais capitalistas. Assim, o que se coloca para nós é o desafio de criticar a administração da sobrevivência, mesmo sabendo que sequer esta está garantida.

Nesse sentido, é necessário logo diferenciar essa "nova" sobrevivência daquela característica de outros momentos históricos. Se anteriormente a sobrevivência poderia ser explicada pela dificuldade de as sociedades transformarem a natureza para satisfazer suas necessidades, atualmente essa explicação torna-se inválida, pois, como alerta Debord (1997, p. 29), "o crescimento econômico libera as sociedades da pressão natural, que exigia sua luta imediata pela sobrevivência; mas agora é do libertador que elas não conseguem se libertar".

A sobrevivência parece garantida, mas seu custo é a negação da vida. Assim, mesmo os avanços permitidos pelo desenvolvimento do capitalismo devem ser analisados criticamente, pois, como afirma Lefebvre (1991, p. 85),

> a "segurança social", mesmo fortemente burocrática, pode ser considerada melhor que o abandono e o desamparo no reino da dor. De acordo. Não se trata de negar os "progressos", mas de compreender a sua contrapartida, o preço que custaram.

A crítica, portanto, não advoga o retorno às condições pré-capitalistas, mas explicita a distância cada vez maior que existe entre as possibilidades colocadas e aquilo que se realiza na vida cotidiana<sup>71</sup>.

Ao mesmo tempo, é muito pertinente a crítica de Heynen (2008, p. 34, tradução nossa) ao fato de que "a história intelectual da geografia mostra que muito frequentemente nós tomamos a sobrevivência humana como garantida". Por essa razão, ele entende que uma geografia radical deveria reconhecer primeiramente que a vida depende da satisfação de necessidades básicas (tais como alimento, água e abrigo) e transformar isso em um dos elementos centrais e explícitos de seu projeto, pois "tomando-os como meios implícitos eles

<sup>71</sup> É importante destacar que tanto Debord como Lefebvre estavam fazendo a crítica à sobrevivência em um

que é produzido. Assim, a ideia de uma sobrevivência ampliada é central para a crítica da proletarização. Por outro lado, a experiência do Estado de Bem-Estar Social parece ficar para trás mesmo nos países localizados no

centro do capitalismo, enquanto sequer foi experimentada fora deles.

contexto bastante específico do desenvolvimento do capitalismo, que os levou a afirmar que ela estivesse garantida (pelo menos em uma parte do mundo). Quanto a isso, é importante fazer duas considerações: de um lado é notável que essa crítica tenha partido desses autores no momento em que se vivenciava a curta experiência do Estado de Bem-Estar Social. Isso significa, a nosso ver, que eles foram capazes de desvendar os limites do capitalismo, mesmo naquilo que para muitos foi sua configuração mais favorável aos trabalhadores. Ao identificar a abundância das mercadorias com um estágio de sobrevivência ampliada ou aumentada, Debord (1997) deixa claro que o desenvolvimento do capitalismo não se efetivou como uma maior apropriação daquilo

em geral são considerados como garantidos ou ignorados" (HEYNEN, 2006, p. 920, tradução nossa).

De nosso ponto de vista, é preciso revelar que a fome, caracterizada primeiramente pela falta de alimentos, deve ser entendida também como a alienação de todas as práticas alimentares. Ao faminto, ou àquele que precisa de ajuda para se alimentar (seja ela do Estado ou de qualquer outra instituição), não está dada a opção de decidir como produzir, adquirir, preparar e consumir seus alimentos. Para ele, a alimentação está reduzida a uma necessidade elementar e desumanizada que deve lhe garantir somente a sobrevivência.

# PARTE II – URBANIZAÇÃO, REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E ALIENAÇÃO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES

# 3 URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO ESPACIAL: FUNDAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA ALIENAÇÃO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES EM SÃO PAULO

Vimos que, do ponto de vista da classe trabalhadora, sua reprodução depende da venda da força de trabalho e das condições dessa venda, bem como do trabalho doméstico que deve garantir a transformação das mercadorias nos meios de subsistência necessários. Assim, anunciamos que a compreensão de tal reprodução passa pela consideração simultânea dos processos que ocorrem dentro e fora do processo imediato de produção de mercadorias.

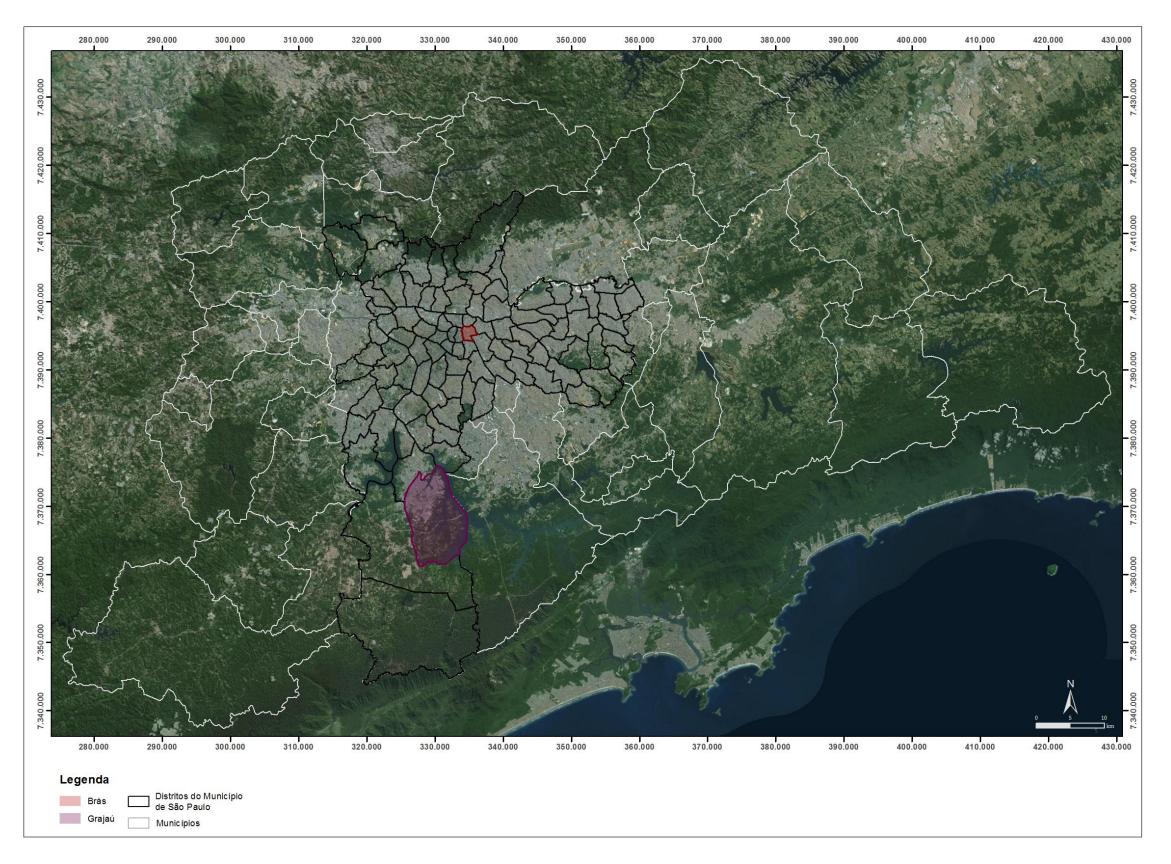
A análise da alimentação, entendida esta como elemento central da reprodução da classe trabalhadora, também requer o exame das esferas da produção e reprodução. Em outras palavras, a realização das práticas alimentares da classe trabalhadora também é determinada tanto pela forma como ocorre (ou não) sua inserção no mundo do trabalho, quanto pelas condições nas quais é realizado o trabalho doméstico necessário para que os alimentos oferecidos no mercado sejam consumidos<sup>72</sup>.

Uma vez que, para os trabalhadores, o lugar onde vivem pode oferecer condições mais ou menos propícias para sua reprodução, cabe perguntar qual o papel desempenhado pelo processo de urbanização na reprodução da classe trabalhadora. Seria a urbanização apenas um entre os diversos fatores que influenciam a reprodução da classe trabalhadora, ou teria ela um papel decisivo na maneira como os trabalhadores se reproduzem como tal?

A nosso ver, é possível afirmar que o processo de urbanização é um elemento central e indispensável para a compreensão da reprodução da classe trabalhadora. Indicamos na seção 2 que o processo de proletarização intensifica-se e generaliza-se, mas isso não significa que ele se manifeste da mesma maneira e com a mesma intensidade para todas as pessoas, em todos os momentos e lugares. As cidades abrigam e produzem diferenciações internas ao processo de proletarização, logo é imprescindível considerar de que modo as diferenças sociais e espaciais se complementam e caracterizam esse processo.

<sup>&</sup>lt;sup>72</sup> Comprar, armazenar, preparar e servir os alimentos são práticas alimentares que em nossa sociedade tendem a se realizar como parte do trabalho doméstico.

Por esse motivo, buscaremos identificar e analisar criticamente a relação entre o processo de urbanização e a reprodução da classe trabalhadora, por meio da análise das práticas alimentares de moradores de dois recortes espaciais da cidade de São Paulo (os distritos do Brás e do Grajaú), com o objetivo de revelar particularidades ou especificidades necessárias à apreensão da complexidade do processo de proletarização.



Mapa 1 - Distritos do Brás e do Grajaú – Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo.

Elaborado por Isis Ramos, nov. 2015.

Mas por que escolher uma cidade como São Paulo para estudar os problemas relacionados à alimentação, quando eles parecem ser mais graves em outras regiões do país e, em especial, no campo? Por que tomar, dentro de São Paulo, dois recortes espaciais aparentemente sem nenhuma relação entre si, como os distritos do Brás e do Grajaú?

É possível apresentar duas justificativas para a escolha da cidade de São Paulo como recorte privilegiado para a compreensão do processo de proletarização, portanto de alienação das práticas alimentares. Em primeiro lugar, como vários autores já destacaram, São Paulo ficou no centro do processo de acumulação capitalista no Brasil. Por conta disso, "Apesar de sua 'excepcionalidade' [...] São Paulo é um foco bastante adequado de análise, na medida em que oferece uma visão esclarecedora do processo de acumulação no plano nacional" (SINGER, 2012, p. 119). Nesse mesmo sentido, Seabra (2004, p. 275) indica que "São Paulo ficou no centro da mobilidade do capital e do trabalho nacional", o que explica o fato de que, desde o fim do século XIX, uma grande quantidade de imigrantes (em especial italianos, espanhóis e portugueses) e migrantes nacionais (em especial nordestinos e mineiros) para aí se dirigissem (ou fossem dirigidos) e formassem uma parte significativa da classe trabalhadora brasileira.

Além disso, se é verdade que toda e qualquer metrópole guarda particularidades que devem ser consideradas (o que torna cada uma delas, em certa medida, única), ao mesmo tempo, a industrialização produz contraditoriamente e em escala mundial um espaço urbano cada vez mais homogêneo. Nesse sentido, para Damiani (2000, p. 30), a "História, nesse momento, propõe as metrópoles como detentoras da universalidade dos processos sociais. O urbano está sintetizando esse momento crítico".

A segunda justificativa para a escolha de São Paulo como recorte privilegiado a fim de se compreender o processo de proletarização e de alienação das práticas alimentares repousa no fato de que essa cidade concentra não apenas parte significativa da riqueza produzida nacionalmente, como também parte significativa daqueles que lutam cotidianamente para sobreviver em uma sociedade caracterizada por imensas designaldades.

Muitas análises, em especial aquelas sobre os problemas relativos à alimentação, tendem a construir uma imagem de que tais problemas são característicos da realidade rural e de que a fome estaria restrita a apenas algumas poucas comunidades do interior do semiárido nordestino. Esse tipo de representação do fenômeno não é novo e já era questionado por Castro (1959) na década de 1930, quando ele comparava a situação alimentar dos trabalhadores no Recife com a dos habitantes do sertão nordestino. Para ele,

Muito mais terrível do que o surto epidêmico e do que do flagelo periódico das secas que dizimam de uma vez algumas centenas ou milhares de vidas, é esta desnutrição, esta subalimentação permanente que destrói surda e continuamente toda uma população, sem chamar nossa atenção, nem despertar nossa piedade. Temos uma documentação insofismável desse fato nos aspectos demográficos da cidade do Recife. (CASTRO, 1959, p. 88)

À medida que a população brasileira urbanizou-se, isso também ocorreu com os problemas relativos à alimentação. Em 2013, de acordo com dados da Pnad (IBGE 2014), aproximadamente 78% dos domicílios em situação de insegurança alimentar encontravam-se em áreas urbanas<sup>73</sup>.

Dados dessa mesma pesquisa revelam que, em 2013, 34% dos domicílios em situação de insegurança alimentar no país encontravam-se na região Sudeste, atrás apenas da região Nordeste, a qual concentrava 40% dos domicílios nessa situação (IBGE, 2014). Além disso, havia no estado de São Paulo 1,685 milhão de domicílios em situação de insegurança alimentar (16% do total de domicílios do país), número superado apenas pela Bahia, onde havia 1,823 milhão de domicílios nessa situação (IBGE, 2014)<sup>74</sup>.

Tabela 6 - Domicílios em situação de insegurança alimentar no Brasil, nas regiões brasileiras e no estado de São Paulo (2013)

Recorte espacial		Domicílios em situação de insegurança alimentar (1.000 domicílios)	(%)
Regiões	Norte	1.720	9%
	Nordeste	6.508	40%
	Sudeste	4.108	34%
	Sul	1.489	10%
	Centro-Oeste	908	7%
Brasil		14.733	100%

Fonte: IBGE (2014). Elaborado pelo autor.

Evidentemente, não queremos encobrir as desigualdades regionais que se somam às desigualdades sociais e fazem com que outros estados brasileiros apresentem uma proporção muito maior de domicílios em situação de insegurança alimentar do que São Paulo. Enquanto neste 11,6% do total de domicílios encontram-se em situação de insegurança alimentar, o

<sup>73</sup> Utilizamos aqui os dados da Pnad (IBGE, 2014) sobre insegurança alimentar como um indicativo da qualidade da alimentação da população brasileira. Não estamos, com isso, negando ou voltando atrás em nossas críticas relacionadas aos limites que o uso desse conceito apresenta, mas reconhecendo que em alguma medida essa pesquisa (assim como a Pesquisa de Orçamento Familiares, também realizada pelo IBGE) ajuda-nos a reconhecer algumas características da alimentação no país.

\_

Não há dados disponíveis sobre a quantidade de domicílios em situação de insegurança alimentar por município. Tomamos aqui os dados relativos ao estado de São Paulo como indicativo do que acontece também em sua capital.

Maranhão apresenta assustadores 60,9%, o Piauí 55,6% e o Amazonas 42,9% de domicílios nessa situação (IBGE, 2014). Nosso objetivo é, ao contrário, explicitar a complexidade desse fenômeno, pois, se não é possível negar que a situação nesses estados é mais grave do que em São Paulo, também não podemos negligenciar o fato de que em São Paulo há um número maior de domicílios nessa situação. Assim, parece-nos claro que um estudo sobre os problemas relativos à alimentação na capital do estado de São Paulo é não apenas pertinente, mas necessário.

Também é necessário justificar a escolha dos distritos do Brás e do Grajaú como recortes espaciais internos à cidade. Essa escolha é resultado, em alguma medida, das reflexões que realizamos durante a pesquisa desenvolvida para nossa dissertação de mestrado (RIBEIRO JUNIOR, 2008). Naquele momento, a partir de uma análise crítica que considerou o papel dos restaurantes populares da rede Bom Prato<sup>75</sup> como parte da política de segurança alimentar, bem como sua distribuição pela cidade de São Paulo, reconhecemos o quanto as centralidades da cidade desempenham um papel importante na realização das práticas alimentares da classe trabalhadora<sup>76</sup>. Desde então, pareceu-nos indispensável a consideração simultânea das centralidades e periferias de São Paulo para interpretarmos os problemas relativos à alimentação nessa cidade.

Esse entendimento ficou ainda mais claro quando entramos em contato com os problemas relativos à alimentação no Jardim Gaivotas, bairro periférico da cidade de São Paulo, localizado no distrito do Grajaú, às margens da represa Billings. Em entrevistas realizadas com moradores e agentes comunitários de saúde desse bairro, ficou explícito como o acesso aos restaurantes da rede Bom Prato era-lhes negado pelo preço das passagens de ônibus para ir e voltar até a unidade mais próxima<sup>77</sup>. (RIBEIRO JUNIOR, 2008) Assim, foi o

7.

<sup>&</sup>lt;sup>75</sup> Restaurante popular "destinado a propiciar à população carente, uma alimentação a preços acessíveis e com qualidade" instituída por decreto estadual em dezembro de 2000 (SÃO PAULO (Estado), 2000). Os restaurantes, que podem ser geridos pela próprio Estado ou por entidades da sociedade civil, servem almoços pelos quais o usuário paga R\$ 1,00, e os R\$ 3,50 restantes são subsidiados pelo Governo. Além do almoço, passou a servir também café da manhã ao custo de R\$ 0,50 para o usuário. Atualmente há 49 unidades no Estado (sendo 30 na Grande São Paulo), que servem mais de 82 mil refeições diariamente.

Mapeando as unidades da rede, identificamos que sua distribuição estava diretamente relacionada com as centralidades da cidade de São Paulo. Chamou nossa atenção não apenas a concentração de unidades no centro da cidade, mas também o fato de que as outras unidades localizavam-se preferencialmente nas centralidades da periferia, em uma estreita relação com os principais pontos do sistema de transporte do município. "Dos 17 restaurantes representados todos estão próximos de estações de trem ou metrô (14 deles), assim como de corredores e terminais de ônibus (outros 3). Além disso o mapa revela com clareza uma maior concentração destes restaurantes no centro da cidade" (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p. 145).

<sup>&</sup>lt;sup>77</sup> "Em determinado momento perguntamos aos agentes de saúde se eles conheciam a rede Bom Prato e se as pessoas do Jardim Gaivotas teriam essa referência. A resposta, mais do que direta, apontou para os limites colocados pela localização do Restaurante Popular mais próximo, a saber, o de Santo Amaro que, como já

desenvolvimento da pesquisa de mestrado que apontou a necessidade de aprofundarmos a reflexão acerca da realização das práticas alimentares nas centralidades e periferias da cidade.

A escolha dos distritos do Brás e do Grajaú não resultou apenas da consideração de sua distância em relação ao centro da cidade. Evidentemente, essa distância foi considerada, uma vez que ela permite ponderar como as diferenças espaciais de acesso ao urbano pesam sobre a realização das práticas alimentares. Mas, para além dela, procuramos escolher dois recortes espaciais que pudessem revelar momentos distintos do intenso processo de segregação espacial que caracteriza a urbanização da cidade de São Paulo desde o fim do século XIX. Esse processo, é importante ressaltar, pesa intensamente sobre as condições de vida e de reprodução da classe trabalhadora, revelando que as contradições ou antagonismos de classe não ficam de maneira alguma restritos à esfera da produção.

No entanto, a esse respeito, é importante fazer duas advertências. A primeira é que não entendemos, de maneira alguma, que os recortes aqui propostos sejam os únicos possíveis para a realização de tal análise. Ou seja, outros recortes considerando a relação entre as centralidades e periferias na cidade também poderiam ter sido utilizados. Em segundo lugar, é preciso esclarecer que a definição dos recortes apenas em um primeiro momento coincide com a divisão administrativa da cidade. Brás e Grajaú são distritos do município de São Paulo e, se por um lado a divisão administrativa deve ser considerada, afinal por meio dela o Estado atua sobre o espaço, por outro é importante não absolutizá-la, pois os processos que se desenvolvem na cidade não coincidem com tal divisão. Assim, utilizaremos dados que se referem a essa divisão, pois eles podem nos ajudar a explicitar processos relativos aos dois recortes, mas nosso intuito não é reafirmar a institucionalização dessa divisão da cidade.

A fim de avançarmos na discussão acerca da importância do processo de urbanização para se compreender a reprodução da classe trabalhadora, é imprescindível precisar o conceito de espaço que fundamenta nossa reflexão. Essa é uma tarefa que não se faz sem dificuldades, pois, como alerta Harvey (2012, p. 187), "O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana", mas "raramente discutimos o seu sentido; tendemos a tê-los por certos e lhes damos atribuições do senso comum ou autoevidentes". Ao mesmo tempo, esse autor adverte que "há suficiente dissenso e confusão entre os filósofos quanto ao significado de espaço para que ele possa constituir um ponto de partida não problemático" (HARVEY, 2013b, p. 9). Como foge aos nossos objetivos realizar aqui um levantamento detalhado das concepções de espaço existentes dentro e fora da geografia, buscaremos apenas explicitar o

conceito de espaço que fundamenta nossa reflexão e demonstrar sua relevância para se compreender a reprodução da classe trabalhadora e suas práticas alimentares<sup>78</sup>.

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que o espaço não é compreendido aqui como "palco" ou "continente vazio" no qual as diversas atividades ou práticas sociais livremente se desenvolveriam. Tal concepção desconsidera que o espaço é historicamente produzido, ou seja, que existe uma "produção do espaço". Para Lefebvre (2008a, p. 55),

Essa expressão [produção do espaço] [...] quer dizer que não consideramos o espaço como um dado *a priori*, seja do pensamento (Kant), seja do mundo (positivismo). Vemos no espaço o desenvolvimento de uma atividade social. Distinguimos, portanto, o espaço social do espaço geométrico, isto é, mental.

A crítica à consideração do espaço como um *a priori* permite-nos superar uma concepção (segundo Lefebvre (2008a), cara às matemáticas e à filosofia) para a qual o espaço é "a forma pura, a transparência, a inteligibilidade" e apresenta-se como "coerência e modelo de coerência" (LEFEBVRE, 2008a, p. 41), em direção a uma interpretação a qual reconhece que o espaço "implica, contém e dissimula relações sociais"<sup>79</sup>. Aqui, como em vários outros momentos, Lefebvre (2008a, p. 117) incorpora a crítica marxista à sua análise do espaço, uma vez que, segundo ele, era o próprio Marx que "dizia e mostrava sobre cada coisa produzida: que, enquanto coisa, contém e dissimula relações sociais".

Este pacote de açúcar não é apenas um pacote de determinado peso, destinado a adoçar o café e o chá. Não se trata apenas de uma matéria paga com determinada soma de dinheiro. O pacote e o dinheiro que o paga implicam relações sociais, sobretudo a relação "trabalho-capital", o salário e a mais-valia, ao mesmo tempo expressas, ocultas, alienadas (reificadas) pelas coisas, o dinheiro e a matéria, a abstração e o fato prático. *Do mesmo modo, atualmente, para o menor espaço*. (LEFEBVRE, 2008a, p. 117, grifo do autor)

Assim, o que interessa para Lefebvre<sup>80</sup> são as "relações sociais implicadas nos espaços (aí incluídas as relações de classe)" e "as relações sociais inerentes a [sua] produção" e não o espaço "em si". Isso porque, para ele,

Quando o espaço social deixa de se confundir com o espaço mental (definido pelos filósofos e pelos matemáticos), com o espaço físico (definido pelo prático-sensível e

<sup>&</sup>lt;sup>78</sup> Ficará evidente, no decorrer do texto, que nos apoiamos fundamentalmente na obra de Lefebvre, assim como na de outros autores, em especial geógrafos, que com ele dialogam.

<sup>&</sup>lt;sup>79</sup> LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG a partir do original em francês La production de l'espace. 4<sup>ème</sup> éd. Paris: Anthropos, 2000. fev. 2006. Fotocópia. Não paginado. Capítulo 2.

<sup>&</sup>lt;sup>80</sup> Idem, ibidem. Capítulo 2.

pela percepção da "natureza"), ele revela sua especificidade. Será preciso mostrar que esse espaço social não consiste numa coleção de coisas, numa soma de fatos (sensíveis), não mais que num vazio preenchido, como uma embalagem, de matérias diversas, que ele não se reduz a uma "forma" imposta aos fenômenos, às coisas, à materialidade física.<sup>81</sup>

Lefebvre<sup>82</sup> aponta a necessidade de passarmos "dos produtos (estudados de perto ou de longe, descritos, enumerados) à produção" e, portanto, "das coisas no espaço para a produção do próprio espaço". Aqui, o conceito de produção precisa ser apreendido simultaneamente em sua acepção ampla e restrita, uma vez que a produção não se restringe à produção de coisas (produtos), referindo-se também à produção das relações sociais, assim como do tempo e espaço, das instituições, da própria sociedade, do Estado etc.<sup>83</sup>. Além disso, o espaço não pode ser entendido como um produto qualquer, na medida em que ele também intervém na produção, na "organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas"<sup>84</sup>.

Daí a necessidade de entendê-lo como "produto-produtor", como "suporte de relações econômicas e sociais".85. Como produto utilizado no processo produtivo, o espaço é meio de produção, que, "produzido como tal, não pode se separar nem das forças produtivas, das técnicas e do saber, nem da divisão do trabalho social, que o modela, nem da natureza, nem do Estado e das superestruturas".86. É nesse sentido que, para o autor, o espaço é ao mesmo tempo condição, meio e resultado da produção.

Dito isso, é preciso considerar que cada sociedade (cada modo de produção) produz um espaço, o que nos coloca a necessidade de examinar como essa relação se dá especificamente sob o modo capitalista de produção, sempre considerando que a relação entre o modo de produção e seu espaço não é "uma relação direta, imediata e imediatamente

<sup>83</sup> "Na acepção ampla, os homens enquanto seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo. Nada há na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. A 'natureza', ela mesma, tal como se apresenta na vida social aos órgãos dos sentidos, foi modificada, portanto, produzida. Os seres humanos produziram formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, ideológicas". (Idem, ibidem. Capítulo 2)

<sup>&</sup>lt;sup>81</sup> LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG a partir do original em francês La production de l'espace. 4<sup>ème</sup> éd. Paris: Anthropos, 2000. fev. 2006. Fotocópia. Não paginado. Capítulo 1.

<sup>82</sup> Idem, ibidem. Capítulo 1.

<sup>84</sup> Idem, ibidem. Prefácio.

<sup>85</sup> Idem, ibidem, Prefácio.

<sup>&</sup>lt;sup>86</sup> Idem, ibidem. Capítulo 2.

apreendida, portanto transparente<sup>2,87</sup>, afinal o espaço não apenas implica e contém relações sociais, ele também as dissimula. Em sociedades capitalistas, o espaço é produzido de modo a oferecer condições favoráveis à reprodução do capital (incluída aí a necessidade de reprodução da força de trabalho), o que, dados os antagonismos entre as classes e mesmo as diferenças entre as frações de classe, não ocorre sem conflitos. Para Lefebvre<sup>88</sup>, nesse caso, seria necessário compreender o consumo produtivo do espaço com o objetivo de produzir mais-valia:

No modo de produção capitalista modernizado, o espaço inteiro entra: ele é utilizado para a produção de mais-valia. A terra, o subsolo, o ar e a luz acima do solo entram nas forças produtivas e nos produtos. O tecido urbano, aquele das redes múltiplas de comunicação e de trocas, faz parte dos meios de produção. A cidade e as instalações diversas (correios, estradas de ferro, mas também depósitos e entrepostos, transportes e serviços diversos) são capital fixo. A divisão do trabalho penetra o espaço inteiro (e não somente "o espaço de trabalho", aquele das empresas). O espaço inteiro é consumido produtivamente, da mesma maneira que os edifícios e locais industriais, as máquinas, as matérias-primas e a própria força de trabalho.

Em um primeiro nível, a análise trata da produção do espaço voltada às necessidades do processo imediato de produção. É o que Harvey (2005) destaca quando se refere à produção de infraestruturas físicas e sociais indispensáveis à reprodução do capital. Fábricas, armazéns, escritórios, ruas, rodovias, ferrovias, sistemas de saneamento (água e esgoto), assim como escolas, hospitais, parques, estabelecimentos voltados ao lazer etc., que são produzidos com o objetivo de criar uma "paisagem física [...] apropriada, em linhas gerais, às finalidades da produção e do consumo" (HARVEY, 1982, p. 6). Como o próprio Harvey (2005, p. 150) adverte, essa paisagem está em constante transformação, uma vez que as necessidades do capital vão exigindo sua reconfiguração:

o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo. As contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e a reformação incessantes das paisagens geográficas.

Entretanto, é importante destacar que a análise não pode permanecer no nível da relação entre a produção do espaço e a reprodução dos meios de produção. É preciso considerar que o espaço coloca-se como condição, meio e resultado da produção, tanto no

<sup>&</sup>lt;sup>87</sup> LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG a partir do original em francês **La production de l'espace**. 4<sup>ème</sup> éd. Paris: Anthropos, 2000. fev. 2006. Fotocópia. Não Paginado. Prefácio.

<sup>88</sup> Idem, ibidem. Capítulo 5.

sentido estrito (a produção de mercadorias), como no sentido amplo (a produção e reprodução da sociedade, das relações sociais), ou seja, é preciso considerar que a produção do espaço está ligada à reprodução das relações sociais de produção. Nesse sentido, Damiani (2008a, p. 223) indica que é preciso ir rumo à compreensão do espaço como "elemento reprodutor ativo".89.

#### 3.1 DO CRESCIMENTO DA CIDADE DE SÃO PAULO A SUA IMPLOSÃO-EXPLOSÃO

Fundada em 1554, é somente no último quartel do século XIX que a cidade de São Paulo deixou de ser um apêndice do campo<sup>90</sup>, momento no qual teve início o surto industrial e o intenso crescimento demográfico responsáveis por profundas transformações que redefiniram os termos de seu processo de urbanização. Entre 1872 e 1900, a população da cidade passou de 31.385 para 239.820 habitantes (SÃO PAULO (Cidade), [s.d.a]), o que representa um crescimento de mais de 650% em menos de 30 anos. Esse crescimento, que continuou intenso nas primeiras décadas do século XX, chamou atenção de diversos pesquisadores<sup>91</sup>.

Azevedo (1958) definiu-o como "espetacular" e, para além da população que ultrapassava 2 milhões de habitantes em 1950, impressionava-o a velocidade com a qual esse fenômeno transformou um "aglomerado" em uma cidade cuja área se ampliava "desmesuradamente". Segundo esse autor,

os primeiros três séculos de vida da atual cidade de São Paulo foram extraordinariamente modestos, podendo-se afirmar, sem receio de contestação, que no decorrer da primeira metade do século XIX a área urbana muito se assemelhava à dos tempos coloniais: um reduzido aglomerado, que de pouco ultrapassava os limites da colina histórica, local de seu berço, ao fundar-se o colégio dos Jesuítas, em 1554. [...] Foi há menos de 80 anos que o "milagre" teve início. As estatísticas começaram a registrar verdadeiros saltos, ao mesmo tempo em que a área urbana se ampliava desmesuradamente. (AZEVEDO, 1958, p. 9-10)

<sup>90</sup> Em termos lefebvrianos, esse seria o momento em que o "peso da cidade no conjunto social torna-se tal que o próprio conjunto se desequilibra", quando há uma reviravolta e a cidade deixa de ser "uma ilha em um oceano camponês" (LEFEBVRE, 1999, p. 24).

<sup>&</sup>lt;sup>89</sup> "Totalmente imerso na lógica do capital. Assim, ele deixa de se posicionar como universal abstrato e internaliza a historicidade do processo do capital". (DAMIANI, 2008a, p. 223)

<sup>&</sup>lt;sup>91</sup> Daremos atenção especial às interpretações de alguns geógrafos, o que não significa que outros autores de diferentes áreas do saber não tenham se dedicado ao tema.

Considerando os levantamentos censitários realizados até a década de 1950, Azevedo (1958) apresenta dados que refletem esse "espetacular" crescimento populacional do município de São Paulo entre 1890 e 1950.

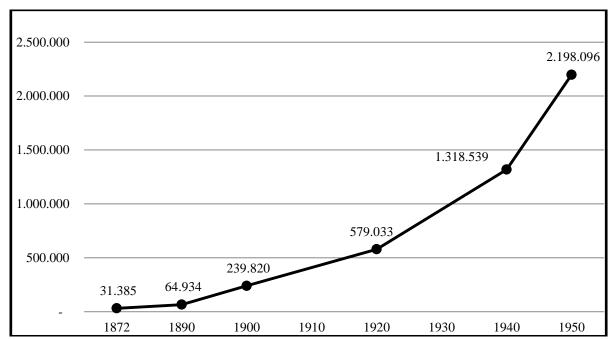


Gráfico 2 - População do município de São Paulo (1890 - 1950)

Fonte: Azevedo (1958, p. 10). Elaborado pelo autor.

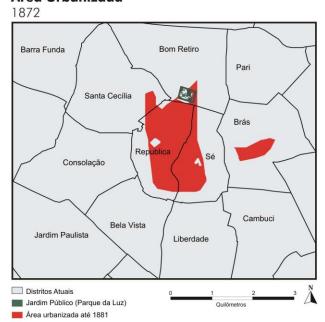
Esse intenso crescimento populacional foi acompanhado, evidentemente, pela expansão da área urbanizada do município. Segundo Matos (1958, p. 85, 87), tal processo teve início nos últimos 30 anos do século XIX, e ocorreu

através do retalhamento de chácaras próximas, embora sem obedecer a um plano diretivo [...] Assim, de forma irregular e não planejada, foi aos poucos crescendo a área da cidade de São Paulo, ao mesmo tempo que novos bairros se integravam na vida urbana.

A seguir, problematizaremos a ideia de que essa expansão tenha se dado de maneira não planejada (ou desordenada). De toda forma, é importante destacar que Matos (1958) reconhece, já nos últimos anos do século XIX, o processo que caracteriza a expansão da área urbanizada de São Paulo em quase todo o século XX: o gradativo loteamento de chácaras e sítios que formavam os subúrbios da cidade, os quais foram assim sendo incorporados ao tecido urbano. Sobre esse mesmo processo, Azevedo (1958, p. 10) indica que a área urbanizada de São Paulo não tinha mais que 1 km de raio durante seus primeiros três séculos de existência, mas em pouco tempo "passou a atingir, através de seus tentáculos, distâncias de

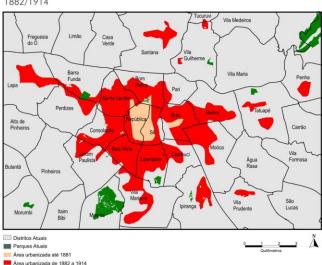
15 e 20 km em relação ao seu centro, ao mesmo tempo em que, gradativa mas aceleradamente, encobria com seu casario os espaços vazios existentes entre tais tentáculos".

#### Área Urbanizada



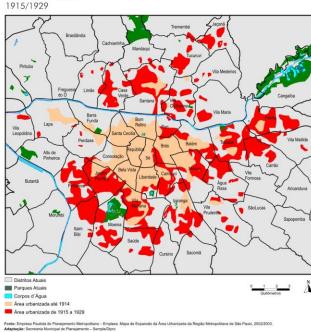
Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa. Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, 2002/2003. Adaptação: Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/Dipro

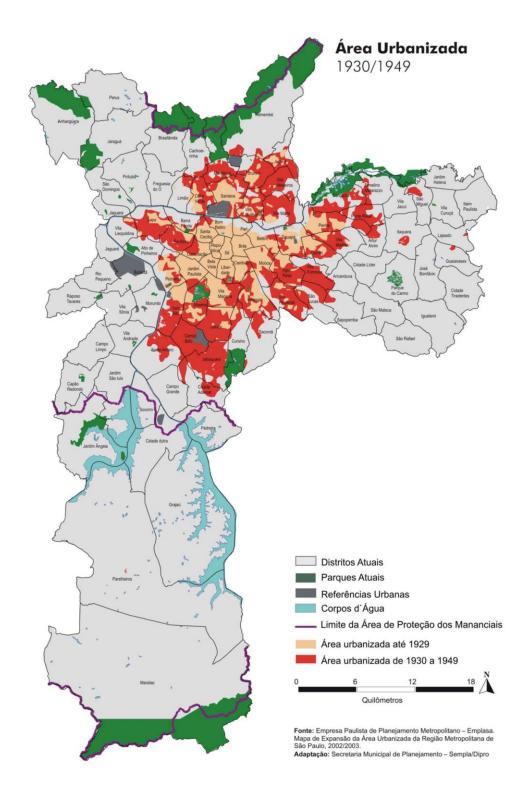
#### **Área Urbanizada** 1882/1914



Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - Emplasa. Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, 2002/20/ Adapta No. Scentario Municipal de Discognito. - Secondistributos

#### Área Urbanizada 1915/1929





Mapa 2 - Expansão da Área Urbanizada do Município de São Paulo (1872 – 1949) Fonte: SÃO PAULO (CIDADE), s.d.d.

A análise dos dados de expansão da área urbanizada de São Paulo entre 1872 e 1949 permite-nos identificar duas características desse fenômeno para as quais alguns geógrafos já chamavam atenção. Em primeiro lugar, essa expansão deu-se em todos os sentidos, o que fez com que os limites externos da área urbanizada se afastassem cada vez mais do centro da cidade (atuais distritos da Sé e República). Além disso, como indicavam Azevedo (1958) e Petrone (1958), é possível identificar a existência de "espaços vazios" entre as áreas urbanizadas (em especial na representação da expansão da área urbanizada entre 1915 e 1929). De acordo com Petrone (1958, p. 119), mesmo após a conurbação "a cidade continuava a formar blocos que davam a ideia de várias pequenas cidades sucessivas e sucessivamente agrupadas, dentro de um perímetro constituído por uma periferia instável". Para ele, parte desses vazios se explicaria pela topografia irregular de algumas áreas, mas, assim como outros autores, Petrone (1958) já identificava na existência desses espaços vazios os indícios (a espera de valorização) de uma intensa especulação imobiliária na cidade.

Para esses dois autores, o crescimento populacional e a expansão da área urbanizada de São Paulo a partir da década de 1870 estavam diretamente relacionados com um conjunto de transformações políticas, econômicas e sociais, entre as quais se destacavam a expansão da cultura cafeeira em direção ao oeste paulista, a multiplicação das ferrovias no planalto paulista, a política de incentivo à imigração, o afluxo de capitais estrangeiros e, sobretudo, a criação do parque industrial paulistano (AZEVEDO, 1858; PETRONE, 1958).

Para Petrone (1958), foi o surto industrial dos últimos anos do século XIX o grande responsável pelo processo que acabou por concretizar a existência da Grande São Paulo, pois o estabelecimento de áreas industriais tanto no sentido leste-oeste (acompanhando o traçado das ferrovias), como no sentido sul (em direção a Santo Amaro) fez com que o processo de urbanização não ficasse restrito à área do município 92. Segundo esse autor, por também serem cortados pelas ferrovias (que se constituíam como um importante fator de atração para as indústrias), os municípios de Santo André, São Caetano do Sul e Osasco (no sentido leste-oeste) tiveram suas áreas urbanas gradativamente conectadas àquelas da capital 93. Já no

, \_

<sup>&</sup>lt;sup>92</sup> No sentido norte, devido à barreira que a Serra da Cantareira representa, a área urbanizada não pôde se estender tanto quanto nos outros sentidos.

<sup>&</sup>lt;sup>93</sup> Sobre o traçado das ferrovias, Elina Santos (1958, p. 51) afirma que "Guardando o sentido geral de E-W [leste-oeste], dentro da área sedimentar de São Paulo, o Tietê oferece uma larga via natural de passagem, que foi bem aproveitada tanto pelas estradas de ferro (EFCB, EF Santos-Jundiaí, EF Sorocabana) como pela estrada de rodagem" (rodovia Presidente Dutra). Nesse mesmo sentido, Ab'Saber (1958, p. 241), ao tratar da ferrovia que ligava a capital ao porto de Santos, indica que "Os engenheiros ferroviários procuraram assentar os trilhos sobre os terrenos mais enxutos, pertencentes aos terraços fluviais, evitando os terrenos aluviais alagadiços e inconsistentes do Tamanduateí. Através dessas medidas, favoreceram de pronto a criação de um novo bairro [Brás] para a florescente cidade dos fins do século".

sentido sul, Santo Amaro (anexado ao munícipio de São Paulo em 1935 94) também se urbaniza, e passa a abrigar indústrias, embora seu processo, diferentemente do que ocorreu no sentido leste-oeste, tenha se dado por caminhos diversos, seguindo a linha dos bondes através do Brooklin, em continuação à Vila Mariana por meio do Jabaquara, através de Congonhas por meio da autoestrada, e pela atual avenida Santo Amaro (antiga estrada de Santo Amaro) (PETRONE, 1958).

Esse intenso crescimento da cidade foi analisado de maneiras distintas, dentro e fora da academia. Por um lado, em algumas análises é possível identificar certo orgulho desse fenômeno, que atestaria a importância da cidade de São Paulo. Por outro, muitas análises identificam-no como o fundamento dos problemas que os habitantes da cidade enfrentam desde o início do século XX. Por vezes, as duas posições chegam a ser encontradas em uma mesma análise, como é o caso de Langenbuch (1971, p. 3), o qual entende que "Se este desenvolvimento rápido, acelerado e gigantesco constitui justificado orgulho de seus habitantes, não é menos verdade que, devido ao mesmo, a cidade enfrenta seríssimos problemas urbanísticos".

Prevalece entre vários autores a compreensão (implícita ou explícita) de que haveria uma medida correta ou adequada para o tamanho de uma cidade. É nesse sentido que, ao analisar as dificuldades enfrentadas pelos paulistanos, Azevedo (1958, p. 21) afirma que "a cidade cresceu depressa demais" e que "Em consequência dessa marcha acelerada [...] todos os problemas comuns às grandes cidades assumem, aqui, um caráter verdadeiramente angustioso". Para ele, assim, os problemas relacionados ao abastecimento alimentar, aos serviços de água e esgoto, ao suprimento de energia elétrica, ao transporte coletivo, todos estavam intimamente relacionados ao intenso crescimento da cidade (AZEVEDO, 1958, p. 21).

Escrevendo em outro momento, e a partir de uma perspectiva teórico-metodológica distinta, Singer (2012) apresenta uma importante crítica às análises que identificam no crescimento populacional ou no tamanho da população os fatores responsáveis pelos problemas urbanos<sup>95</sup>. Sua análise parte da compreensão de que não é possível considerar separadamente a população (seu crescimento e mobilidade) das relações sociais capitalistas.

<sup>95</sup> É preciso destacar que esse tipo de análise não ficou restrita nem aos geógrafos, nem aos autores de meados do século XX, estando presente até hoje dentro e fora do pensamento acadêmico. Além disso, entendemos que Azevedo (1958), Petrone (1958) e Langenbuch (1971), apesar de colocarem o crescimento populacional como

<sup>94</sup> Elevada à condição de vila em 1832 (por um Decreto da Regência de Dom Pedro I), o município de Santo Amaro foi anexado à cidade de São Paulo em 1935 (pelo Decreto n.º 6.988 do interventor do estado). O Grajaú foi por muito tempo considerado como parte do sertão de Santo Amaro. (SÃO PAULO (Cidade), [s.d.g])

Segundo esse autor, do ponto de vista do capital existem diversas "vantagens de aglomeração", pois a concentração de atividades em determinadas áreas gera "economias externas de despesas de transporte e comunicação entre empresas complementares e pelo uso em maior escala, o que reduz os seus custos, de serviços industriais (energia, água, esgotos), de serviços financeiros, comerciais, etc." (SINGER, 2012, p. 127). Mas, se a aglomeração produz vantagens que são apropriadas privadamente, suas desvantagens são socializadas, "já que a solução dos problemas assim suscitados cabe ao poder público, que financia as obras com fundos tributários arrecadados por toda a população" (SINGER, 2012, p. 128). Essa interpretação está na base de sua negação de que os problemas urbanos sejam fruto do crescimento populacional ou mesmo da falta de recursos, pois as vantagens de aglomeração produziriam o excedente necessário para a solução dos problemas que o crescimento coloca.

Além disso, Singer (2012) reforça que o crescimento das cidades é resultado da mobilização da força de trabalho para atender as necessidades da reprodução do capital. Assim, o fundamento do processo responsável pelo crescimento das cidades é a concentração do capital, que demanda grande quantidade de força de trabalho em um mesmo lugar. Logo, o que induz a concentração da população em grandes cidades, principalmente por meio de fluxos migratórios (nacionais e internacionais), é a acumulação de capital concentrada no espaço – que, no caso brasileiro, deu-se com maior intensidade na cidade de São Paulo<sup>96</sup>.

um problema, não apresentavam uma explicação simplista, que via unicamente nesse processo a origem de todos os males da cidade.

<sup>&</sup>lt;sup>96</sup> Analisando o caso brasileiro (e de São Paulo especificamente), Singer (2012) identifica dois períodos da mobilização da força de trabalho responsáveis pelo crescimento mais expressivo de algumas cidades brasileiras até meados do século XX. O primeiro vai da abolição da escravatura (1888) até a Revolução de 1930, período no qual ocorreram importantes transformações econômicas, sociais e políticas no Brasil que, segundo o autor, foram responsáveis pelo início do processo de urbanização "com o crescimento proporcionalmente mais rápido das capitais que eram centros comerciais: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte. São Paulo, em particular, dispunha de um mercado regional maior que as demais, pois a cafeicultura tinha-se deslocado para seu 'hinterland'" (SINGER, 2012, p. 124). Entre as transformações destacadas por Singer (2012, p. 123) estão: o processo de desenvolvimento mediante substituição de importações; a constituição de um importante parque industrial produtor de bens de consumo não duráveis (tecidos, roupas, alimentos); e o desenvolvimento de uma agricultura comercial voltada ao mercado interno. É nesse primeiro período que ocorre de maneira mais intensa o processo de imigração europeia, o qual atendia tanto as necessidades da cafeicultura como das novas atividades produtivas. No segundo período, ainda segundo o mesmo autor, os governos originados da Revolução de 1930 colocaram em prática uma política mais decidida de industrialização, e criaram uma "legislação do trabalho aplicável unicamente às áreas urbanas (na verdade, apenas às cidades maiores), que proporcionou aos assalariados urbanos um padrão de vida substancialmente mais alto que o das massas rurais" (SINGER, 2012, p. 124). Assim, a grande massa que vivia no campo passou a constituir um enorme exército industrial de reserva, que foi mobilizado de maneira intensa entre 1930 e 1945. Nesse período, a imigração estrangeira perdeu força e a migração interna aumentou, tendo como componente principal a migração rural-urbana. Para ele, o que houve, portanto, foi uma "ampla mobilização do exército industrial de reserva, que deu lugar a um abundante suprimento de força de trabalho pouco qualificada, porém dócil e de aspirações modestas" (SINGER, 2012, p. 126).

Ao analisar a relação entre os processos de industrialização e urbanização, Lefebvre (2001, 2004) traz contribuições imprescindíveis a esse debate. A cidade, como se sabe, já existia antes do processo de industrialização. Na Europa, assim como em outros lugares do mundo, no momento em que começa o processo de industrialização, já havia uma rede de cidades constituída, assim como alguns centros urbanos importantes que exerciam seu poder sobre territórios mais ou menos amplos. A indústria, em geral implantada primeiramente fora das cidades, aproximou-se das cidades existentes na medida em que dois processos libertaram-na da necessidade de estar próxima das fontes de energia e matéria-prima: o desenvolvimento dos meios de transporte e a utilização de novas fontes de energia. Esses processos permitiram que a indústria adentrasse as cidades, que apresentavam mercados constituídos, fontes de capitais disponíveis e reservas de força de trabalho. E foi justamente nesse processo que a indústria "tomou de assalto" a cidade (cada uma delas e sua rede como um todo), transformando-a segundo suas necessidades, que são, ao mesmo tempo, as necessidades do capital. Ou seja, não bastava para a indústria apoderar-se da cidade existente: era necessário produzir uma nova cidade em consonância com as suas necessidades.

É importante destacar que o desenvolvimento da indústria significou a intensificação da reprodução das relações sociais de produção capitalistas, pois provocou a expansão das trocas, da economia monetária, ou, em outras palavras, a generalização do "mundo da mercadoria". É por isso que, para Lefebvre (2001, p. 3), a industrialização, que "caracteriza a sociedade moderna", "fornece o ponto de partida para a reflexão sobre nossa época" e é indispensável para a compreensão da "problemática urbana".

O processo de industrialização foi responsável pela intensa concentração dos meios de produção e da força de trabalho, o que transformou radicalmente a cidade e provocou, nas palavras de Lefebvre (2001), sua "implosão-explosão": implosão da centralidade, agora saturada, degradada, deteriorada, voltada para a reprodução das relações de produção; explosão do tecido urbano em periferias e subúrbios que se constituem como espaços separados, segregados. Esse processo resultou na negação da cidade, pois, ao invés da reunião, dos encontros, da convergência (que caracterizava a cidade), passam a prevalecer a separação e a segregação.

A ênfase dada à industrialização para a compreensão da problemática urbana não significa que nossa análise possa ficar restrita à esfera da produção de mercadorias. Lefebvre (1999, p. 142-167) chama atenção para o fato de que a cidade desempenha simultaneamente um papel na formação, realização e distribuição (repartição) da mais-valia. No que se refere à formação da mais-valia, o autor indica que a cidade, além de concentrar em um mesmo lugar

tudo aquilo que a indústria necessita para realizar a produção, também é uma força produtiva, pois contém parte do trabalho passado (morto) do qual o capitalista dispõe para se apropriar do trabalho vivo. Já a realização da mais-valia depende do mercado, do sistema bancário e financeiro, e dos serviços que transformam a cidade, a fim de garantir que a circulação do capital se concretize em magnitudes cada vez maiores e o mais rapidamente possível. Por fim, a cidade desempenha também um papel importante na distribuição (repartição) da mais-valia, uma vez que a propriedade privada da terra garante aos proprietários urbanos "rendas urbanas", assemelhadas às "rendas rurais". Além disso, o autor ainda ressalta que a distribuição (repartição) da mais-valia não se dá apenas no plano econômico, pois no plano político o Estado retém parte da mais-valia global, operando-a de acordo com os interesses das classes que estão no poder, assim conseguindo interferir decisivamente na produção do espaço urbano.

Mas, se de um lado o processo de industrialização negou a cidade por meio de sua implosão-explosão, de outro generalizou a urbanização. Para além do crescimento intenso das concentrações urbanas, o tecido urbano toma conta de cada vez mais territórios, e a sociedade e a vida urbana tendem a penetrar nos campos onde sobrevivem ilhotas ou ilhas de ruralidade "pura" (LEFEBVRE, 2001, p. 12). É dessa generalização que pode surgir a "sociedade urbana", "uma realidade em formação, em parte real e em parte virtual, [...] uma tendência que já se manifesta, mas que está destinada a se desenvolver" (LEFEBVRE, 2008a p. 81).

Por meio de uma análise que não desconsidera as contradições, capta-se o sentido do processo em que a indústria nega a cidade. "O processo dialético é o seguinte: a cidade – sua negação pela industrialização – sua restituição a uma escala muito mais ampla que outrora, a da sociedade inteira" (LEFEBVRE, 2008a p. 84). Assim, fica exposto o caráter contraditório desse processo que nega a cidade e ao mesmo tempo coloca como possibilidade o surgimento do urbano, da realidade urbana. Forma-se, portanto, um conceito novo: o urbano, que aparece no momento de explosão da cidade, mas "permite reconsiderar e mesmo compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos durante muito tempo: a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a monumentalidade" (LEFEBVRE, 2008a p. 84).

Aqui, fica evidente a distinção que Lefebvre (2001, p. 49) faz entre a cidade – "realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico" – e o urbano – "realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento". Porém essa distinção demanda um cuidado: não se pode entender que o urbano seja capaz de "passar sem o solo e sem a morfologia material", como se fosse uma espécie de "transcendência imaginária", pois "a vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra 'o urbano'

não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia" (LEFEBVRE, 2001, p. 49). O urbano não é uma alma, um espírito ou entidade filosófica: ele é uma possibilidade de restituição em novos termos daquilo que foi negado pelo processo de generalização da mercadoria; uma virtualidade que nasce contraditoriamente da industrialização, da implosão-explosão da cidade. No entanto, a realização e generalização do urbano só pode se dar pela superação da reprodução das relações sociais de produção capitalistas. Para Lefebvre (1973, p. 12), o sentido da crítica é encontrar

uma situação sem regresso e sem recurso e isto não à escala das situações individuais ou dos grupos, mas à escala global, à escala da sociedade e, portanto, à escala mundial, malgrado as dificuldades que encontra a análise para se desenvolver a este nível.

Por fim, é preciso fazer uma ressalva. Não tomamos aqui o processo de "implosão-explosão" como um modelo analítico que poderia ser aplicado imediatamente a toda e qualquer cidade. Essa tampouco era a intenção de Lefebvre (2001, 2004) ao propor tal leitura do processo de urbanização. O sentido de resgatar esse processo é retomar seu fundamento, ou seja, a ruptura da realidade urbana provocada pelo processo de "implosão-explosão". Mesmo apresentando especificidades e particularidades, é possível identificar essa ruptura na cidade de São Paulo. Seabra (2004) considera essa "implosão-explosão" para revelar como São Paulo e seus bairros transformaram-se, pois, se até 1950 foi possível identificá-la como uma cidade de bairros (que guardavam suas singularidades, mas eram partes constitutivas de um todo), entre 1950 e 1980 o crescimento imposto pela indústria transformou esses bairros em fragmentos da metrópole. Nessas décadas, "implodiam as estruturas internas da cidade à medida que explodia o tecido urbano na formação das periferias que davam configuração, propriamente, à metrópole" (SEABRA, 2004, p. 277).

### 3.2 DA CONSTATAÇÃO DAS DIFERENÇAS ENTRE OS BAIRROS À CRÍTICA DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL

Alguns autores, mesmo antes da incorporação de uma perspectiva marxista à geografia, já identificavam nos primeiros momentos de crescimento da cidade de São Paulo o surgimento de diferenças espaciais mais acentuadas. É o caso de Matos (1958), o qual

identifica dois processos distintos e simultâneos que ocorrem para além da área urbanizada, até 1880, e transformam a morfologia urbana da cidade. Segundo ele,

Enquanto se conservou enclausurado na colina histórica, São Paulo não conhecia as diferenças funcionais de um ponto a outro da cidade, a não ser as chácaras periféricas. As residências dos homens abastados e da classe média localizavam-se no próprio Triângulo, de mistura com as casas de comércio e as pequenas oficinas. Sobretudo a partir da década de 1880-90, porém, iniciou-se a diversificação de funções e o aparecimento, ao lado do velho centro, de bairros operários e de bairros residenciais finos. <sup>97</sup> (MATOS, 1958, p. 89)

A morfologia urbana passa a refletir, portanto, uma relativa diferenciação funcional entre os espaços da cidade, pois alguns bairros passam a ser dedicados preferencialmente à moradia, ao comércio ou às atividades industriais. Porém, não se trata somente de "diferenças funcionais", uma vez que a oposição entre "bairros operários" e "bairros residenciais finos" não se refere exclusivamente às funções de cada bairro, mas às características de sua urbanização e a quem esses espaços estavam reservados.

Analisando essas mesmas diferenças, Azevedo (1958, p. 18) identifica um contraste "chocante" entre bairros com "alamedas ensombradas", "espaços ajardinados, com "mansões senhoriais" e "edifícios de apartamento" confortáveis (Jardim América, Jardim Europa e Higienópolis) e bairros que apresentam "quarteirões compactos" e "densamente povoados", com "habitações estandardizadas das 'vilas' operárias" e cortiços onde, segundo o autor, "impera a promiscuidade" (Brás e Mooca). Contudo, o autor não avança na explicação de como esses contrastes são produzidos, chegando mesmo a afirmar que esse seria "o preço doloroso, mas inevitável, das grandes aglomerações urbanas" (AZEVEDO, 1958, p. 19).

Petrone (1958), por sua vez, considera diferentes elementos que, combinados, foram responsáveis pelo surgimento do que ele identifica como os dois "blocos" que constituíam a cidade no primeiro quartel do século XX, divididos pela várzea do Tamanduateí<sup>98</sup>: de um lado, o velho centro e os bairros das áreas oeste, sudoeste e sul; de outro, o Brás e seus prolongamentos no sentido leste.

<sup>98</sup> "Tal separação apresentava-se, com maior nitidez, entre o Cambuci e a Moóca e na chamada Várzea do Carmo (atual Parque Dom Pedro II). As duas áreas interpenetravam-se, porém, no Pari e na Luz, embora através de número reduzido de ruas". (PETRONE, 1958, p. 114)

(

<sup>&</sup>lt;sup>97</sup> O "Triângulo" ao qual o autor se refere é a área compreendida entre as ruas 15 de novembro, São Bento e Direita, todas situadas na "colina histórica" (que corresponde ao primeiro núcleo urbano paulistano, também chamado por ele de "velho centro"), em oposição ao "novo centro" que se formava do outro lado do vale do Anhangabaú (atual distrito da República).

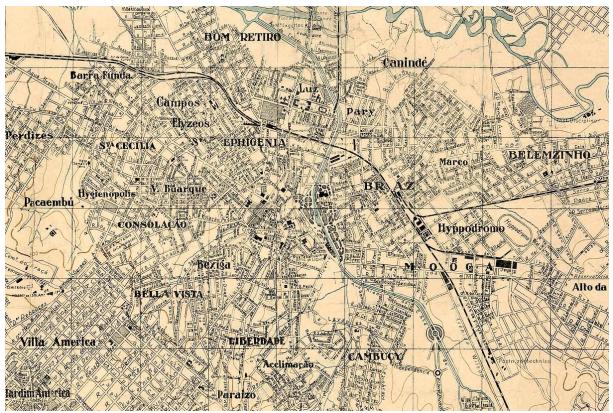


Figura 1 - Planta da cidade de São Paulo – fragmento (1924)

Neste recorte da planta de São Paulo de 1924, podemos identificar o traçado do rio Tamanduateí que, segundo Petrone (1958), divide a cidade em dois blocos: de um lado, o centro e bairros como Higienópolis, Consolação e Jardim América; de outro, Brás, Belenzinho e Mooca. Nele é possível identificar também o traçado das ferrovias que cortavam a cidade.

Fonte: São Paulo (Cidade) ([s.d.e]).

No entanto, apesar de ser o local privilegiado da instalação das primeiras indústrias da cidade, Petrone (1958, p. 105) entende que esse segundo bloco não pode ser definido como exclusivamente industrial, uma vez que,

Sendo o parque industrial paulistano caracterizado pelo predomínio de fábricas de tamanho médio e pequeno, destinadas principalmente à transformação, o que se presencia é a intercalação de estabelecimentos fabris no meio de residências proletárias e, consequentemente, o aparecimento de verdadeiros bairros mistos, industriais e residenciais a um só tempo. 99

É o que ocorre no Brás, na Mooca e no Belenzinho, onde

observa-se um ininterrupto suceder de pequenas habitações, quase sempre térreas e sem nenhum jardim à frente, geralmente geminadas (duas a duas, quatro a quatro), todas mais ou menos iguais de estilo pobre ou indefinível. Estendem-se assim, em sua monotonia e em sua humildade, em filas intermináveis, que chegam a ocupar quarteirões inteiros. No meio delas, porém, surge de quando em vez a pesada e característica fachada de uma fábrica ou, então, pequenas oficinas ou fabriquetas.

00

<sup>&</sup>lt;sup>99</sup> Além disso, Petrone (1958) chama atenção para o modo como a ferrovia marca o espaço desses bairros com suas porteiras, estações e pátios de manobra, passagens de nível, grandes armazéns de mercadorias e ruas sem saída. Essas características espaciais ainda podem ser identificadas no Brás.

Estas são muito numerosas, aparecendo instaladas numa casa igual às demais, em antigas garagens, em barracões ou simples telheiros, no fundo de quintais. Já as fábricas maiores se destacam, quando não por suas chaminés, pelo menos pela grande extensão de suas fachadas e seu amplo portão de entrada. (PETRONE, 1958, p. 105)

Nessas passagens, é possível identificar que a própria diferenciação funcional citada por Matos (1958) configura-se como um dos elementos que caracterizam e distinguem os bairros, pois ela se realiza plenamente apenas nos "bairros residenciais finos", onde a elite paulistana afasta-se dos inconvenientes do centro que abrigava uma intensa atividade comercial e algumas oficinas e fábricas. Conforme vemos acima, não se pode dizer a mesma coisa a respeito dos "bairros operários", onde os trabalhadores são obrigados a conviver com todos os inconvenientes que as fábricas e oficinas produzem.

Em sua análise, Petrone (1958) identifica como a topografia paulistana, com suas vantagens e desvantagens para a ocupação, influenciava na divisão da cidade, pois enquanto os "bairros residenciais finos" localizavam-se preferencialmente nas colinas e espigões, os bairros operários ocupavam os fundos de vale, até hoje sujeitos a inundações nos períodos de cheia dos rios que cortam São Paulo.

Por fim, Petrone (1958, p. 150) reconhece também que as diferenças relativas aos volumes de investimento são indispensáveis para a compreensão das desigualdades espaciais em São Paulo, pois indica que "as despesas realizadas com aqueles melhoramentos [no Jardim América, Jardim Europa, Pacaembu e Sumaré] só poderia elevar o custo de seus terrenos, ocasionando uma natural seleção no que se refere aos seus habitantes". Fica claro, portanto, que já havia a compreensão de que melhorias urbanas realizadas com recursos públicos e privados poderiam causar a valorização dos imóveis e, consequentemente, impedir que em um mesmo bairro ou área da cidade convivessem pessoas com rendimentos muito distintos.

Nesse sentido, é possível afirmar que a análise de Petrone (1958) traz múltiplos elementos (diferenciação funcional, topografia, concentração de investimentos) que teriam relação com as desigualdades espaciais intensificadas em São Paulo na primeira metade do século XX. Porém, como é possível perceber nas passagens acima, nem ele nem os demais autores citados trabalhavam, naquele momento, com o conceito de segregação.

A nosso ver, foi somente com a incorporação da crítica da economia política a seus estudos que a geografia (e, evidentemente, não apelas ela) pôde avançar na compreensão dos processos responsáveis pelas desigualdades espaciais, chegando até o conceito de segregação espacial. Nesse processo, foi particularmente importante a incorporação de uma interpretação

crítica da propriedade privada da terra, pois ela trouxe as relações sociais capitalistas para o centro do debate, redefinindo assim a análise do processo de urbanização.

Assim, diversas pesquisas avançaram no sentido de demonstrar como o espaço, tornado mercadoria graças à instituição da propriedade privada da terra, é comprado e vendido em um mercado (imobiliário) cada vez mais necessário para a reprodução do capital e que, nesse sentido, precisa ser compreendido não apenas como meio de produção, mas também como elemento reprodutor ativo. Para Lefebvre (1973, p. 95), "Não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não já apenas dos meios de produção): é todo o espaço".

Ao mesmo tempo, a consideração da propriedade privada da terra permitiu o exame da reprodução da classe trabalhadora em outros termos. Como sabemos, o uso do espaço é, em diversos sentidos, condição indispensável para a reprodução da vida. No entanto, conforme vimos acima, a instituição da propriedade privada proporciona a justificativa legal para a separação entre os trabalhadores e os meios de produção e subsistência. É nesse sentido que Lefebvre (1999, p. 101-102) afirma que

A forma do capital implica uma relação de não-propriedade (relação negativa) em relação à matéria-prima, ao instrumento, aos meios de subsistência. O que implica, antes de tudo, a não-propriedade da terra, a negação das condições que provêm da natureza e das relações imediatas entre o trabalho, os elementos do trabalho e o próprio trabalhador, "o sujeito que trabalha". [...] A dissolução desta relação, a do trabalhador com o instrumento, engendrará o capitalismo.

Assim, a dialética entre valor de uso e valor de troca desdobra-se no espaço, pois, mesmo quando submetido aos imperativos da troca, o espaço urbano continua sendo um valor de uso indispensável à reprodução da classe trabalhadora. No entanto esse embate nem sempre se explicita, pois, como anunciamos acima, o espaço também dissimula as relações sociais. Isso nos leva a concluir que as análises do processo de urbanização as quais não problematizam a propriedade privada da terra (como um dos fundamentos das relações sociais capitalistas) estão sujeitas a contribuir (intencionalmente ou não) com a dissimulação, ocultação e até mesmo com a legitimação da exploração e expropriação da classe trabalhadora, para a qual o resultado desse processo é um irrisório domínio cotidiano do espaço, que pode ser lido como alienação espacial e urbana (DAMIANI, 2008a, p. 60).

<sup>&</sup>lt;sup>100</sup> "Ocupado pelo neo-capitalismo, setorizado, reduzido a um meio homogêneo e contudo fragmentado, reduzido a pedaços, (só se vendem pedaços de espaço às 'clientelas'), o espaço transforma-se nos pedaços de poder". (LEFEBVRE, 1973, p. 95)

Uma das formas de reconhecer como a alienação espacial e urbana pesa sobre a classe trabalhadora é pela análise da questão habitacional. Para o trabalhador que vive na cidade, a propriedade privada da terra faz da habitação – meio de subsistência que lhe é indispensável – uma mercadoria, que nessa condição serve antes à realização da mais-valia que ao uso. Em outras palavras, a maneira como o trabalhador habita a cidade passa inevitavelmente pelo crivo do mercado imobiliário.

É importante destacar que as características da habitação não se referem exclusivamente às características do imóvel em si (seu tamanho, número de cômodos, qualidade dos materiais utilizados em sua construção etc.), mas também a sua localização na cidade, uma vez que estar próximo ou distante de determinados serviços (de saúde, educação, transporte) ou ser ou não servido por outros (saneamento básico) também revela a qualidade da moradia e os desafios que a classe trabalhadora enfrenta para se reproduzir como tal. Tratase, evidentemente, de uma localização socialmente produzida, cuja compreensão passa pela noção de espaço relativo, uma vez que a localização não é definida de maneira absoluta, mas sempre na relação com outros lugares.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é o fato de que a moradia não satisfaz apenas a necessidade de abrigo da classe trabalhadora, mas também se configura como lugar privilegiado para a satisfação de outras necessidades. Ela também é, por exemplo, lugar da produção de valores de uso necessários à reprodução dos trabalhadores (tais como a preparação dos alimentos). Logo, as características da moradia influenciam decisivamente o modo como os trabalhadores se reproduzem e, no que nos interessa mais diretamente aqui, a maneira como realizam suas práticas alimentares.

Como o acesso à propriedade privada da terra em sociedades capitalistas dá-se primordialmente pelo mercado imobiliário, isso significa que a qualidade e localização da moradia serão sempre determinadas pelo **preço** que se pode pagar por elas. Essa mediação atravessa a relação da classe trabalhadora com a cidade e define não apenas seu acesso à moradia, como o acesso a tudo aquilo que a cidade oferece para sua reprodução. Nesse sentido, Lefebvre (1999, p. 128-129) afirma que o "comprador do espaço" compra um "valor de uso", "uma distância" e um "emprego do tempo". Em outra obra, esclarece:

Compra-se um emprego do tempo e esse emprego do tempo constitui o valor de uso de um espaço. O emprego do tempo comporta aprovações e desaprovações, perdas

ou economias de tempo, então outra coisa que signos: uma prática. O consumo do espaço se dá de modos específicos. Ele difere do consumo das coisas no espaço. 101

Essas considerações parecem-nos imprescindíveis para a compreensão da realização das práticas alimentares na cidade. Como não considerar as características da moradia e sua localização na cidade no momento de analisarmos a alimentação dos trabalhadores? Ou, para ser mais específico, como não considerar as características da cozinha para avaliarmos a maneira como os alimentos são armazenados e preparados? Como negar a influência que o ambiente no qual as refeições são realizadas tem sobre elas? Como compreender a tarefa cotidiana de adquirir alimentos sem levar em consideração a distância da moradia em relação ao mercado, à padaria, à feira, ao açougue, ou seja, ao conjunto dos elementos que compõem a infraestrutura de abastecimento como um todo? De que maneira não atentar para o fato de que o tempo perdido nos deslocamentos obrigatórios (para o trabalho, para acessar determinados serviços etc.) afeta a disponibilidade de tempo e energia para realizar as práticas alimentares?

Sob as relações sociais capitalistas, a reprodução da classe trabalhadora depende do consumo do espaço, mesmo que ao trabalhador não esteja garantida sequer a condição de comprador do espaço, pois para isso é necessário que ele consiga vender sua força de trabalho<sup>102</sup>. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que a condição de comprador do espaço é imposta e reafirmada constantemente, ela também é negada para uma parcela significativa da sociedade, o que faz do trabalhador apenas um potencial comprador do espaço.

Essa relação entre o consumo do espaço e as práticas alimentares continuará a ser desenvolvida mais adiante, mas antes disso é preciso destacar como tais considerações permitem-nos reconhecer que as desigualdades sociais (ou mesmo de rendimento) traduzemse também como desigualdades espaciais. Nesse sentido, Damiani (2004b, p. 85) afirma que "para além dos conflitos sociais, das diferenças sociais que persistem, se instauram, recobrindo-as e amplificando-as, as diferenças espaciais, de acesso à urbanização".

Logo, é indispensável interpretar simultaneamente a posição dos trabalhadores na divisão social do trabalho e ao mesmo tempo os lugares que eles ocupam na cidade. Isso

<sup>101</sup> LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG a partir do original em francês La production de l'espace. 4ème éd. Paris: Anthropos, 2000. fev. 2006. Fotocópia. Não Paginado. Capítulo 5.

<sup>102 &</sup>quot;Uma intervenção, ao nível mais abstrato de elucidação: se, de um lado, o processo do capital se realiza através de uma massa cada vez maior de população trabalhadora, posta a trabalhar; de outro lado, relativamente ao montante de valor produzido, há uma redução de trabalhadores absorvidos na produção social do capital. Poderíamos sintetizar o argumento dizendo que o processo do capital implica um aumento da composição orgânica do capital: à população trabalhadora potencial e excedente, cada vez menos, é assegurada uma inserção produtiva, apesar da ampliação extensiva do processo do capital." (DAMIANI, 2008a, p. 229)

significa dizer que, apesar de se generalizar, a proletarização não se realiza da mesma maneira em todos os espaços. Assim, Damiani (2004b, p. 85) reconhece que "temos um recorte de classe, remetido à ideia [...] de centro e periferia. Um proletário é, ao mesmo tempo, potencialmente, um morador de periferia".

Essa interpretação, é preciso ressaltar, não está ancorada em uma visão dual do processo de urbanização que, fundada no modelo centro-periferia, contrapõe uma produção ordenada (moderna, industrial e legal) a uma produção desordenada (arcaica e ilegal) do espaço. Ao contrário, para Damiani (2008a, p. 222), seria necessário considerar as "diferenças no movimento da centralidade", superar a "atomização de um recorte espacial" e identificar as "diferentes centralidades e periferias" da metrópole. Só assim é possível compreender que a produção de centralidades realiza-se ao mesmo tempo pela "expropriação dos usos anteriores desse mesmo lugar" e pela produção de periferias, uma vez que leva à expulsão da população que vivia no lugar empurrando-a para as periferias da cidade (DAMIANI, 2008a, p. 245-246).

Para Lefebvre <sup>103</sup>, cada época (ou modo de produção) engendra (produz) sua centralidade, que "se define pela identificação e pelo encontro daquilo que coexiste em um espaço"<sup>104</sup>. Essa centralidade não é fixa ou eterna; ela se desloca<sup>105</sup> ou mesmo desaparece<sup>106</sup>. Sob o modo de produção capitalista, a produção de centralidades é ao mesmo tempo a produção de uma nova raridade: a raridade do espaço<sup>107</sup>. O espaço dividido em "lotes" ou "parcelas", ou seja, fragmentado pela propriedade privada da terra, torna-se artificialmente

<sup>&</sup>quot;Cada época, cada modo de produção, cada sociedade particular engendrou (produziu) sua centralidade: centro religioso, político, comercial, cultural, industrial, etc. Em cada caso, a relação entre a centralidade mental e a centralidade social resta a definir. E também as condições do fim: estilhaçamento, explosão, dilaceração". (LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG a partir do original em francês La production de l'espace. 4 em éd. Paris: Anthropos, 2000. fev. 2006. Fotocópia. Não Paginado. Capítulo 5.)

<sup>&</sup>lt;sup>104</sup> Idem, ibidem. Capítulo 5..

<sup>105 &</sup>quot;A centralidade se desloca. Sabia-se desde muito tempo e trabalhos recentes (J. P. Vernant) o confirmaram e desenvolveram, que a centralidade nas cidades gregas se deslocou constantemente: da área em forma de semicírculo onde chefes e guerreiros discutiam suas expedições e repartiam o butim, no templo da cidade – do templo à agora, lugar de reunião política (depois de comércio, com pórticos e galerias adjacentes). O que implicava uma relação complexa entre espaço urbano e os tempos (ritmos) da vida urbana. O mesmo numa grande cidade moderna, e se poderia resumir em algumas linhas os deslocamentos da centralidade de Paris, ao curso do século XIX e do século XX: os Bulevares, Montmartre, Montparnasse, os Champs Élysées, etc." (Idem, ibidem. Capítulo 5)

<sup>106 &</sup>quot;As centralidades, ao longo da história, sempre desapareceram: por deslocamento, por estilhaçamento, por subversão". (Idem, ibidem. Capítulo 5)

<sup>107 &</sup>quot;No século XIX, com a era industrial, a vida social emerge lentamente de condições que dominaram durante milênios: penúria, dominação incerta e cega das leis naturais. [...] A escassez não acaba de uma vez, numa bela manhã. Alguns bens, respondendo a necessidades elementares, deixam de ser raros numa parte do globo, nos países industriais. Outros, mais preciosos, continuam raros. Além do mais, há novas raridades, das quais não terminamos de falar: o espaço, o tempo, os desejos ou o desejo". (LEFEBVRE, 1991, p. 29)

raro, por isso mais caro ao redor dos centros. Desse modo, para Lefebvre<sup>108</sup>, a "penúria de espaço tem um caráter socioeconômico bem definido; ela não se observa e não se manifesta senão em áreas determinadas: na vizinhança dos centros".

## 3.3 DOS BAIRROS INDUSTRIAIS E OPERÁRIOS À PERIFERIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO ESPACIAL EM SÃO PAULO

Todas essas considerações são indispensáveis para que possamos nos posicionar de maneira crítica ao processo de segregação espacial que caracterizou a urbanização de São Paulo. Sem elas, a análise corre o risco de não chegar aos fundamentos desse processo, restringindo-se a suas manifestações mais superficiais.

Andrade (1991, p. 19), ao analisar o processo de urbanização do Brás, da Mooca e do Belenzinho<sup>109</sup>, apresenta uma interpretação que reconhece a existência de "estratégias de classe ou de frações de classe relacionadas à produção do espaço da cidade" sem as quais não é possível compreender o processo de segregação. A autora revela como essas estratégias desenvolveram-se primordialmente por meio dos serviços urbanos (em especial os de abastecimento de água, saneamento, iluminação e transporte), assim como pela construção de uma hospedaria de imigrantes, cuja localização não deveria coincidir com os lugares já ocupados pela elite paulistana.

Em sua análise, Andrade (1991) recua até a década de 1860, ou seja, antes do surto industrial que teve lugar em São Paulo a partir da década de 1890. Segundo ela, o retorno mostra-se necessário por dois motivos: em primeiro lugar, porque mesmo antes desse surto industrial já havia em São Paulo um conjunto oficinas e fábricas (de chapéus, tecidos, cerveja e moinhos de cereais) que não pode ser ignorado; além disso, porque antes de 1890 houve também um conjunto de transformações na cidade e seus arredores que, a seu ver, já anunciavam a incorporação de novos espaços situados ao redor da cidade.

08

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG a partir do original em francês La production de l'espace. 4<sup>ème</sup> éd. Paris: Anthropos, 2000. fev. 2006. Fotocópia. Não Paginado. Capítulo 5.

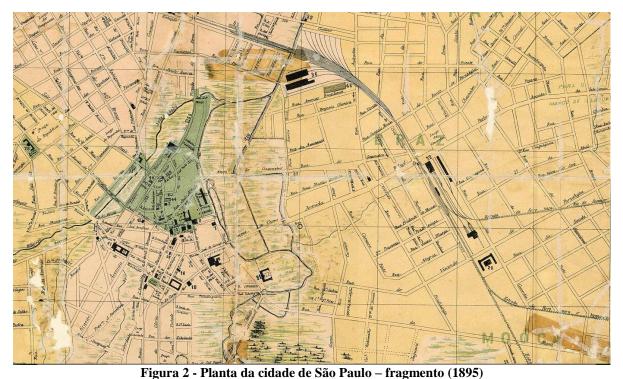
Denominados pela autora como bairros Além-Tamanduateí, ou seja, que estavam na margem do rio Tamanduateí oposta àquela onde se localizava o centro da cidade (ANDRADE, 1991). Essa denominação é semelhante à que propõem Petrone (1958) e outros autores.

Esses novos espaços constituíam até então os subúrbios dominados por chácaras, que forneciam parte significativa dos alimentos consumidos em São Paulo e/ou eram utilizadas pelas famílias mais ricas como segunda residência fora da cidade<sup>110</sup>. Reale (1982) indica que, de acordo com viajantes do século XIX, a paisagem que se estendia além do Tamanduateí era essencialmente rural. O Brás, especificamente, era a "porta de saída" para o Rio de Janeiro, havendo um posto de cobrança de impostos na ponte de pedra que transpunha o rio Tamanduateí e ligava o Brás ao centro. Assim, "Devido à importância da região, como via de comunicação com a Corte e o Vale do Paraíba, muitos foram os pedidos de concessão de terras para aí se instalarem casas de campo, onde se praticaria a agricultura miúda de hortas e pomares" (REALE, 1982, p. 7).

Tratando da expansão da cidade de São Paulo nos últimos anos do século XIX, Langenbuch (1971) fornece-nos um belo retrato do estágio em que se encontrava o processo de urbanização no Brás. Segundo esse autor,

No bairro do Brás, a urbanização já ultrapassara em 1881, as estações do Brás (da estrada de ferro Santos – Jundiaí) e do Norte (terminal da estrada de ferro do Norte, hoje estação Roosevelt, da Central do Brasil). À rua do Brás (hoje avenida Rangel Pestana) se juntara em direção paralela, ao Norte, a rua do Gasômetro, igualmente constituindo um eixo de urbanização linear. A rua da Moóca e a rua Piratininga já se achavam traçadas, mas ainda não atraíram o povoamento urbano a suas margens. Por outro lado, nota-se que mesmo as porções mais densamente construídas dos novos bairros apresentam grandes claros no interior dos amplos quarteirões, maiores que os do antigo núcleo, havendo também grandes extensões de frente de rua que permaneciam vazias. (LANGENBUCH, 1971, p. 79)

Ao tratar dos arredores paulistanos em meados do século XIX, Langenbuch (1971, p. 9, 12) afirma: "A cidade de São Paulo era circundada por um cinturão de chácaras, que além de fins agrícolas encerravam importante função residencial. [...] Analisando a localização destas propriedades, constata-se que esquematicamente as chácaras formam um bloco relativamente compacto, que circunda a cidade, estendendo-se até os atuais bairros da Ponte Grande, Pari, Brás, Moóca, Cambuci, Vila Mariana, Jardim Paulista, Vila América, Santa Cecília, Barra Funda e Bom Retiro. Isoladamente aparecem outras, sobretudo no quadrante Leste. Externamente a este 'cinturão de chácaras' figuram no mencionado mapa [São Paulo – Chácaras, Sítios e Fazendas, ao Redor do Centro de Odilon Nogueira Matos] várias propriedades com o título de 'sítio' e 'fazenda', numerosas, sobretudo, a Oeste, Norte e Nordeste, onde várias são contíguas entre si".



Neste recorte da planta de São Paulo de 1895, nota-se (ao centro) que a várzea do Carmo ainda não havia sido saneada e urbanizada, assim como o curso do rio Tamanduateí não fora ainda retificado.

Fonte: São Paulo (Cidade) ([s.d.f]).

É importante enfatizar que o autor destaca a presença de áreas ou lotes "vazios" (ou não ocupados) em meio a áreas urbanizadas, característica marcante da urbanização paulistana (e não apenas dela) em todo o século XX, a qual, segundo o próprio Langenbuch (1971, p. 83), "engendrara uma especulação imobiliária, que repousava em grande parte na certeza de que os terrenos tinha sua valorização assegurada no futuro, em função do crescimento urbano".

Além disso, de acordo com Andrade (1991, p. 165), até os anos de 1910 e 1920, fábricas e chácaras, que forneciam verduras e frutas aos moradores do bairro e a verdureiros ambulantes, conviviam no Brás, na Mooca e no Belenzinho, "Mas a tendência é clara no sentido da eliminação das antigas chácaras, cedendo lugar a outras formas de uso do solo – residencial, industrial, comercial, institucional". Desse modo, como anunciamos acima, desde o fim do século XIX chácaras e sítios foram sendo gradativamente loteados e incorporados ao tecido urbano.

Contudo, para além da incorporação de novos espaços, Andrade (1991) chama atenção também para o processo de segregação espacial de classes e grupos sociais. Ela revela que, do ponto de vista da elite paulistana, "certas atividades e certos grupos da população (imigrantes) tinham que ficar longe da cidade" (ANDRADE, 1991, p. 43). Não por acaso, como Petrone (1958) e outros geógrafos já haviam indicado, foram os terrenos mais baixos, e que por isso

apresentavam maior dificuldade de saneamento, aqueles destinados à classe trabalhadora<sup>111</sup>. Mesmo estando segregadas, essas áreas foram aos poucos incorporadas à cidade, e por essa razão problemas como "as condições sanitárias aí vigentes passaram a representar uma ameaça a toda a população da cidade" (ANDRADE, 1991, p. 43). Andrade (1991) revela, assim, como a inquietação com as condições sanitárias dessa área não teve por fundamento a preocupação com as condições de vida da classe trabalhadora, mas o risco que as epidemias representavam para o restante da cidade.

E é justamente por meio da análise dos serviços urbanos ligados ao abastecimento de água e esgoto que a autora demonstra os primeiros impulsos no sentido de uma segregação conscientemente produzida. Utilizando documentos da época, Andrade (1991, p. 56) revela que o Brás era entendido como um "elemento perturbador do abastecimento da cidade". Isso ocorreu no momento em que o sistema de abastecimento de água<sup>112</sup> passou a apresentar dificuldades para atender toda a demanda: suas obras foram dadas como encerradas em 1884, mas já em 1890 faltava água na cidade, e muitos bairros não eram servidos pela rede de esgotos.

O Brás, por se encontrar em terrenos mais baixos, para onde a água do sistema escoava, foi naturalmente apontado como o fator responsável pelos problemas de abastecimento de água em outros bairros. A solução encontrada foi eliminar o suprimento de água do Sistema Cantareira para essa parte da cidade, bem como autorizar a Companhia Cantareira, em 1891, a utilizar "em caráter provisório, das águas do Ribeirão Ipiranga, para abastecer 'a parte baixa da cidade', durante cinquenta dias" (ANDRADE, 1991, p. 55). O problema é que as águas desse curso já estavam poluídas em decorrência da concentração de moradores no entorno do local de captação e da estrada que atravessava o córrego, além do que o abastecimento dos pontos mais elevados do bairro era deficiente, pois não havia pressão suficiente para abastecê-los. Em 1893, as águas poluídas do ribeirão Ipiranga continuavam sendo utilizadas, o que levou algumas fábricas aí instaladas a providenciar seu próprio

١.

Em sua análise do sítio urbano de São Paulo, Ab'Saber (1958, p. 208) destaca que "Dentro da área urbana, a maior exposição dos terraços fluviais típicos verifica-se no Brás, no Pari, no Canindé e na parte baixa da Moóca, zona de deposição preferencial, situada na área de confluência entre o Tamanduateí e o Tietê" e que é justamente na área dos terraços, planícies e baixas colinas onde há uma "má organização da drenagem".

O Sistema Cantareira foi o primeiro sistema de abastecimento de água de São Paulo. Antes dele, a população dependia da coleta de água em rios, córregos, fontes ou poços, ou ainda de seu armazenamento em cisternas. O direito de realização dessas obras foi concedido, em 1875, à Companhia Cantareira de Água e Esgotos, e, de acordo com Andrade (1991, p. 49), o "primeiro serviço domiciliar de água e esgotos da cidade de São Paulo foi concluído em 1884". O projeto previa captação da água na serra da Cantareira, seu transporte até o reservatório da cidade (na Consolação) e dali até os consumidores. O contrato de cessão "concedia à empresa o privilégio (monopólio) na venda de água e na coleta de esgotos pelo prazo de 70 anos" (ANDRADE, 1991, p. 51) e, para cobrir os gastos com a implantação do serviço, foi criado um imposto municipal.

abastecimento. Além disso, até 1899 a rede de esgotos ainda não estava em funcionamento no Brás. Tudo isso, nas palavras da própria autora, revela que as deficiências do serviço de águas e esgoto eram muito maiores "na parte baixa da cidade" e que as soluções adotadas para o Brás "resultaram na implantação de um serviço de segunda classe" (ANDRADE, 1991, p. 54).

Além dos problemas relacionados ao abastecimento de água e saneamento 113, Andrade (1991) também aponta que os bairros além-Tamanduateí tinham mais problemas com a iluminação pública do que outras partes da cidade, embora aí estivesse localizado o Gasômetro 114. O Brás foi contemplado com a instalação da primeira rede em 1872, mas nem todas as ruas do bairro receberam tal benefício. Assim, mesmo sofrendo com os problemas criados pela instalação do Gasômetro, o Brás (e os demais bairros além-Tamanduateí) não tinham um serviço de iluminação pública similar aos bairros ocupados pela elite paulistana.

Outro processo essencial para a compreensão do processo de segregação espacial em São Paulo, antes da virada para o século XX, foi a construção de uma nova hospedaria dos imigrantes, a fim de substituir aquela existente no Bom Retiro, cuja capacidade para acolher 500 imigrantes já se mostrava insuficiente. A construção desse equipamento, necessário para a política de imigração implementada naquele momento<sup>115</sup>, foi aprovada em 1885.

Do ponto de vista da elite paulistana, a futura hospedaria (com capacidade para acolher 4 mil imigrantes) representava uma ameaça à saúde pública, assim como à ordem e à tranquilidade. Assim, o projeto que previa sua localização na região da Luz foi considerado impróprio, afinal esse já era um lugar "aformoseado", que merecia "a preferência da população abastada para aí construir prédios vastos e elegantes" (ANDRADE, 1991, p. 74). De acordo com Andrade (1991, p. 81), "o que causa perplexidade à elite é o risco de perda de controle da situação diante de uma verdadeira explosão da cidade pelo afluxo de imigrantes" <sup>116</sup> – desse modo, para ela, "os argumentos arrolados contra a instalação da hospedaria no bairro da Luz revelam claramente que a segregação espacial de grupos e classes

Os trabalhos para a construção do Gasômetro (equipamento necessário para prover a cidade de iluminação a gás) tiveram início em 1870, e a justificativa da escolha da várzea do Carmo para sua instalação foi a de que essa área ficava distante da maior parte da população, o que a pouparia dos incômodos de tal vizinhança.

Em 1875, devido a uma epidemia de varíola, foi providenciado o saneamento da rua do Gasômetro (REALE, 1982, p. 75).

<sup>&</sup>lt;sup>115</sup> De acordo com Reale (1982), a Província de São Paulo regulamentou em 1884 vantagens oferecidas aos imigrantes como parte da política de imigração. Entre elas estava a hospedagem, por oito dias, dos imigrantes que chegassem a São Paulo dos portos do Rio de Janeiro e de Santos. A autora também destaca que a hospedaria transformou-se no local privilegiado onde os fazendeiros contratavam trabalhadores, e que a presença de agenciadores tornou-se um problema, pois havia uma "guerra pela obtenção de braços para a lavoura" (REALE, 1982, p. 20).

<sup>&</sup>lt;sup>116</sup> Segundo Andrade (1991), de 1886 a 1906 São Paulo recebeu cerca de 1,2 milhão de imigrantes (sendo 800 mil italianos).

sociais já é um componente da urbanização" (ANDRADE, 1991, p. 74), antes mesmo do fim do século XIX<sup>117</sup>.

Contudo, a compreensão do processo de segregação espacial em São Paulo – e o lugar que o Brás passa a ocupar na cidade – não está completa sem a consideração do papel desempenhado pelo processo de industrialização. Se nas décadas de 1870 e 1880 já havia alguns pequenos estabelecimentos industriais em São Paulo, para Andrade (1991) é sobretudo a partir do surto industrial da década de 1890 que duas aglomerações industriais começam a se definir ao longo das ferrovias então existentes – Brás, Mooca e Belenzinho (leste); Bom Retiro, Barra Funda e Água Branca (norte/noroeste) –, enquanto a indústria gradativamente desaparece do centro.

A ferrovia aparece, conforme anunciamos, como eixo do processo de industrialização, um processo que em pouco tempo ultrapassa os limites das duas referidas aglomerações e alcança outros municípios, como São Caetano, São Bernardo, Osasco e Caieiras. De acordo com Andrade (1991, p. 123),

Ao longo das ferrovias [a indústria] irá se adensar e, junto com ela, a população trabalhadora. Num processo ininterrupto, a indústria buscará cada vez mais longe, para além dos limites da aglomeração, terrenos livres e baratos para se implantar. Assim, gerações sucessivas de espaços industriais vão se constituindo.

As ferrovias, construídas próximo às várzeas dos rios que cortam a cidade (Tietê e Tamanduateí), criaram um espaço atrativo para a instalação de indústria e, como se vê na citação acima, também atraíram a classe trabalhadora, que naquele momento era obrigada a viver próximo à oferta de emprego, pois não existiam ainda meios de transporte de massa necessários para a realização de longos deslocamentos.

Assim, é "por volta de 1890 que a porção da cidade situada a leste do Tamanduateí começa a se distinguir como um espaço industrial" (ANDRADE, 1991, p. 116). Esse espaço, como vimos, já era segregado dos demais espaços da cidade, e agora passava a conter mais um elemento que contribuía para sua segregação: a indústria. Desse modo, a segregação não tem início com a industrialização, mas esta reforça esse processo ou, como aponta Andrade (1991), chega mesmo a redefini-lo. Afinal, para ela, a consolidação desses bairros como

<sup>&</sup>lt;sup>117</sup> Essa análise contrasta com a de Azevedo (1958, p. 19), segundo a qual em São Paulo os imigrantes de distintas etnias (sírio-libaneses, armênios, japoneses, judeus da Europa centro-oriental, italianos e negros) conviviam "na mais completa harmonia, com os que se orgulham em descender de velhos troncos coloniais ou de proceder de outros rincões paulistas e outras regiões do país".

"industriais e operários", e não mais como bairros de imigrantes, acabaram por redefinir o conteúdo segregador da urbanização 118.

A indústria apresenta-se como mais um elemento do processo de segregação, uma vez que produz uma série de inconvenientes para quem vive próximo a ela. Vimos acima que, na busca pelas "vantagens de aglomeração", as indústrias produzem também "desvantagens" que são socializadas. Desvantagens tais como a poluição do ar e da água, o barulho intenso, o trânsito intenso de veículos, a ausência de áreas verdes (praças e parques arborizados), entre outras, são sempre mais intensas nas áreas mais próximas às indústrias.

Obviamente, aqueles que viviam perto das indústrias não o faziam por opção, mas porque aí encontravam moradias pelas quais podiam pagar e estavam perto das ofertas de trabalho existentes. Ou seja, era a intensidade da exploração do trabalho e a ausência de meios de transporte de massa que determinava o lugar de moradia dos trabalhadores. Assim, a possibilidade de viver em um bairro exclusivamente residencial não estava posta para todos, ou, em outras palavras, a "diferenciação funcional" não se realizava para a classe trabalhadora como se realizava para as elites paulistanas. Para a primeira, além de todas as dificuldades enfrentadas na indústria, do intenso processo de exploração encarado cotidianamente no espaço imediato de produção<sup>119</sup>, era necessário enfrentar também as dificuldades relacionadas ao espaço que ocupava na cidade. Há, portanto, uma sobreposição de dificuldades, constrangimentos e – por que não? – de perdas e alienações.

É o que revelam com muita clareza muitos dos estudos que se debruçaram sobre a questão da precariedade da moradia em São Paulo. De acordo com Kowarick (2009, p. 112),

Até os anos 1930-1940, o destino habitacional da maioria dos pobres só poderia ser o cortiço, pois eram raras as vilas operárias e as "casas unifamiliares e higiênicas" de aluguel mostravam-se incompatíveis com as remunerações do trabalhador assalariado ou autônomo.

Por meio da análise dos dados do relatório sobre As Condições de Trabalho na Indústria Têxtil do Estado de São Paulo (elaborado em 1911 pelo Departamento Estadual do Trabalho), Andrade (1991) indica que a mão de obra nessa indústria era majoritariamente composta por mulheres imigrantes; a jornada de trabalho era de 10,5 ou 11 horas úteis, sendo que em boa parte do ano a duração do trabalho era estendida; as mulheres e crianças recebiam menos que os homens em qualquer função; e o aluguel correspondia a 40% do salário médio de uma tecelã. Como se sabe, essas duras condições de trabalho (e de vida) levaram à realização de greves no início do século XX por aumento salarial, diminuição da jornada de trabalho, contra as demissões e pelo reconhecimento das organizações sindicais.

1

A redefinição do conteúdo segregador não significa que a questão da imigração não estivesse também presente quando os bairros além-Tamanduateí tornam-se espaços industriais. Vale ressaltar que, em 1888, a hospedaria do Brás já estava concluída e, por mais que a maior parte dos imigrantes fosse dirigida para as lavouras de café, parte significativa desse contingente ficou na cidade e passou a trabalhar com o artesanato ou na produção industrial. Assim, o operariado nascente é composto por um grande número de imigrantes.

Segundo esse mesmo autor, o preço da terra, assim como os problemas relativos à mobilidade (o custo, o tempo de deslocamento ou mesmo a ausência de meios de transporte de massa) tornavam inviável para a maior parte dos trabalhadores a aquisição ou construção da casa própria em local distante do centro. Desse modo, "a mão de obra necessitava morar próximo ao emprego, o que de fato acontecia nos populosos e populares bairros do Brás, Mooca, Belenzinho, Bom Retiro ou Pari" (KOWARICK, 2009, p. 112-113).

É por essa razão que, no Brás (assim como em outros bairros industriais e operários da cidade), tornaram-se comuns os cortiços e outras formas de habitação similares. De acordo com Reale (1982, p. 25), ali predominavam, ao lado dos grandes lotes ocupados pelas indústrias, os lotes estreitos e compridos, e "Esse tipo de lote, que vai caracterizar o bairro até nossos dias [início dos anos 1980], dará origem a casinhas geminadas, sem jardim na frente, junto à rua e com condições precárias de higiene e ventilação". Além disso,

era comum no bairro, sobretudo nas ruas Caetano Pinto e Carneiro Leão, o aparecimento de cortiços, habitações coletivas com um corredor central para onde se abria as portas e janelas dos quartos, que se alinhavam de ambos os lados. Nos fundos, havia instalações sanitárias e lavanderias de uso comum. (REALE, 1982, p. 25)

Aqui cabe um aparte, pois a classificação das formas de moradia da classe trabalhadora na cidade não se realiza sem dificuldades. A complexidade e variabilidade das formas de morar tornam a própria definição do que é um cortiço, assim como do que é uma favela ou um loteamento, uma questão a ser debatida. Kowarick e Ant (1994, p. 76) expõem essa dificuldade ao indicar que, no fim do século XIX, "um relatório oficial apresentado à Câmara Municipal de São Paulo apontava para a existência de seis tipos de cortiço" Essa complexidade também aparece no trabalho de Martin (1984, p. 67), quando ele identifica a coexistência de "vilas", 'cortiços' e 'quintalões' que caracterizaram de forma marcante todos os bairros operários surgidos no período" Segundo esse autor, cortiços, vilas e quintalões eram variações de um mesmo padrão de construção coletiva: ocupavam lotes com longo formato retangular (de 5 a 15 metros de frente e de 20 a 50 metros de fundos), possuíam

Martin (1984, p. 68) também identifica a existência de vilas operárias nos bairros industriais de São Paulo (como a Maria Zélia, no Belenzinho, ou a Antárctica, na Mooca) construídas ou financiadas por empresas que as destinavam a seus próprios trabalhadores, mas ressalta que essas eram exceções naquele contexto: "A pequena moradia de aluguel, o 'cortiço' e a 'vila' erguidos pelo pequeno investidor, responderia, ao contrário, pela grande maioria das habitações no Brás e demais bairros operários".

<sup>&</sup>quot;Os seis tipos de cortiços apontados são: cortiço-pátio, casinha, hotel-cortiço, prédios de sobrado convertidos em cortiço, vendas e ainda os cortiços improvisados nos fundos dos depósitos de madeira e outros materiais de construção, nos terrenos com oficina de canteiro, nas cocheiras e estábulos". (KOWARICK; ANT, 1994, p. 89)

quartos geminados, e banheiros e tanques de lavar roupa coletivos. Devido a essas características, neles eram comuns os problemas de insalubridade, má insolação e ventilação, além da evidente falta de privacidade entre os diferentes cômodos.

Vivendo sob condições duríssimas, muitas vezes essas formas de habitação representavam até mesmo uma ameaça à sobrevivência dos trabalhadores. Reale (1982, p. 26) indica, por exemplo, que "era comum o surgimento de surtos de febre tifoide e outras doenças, ocasionando, conforme podemos ver nos obituários dos jornais da época, a morte de grande número de pessoas, sobretudo crianças".

Em 1893, a Comissão de Higiene do Município já cogitava demolir cortiços e construir vilas mais espaçosas, principalmente nas ruas Caetano Pinto e Carneiro Leão (MARTIN, 1984, p. 85). Mas não foi a preocupação com as condições de vida da classe trabalhadora que levaram o Estado a atuar no sentido de erradicar essa forma de moradia na cidade como um todo e no Brás especificamente. Os cortiços incomodavam, sobretudo, porque eram uma ameaça à "saúde da cidade", já que poderiam ser focos de epidemias. Além disso, eles poderiam comprometer a mente dos trabalhadores, expondo-os à "contaminação" pelas ideias anarquistas trazidas pelos imigrantes europeus.

De fato as greves são frequentes e violentas, colocando constantemente em xeque os padrões de acumulação calcados na pauperização absoluta dos trabalhadores. O movimento operário na Primeira República (1889 – 1930) atinge seu ápice durante a greve geral de 1917. Neste particular, convém mencionar que a luta dos trabalhadores naquele ano não se deu em torno de sindicatos, centrando-se em torno das Ligas de Bairro. Uma após a outra, numa irradiação incontrolável, as empresas são obrigadas a fechar, aglutinando-se trabalhadores e moradores numa forma de enfrentamento que, a partir dos bairros pobres, paralisam a cidade: assim, estas zonas populares que circundam as fábricas, onde predominam moradias da classe pobre, passa a se encaradas como focos de desordem, "epidemias anarquistas", semelhantes às moléstias contagiosas, que devem ser extirpadas do cenário da cidade. (KOWARICK; ANT, 1994, p. 79)

Sobre os cortiços, uma vez que retomaremos esse ponto ao tratarmos das práticas alimentares no Brás, é preciso dizer que, mesmo tendo sido alvo de tentativas de erradicação que atravessaram o século XX, eles continuam sendo uma forma de moradia para parte da classe trabalhadora, em especial nos bairros centrais. Kowarick (2009, p. 113) reconhece uma tendência de queda na proporção de moradores residentes em cortiços no município: de 18%, em 1961, para 6%, em 1990. Mas isso não significou o fim dessa forma de habitação, pois

Os cortiços hoje são menos numerosos, mas não constituem reminiscências do passado, uma vez que estão presentes em todos os distritos da capital, alcançando significativa proporção nas áreas centrais da cidade, por possibilitarem o acesso a pé

ao trabalho, proximidade com vasta oferta de bens e serviços coletivos, como creches, postos de saúde, escolas de ensino fundamental etc., e o pulsar de uma vida que inexiste nas longínquas periferias, onde se alastram os loteamentos assim chamados clandestinos. (KOWARICK, 2013, p. 52)

Dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, disponibilizados pela prefeitura, indicavam a existência de 42.924 domicílios caracterizados como "casa de cômodos", "cortiços" ou "cabeças de porco" no município de São Paulo (SÃO PAULO (Cidade), [s.d.b]). Esse valor corresponde a apenas 1,2% do total de domicílios do município, no entanto, no Brás (assim como em outros distritos centrais), a presença dos cortiços ainda é significativa.

Tabela 7 - Domicílios segundo tipos residenciais no município de São Paulo e distrito do Brás (2010)

Tipo residencial	Município de São Paulo	Participação no total de domicílios	Distrito do Brás	Participação no total de domicílios
Casa	2.460.091	68,84%	1.137	11,31%
Casa de vila ou condomínio	52.673	1,47%	584	5,81%
Apartamento	1.017.720	28,48%	7.138	71,01%
Casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco	42.924	1,20%	1.193	11,87%
Oca ou maloca	101	0,0%	0	0,0%
Total de domicílios	3.573.509	100%	10.051	100%

Fonte: São Paulo (Cidade) ([s.d.b]). Elaborado pelo autor.

A permanência dos cortiços como forma de moradia em alguns distritos centrais da cidade de São Paulo é um dos elementos que caracterizam a periferização de algumas áreas centrais da cidade. A compreensão de tal processo passa pela consideração de que, mesmo com todas as dificuldades, habitar em cortiços apresenta uma vantagem decisiva para a classe trabalhadora, que se traduz na fala de seus moradores como "estar perto de tudo" (KOWARICK, 2009, p. 116). Ir a pé para o trabalho, gastar menos de 30 minutos para chegar ao trabalho, estar próximo de serviços públicos e do comércio, tudo isso representa um "benefício" que leva muitos moradores a enfrentarem condições de moradia mais degradantes que aquelas encontradas nas periferias da cidade, onde, no entanto, vive-se "longe de tudo". Essas considerações parecem confirmar aquilo que Lefebvre (1999, p. 128-129) destacou acerca do "comprador do espaço": o fato de que ele compra ao mesmo tempo um "valor de

uso", "uma distância" e um "emprego do tempo". Como esses três fatores compõem simultaneamente o preço a ser pago pela moradia, a parcela mais empobrecida da classe trabalhadora é geralmente forçada a sacrificar um fator em detrimento do outro (quando não é obrigada a sacrificar todos eles ao mesmo tempo).

Além disso, é indispensável ressaltar que a existência dos cortiços também se explica pelo fato de que essa modalidade de habitação constitui um negócio de alta rentabilidade para os proprietários desses imóveis, pois, como alerta Kowarick (2009, p. 117) em análise recente, "o metro quadrado dos cubículos é em média 34% mais alto do que o aluguel residencial em São Paulo". Mais adiante, ao analisarmos de que modo os moradores do Brás realizam suas práticas alimentares, retomaremos essa análise dos cortiços. Neste momento, é preciso avançar na análise do processo de urbanização de São Paulo para compreendermos como e por que os cortiços deixaram de ser a forma de habitação mais comum entre a classe trabalhadora da cidade.

Ao analisar os problemas relacionados à habitação em São Paulo, na passagem do século XIX para o século XX, Bonduki (1982) também identifica nesse momento o início do processo de segregação espacial que "já levava setores da classe dominante a procurarem bairros exclusivos da elite e a transformar o centro numa zona nobre, assim como a discriminar os bairros que apresentavam uma característica mais acentuada de ocupação operária" (BONDUKI, 1982, p. 111). Mas o autor chama atenção para o fato de que os bairros do segundo grupo

não eram habitados exclusivamente pela população de baixa renda, mas incluíam também, por vezes, habitações de classe média e até burguesas, além de indústrias e do comércio local, como é o caso do Ipiranga e mesmo do Brás. O que nos parece fundamental notar é que a "solução cortiços e casas alugadas", sem incluir o fenômeno da periferização, é, na sua natureza, um modelo que não permite, numa cidade densa e concentrada da escala de São Paulo de então, a existência de uma segregação espacial muito acentuada que possibilite uma distribuição totalmente desigual dos investimentos públicos, como o que será viável a partir do desenvolvimento do padrão periférico de crescimento urbano. (BONDUKI, 1982, p. 111)

O processo de periferização significou, portanto, a acentuação da segregação espacial na cidade. Isso não quer dizer que não houvesse periferias em São Paulo antes do processo de periferização, pois, como indica Kowarick (2009), estas sempre existiram nessa cidade, mas como o sistema de transporte (baseado sobretudo nas poucas linhas de bonde e nos trens) era precário, não era possível que muitas pessoas vivessem longe do centro.

Vimos que Petrone (1958) já chamava atenção para a existência, no início do século XX, de uma "periferia instável" em intenso processo de expansão, ainda não plenamente interligada à cidade. Para Seabra (2004, p. 277), "a periferização já estava lá como latência e mesmo como realidade, pois a literatura informa que pelos anos 1940 já havia loteamentos populares, nos quais os trabalhadores começaram a fazer suas próprias casas". Foi, portanto, somente a partir das décadas de 1940 e 1950 que houve uma expansão significativa da área urbanizada de São Paulo, acompanhada pelo agravamento das desigualdades espaciais que caracterizam o processo de segregação, pois, como indica ainda Seabra (2004, p. 304), "Aqueles que com anterioridade integraram os quadros da urbanização de São Paulo até meados do século, por exemplo, desfrutaram de algumas condições de urbanização que se já não eram boas, pioraram muito depois".

Isso ocorreu porque a transformação de terra rural em terra urbana consistiu, na maioria dos casos, no mero parcelamento do solo, ou seja, no loteamento das chácaras e sítios (em geral sem respeitar a legislação vigente) sem o provimento de serviços urbanos básicos, como fornecimento de água, tratamento de esgoto, coleta de lixo, fornecimento de energia elétrica, iluminação pública, calçamento das ruas; além disso, impunha-se grande distância para acessar escolas, creches, hospitais, postos de saúde, ou mesmo estabelecimentos privados de comércio. No limite, tratava-se de transformação de terra rural em terra urbana, sem urbanização.

A análise desse processo de periferização explicita que a relação entre centro e periferia na cidade é dinâmica. Em São Paulo, durante todo o século XX e início do século XXI, algumas centralidades foram reafirmadas, outras foram produzidas, algumas áreas centrais passaram por um processo de periferização, e surgiram novas periferias. Bairros como o Brás, que no início do século poderiam ser considerados periféricos, passaram a ser denominados centrais, mesmo que, como veremos mais adiante, sejam marcados pelo processo de "periferização do centro". Já lugares como o distrito do Grajaú, atingido pelo processo de periferização somente a partir da década de 1960, configuram o que podemos chamar de "novas periferias", cada vez mais distantes das áreas centrais da cidade.

Centralidades e periferias são produzidas simultaneamente como partes de um mesmo processo. A concentração de investimentos públicos e privados em certas localidades produz espaços com composições orgânicas diferentes, ou seja, com quantidades distintas de trabalho materializado no território (na forma de infraestrutura, meios de consumo coletivos etc.). Isso gera uma valorização desigual do espaço urbano e está na base do processo no qual, "ao menor sinal de valorização do espaço, desencadeia-se um processo de expropriação das

camadas sociais proletarizadas" (DAMIANI, 2008a, p. 237). Assim, sob o modo de produção capitalista, a produção de novas centralidades é ao mesmo tempo a expulsão da população que vivia nessas áreas tornadas centralidades para outras cujas condições de urbanização são piores. Nas periferias, prevalece "a baixa composição orgânica do espaço, que aparece como falta de infraestrutura urbana" (DAMIANI, 2008a, p. 241), enquanto novas centralidades são produzidas a partir de investimentos realizados com a participação decisiva do Estado. Em síntese, o "movimento é ir distanciando os espaços periféricos e ir constituindo novas centralidades econômicas metropolitanas" (DAMIANI, 2008a, p. 241). A urbanização, portanto, inserida na atual produção e reprodução sociais, atua no sentido de ratificar e amplificar a exploração e a expropriação da classe trabalhadora.

Essa compreensão da relação centro-periferia impõe que se considere a produção de centralidades da periferia, assim como a periferização de certas áreas do centro. Desse modo, a compreensão do processo de urbanização ganha em complexidade e permite uma análise mais atenta e apurada, que não entende centro e periferia como unidades homogêneas dentro da cidade. Se na periferia prevalece a baixa composição orgânica do espaço, isso não significa que não haja também aí áreas mais bem equipadas, portanto mais valorizadas. O mesmo pode ser dito do centro, ou da área central das cidades, que pode também apresentar uma valorização desigual provocada pelas diferenças de investimento no espaço. Nesse sentido, Damiani (2008a, p. 246) fala em uma "estratificação espacial das centralidades", que iria das centralidades locais, às regionais (de uma mesma zona da metrópole), metropolitanas e assim por diante.

Essa leitura do processo de urbanização levou Damiani (2004a) a defini-la como crítica. Diferentemente dos conceitos de urbanização desordenada ou caótica – que geralmente têm como base uma visão dual do processo de urbanização (organizado x desorganizado; legal x ilegal; formal x informal) –, o conceito de urbanização crítica compreende a natureza contraditória de uma economia a qual nega as possibilidades que ela mesma cria, a qual "nega as capacidades humanas possíveis, que ela mesma virtualmente coloca" (DAMIANI, 2004a, p. 38). Assim, esse conceito não tem em seu horizonte a proposta do planejamento como solução para os problemas da e na cidade, mas procura evidenciar como "o urbano revela as contradições cruciais que vivemos, não se definindo como um aspecto secundário, um epifenômeno, ou um fenômeno eventual" (DAMIANI, 2004a, p. 37). Em outras palavras, o conceito de urbanização crítica aponta a necessidade de considerarmos as desigualdades espaciais, mas não com o objetivo de transformar a análise em uma

reivindicação por mais e melhores equipamentos urbanos <sup>122</sup>, pois considera que, sob as relações sociais capitalistas,

tornar o lugar mais urbano significa, no limite da racionalidade deste Estado e da propriedade privada da terra urbana, expulsar a população que é excedente. A luta pela sobrevivência e pela cidadania pode, dependendo de seus termos, expulsar e selecionar e essa relação é quase naturalizada – aparece como natural. (DAMIANI, 2000, p. 32)

Nesse sentido, entendemos que a compreensão do processo de periferização exige considerar as "circunstâncias metropolitanas como conjunto, como totalidade, sempre móvel e propondo novos ou renovados territórios econômicos, como uma 'geografia do movimento'" (DAMIANI, 2008a, p. 244). Só assim poderemos compreender como se formou, a partir da década de 1950, "uma enorme extensão de urbanização contínua" na qual "os moradores, já então metropolitanos, viveriam novas experiências de espaço e de tempo" (SEABRA, 2004, p. 271).

Para entender essas transformações, é necessário considerar que a concentração de capital e, consequentemente, de força de trabalho nas grandes cidades brasileiras e em especial em São Paulo não cessa em meados do século XX. Santos (2009a, p. 31) identifica, no período que vai de 1940 a 1980,

a verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. 123

Nesse processo, São Paulo sempre esteve na condição de principal destino dos migrantes, pois, como Santos (2009a, p. 59) indica, "entre 1970 e 1980, a região metropolitana de São Paulo recebe, sozinha, 17,37% do total de migrantes do País, o dobro do que vai para o Rio de Janeiro". Assim, tanto o município como a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)<sup>124</sup> apresentaram um ritmo intenso de crescimento até a década de 1980, mas mesmo após esse período as taxas de crescimento continuaram significativas.

<sup>123</sup> É interessante destacar que Santos (2009a, p. 85) também identifica um crescimento significativo na proporção da população vivendo em regiões metropolitanas neste mesmo período: 14,98% em 1940; 17,95% em 1950; 21,72% em 1960; 25,58% em 1970; 28,93% em 1980.

. .

<sup>122</sup> Essa reivindicação pode aproximar-se daquela que exige uma distribuição (repartição) justa das mercadorias, sem considerar que tal distribuição desigual é determinada pelas características da produção capitalista.

<sup>&</sup>lt;sup>124</sup>A RMSP é composta por 39 municípios e foi instituída pela Lei Complementar n.º 14, de 1973 (BRASIL, 1973).

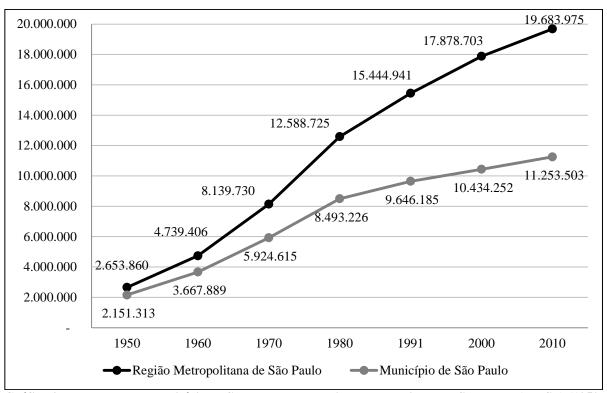


Gráfico 3 - População do município de São Paulo e da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (1950-2010)

Fonte: São Paulo (Cidade) ([s.d.a]). Elaborado pelo autor.

De acordo com Singer (2012), a partir de 1950 o processo de substituição de importações no Brasil atinge outras indústrias (bens de consumo duráveis, bens de capital e bens intermediários), e esses novos ramos industriais já surgem fortemente concentrados na área metropolitana de São Paulo e suas imediações (Baixada Santista, Campinas e Vale do Paraíba). Além disso, segundo esse mesmo autor, "Esta formidável concentração de atividades industriais condicionou, por sua vez, uma extraordinária expansão de atividades terciárias na região" (SINGER, 2012, p. 127)<sup>125</sup>, o que explicaria a continuidade do fluxo migratório para a Grande São Paulo.

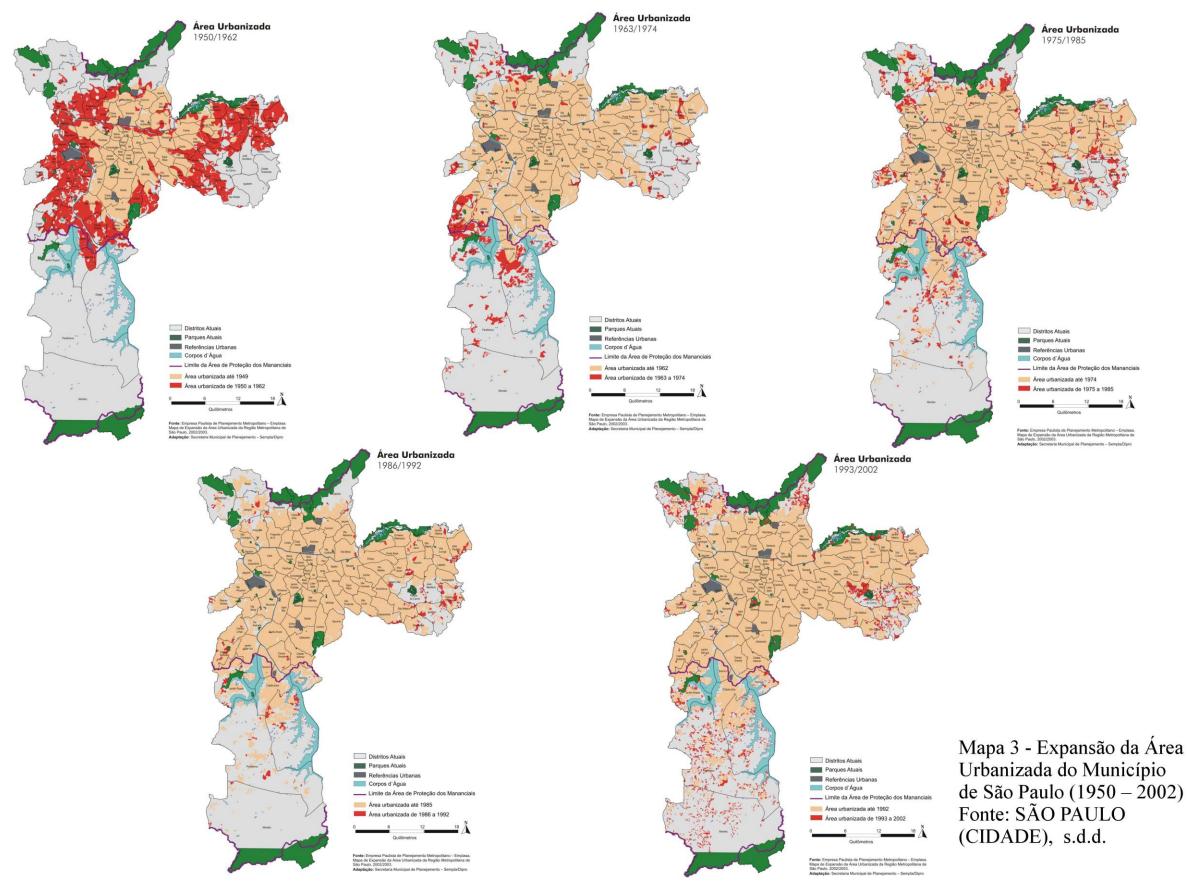
Assim, Singer (2012, p. 131) nega o argumento de que, por causa da migração, a oferta de força de trabalho "aumenta mais depressa que a demanda, gerando um volume crescente de desemprego (aberto, oculto, disfarçado) e de subemprego". Segundo ele, a taxa de desemprego em São Paulo neste momento era semelhante à de outros lugares e, "No fundo, o grande movimento migratório para a Grande São Paulo nada mais significa do que o deslocamento da oferta de força de trabalho para onde mais cresce a demanda" (SINGER,

\_

Segundo Singer (2012, p. 127), a "atividade comercial, além de se ampliar, especializou-se, o mesmo acontecendo com a atividade financeira; a rede de ensino formal cresceu bastante, surgindo ao seu lado uma grande quantidade de cursos profissionalizantes; os serviços pessoais também se ampliaram, multiplicando-se os estabelecimentos de luxo: hotéis, salões de beleza, clubes de campo, saunas, escolas de judô, ioga, etc.".

2012, p. 132). Dessa forma, o autor procura contrapor-se ao pensamento ancorado numa moral malthusiana que atribui todos os males da cidade aos fenômenos demográficos (o crescimento excessivo da população e sua migração maciça às metrópoles). Ele também critica o pensamento de parte da esquerda que "encampa como evidentes as constatações da crítica antiurbana" (SINGER, 2012, p. 122) e atribui à anarquia da produção capitalista o crescimento desmesurado das cidades, concluindo seu argumento com a negação da possibilidade de se definir um "grau ótimo de aglomeração" e com um alerta para o fato de que "Esse tipo de crítica do desenvolvimento capitalista, em lugar de apontar suas contradições, volta-se contra as consequências da transformação estrutural, condenando-a por seu ritmo 'excessivo'" (SINGER, 2012, p. 120).

O intenso crescimento populacional de São Paulo foi, evidentemente, acompanhado pela expansão em todos os sentidos da área urbanizada, mas de maneira mais acentuada nos sentidos leste e sul.



Mapa 3 - Expansão da área urbanizada do município de São Paulo (1950-2002) Fonte: São Paulo (Cidade) ([s.d.d]).

O período entre 1950 e 1962 apresenta a maior expansão da área urbanizada, mas mesmo após tal período esse processo continua significativo. Sobre isso, no entanto, cabe uma consideração. Como o crescimento populacional continuou intenso após 1962, houve, certamente, adensamento da ocupação em áreas já consideradas urbanizadas. Além disso, a comparação entre o crescimento populacional do município e aquele da região metropolitana também sinalizam o processo de periferização em curso. Entre 1950 e 2010, a participação da população do município na RMSP caiu de 80% para 57%. Assim, uma proporção cada vez maior dos trabalhadores passou a residir não apenas em distritos mais distantes do centro, como também nos municípios periféricos que compõem a Grande São Paulo.

Muitos autores entendem que esses processos mudaram qualitativamente a natureza da cidade, quando optam por denominar São Paulo não mais como "cidade", mas como "metrópole". Para Kowarick e Campanário (1994, p. 58),

Uma vez deflagrado esse novo patamar de concentração regional do capital e da força de trabalho, São Paulo adquiriu características metropolitanas. Isto não porque sua feição demográfica tornou-se agigantada ou porque houve rápida extensão de sua mancha urbana – atualmente com mais de 1700 km² – mas, sobretudo, pelo papel econômico que passou a desempenhar sobre o território econômico nacional, aprofundando a tradicional divisão de trabalho interna à sociedade brasileira.

Já Santos (2009a, p. 59) enfatiza que, nesse processo, "São Paulo passa a ser a área polar do Brasil"<sup>126</sup>, chegando a concluir que ela "destaca-se como metrópole onipresente no território brasileiro". A nosso ver, essas considerações são importantes para a compreensão do processo que dá origem à Grande São Paulo (ou à RMSP) e de como esta passa a exercer uma influência política, econômica e social cada vez maior sobre o território nacional. No entanto, essa análise não está completa se não considerarmos que o processo de metropolização é, ao mesmo tempo, processo de negação da cidade. É preciso compreender, como alerta Damiani (2004b, p. 90), que a "metrópole é uma cidade em autodestruição".

Analisando esse processo, Seabra (2004, p. 277) indica que

entre 1950 e 1980, implodiam as estruturas internas da cidade [de São Paulo] à medida que explodia o tecido urbano na formação de periferias que davam configuração, propriamente, à metrópole. Depois dos anos 1980, mal se distinguem as partes do todo na justaposição de formas desconexas que caracterizam a morfologia da metrópole.

Para ele, isso se dá "não mais propriamente pela importância de sua indústria, mas pelo fato de ser capaz de produzir, coletar, classificar informações, próprias e dos outros, e distribuí-las e administrá-las de acordo com seus próprios interesses" (SANTOS, 2009a, p. 59).

Para esta autora, até a década de 1950, "os bairros funcionaram como um âmbito de produção de valores de uso fundados em formas diversas de cooperação porque a sociabilidade da vida de bairro estava afeita a tais processos" (SEABRA, 2004, p. 281). Em outras palavras, os bairros eram um suporte importante e necessário para a reprodução da classe trabalhadora, no entanto, com o processo de implosão-explosão da cidade, eles "tornaram-se não mais do que fragmentos da metrópole" (SEABRA, 2004, p. 279).

Damiani (2004b, p. 90), por sua vez, ressalta que o "império da economia no urbano ou o urbano como economia metamorfoseia a realidade urbana em fragmentos urbanos, definidores da metrópole". São os processos de fragmentação e separação que passam a caracterizar a vida na cidade, e assim "se sobrevive ocupando somente fragmentos. Vive-se negando a própria vida social possível" (DAMIANI, 2004b, p. 92). A alienação espacial poderia ser lida, portanto, por meio da fragmentação da cidade, que é ao mesmo tempo a fragmentação das práticas cotidianas: "separando tempos e espaços da vida social, funcionaliza e esvazia o viver" (DAMIANI, 2008a, p. 192). Para a maior parte das pessoas, a vida se realiza numa seleção fragmentada de espaços (apropriados apenas residualmente), prevalecendo o estranhamento sobre a identidade com o lugar.

Neste ponto, entendemos ser necessário resgatar o modo como Lefebvre (2001, 2004) entendia a forma urbana, para que possamos compreender o fundamento da crítica à fragmentação e separação. Assim como Marx, Lefebvre (2001) enfatiza que o desvendamento da realidade passa pela compreensão da relação entre forma e conteúdo: não há forma sem conteúdo, nem conteúdo sem forma, e o movimento do pensamento deve buscar a unidade (rompida no momento da análise) entre ambos. Assim, o autor contrapõe-se, de um lado, à meditação que tende a dissociar as formas dos conteúdos ao constituir "essências absolutas" e, de outro lado, à prática e ao empirismo que tendem a se contentar com a constatação dos conteúdos, a estacionar na sua opacidade, e aceitá-los na sua diferença. Em síntese, é somente "através da razão dialética, [que] os conteúdos superam a forma e a forma dá acesso aos conteúdos" (LEFEBVRE, 2001, p. 87).

Mas como desvendar a relação entre forma e conteúdo da cidade? Lefebvre (2004, p. 109) alerta que, no sentido habitual do termo, a forma seria o geométrico ou o plástico, tratarse-ia de uma distribuição espacial (quadriculada ou radioconcêntrica), mas isso só seria verdade se restringíssemos a problemática urbana aos problemas da circulação. Sua intenção é outra: definir o que seria a forma urbana, a partir daquilo que se coloca como fundamento ou essência da cidade. Nesse esforço, o autor reconhece a centralidade como o "essencial do fenômeno urbano" (LEFEBVRE, 2004, p. 110), pois a cidade "atrai para si tudo o que nasce,

da natureza e do trabalho"; ela "centraliza as criações"; ela "cria uma situação, a situação urbana, onde as coisas diferentes advêm uma das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças" (LEFEBVRE, 2004, p. 111).

É por essa via que Lefebvre (2004, p. 112) define o urbano como "forma pura: o ponto de encontro, o lugar de uma reunião, a simultaneidade". Para ele, a existência mental da forma urbana é a simultaneidade, enquanto sua existência social seria o encontro e a reunião de bens e produtos, atos e atividades, riquezas. O urbano "não é uma essência a-temporal, nem um sistema entre os sistemas ou acima dos outros sistemas. É uma forma mental e social, a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, do encontro (ou antes, dos encontros)" (LEFEBVRE, 2001, p. 81).

É essa compreensão da forma urbana que fundamenta a crítica teórica e prática do processo de urbanização, pois ela permite que o pensamento reencontre, "num nível superior, numa outra escala, após a explosão (negação), a comunidade, a cidade. Ele recupera os conceitos centrais da realidade anterior para restituí-los num contexto ampliado: formas, funções, estruturas urbanas" (LEFEBVRE, 2004, p. 44). A compreensão da história da cidade tem, assim, um sentido claro: determinar os conteúdos centrais da realidade anterior (a cidade) a fim de restituí-los no momento de sua negação. Essa é uma conquista que aponta para a importância do método que o autor denominou como regressivo-progressivo e por meio do qual pôde retornar à história da cidade em busca de seu fundamento (que se expressa pela da forma urbana). Esse método permite que o virtual, contido no presente como virtualidade, oriente a análise; permite que o atual ilumine o passado e que ao mesmo tempo não seja compreendido como eterno.

Para Lefebvre (2004), vivemos contraditoriamente um momento em que a simultaneidade intensifica-se e as capacidades do encontro e da reunião consolidam-se, mas ao mesmo tempo a separação também aumenta; a divisão do trabalho, a segregação de grupos sociais, as separações materiais e espirituais são levadas às últimas consequências. Ou, como sintetiza Debord (1997, p. 112), "Essa sociedade que suprime a distância geográfica, recolhe interiormente a distância, como separação espetacular."

Aqui se reafirma a importância da compreensão da forma urbana, pois

essas dispersões só podem ser concebidas e apreciadas através da referência à forma da simultaneidade. Sem essa forma, a dispersão e a separação são pura e simplesmente percebidas, aceitas, interinadas como sendo fatos. Deste modo, a forma permite designar o conteúdo, ou antes, os conteúdos. (LEFEBVRE, 2001, p. 91)

Conforme anunciado, a forma urbana serve como referência para a análise e crítica da realidade, portanto para a compreensão de que a cidade transformada pela industrialização é antes de tudo a não cidade, a negação da realidade anterior, pois, segundo esclarece Lefebvre (2001, p. 6),

a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordinálas a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso.

Retomemos nossa análise do processo de urbanização de São Paulo. Vimos que a expansão da área urbana por meio do loteamento de chácaras e sítios que se localizavam nos arredores da cidade vinha ocorrendo desde o final do século XIX. Esse processo não se deu apenas no Brás, mas em todos os sentidos nos quais a área urbana foi se expandindo: de acordo com Matos (1958), foi esse mesmo processo que deu origem aos bairros (hoje centrais) de Santa Cecília, Campos Elísios, Barra Funda, Bom Retiro, Liberdade e Bela Vista. No entanto, foi somente a partir dos anos 1950 que a realização de obras viárias e a introdução em larga escala do automóvel (em especial do ônibus, uma vez que a popularização do automóvel privado é mais recente) possibilitou o loteamento de áreas cada vez mais distantes do centro da cidade. Os preços dos imóveis nas áreas já urbanizadas e os salários insuficientes empurraram uma parcela significativa da classe trabalhadora para esses loteamentos, muitos deles considerados ilegais por não respeitarem a legislação urbana vigente, nos quais predominou a autoconstrução da moradia. Em síntese, as "obras viárias interessando à difusão do automóvel" e "o processo de periferização da população trabalhadora" ganharam força e tornaram-se "estruturadores do espaço da metrópole" (SEABRA, 2004, p. 278).

Gradativamente, a autoconstrução em loteamentos clandestinos ou irregulares transformou-se na forma de moradia predominante da classe trabalhadora na cidade. Segundo Kowarick e Ant (1994, p. 80), na década de 1940 "já existem sinais mais generalizados de autoconstrução", mas esta só se torna a forma de habitação dominante depois dos anos 1960. Nesse mesmo sentido, Santos (2009b, p. 49) afirma, em texto de 1990, que "Mais de 70% das casas construídas na metrópole paulista são produtos da autoconstrução" e que nas áreas mais periféricas esse proporção chegava a 90% <sup>127</sup>.

população, mas "também contingente da população proletária [que] perdia condições e qualidade de vida em São Paulo" (SEABRA, 2004, p. 274). Kowarick (2009, p. 170) alerta que as favelas são resultado do

. .

<sup>&</sup>lt;sup>127</sup> Em São Paulo, as favelas, como forma de moradia de uma parcela mais significativa da população, são um fenômeno mais recente. De acordo com Seabra (2004), em 1970 apenas 1% da população vivia em favelas. Essa proporção passa para 20% em 1990. Para essa autora, não eram apenas os migrantes que formavam tal população, mas "também contingente da população proletária [que] perdia condições e qualidade de vida em

Para compreender esse processo em sua complexidade, é preciso analisá-lo a partir de diferentes pontos de vista. Quando analisado do ponto de vista do capital, esse modo de resolver os problemas habitacionais é muito eficiente, uma vez que reduz significativamente o custo de reprodução da classe trabalhadora e, assim, o valor dos salários. Isso se dá porque as moradias são construídas pelos próprios trabalhadores em lotes baratos, pois distantes do centro e sem serviços urbanos básicos, como já mencionado. Do ponto de vista do proprietário de terras, esse também é um processo muito vantajoso, afinal a transformação da terra rural em terra urbana por meio dos loteamentos periféricos não representava grandes custos aos proprietários, permitindo uma extração de renda muito maior de sua propriedade.

Já do ponto de vista dos trabalhadores, o processo de autoconstrução da moradia em loteamentos periféricos é longo e penoso. Kowarick (2009) chama atenção para o fato de que as tarefas envolvidas nesse processo exigem um enorme esforço físico, feito em geral nos horários que seriam destinados ao descanso (fins de semana ou folgas) e que é comum a construção durar anos (por vezes mais que dez anos), período no qual a família tem de habitar um "embrião" que tem entre 16 m<sup>2</sup> e 30 m<sup>2</sup>, até que os outros cômodos figuem prontos. Esse mesmo autor revela que a autoconstrução tem como fundamento tanto o sobretrabalho gratuito (realizado no canteiro de obras), como o sobretrabalho remunerado (na realização de bicos, horas extras e venda de férias, necessários para complementar o salário). Mas, como Kowarick e Bonduki (1994, p. 161) ressaltam, não são todos que conseguem superar as dificuldades que essa produção da habitação impõe:

> Consegue realizá-la quem dispõe de energia física para dobrar a jornada de trabalho vários dias por semana a fim de conseguir uma sobra que permita realizar paulatinamente a obra. Consegue realizá-la quem diminui as despesas básicas, inclusive as de alimentação e quem dispõe de braços na família também submetidos a estes processos.

Vemos, portanto, que, para atender de maneira precária à necessidade de moradia, muitas outras necessidades são sacrificadas: do descanso à alimentação. Além disso, o sacrifício não se resume à construção da moradia, pois é imprescindível considerar que a maior parte dos loteamentos não apresenta, como anunciamos acima, os serviços urbanos mais básicos. Analisando esse acúmulo de sacrifícios e constrangimentos, Kowarick (1993, p. 62) chegou à noção de "espoliação urbana", que consiste

esgotamento da periferização apoiada na autoconstrução em lotes irregulares ou clandestinos, ou seja, quando a autoconstrução torna-se mais difícil cresce o número de moradores de favelas.

No somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade dos serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho.

É importante ressaltar que esse processo é contínuo, ou, em outras palavras, que ele se reproduz, pois, mesmo quando a construção da moradia é dada como finalizada, isso não significa necessariamente uma estabilidade para o trabalhador. Afinal, quando as melhorias urbanas chegam aos bairros antes desprovidos de pavimentação, rede de esgoto, creches, postos de saúde, escolas, transporte coletivo etc., ocorre a valorização desses espaços, o que leva à expulsão dos locatários que não suportarem o aumento do aluguel e dos proprietários que não suportarem o "preço do progresso" (KOWARICK, 2009, p. 166).

Assim, aqueles que são expulsos voltam a vivenciar o sacrifício que representa viver em novas periferias mais distantes e/ou com piores condições de urbanização. Nesse sentido, Kowarick e Campanário (1994, p. 62) concluem que "da perspectiva da classe trabalhadora, o crescimento periférico significa violenta segregação socioespacial, pois o alto valor dos imóveis torna-se um obstáculo ao acesso aos serviços urbanos existentes."

É preciso chamar atenção para o papel do Estado nesse processo, pois sua atuação na cidade sustenta e reforça o processo de periferização. Como apontam Kowarick e Bonduki (1994, p. 150-151), esse processo só pode existir graças ao fato de o poder público ter deixado de "exercer sua função de fiscalização e controle", o que não significa, no entanto, "desconhecimento" ou "ausência de planejamento" por parte deste ou daquele governo, mas uma "estratégia dos órgãos públicos para arrefecer a crise habitacional que, no período do pós-guerra, assumia aspectos explosivos, além de beneficiar os interesses dos proprietários de terras e loteadores". Além disso, é notório que o Estado produz condições de urbanização muito desiguais na cidade, pois canaliza investimentos públicos para certas áreas que, assim, valorizam-se e tornam-se (cada vez mais) inacessíveis para a maior parte dos trabalhadores. Logo, ao invés de atenuar a segregação, reforça-a.

A análise desse processo de periferização baseado nos loteamentos e na autoconstrução da moradia revela que as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora não se resumem à exploração de sua força de trabalho. Como insistimos, há também uma série de constrangimentos que extrapolam esse momento e tomam conta de quase toda a vida dos trabalhadores. A nosso ver, fica explícito que o antagonismo entre as classes sociais revela-se também no processo de urbanização, que não se caracteriza pelo "caos" ou pela "desordem", mas pelo fato de que as contradições características das relações sociais capitalistas

manifestam-se também na produção do espaço. Trata-se de um processo contínuo de exploração e expropriação da classe trabalhadora que não pode ser superado sem o questionamento dos fundamentos das relações sociais de produção. Em outras palavras, não há planejamento que, sem colocar em xeque os fundamentos da reprodução do capital, possa dar ordem e resolver um processo de urbanização que é crítico.

Como anunciamos anteriormente, o processo de periferização pelo loteamento de áreas cada vez mais distantes do centro só foi possível graças às obras viárias e à difusão das linhas de ônibus pela cidade. Não é demais destacar que, do ponto de vista do capital, é imperativo que os trabalhadores retornem cotidianamente a seus postos de trabalho, ficando até certo ponto em segundo plano onde e como eles vivem. Isso explica não apenas por que alguns loteamentos só se tornaram viáveis após o estabelecimento de linhas de ônibus que chegavam até eles ou os atravessavam, como também por que muitas vezes o primeiro serviço urbano a estar disponível nos loteamentos periféricos foi o transporte coletivo.

Langenbuch (1971) contribuiu de maneira decisiva para a compreensão do papel dos meios de transporte na estruturação do espaço metropolitano de São Paulo. De acordo com ele,

O arranjo espacial da Grande São Paulo repousa sobretudo na infraestrutura em vias de transporte. Sem encontrar grandes obstáculos físicos pela frente, tanto indústrias quanto habitantes funcionalmente vinculados a São Paulo puderam se estabelecer onde a comunicação com a Capital fosse mais fácil. O caráter radiocêntrico de metrópole repousa, é claro, nas vias de circulação, responsáveis pela estruturação dos elementos radiais: "eixos de urbanização em colar", "eixos de urbanização embrionária". (LANGENBUCH, 1971, p. 334)

Esse autor ressalta o papel da ferrovia, antes mesmo da difusão das linhas de ônibus, na formação de "subúrbios residenciais em áreas mais afastadas da cidade", que constituíram "reserva potencial de mão-de-obra" para a indústria (LANGENBUCH, 1971, p. 141). Mas, após as décadas de 1940 e 1950, o modelo rodoviarista adotado como política de Estado faz do ônibus o principal meio de transporte coletivo na cidade. Esse modelo também permitiu o aumento progressivo do uso de veículos particulares, mas, como a popularização do automóvel nos termos que conhecemos hoje é mais recente, foram as linhas de ônibus (substituindo os bondes e, em muitos casos, ligadas às estações ferroviárias existentes) que viabilizaram o processo de periferização. Para se ter uma ideia de sua importância, de acordo com Kowarick e Bonduki (1994, p. 152), entre 1948 e 1966 a proporção dos passageiros urbanos transportados em ônibus saltou de 12% para 75%.

Langenbuch (1971, p. 159) demonstra o papel que o sistema de transporte e suas transformações cumpre na estruturação do espaço metropolitano ao descrever como –

diferentemente das ferrovias que concentraram historicamente equipamentos comerciais, industriais e residências ao redor de suas estações –, as linhas de ônibus propuseram uma "dispersão linear, ao longo do trecho da rua ou estrada que o ônibus percorre". Além disso, conforme o próprio autor alertava, os pontos finais das linhas de ônibus constituem-se também como "maior polo em potencial, pois a ele afluem os moradores de toda a porção mais afastada do subúrbio, não alcançada pelo veículo" (LANGENBUCH, 1971, p. 159). Devido a isso, ele entende que as linhas de ônibus foram capazes de "conferir uma vocação de centralidade a alguns bairros periféricos paulistanos", podendo, assim, "ao lado das ferrovias, comandar o processo de metropolização" (LANGENBUCH, 1971, p. 160).

Aqui é importante ressaltar que houve uma junção dos interesses de loteadores e dos empresários aos quais as linhas de ônibus eram concedidas, pois a viabilidade dos dois negócios estava intimamente relacionada. Tanto os loteadores dependiam das linhas de ônibus para conseguir comercializar seus lotes, como a rentabilidade dessas linhas dependia do sucesso dos loteamentos. De acordo com Langenbuch (1971, p. 201), alguns loteamentos só começaram a ser servidos pelo ônibus depois de apresentarem uma quantidade de moradores que tornava as linhas rentáveis, o que representava uma adversidade para os primeiros moradores:

Muitos dos "subúrbios-loteamento" despontam em áreas sitas fora dos principais eixos de circulação rodoviária, junto a estradas secundárias, ainda não servidas por ônibus. Os primeiros moradores, quase sempre pessoas humildes, fazem papel de pioneiros. Por muito tempo deslocam-se a pé à estrada transitada por ônibus. Estes apenas são estendidos ao lugar depois de já contar com povoamento razoável, assegurando rentabilidade à linha.

Ao mesmo tempo, novos loteamentos situados em áreas já servidas por linhas de ônibus que tinham como destino lugares mais afastados eram comercializados mais facilmente e com maior retorno. Segundo Langenbuch (1971, p. 201-202),

O comércio imobiliário soube muito bem tirar proveito dessa vantagem, dela fazendo grande alarde em sua publicidade, sempre exagerando o número de linhas de ônibus e minimizando o tempo de percurso. Compreende-se facilmente que estes loteamentos, assim beneficiados, tenham frequentemente se povoado mais rapidamente que os outros, afastados dos ônibus [...] Muitos destes núcleos suburbanos, cujo desenvolvimento se apoiou inicialmente nos ônibus destinados a lugares mais afastados, passaram a contar posteriormente também com ônibus a eles destinados especificamente, fruto de sua ocupação.

Portanto, foi assim que, pela adoção do modelo rodoviarista e pela combinação de loteamentos e autoconstrução da moradia, ocorreu o processo de periferização em São Paulo – no qual se deu a urbanização do Grajaú, nosso outro recorte espacial.

Situado na zona Sul do município de São Paulo, é somente a partir da década de 1950 que a área do distrito do Grajaú começou a ser loteada para ser transformada em terra urbana. A partir desse momento, seu crescimento demográfico (assim como de outros distritos e municípios periféricos) foi mais intenso que aquele registrado na RMSP ou nos distritos centrais do município.

Tabela 8 - População recenseada e taxa de crescimento da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e dos distritos do Brás e do Grajaú

	RMSP		Brás		Grajaú	
Ano	População	Taxa de crescimento	População	Taxa de crescimento	População	Taxa de crescimento
1950	2.653.860	-	55.097	-	3.740	-
1960	4.739.406	79%	48.875	-11%	8.989	140%
1970	8.139.730	72%	41.006	-16%	43.664	386%
1980	12.588.725	55%	38.630	-6%	117.301	169%
1991	15.444.941	23%	33.536	-13%	193.754	65%
2000	17.878.703	16%	25.158	-25%	333.436	72%
2010	19.683.975	10%	29.265	16%	360.787	8%

Fonte: São Paulo (Cidade) ([s.d.a], [s.d.c]). Elaborado pelo autor.

Dados extraídos dos censos populacionais (SÃO PAULO (Cidade), [s.d.a], [s.d.c]) indicam como os recortes selecionados para a realização dessa pesquisa são, de alguma maneira, representativos do processo de metropolização em São Paulo. Para além do expressivo crescimento da população da RMSP desde a década de 1950 (que vem perdendo força, mas ainda assim é significativo), os dados revelam também uma característica desse processo: o crescimento populacional metropolitano não ocorreu de maneira homogênea em toda a cidade, pois enquanto algumas áreas cresceram pouco ou até apresentaram taxas negativas de crescimento (caso do Brás, cuja população cai para menos da metade entre 1950 e 2000), outras apresentaram um crescimento populacional mais intenso que o da região metropolitana (como o Grajaú, que nos últimos 60 anos passou de uma população de 3.740 para 360.787 habitantes, tornando-se o distrito com a maior população da cidade de São Paulo). Considerando o crescimento das periferias, Damiani (2008a, p. 255) afirma que "a urbanização crítica põe uma alteração da medida do fenômeno urbano. São milhões de moradores nas periferias urbanas e o sentido dessa magnitude, enquanto uma alteração qualitativa do processo, é decisivo".

A compreensão do processo de urbanização do Grajaú passa pela consideração de uma série de fatores, alguns deles já anunciados. Primeiramente, é preciso considerar sua distância em relação ao centro do município ou mesmo do núcleo urbano de Santo Amaro (historicamente uma centralidade para parte significativa da zona Sul do município). Além da distância, o fato de essa parte do município não ser cortada por nenhuma importante via de comunicação com outras regiões do estado (Baixada Santista, Vale do Paraíba, Jundiaí/Campinas, Itu/Sorocaba, Vale do Ribeira) fez com que não houvesse nenhum estímulo significativo à sua ocupação, pois, como Langenbuch (1971, p. 36) ressalta, "a circulação, de modo geral, tem importantes e intensas repercussões sobre a organização espacial. [...] As estradas, na época [meados do século XIX] funcionavam como agentes de povoamento e de ocupação do espaço de várias maneiras".

A via mais importante que conectava o sertão de Santo Amaro ao restante da cidade era a antiga estrada de Parelheiros (atual avenida Senador Teotônio Vilela, ainda muito importante para a circulação nessa parte da cidade), mas como essa via não ligava São Paulo a outros municípios, e Parelheiros não tinha uma importância econômica expressiva, ela nunca se transformou em uma rodovia ou autoestrada. Assim, mesmo em um período mais recente, a precária comunicação com o restante da cidade era apontada por Langenbuch (1971, p. 175) como um fator que desencorajava a urbanização de áreas para além do núcleo de Santo Amaro, pois nem mesmo a construção das represas conseguiu "atrair a classe abastada para a fixação de suas residências", uma vez que "é possível que as características técnicas das estradas, no que tange à restrição ao conforto, tenham também influído negativamente; pelo menos é certo que não convidavam à utilização diária".

Assim, somente quando as condições de transporte (público e privado) para essa região tiveram alguma melhora foi possível dar início aos loteamentos dessa área da cidade <sup>128</sup>. No entanto, um segundo fator talvez ainda mais determinante explica o intenso processo de ocupação do Grajaú, especialmente a partir da década de 1970. Em 18 de dezembro de 1975, a Assembleia Legislativa de São Paulo promulgou a Lei n.º 898 (SÃO PAULO (Estado), 1975), com o objetivo de "disciplina[r] o uso do solo para a proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana de São Paulo". No ano seguinte, essa lei foi complementada pela Lei n.º 1.172, de 17 de novembro de

<sup>128</sup> Esse processo não se deu pela ocupação gradativa dos lugares mais próximos em direção aos mais distantes do centro, mas contendo muitas vezes áreas não ocupadas à espera de valorização, enquanto áreas mais distantes eram loteadas. Em outras palavras, o início dos loteamentos no Grajaú não se deu somente quando todas as áreas mais próximas de Santo Amaro já estavam loteadas.

1976 (SÃO PAULO (Estado), 1976), que delimitou "as áreas de proteção relativas aos mananciais, cursos e reservatórios de água" e "estabeleceu "normas de restrição de uso do solo em tais áreas".

Essa legislação visava a controlar a ocupação das áreas de mananciais em toda a região metropolitana, pelo estabelecimento de restrições às formas de uso do solo. Ela previa um limite para o parcelamento das propriedades (o tamanho mínimo dos lotes passou a ser de 500 m²), assim como um limite quanto à área do lote que pode ser pavimentada ou impermeabilizada (até 60%, em alguns casos) e um limite máximo de área construída em relação ao total do terreno 129. Com essas restrições, o poder público intentava impedir o loteamento dessas áreas e assegurar que elas continuassem sendo ocupadas por chácaras e sítios, garantindo assim uma ocupação menos densa, como forma de proteger os mananciais.

Contudo, em vez de impedir a criação de novos loteamentos nessa parte da cidade, a legislação teve um efeito inverso, pois, como indica Seabra (2004, p. 280), "Lotear à revelia dos preceitos legais foi a resposta prática dos proprietários de chácaras para as políticas públicas em recusa ao ônus que lhes recairia com a imobilização das formas de uso do solo". O resultado disso foi a expansão mais recente da periferia "por meio de loteamentos irregulares e ocupações de terrenos, principalmente em duas áreas: nos contrafortes da face sul da Cantareira e na região das represas, ao sul do Município" (SEABRA, 2004, p. 280), ambas protegidas pela referida legislação.

Como o Grajaú localiza-se inteiramente em área de proteção aos mananciais, esse processo pode ser observado em todo a área do distrito. De acordo com Schlögl (2004, p. 151),

Os dados da valorização da terra, na transformação do uso de rural para urbana, dos loteamentos analisados [todos eles em áreas de mananciais], mostram que a incorporação dos loteamentos clandestinos é um empreendimento extremamente lucrativo, valorizando a terra em mais de 60 vezes, podendo chegar, em certas conjunturas econômicas, a mais de 200 vezes.

De acordo com essa mesma autora, no momento em que ela realizava sua pesquisa,

Os preços dos lotes nas áreas de mananciais variam entre R\$ 3.000,00 a R\$ 15.000,00, dependendo da valorização do loteamento e das características do lote. O preço, por metro quadrado, nos loteamentos Park Aruã e Jardim Almeida [distrito de Parelheiros] variam entre R\$ 60,00 a R\$ 120,00, valores próximos ao metro quadrado de loteamentos da classe média em bairros da cidade oficial. Este fato revela que as áreas de mananciais tornam-se valorizadas com a incorporação dos loteamentos clandestinos. (SCHLÖGL, 2004, p. 00)

<sup>129</sup> Esses limites variam de acordo com a distância das propriedades em relação aos corpos d'água.

Segundo as passagens acima revelam, por um lado o preço do lote como um todo é menor que em outros bairros da cidade, tornando-se, desse modo, uma alternativa para aqueles que enfrentam as dificuldades de comprar ou alugar um imóvel em outra parte da cidade; mas, por outro lado, o preço por metro quadrado é próximo ao de outros bairros, o que confere uma enorme lucratividade ao negócio. Assim como no caso dos cortiços, não podemos nos enganar pelas aparências e tomar a precariedade da moradia como um indicativo de que ela não seja uma mercadoria que proporciona excelentes rendimentos aos proprietários e loteadores.

Esse processo não passou despercebido pelas instâncias governamentais, uma vez que, como Santos (2009b, p. 23) revela, no fim da década de 1970 a Empresa Metropolitana de Planejamento (Emplasa) já identificava essa ocupação como problemática:

> Um documento de 1978, da Empresa Metropolitana de Planejamento (Emplasa, 4302/A), dedicado ao estudo da evolução da mancha urbana contínua da Grande São Paulo, deplora que essa expansão "planejada para ocorrer a leste e a nordeste da aglomeração deu-se, porém, ao sul do município de São Paulo e a sudeste da Região Metropolitana, áreas onde não se devia construir para evitar o que justamente aconteceu, isto é, o transbordamento do habitat dentro, mesmo, da área de proteção aos mananciais".

Kowarick (2009, p. 176) aponta o mesmo processo, quando afirma que

Criada por lei em 1978, a proteção aos mananciais teve efeito perverso, pois, ao proibir a construção em lotes inferiores a 500 m<sup>2</sup>, fez baixar o preço da terra sem que se criasse um controle público que impedisse uma caótica e ilegal ocupação domiciliar que produziu problemas de contaminação no ambiente. Estima-se que 700 mil pessoas habitam as bacias hidrográficas da Guarapiranga. 130

Não concordamos, como já está claro, com a interpretação de que essa ocupação tenha sido caótica. Além disso, gostaríamos de ressaltar que o discurso ambiental traz elementos muito semelhantes ao discurso que pregava a erradicação dos cortiços da cidade, afinal em ambos os casos a população trabalhadora mais empobrecida aparece como uma ameaça à saúde da cidade. Assim, novamente, o fundamento da preocupação com a ocupação dos mananciais não é a condição de vida da classe trabalhadora que para aí foi empurrada, mas como esta representa um perigo ou estorvo para o restante da cidade. Desse modo,

dezembro de 1975 e 1.172, de 17 de novembro de 1976".

<sup>&</sup>lt;sup>130</sup> Kowarick (2009) provavelmente refere-se ao Decreto n.º 12.219, de 1° de setembro de 1978 (SÃO PAULO (Estado), 1978), que "autoriza a Secretaria dos Negócios Metropolitanos a celebrar convênios com os Municípios da Região Metropolitana da Grande São Paulo para aprovação de projetos de residências unifamiliares em áreas de proteção aos mananciais metropolitanos, estabelecidas pelas Leis 898, de 18 de

entendemos ser importante evitar um discurso que responsabiliza a população pelos problemas ambientais decorrentes da ocupação dessa área. Vimos até aqui como esse processo de periferização não ocorre por vontade ou intenção daqueles que, sem outra alternativa, recorrem à compra de lotes irregulares ou clandestinos para aí construírem suas moradias.

Muitas vezes, aqueles que vivem em áreas de mananciais enfrentam dificuldades ainda maiores que os moradores das demais periferias da cidade. De acordo com Seabra (2004, p. 299), até a década de 1970 o crescimento de São Paulo deu-se preferencialmente em direção à zona Leste, "quando se consumou a ocupação daquela região. [...] Mas a periferização dos pobres prosseguiu nas últimas décadas de modo agravado", porque agora se dá em áreas ainda mais distantes (ou com pior serviço de transporte público) e com condições de urbanização e moradia ainda mais precárias.

Kowarick (2009) também destaca esse agravamento, ao tratar do crescimento, a partir dos anos 1980, do número de favelas nas áreas mais periféricas da cidade. Para ele, isso foi o resultado do "esgotamento da modalidade anterior", ou seja, da autoconstrução em lotes periféricos, pois, com o aumento do desemprego (aliado às dificuldades já existentes), muitos sequer conseguiam acessar esses lotes, indo viver em favelas ou áreas de mananciais (KOWARICK, 2009, p. 166). Talvez aqui a melhor ideia não seja a de esgotamento, mas a de uma complexificação da situação, uma vez que o próprio autor reconhece que continua havendo autoconstrução nas áreas de mananciais, assim como de favelas ali situadas.

De acordo com Kowarick (2009), houve um processo, conduzido por mais de uma gestão da prefeitura de São Paulo, de "erradicação" das favelas nas áreas centrais da cidade, ao passo que crescia o número delas nas áreas periféricas, preferencialmente nas zonas de proteção dos mananciais (Billings, Guarapiranga, Cantareira). Assim,

dos 10 distritos que reúnem maior número de favelados e que maior incremento tiveram, todos se situam nos extremos do Município, particularmente na Zona Sul, em especial no Grajaú, Capão Redondo, Jardim Ângela e na Cidade Ademar. (KOWARICK, 2009, p. 227)

Esse processo levou o autor a admitir a atual dificuldade em distinguir, em certas áreas da periferia de São Paulo,

o loteamento popular da favela, a não ser pelo traçado das ruas, às vezes menos irregular. Os lotes tendem também a ser de maior tamanho, com a presença de encanamentos sanitários e postes de iluminação de metal nas áreas invadidas que, no caso de reintegração de posse, podem ser facilmente removíveis. [...] As favelas

tendem a se aproximar, do ponto de vista urbanístico, dos "loteamentos clandestinos", mesmo porque a transação mercantil constitui uma prática que se generalizou no processo de compra e venda dos imóveis. (KOWARICK, 2009, p. 234)

Portanto, o que se observa na metrópole de São Paulo, sobretudo a partir dos anos 1980, é a combinação entre autoconstrução, favelas e cortiços (dentro e fora de áreas de mananciais) como formas de habitação predominante para a classe trabalhadora. Todas elas diretamente associadas ao processo de segregação socioespacial, que se torna ainda mais evidente quando consideramos que nesse período se constituíram novas centralidades na cidade (em especial a região das avenidas Brigadeiro Faria Lima e Engenheiro Luís Carlos Berrini, no chamado vetor sudoeste) com larga utilização de recursos públicos.

Assim, pudemos enfatizar a periferização que marca o processo de metropolização. No entanto é preciso considerar que, ao mesmo tempo em que as periferias da cidade explodiam, novas centralidades eram produzidas, assim como áreas centrais (tanto o "centro antigo" como alguns bairros centrais) passavam por processos de deterioração e desvalorização.

É possível afirmar que, desde meados do século XX, a primazia que o centro (distritos da Sé e República) exercia sobre as outras partes da cidade começava a ser relativizada. Isso porque a centralidade econômica da cidade deslocava-se, primeiro em direção à avenida Paulista e depois rumo às avenidas Brigadeiro Faria Lima e Engenheiro Luís Carlos Berrini, num movimento que fez do "vetor sudoeste" a área da cidade de maior valorização imobiliária nas últimas décadas e onde se concentram as principais empresas da cidade. Para Damiani (2004a, p. 245), "a constituição de novas centralidades não se anteporia ao movimento centro-periferia; mas indicaria os termos de seu dinamismo e sua direção. No caso de São Paulo, as estratégias imobiliárias renovadas sugerem a direção sudoeste, preferencialmente".

Ao mesmo tempo em que ocorre esse deslocamento, o centro e alguns bairros centrais (como Brás, Pari, Bom Retiro e Santa Cecília) passam por processos de deterioração e desvalorização, o que, no entanto, não nos autoriza a afirmar que eles estariam "mortos" ou "abandonados". Segundo Kowarick (2009), no início do século XXI há nas áreas centrais de São Paulo 530 mil habitantes, 723 mil empregos formais, 3,8 milhões de pedestres diários, 2 milhões de passageiros e uma densa rede de transporte (muitas linhas de ônibus e estações de metro e trem). Há também, como esse mesmo autor ressalta, uma quantidade significativa de restaurantes de padrão popular.

É possível dizer que, quando comparados com os distritos periféricos, esses distritos apresentam melhores condições de urbanização em quase todos os sentidos. Assim, para muitos daqueles que não têm condições de enfrentar a dura jornada da autoconstrução na periferia, resta "o aluguel de um cubículo nos corticos de bairros como Barra Funda, Brás, Bela Vista, Belenzinho, Bom Retiro, Liberdade, Santa Cecília e Sé, que se situam nos anéis central e intermediário da cidade" (KOWARICK; ANT, 1994, p. 88). Por essa razão, nos distritos do centro concentram-se "boa parte dos 600 mil habitantes em cortiços, 10 mil ambulantes, 2 mil catadores de lixo [...] cerca de 5 mil moradores de rua" (KOWARICK, 2009, p. 107), para quem o centro é "valor de uso, local de trabalho e moradia, espaço de luta pela apropriação de benefícios urbanos, fulcro reivindicativo para o acesso a bens e serviços" (KOWARICK, 2009, p. 110). A proximidade do trabalho, o acesso aos equipamentos de educação e saúde, a menor dificuldade em acessar o transporte público de transporte, as opções de lazer, tudo isso pesa para que muitos trabalhadores optem (na falta de palavra melhor) por enfrentar as dificuldades de morar em espaços exíguos e insalubres (cortiços ou apartamentos que em muito se assemelham a estes), em vez de tentar construir uma moradia menos precária nas periferias de São Paulo.

Na próxima seção analisaremos como se realizam as práticas alimentares no Brás e no Grajaú especificamente. Como vimos, a escolha destes dois recortes não foi aleatória e tampouco apresenta-se como a única possível para a realização desse estudo. Analisar a de urbanização de São Paulo, chamando atenção para a segregação que caracterizou esse processo, foi a forma que encontramos para explicitar como a urbanização crítica revela as contradições que vivemos cotidianamente. Como indica Damiani (2008a, p. 228) "A metrópole expressaria a essência do processo negativo, de exploração e expropriação sociais". Neste sentido, sua consideração é indispensável para a compreensão da reprodução da classe trabalhadora e, consequentemente, da alienação das práticas alimentares.

## 4 A ALIENAÇÃO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES NOS DISTRITOS DO BRÁS E DO GRAJAÚ

Iniciamos este trabalho interpretando criticamente o conceito de segurança alimentar e seu uso ideológico, para em seguida explicitar que os problemas relativos à alimentação não podem ser compreendidos sem a consideração da reprodução das relações sociais. Esse percurso resultou na apresentação do que definimos como a alienação das práticas alimentares.

Na medida em que a compreensão da reprodução das relações sociais passa pela consideração simultânea dos processos que ocorrem dentro e fora do processo imediato de produção de mercadorias, buscamos trazer a análise do processo de urbanização para o seio da análise da alienação das práticas alimentares. Com esse objetivo, tomamos a cidade de São Paulo, e os distritos do Brás e do Grajaú, como recortes privilegiados para a compreensão do processo de segregação espacial que, conforme pretendemos expor a partir daqui, influencia diretamente a realização das práticas alimentares.

Nesta seção, analisaremos como moradores do Brás e do Grajaú realizam as quatro práticas alimentares: produção, aquisição, preparo e consumo dos alimentos. Nosso objetivo é colocar em evidência o quanto a compreensão da reprodução das relações sociais e do processo de urbanização são imprescindíveis para a compreensão da alienação das práticas alimentares na cidade. Assim, iniciamos a seção apresentando brevemente a forma como foram conduzidos os trabalhos de campo e entrevistas, para em seguida interpretar criticamente a realização de cada uma das práticas alimentares.

Anunciamos, na seção 2 desta tese, que o fato de dividirmos as práticas alimentares em quatro momentos não nos permite tentar compreendê-las isoladamente. Desse modo, toda vez que apresentamos aqui cada uma das práticas alimentares separadamente, persegue-se o objetivo de tornar a exposição mais clara e aprofundar a análise acerca de cada uma delas.

## 4.1 A ESTRUTURAÇÃO DOS TRABALHOS DE CAMPO E ENTREVISTAS

Como já anunciamos, existe uma relação de continuidade entre esta pesquisa e aquela que desenvolvemos durante o mestrado (RIBEIRO JUNIOR, 2008). A própria definição dos recortes espaciais contemplados aqui (Brás e Grajaú) é, em parte, resultado das reflexões

realizadas naquele momento. Além disso, os trabalhos de campo e as entrevistas realizadas durante aquele trabalho foram fundamentais para a atual pesquisa e, nesse sentido, merecem ser resgatados.

Antes disso, no entanto, é preciso ressaltar que, na condição de pesquisadores, demarcamos no tempo e no espaço a realização de nossos trabalhos de campo. Sem querer negar a existência e até mesmo a importância dessa demarcação, não entendemos ser possível levá-la ao extremo, sob o risco de legitimarmos uma concepção de ciência fundamentada na fragmentação do sujeito (como se nos tornássemos e deixássemos de ser pesquisadores de acordo com as circunstâncias) e na cisão entre sujeito e objeto. Compartilhamos, nesse sentido, da posição de Katz (1994, p. 67, tradução nossa), quando afirma que sua posição em campo revela

o comprometimento com um projeto de pesquisa crítica e uma subjetividade política que simultaneamente me conecta a uma comunidade similarmente engajada de intelectuais, aos sujeitos políticos da comunidade onde eu trabalho, e a uma comunidade global cosmopolita de atores históricos que se opõem ao capitalismo, ao racismo e ao patriarcado.

Da mesma maneira, concordamos com Silva (2004), quando ela considera que a militância do pesquisador revela-se também no interior da atividade de pesquisa. Para ela,

o movimento entre teoria e prática envolve uma militância do pesquisador, mas não só no que diz respeito ao engajamento em movimentos sociais, e sim no que diz respeito ao rompimento com escolas de pensamento que se tornam insuficientes para o pensamento crítico da disciplina e da sociedade. (SILVA, 2004, p. 140)

Assim, com o objetivo de encontrar um caminho de interpretação dos problemas relacionados à alimentação na cidade de São Paulo, nossos primeiros trabalhos de campo, ainda durante o mestrado, foram realizados em diferentes restaurantes populares da rede Bom Prato. Essa escolha – e hoje isso nos parece ainda mais claro – foi motivada pela visibilidade que a implantação de restaurantes populares teve, a partir da criação do Programa Fome Zero, como uma das iniciativas da política de segurança alimentar brasileira. A despeito de a análise dos valores investidos na instalação e manutenção de restaurantes populares dentro do Programa Fome Zero já indicar, naquele momento, que esta não era de maneira alguma a principal iniciativa da política de segurança alimentar brasileira <sup>131</sup>, parecia importante

Os dados sobre recursos executados, entre 2003 e 2010, pelos programas que compõem o Fome Zero para a ampliação do acesso aos alimentos (BRASIL, 2010c, p. 226), apresentados na subseção 1.4 desta tese, dá uma dimensão desse fato.

compreender em que medida tal iniciativa revelava uma concepção sobre as possibilidades de resolução dos problemas relativos à alimentação e à fome nas cidades<sup>132</sup>.

Esses trabalhos de campo foram uma rica porta de entrada para a realização de uma reflexão crítica acerca da alimentação da classe trabalhadora na cidade de São Paulo, e ajudaram a determinar os rumos de nossas pesquisas desde então. Naquele momento, chamou-nos atenção, especialmente, a extrema funcionalização da alimentação posta em prática por esses restaurantes<sup>133</sup>. O fato de tais equipamentos serem projetados para servir um grande número de refeições (somente a unidade Santo Amaro servia 2.040 almoços em um período de aproximadamente quatro horas e meia, ou seja, uma média de quase 8 refeições por minuto<sup>134</sup>), com um baixo custo de operação (o custo total de cada refeição não poderia ultrapassar R\$ 3,25<sup>135</sup>), reflete-se, evidentemente, não apenas na qualidade dos alimentos servidos, mas em toda a experiência de realizar a refeição. Seria um engano caracterizar como industriais apenas as cozinhas dos restaurantes populares, uma vez que também o momento de se servir, de encontrar um lugar para sentar e até mesmo de comer tendem a ser reduzidos à realização de atos mecânicos, que visam a não muito mais do que a nutrição dos usuários<sup>136</sup>.

.

<sup>&</sup>lt;sup>132</sup> É importante destacar que a rede Bom Prato é administrada pelo Governo de São Paulo, e nunca contou com recursos do Governo Federal (ou do Programa Fome Zero especificamente). Sua criação, inclusive, foi oficializada em dezembro de 2000, ou seja, antes mesmo da implementação do Fome Zero. De toda forma, como nossa pesquisa não se resumia (e não se resume) à crítica da atuação de um governo ou política específica, e essa rede apresentava características muito semelhantes a outros restaurantes populares existentes no país, realizamos entre os anos de 2006 e 2008 trabalhos de campo em quatro de seus restaurantes (25 de Março, Lapa, Santo Amaro e Capão Redondo), procurando observar e analisar o funcionamento desses equipamentos, bem como conversar com as pessoas que aí se alimentavam.

<sup>&</sup>lt;sup>133</sup> É preciso problematizar a própria denominação de restaurante, uma vez que a experiência de fazer uma refeição nesses equipamentos é muito mais próxima daquela que temos ao comer em um refeitório (na empresa, escola ou universidade, ou ainda – por que não? – no quartel ou na prisão).

<sup>&</sup>lt;sup>134</sup> A rede Bom Prato era composta por 30 unidades, que serviam mais de 40 mil refeições diariamente. "Atualmente há 49 unidades no Estado, sendo 22 localizadas na Capital, oito na Grande São Paulo, cinco no litoral e 14 no interior. A rede de restaurantes Bom Prato serve diariamente mais de 82 mil refeições (inclusive o que é servido nos fins de semana na unidade de Campos Elíseos)" (SÃO PAULO (Estado), [s.d.]).

<sup>&</sup>lt;sup>135</sup> O usuário pagava R\$ 1,00 por refeição, e o restante (R\$ 2,25) era subsidiado pelo Governo de São Paulo. Atualmente o usuário continua pagando R\$ 1,00, e "[o] subsídio governamental é de R\$ 3,50 para adultos e de R\$ 4,50 para crianças com até 6 anos, que têm a refeição gratuita" (SÃO PAULO (Estado), [s.d.]). Além disso, a partir de setembro de 2011 todas as unidades também passaram a servir café da manhã (composto por leite com café, achocolatado ou iogurte, pão com margarina, requeijão ou frios e uma fruta da estação), ao custo de R\$ 0,50 para o usuário e subsídio estadual de R\$ 0,80.

Desse modo, talvez caiba compará-los (e mesmo assim com muitas ressalvas) com os restaurantes *fast-food*. A análise de Fontenelle (2002, p. 314-315) da rede McDonald's é reveladora nesse sentido e, em muitos sentidos, pode ser estendida aos restaurantes populares: "Como *fast-food*, a partir da Segunda Guerra Mundial, [...] o McDonald's dá início a algo realmente singular: a aplicação da tecnologia e dos métodos industriais de organização do trabalho ao ato, até então artesanal, de fazer comida e, ainda mais fundamental, na forma de se comer! [...] Nada melhor, então, do que a 'comida rápida' para exemplificar a que ponto chegou esse domínio [da natureza]: é a vida humana que entra agora, literalmente, na linha de montagem, antecipada por Chaplin, décadas antes, com as cenas antológicas de Tempos Modernos, em que as pessoas são obrigadas a se alimentar enquanto trabalham, para que a máquina não pare".

A fila para entrada nos restaurantes populares, que começa a se formar na calçada mais de uma hora antes de sua abertura, muitas vezes em locais com intensa movimentação de pedestres e sem qualquer abrigo do sol ou da chuva, é uma das características mais marcantes dos estabelecimentos onde realizamos trabalhos de campo. Notamos que os aposentados eram maioria entre os primeiros a formar as filas, muitos vindos de bairros distantes: para esse grupo, excepcionalmente, o custo de transporte (devido à gratuidade à qual têm direito) e o tempo de espera não significavam um impeditivo.

Os primeiros a chegar esperavam por cerca de uma hora e meia, em pé e do lado de fora dos refeitórios, antes de fazerem suas refeições. Mesmo após a abertura do restaurante, a fila continua existindo, sendo comum esperar por 20 minutos ou mais para entrar no refeitório. Uma vez dentro do refeitório, permanece-se em fila para pagar e ser servido, já que são os funcionários que montam os pratos dos usuários (estes devem apenas empurrar suas bandejas<sup>137</sup>).

A crítica realizada por Fontenelle (2002) às filas dos restaurantes *fast-food* revela não somente a naturalização das filas para receber ou adquirir alimentos em nossa sociedade, mas também o fato de que sua origem remonta a momentos de guerra ou situações extremas. Segundo essa autora,

o racionamento dos tempos de guerra e as técnicas de alimentação que forneciam "rações" para milhões de tropas na Europa tinham sido precursores do fast-food. [...] De fato, até a inovação efetuada por Richard e Maurice [fundadores do McDonald's] no drive-in em 1948, a existência de fila para adquirir comida parecia só existir em guerras, prisões, ou situações de privações que levassem alguém a conseguir comida graças a atos de caridade. (FONTENELLE, 2002, p. 85)

Dada a massificação dos restaurantes *fast-food* (e outras formas similares de restaurantes), é possível afirmar que a alienação das práticas alimentares atinge uma parcela muito ampla da população. No entanto, é necessário reconhecer que aqueles que precisam de ajuda para se alimentar não são sequer tratados como os demais consumidores. Para eles, prevalecem formas de adquirir e consumir alimentos características de situações limite. Isso também se revela no fato de que os usuários do restaurante popular, diferentemente dos consumidores de outros restaurantes, não podem escolher o que se vai comer. O cardápio é definido *a priori* pelas equipes que administram as unidades, ou seja, não há consulta aos

.

<sup>&</sup>lt;sup>137</sup> Em mais de uma ocasião pude observar que parte da comida servida ia parar nas badejas, dada a pressão que há para que os funcionários montem os pratos no menor tempo possível (sob o risco de a fila dentro e fora do refeitório continuar crescendo). Assim, não é de se espantar que qualquer pedido que saia da "normalidade" (mais ou menos de algum ingrediente, por exemplo) não seja recebido de maneira positiva pelos funcionários.

usuários sobre suas preferências alimentares, nem possibilidades de escolha entre diferentes alimentos em um mesmo dia<sup>138</sup>.

Por fim, é necessário ressaltar que a funcionalização também se manifesta no ambiente onde as refeições são realizadas. Se há uma nítida preocupação com a limpeza das cozinhas e do refeitório, o mesmo não se pode dizer da criação de um ambiente confortável para a realização das refeições. Os refeitórios podem ser descritos como espaços amplos, em geral adaptados para esse uso, nos quais não há mais que grandes mesas (ou fileiras contínuas de mesas) e cadeiras. Neles se sobrepõem os ruídos da rua, da cozinha e do próprio refeitório, o que nos permite afirmar que o conforto dos usuários no momento de realizar suas refeições não é uma prioridade.

Em nossos trabalhos de campo, chamou atenção o fato de que, nesse ambiente cheio de gente, a maior parte das pessoas realizava suas refeições sozinha, ou seja, sem conversar ou interagir com outras pessoas. Não fizemos nenhum levantamento estatístico em nossa pesquisa, mas os dados da Pesquisa de Opinião Pública com Usuários de Restaurantes Populares (BRASIL, 2005), realizada pelo MDS, de alguma forma sustentam essa compreensão. Essa pesquisa, que contou com a realização de 600 entrevistas em 19 restaurantes populares de Belo Horizonte (3), Distrito Federal (5), Rio de Janeiro (3), Salvador (2) e São Paulo (6), indica que nesses estabelecimentos 71% dos usuários fazem suas refeições sozinhos, sem outros membros da família (BRASIL, 2005). Assim, apesar de a refeição ser reconhecidamente um importante momento de sociabilidade, nos restaurantes populares isso se realiza apenas residualmente (ou negativamente).

Nas quatro unidades que observamos, constatamos também que a maior parte dos usuários não era (como imaginávamos) composta por pessoas em situação de rua. A maioria das pessoas com as quais conversamos estava formal ou informalmente empregada em estabelecimentos próximos às unidades, ou aposentada. Essa constatação também está em consonância com os dados da pesquisa realizada pelo MDS, segundo a qual apenas 21% dos usuários de restaurantes populares não apresentavam endereço regular (o que seria um indicativo de que a pessoa estava em situação de rua). Além disso, a pesquisa aponta também

sobremesa (em geral uma fruta da estação). (SÃO PAULO (Estado), [s.d.])

De acordo com as regras do programa, as unidades devem oferecer uma refeição de 1.200 calorias, composta por arroz, feijão, salada (em geral uma hortaliça folhosa como alface ou acelga), legumes (uma hortaliça frutosa ou tuberosa), um tipo de carne, além de farinha de mandioca, pãozinho, suco (industrializado) e

que a maior parte dos usuários (52%) dos restaurantes populares tinha renda mensal individual igual ou superior a um salário mínimo (BRASIL, 2005).

Naquele momento, isso nos pareceu um indicativo de que esses restaurantes não estavam servindo exclusiva ou primeiramente àqueles que mais necessitavam desse serviço, mas garantindo a reprodução de uma parte das pessoas que trabalhavam próximo às unidades e cujos salários ou rendimentos eram nitidamente insuficientes para cobrir os custos com a alimentação fora do domicílio. Essa constatação torna-se ainda mais evidente quando levamos em consideração o fato de que a rede Bom Prato não funciona aos finais de semana 140.

Reunindo essas informações com aquelas obtidas em trabalhos de campo posteriores, podemos afirmar que, para os trabalhadores cuja renda mensal individual aproxima-se de um salário mínimo, é praticamente inviável pagar para realizar diariamente suas refeições (em especial o almoço) em estabelecimentos privados, como restaurantes, bares ou lanchonetes. A alternativa mais comum para esses trabalhadores é trazer de casa suas refeições (em marmitas) – mas para isso é necessário que o próprio trabalhador (ou alguém de sua família) disponibilize parte de seu tempo para preparar essa refeição e que haja um lugar onde ela possa ser armazenada e esquentada. No entanto, mesmo preparando a refeição em casa, ela dificilmente terá um custo menor do que aquele cobrado pelo restaurante popular. Logo, não é surpreendente que os dados da pesquisa realizada pelo MDS indiquem que 45% dos usuários afirmam ir "sempre", 16% "quase sempre" e 27% "de vez em quando" aos restaurantes la laticalmente que afirmavam ir "sempre", 54% faziam mais de quatro refeições semanais nos restaurantes populares (BRASIL, 2005).

Isso tudo nos levou a pensar, mesmo considerando todos os limites que esse tipo de equipamento apresenta para resolver os problemas relativos à alimentação, que para parte significativa da classe trabalhadora os restaurantes populares poderiam ser uma alternativa à dificuldade em satisfazer suas necessidades alimentares mais básicas. Mesmo que a crítica assumisse os limites estreitos das políticas de segurança alimentar, era possível afirmar que mesmo as famílias beneficiadas pelo Bolsa Família continuavam se encaixando no perfil dos usuários dos restaurantes populares, o que apontaria para a necessidade de um aumento considerável no número de equipamentos na cidade. As longas filas e os restaurantes cheios indicavam a importância que eles tinham para a vida de muitas pessoas, e os dados da

Houve ainda quem respondesse "raramente" (6%) e que era a "primeira vez" (6%).

Na ocasião, 17% não tinham renda ou não opinaram, 31% tinham renda de até um salário mínimo, 39% entre um e três salários mínimos e 13% acima de três salários mínimos (BRASIL, 2005).

<sup>&</sup>lt;sup>140</sup> Com exceção da unidade de Campos Elísios.

pesquisa realizada pelo MDS confirmavam essa impressão, pois 38% dos usuários em São Paulo não almoçavam quando não iam ao restaurante popular<sup>142</sup>. Além disso, nacionalmente 78% dos usuários indicavam o preço da refeição como um dos motivos para utilizar esses equipamentos, afinal, mesmo preparando os alimentos em casa, é difícil conseguir montar uma refeição com um custo inferior a R\$ 1,00.

Em razão disso, ainda no mestrado, passamos a refletir sobre a quantidade insuficiente e a distribuição desigual dos restaurantes populares na cidade. Parece contraditório afirmar que os restaurantes populares são insuficientes após a crítica que realizamos, mas a partir daquele momento ficava explícito para nós o desafio de, ao tratar dos problemas da alimentação da classe trabalhadora em uma cidade como São Paulo, fazer a crítica à generalização da sobrevivência (enquanto negação da vida) em um contexto no qual nem mesmo a própria sobrevivência está garantida a todos.

Ao considerar a distribuição das unidades da rede Bom Prato, ficou evidente que elas haviam sido instaladas no centro da cidade (4 estavam nos distritos centrais) ou nas centralidades da periferia: naquele momento, dos 17 restaurantes da rede na cidade de São Paulo, 14 localizavam-se nas proximidades de estações de trem ou metrô, e os outros 3 nas proximidades de terminais de ônibus<sup>143</sup> (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p. 145). Essa distribuição desigual levou-nos a considerar a relação entre as centralidades e periferias da cidade para a compreensão dos problemas relativos à alimentação. Assim, procuramos analisar também como esses problemas eram vividos nas periferias da cidade.

Aqui, é imprescindível fazer um aparte para ressaltar que a investigação sobre a alimentação é, em muitos sentidos, uma investigação sobre aquilo que há de mais íntimo para as pessoas – e isso representa uma dificuldade para a realização de entrevistas. Ao tratar da intervenção dos médicos higienistas na vida cotidiana da população, Fischler (1995, p. 224, tradução nossa) afirma que "a aproximação higienista implica [...] intervir no mais íntimo da vida cotidiana, nos comportamentos vitais (alimentação, sexualidade, etc.) que estão carregados de significados que superam amplamente as posições puramente médicas". Não tínhamos (e ainda não temos) nenhuma intenção de intervir, como os higienistas, na alimentação de nossos entrevistados, mas essa reflexão é importante na medida em que nos dá

<sup>143</sup> Os quais, como vimos com a ajuda de Langenbuch (1971), representam um elemento importante para a constituição de centralidades.

<sup>&</sup>lt;sup>142</sup> Essa dependência é ainda mais preocupante quando se leva em consideração que a rede Bom Prato não funciona aos fins de semana.

consciência de que uma conversa sobre as práticas alimentares (e em especial sobre os problemas relativos a elas) demanda algum grau de confiança no entrevistador.

Além disso, como os problemas relativos à alimentação em nossa sociedade são em geral percebidos e entendidos como fracasso pessoal ou privado, tratar deles em uma entrevista é muitas vezes levar o entrevistado a uma situação desconfortável, vergonhosa e dolorida. Quem não consegue fornecer uma alimentação que julga adequada para os próprios filhos, quem tem dificuldades em seguir uma dieta tida como saudável, quem se julga acima ou abaixo do peso tido como ideal, quem passa fome etc. tende a se culpabilizar. Para o entrevistador, tudo isso se coloca como um desafio, pois trata-se de investigar algo que muitas vezes as pessoas preferem não lembrar ou falar a respeito (quanto mais com um estranho).

Durante nosso mestrado, a saída que encontramos para superar esse obstáculo foi realizar entrevistas com moradores de um bairro periférico da cidade de São Paulo na companhia de agentes comunitários de saúde. Essa possibilidade foi colocada para nós por uma das enfermeiras da Unidade Básica da Saúde (UBS) do Jardim Gaivotas (bairro localizado no distrito do Grajaú) para quem havíamos apresentado os objetivos da pesquisa e nossa necessidade de realizar entrevistas com moradores da periferia da cidade acerca de sua alimentação 144. Essa opção apresentou ganhos e perdas para a pesquisa, mas, como pretendemos demonstrar nas próximas páginas, pode ser entendida como uma possibilidade de nos aproximar da compreensão das práticas alimentares dos moradores da cidade de São Paulo.

Não podemos deixar de considerar que a presença dos agentes de saúde pode influenciar ou guiar as respostas dos entrevistados, o que poderia prejudicar a qualidade das entrevistas. No entanto, é necessário reconhecer que a ajuda desses agentes foi imprescindível em nosso processo de pesquisa, tanto para a compreensão das características da vida no bairro, como para a compreensão das práticas alimentares de seus moradores. Desde o início dessa experiência, ficou claro que deveríamos aproveitar essa oportunidade para entrevistar não apenas as famílias atendidas, mas os próprios agentes comunitários de saúde que, por serem moradores do bairro e visitarem regularmente muitas de suas residências, têm um conhecimento aprofundado sobre a realidade ali vivida. Os agentes, é preciso destacar, não enxergam essa realidade como alguém que vem de fora, mas como alguém que de alguma maneira compartilha as dificuldades vividas nesse lugar.

características da alimentação com os moradores do domicílio.

<sup>&</sup>lt;sup>144</sup> A partir desse contato, fomos apresentados aos agentes de saúde dessa unidade e passamos a acompanhá-los em suas visitas regulares às residências do bairro. Além disso, a enfermeira solicitou que fosse reservado, sempre que possível, um pequeno período da visita para que pudéssemos conversar um pouco sobre as

Além disso, eles tendem a estabelecer uma relação de confiança com as famílias atendidas, o que favorecia a realização de nossas entrevistas: primeiro porque a relação de estranhamento com os entrevistados diminuía, e estes se mostravam mais abertos para falar de sua alimentação quando éramos apresentados pelos agentes de saúde; em segundo lugar, porque na companhia dos agentes realizamos a maior parte das entrevistas no interior da residência dos entrevistados. Os próprios agentes comunitários de saúde entendem que poder entrar na residência de uma família atendida é uma conquista. Em conversas com eles, foi comum ouvir que somente quando se estabelece uma relação de confiança de ambas as partes é que eles passam a ser convidados a entrar no domicílio. É o que relata Rose<sup>145</sup> – moradora do Jardim Gaivotas e agente comunitária de saúde do bairro –, uma de nossas entrevistadas para a pesquisa do doutorado, que identifica inclusive o caráter invasivo da presença de um agente (e obviamente não só dele) no interior do domicílio:

Em primeiro lugar, quando um agente comunitário entra na casa de um paciente, está praticamente invadindo a vida dele. Então, pra gente pegar a confiança deles é muito difícil. [...] Quando eu entrei para trabalhar no posto [UBS do Jardim Gaivotas], eu senti uma dificuldade muito grande. Porque eles associam o outro ACS [agente comunitário de saúde] com o ACS novo. [...] Então a gente tem que ir com jeito. [...] Então a gente vai pegando a confiança deles. Não é no primeiro dia que você entra na casa. Você tem de bater lá tantas vezes até pegar a confiança. [...] E a gente procura passar para ele que não está ali para ser invasivo. Que a gente pode ser uma pessoa que está ali para quando eles precisarem.

Tanto em nossa pesquisa de mestrado como na de doutorado, a observação das residências foi, em muitos sentidos, tão importante quanto as próprias entrevistas, pois observar o espaço onde parte das práticas alimentares são realizadas permite-nos apreender muitas de suas características. Assim, reconhecer coisas simples como a ausência de

Optamos por identificar em nota de rodapé cada um dos entrevistados mencionados no trabalho, apenas na primeira vez que os mencionamos, a fim de evitar uma imposição cansativa de notas ao leitor. Além disso, é importante citar que tivemos o cuidado de memorizar a maior parte das questões/pontos que fazem parte do roteiro, para que a entrevista pudesse fluir com mais naturalidade. De toda forma, um roteiro impresso era utilizado, quando necessário, como material de apoio. Em todas as entrevistas o roteiro serviu como um caminho possível para a conversa, mas em mais de uma entrevista surgiram outros assuntos/questões relevantes, assim como por vezes a ordem das questões teve de ser alterada. Todas as entrevistas foram gravadas e depois parcialmente transcritas. Nas próximas páginas, sempre que usarmos trechos dessas entrevistas, estes aparecerão entre aspas ou destacados no corpo do texto (seguindo a mesma formatação das citações bibliográficas).

pais.

Rose tem 34 anos e vive no Jardim Gaivotas no segundo andar de uma casa com seu marido, os 3 filhos (uma menina e dois meninos) e seu irmão de criação. Filha de nordestinos, nasceu em São Paulo, e chegou ao bairro Jardim Gaivotas em 1991 ou 1992 quando, segundo ela, o bairro começava a se formar. Tinha 11 anos e se mudou junto com os pais para a residência que ocupa até hoje. Segundo ela a casa foi erguida pelos próprios

separação entre os cômodos (cozinha, sala e dormitório que se misturam), de janelas na cozinha ou de mesa e cadeiras para que todos os membros da família realizem as refeições conjuntamente, isso fornece elementos muito importantes para a caracterização das práticas alimentares dos entrevistados.

Como, nas entrevistas realizadas com a ajuda dos agentes de saúde durante o mestrado, tínhamos pouco tempo para conversar com as famílias (algo entre 10 e 15 minutos), definimos naquele momento três questões (ou conjuntos de questões) a fim de orientar a conversa e identificar as características da alimentação no domicílio. Após apresentar brevemente o propósito da entrevista, começávamos com uma pergunta aberta sobre como era a alimentação das pessoas que viviam naquela residência. O objetivo era introduzir uma conversa sobre a alimentação sem causar maiores constrangimentos, afinal não caberia indagá-los diretamente sobre os problemas enfrentados, e menos ainda sobre a fome. Além disso, interessava-nos identificar quais eram as características básicas da dieta dos moradores.

Em seguida, eram feitas perguntas no sentido de identificar onde e como eram obtidos os alimentos consumidos no domicílio. De alguma forma, isso nos ajudava a compreender como o acesso a certos equipamentos (em especial aqueles ligados à aquisição de alimentos) ou mesmo o acesso às centralidades da cidade influenciavam as práticas alimentares dos entrevistados.

Por fim, com o objetivo de confrontar de alguma maneira as respostas obtidas na primeira parte da entrevista, perguntávamos de modo mais direto como era a alimentação dos moradores no fim do mês. Essa questão está relacionada, evidentemente, com o fato de que muitos moradores do bairro recebem seus salários ou benefícios (aposentadoria, Bolsa Família) no início do mês, o que torna o fim do mês o momento em que as dificuldades com a falta de dinheiro expressam-se mais claramente. Mesmo para aqueles que vivem de trabalhos temporários (bicos), o fim do mês pode ser mais "apertado", dada a maior dificuldade em encontrar quem os contrate. Assim, as respostas sobre o fim do mês poderiam ser um indicativo sobre a existência da diminuição ou falta de alimentos.

Durante o mestrado, realizamos aproximadamente 20 entrevistas desse tipo, que ao lado da leitura da bibliografia permitiram-nos compreender algumas características das práticas alimentares dos moradores do Jardim Gaivotas. Em primeiro lugar, ficou claro que, na dieta da maior parte dos moradores, a combinação de arroz e feijão consumida no almoço e na janta é entendida como "o básico", o qual, sempre que possível, é acompanhado de uma "mistura" (composta por algum alimento de origem animal e/ou hortaliças). Além disso, o

café e o pãozinho foram bastante citados como alimentos consumidos no café da manhã e em outras refeições menores (lanches).

Também chamou nossa atenção o fato de que os moradores do Jardim Gaivotas precisavam deslocar-se até os bairros vizinhos (Parque Residencial Cocaia e Cantinho do Céu) para realizar a maior parte de suas compras, uma vez que no próprio bairro não havia nenhum mercado (apenas pequenas vendas nas quais não se encontra tudo de que se precisa e onde os preços tendem a ser maiores).

Acerca das dificuldades relacionadas à alimentação, é preciso pontuar que nos deparamos com uma grande diversidade interna, pois, se em algumas residências encontrávamos famílias que afirmavam não encontrar grandes dificuldades para adquirir os alimentos considerados necessários, em muitas outras se relatou que o fim do mês era "apertado" e que nesse momento poderia faltar a "mistura", ou mesmo "o básico". Entre as famílias em situação mais precária, ouvimos que nesses momentos de maior dificuldade é dada prioridade à alimentação dos filhos em detrimento da dos pais (em especial da mãe, que em geral é a última a comer). Outras famílias citaram a necessidade de pedir ajuda a vizinhos, parentes ou mesmo a desconhecidos, e em alguns casos citaram que havia momentos nos quais tinham de "pular" refeições.

E era exatamente esse último "grupo", o das famílias que passavam pelas maiores dificuldades em se alimentar adequadamente (segundo sua própria percepção), que também não conseguia acessar as centralidades da cidade. Assim, as famílias que em tese mais precisariam de serviços como aqueles oferecidos pelos restaurantes populares tinham esse acesso negado pela distância e pelo preço do transporte público, o que explicitava como as desigualdades espaciais somavam-se às desigualdades sociais – sugerindo-se a necessidade de uma interpretação que considerasse essas duas desigualdades para se compreenderem os problemas relativos à alimentação na cidade.

A partir das experiências nos restaurantes da rede Bom Prato e das entrevistas realizadas no Jardim Gaivotas, assim como de nossas leituras, decidimos que seria fecundo definir dois recortes espaciais distintos para a realização da pesquisa de doutorado. Não com o intuito de classificá-los como lugares melhores ou piores, mas para que a partir deles pudéssemos ter uma compreensão mais precisa de como as desigualdades espaciais (características de um processo de urbanização crítica) pesam sobre a realização das práticas alimentares.

Definidos o Brás e o Grajaú como recortes válidos para a realização da pesquisa, passamos à realização de trabalhos de campo nos quais buscávamos nos aproximar da

realidade vivida pelos moradores. Nas primeiras saídas, buscamos caminhar por diferentes trajetos, sem a preocupação de realizar entrevistas, num procedimento inspirado no que os Situacionistas denominam "deriva". De acordo com Silva (2004, p. 141), para os Situacionistas as derivas consistiriam em

Passar ativamente por diversos ambientes urbanos. Não se resume em contemplação, e pressupõe conhecimentos aprofundados sobre os lugares das derivas, projetos, plantas, cartas. Não lida com o aleatório simplesmente, mas é uma atividade impulsionada e sensibilizada pelos movimentos do terreno que, ao mesmo tempo, reconhece intenções e projetos.

Silva (2004) ressalta, de maneira muito pertinente, o quanto a deriva, na condição de prática espacial dos Situacionistas, guardava semelhanças e diferenças com a maneira como alguns geógrafos <sup>146</sup> pensavam e realizavam seus trabalhos de campo. Para ela, tanto os Situacionistas como alguns geógrafos buscavam uma "imersão e envolvimento com o ambiente" (SILVA, 2004, p. 142), a fim de problematizar aquilo que aparece como comum ou banal; mas, se para os geógrafos o comum "aparece sutilmente" em seus trabalhos, para os "situacionistas vira plano mesmo de pesquisa, por meio da vida cotidiana" (SILVA, 2004, p. 142). Além disso, "para os geógrafos o comum é reconhecido apenas como campo de análise, nos Situacionistas é meio para atividade, no sentido da revolução. Para tanto, o cotidiano não pode ser só fonte informação, e sim campo de batalha" (SILVA, 2004, p. 142).

Por essa razão, afirmamos que nossas caminhadas inspiraram-se de alguma forma nas derivas dos Situacionistas, mas de modo algum reivindicamos esse estatuto para elas, uma vez que em nenhum momento elas se realizaram como "meio para a atividade, no sentido da revolução" ou "campo de batalha" pela criação de situações <sup>147</sup>. Essas caminhadas tinham como principal objetivo permitir nossa "imersão e envolvimento com o ambiente", para que assim começássemos a reconhecer em que medida os espaços em questão influenciavam a realização das práticas alimentares de seus moradores. Como Silva (2004) coloca, essa "imersão no ambiente" também era recomendada por Kaiser (2006, p. 99), segundo o qual,

Assim que se chega ao "terreno", o pesquisador não realizará uma listagem enorme de questionários, uma bateria de magnetofones, um arsenal de aparelhos de fotos e câmeras: ele não sai nem mesmo com sua caderneta de notas! [...] Não, ele deve passear longamente, tranquilamente; que se impregne da atmosfera social; que

<sup>&</sup>lt;sup>146</sup> Em seu artigo, ela resgata em especial os trabalhos de Bernard Kaiser, Yves Lacoste e William Bunge.

<sup>147</sup> Há, certamente, uma diferença de natureza entre a prática situacionista e a "prática acadêmica". Aqui nos encontramos nos limites de uma pesquisa de doutorado, mesmo quando inspirados por uma prática que em muitos sentidos a transcende.

procure o que realmente preocupa e distinga nas conversações banais os sinais da tensão profunda.

E, assim como os Situacionistas entendiam que a realização da deriva dependia de um conhecimento prévio do lugar onde ela seria realizada, para Kaiser (2006) o trabalho de campo não pode ser nem a primeira nem a última etapa de um processo de pesquisa. Assim,

Não é, pois, um pesquisador ainda verde que deve ir ao terreno. Ao contrário, e sobretudo participando de uma equipe na qual as discussões andam bem, é uma pessoa que tem "ideias" que levanta as hipóteses. A hipótese de trabalho é uma das primeiras armas a se usar no preparo da pesquisa de campo. A repercussão dessas hipóteses sobre a realidade modelará dialeticamente a análise. [...] A identificação dos problemas e dos conflitos que agitam a sociedade estudada é o primeiro trabalho de quem realiza a pesquisa, é graças a ela que poderá orientar seu estudo, começar a compreender; que poderá assegurar um trabalho eficaz em vez de se lançar na acumulação fastidiosa de dados dos quais a maior parte se revelarão, sem dúvida, inúteis. (KAISER, 2006, p. 98)

Em síntese, o objetivo de nossas caminhadas era iniciar o reconhecimento do "condicionamento" ou da "influência" do meio urbano sobre as práticas alimentares dos moradores dos dois recortes<sup>148</sup>. Isso por si só já justificaria a realização dessas caminhadas, mas é importante ressaltar que elas também foram pensadas como uma forma de preparação para a realização das entrevistas com os moradores. Como nessas entrevistas seriam feitas questões sobre a relação dos entrevistados com o bairro (e com a cidade como um todo), era importante conhecê-lo para formular as questões, além da necessidade de identificarmos os lugares citados pelos entrevistados no decorrer da entrevista. Mas, mais do que isso, entendemos que a intimidade que o pesquisador tem com o recorte estudado pode traduzir-se numa maior intimidade com o próprio entrevistado.

Como já está claro, não iniciamos nossa pesquisa por essas caminhadas pelos dois recortes: além do acúmulo que trazíamos da pesquisa de mestrado, procuramos também ler trabalhos (acadêmicos ou não) que tratassem direta ou indiretamente desses recortes, para assim conhecermos melhor os lugares pelos quais passaríamos. Desse modo, mesmo não tendo um percurso pré-definido para as caminhadas, não éramos simplesmente levados "pelo aleatório", nem ficávamos presos ao plano da "contemplação", mas buscávamos reconhecer as diferenças nas condições de urbanização (entre os recortes e internamente a cada um deles)

. .

<sup>&</sup>lt;sup>148</sup> Aqui cabe novamente reconhecer a influência dos Situacionistas, pois, de acordo com Silva (2004, p. 143), "Debord apresenta o termo Psicogeografia como uma espécie de pesquisa, em uma perspectiva materialista, do condicionamento da vida e do pensamento pela natureza objetiva. Essa influência do meio (urbano) sobre o comportamento (afetivo) dos homens deve ser pesquisada em detalhes para criar situações de transformação, de pequena duração muitas vezes. Estuda leis e efeitos mas não quer criar leis gerais a serem impostas à sociedade".

e em especial como se distribuíam e caracterizavam os equipamentos (supermercados, vendas, padarias, açougues, feiras, bares e restaurantes) mais diretamente relacionados com as práticas alimentares.

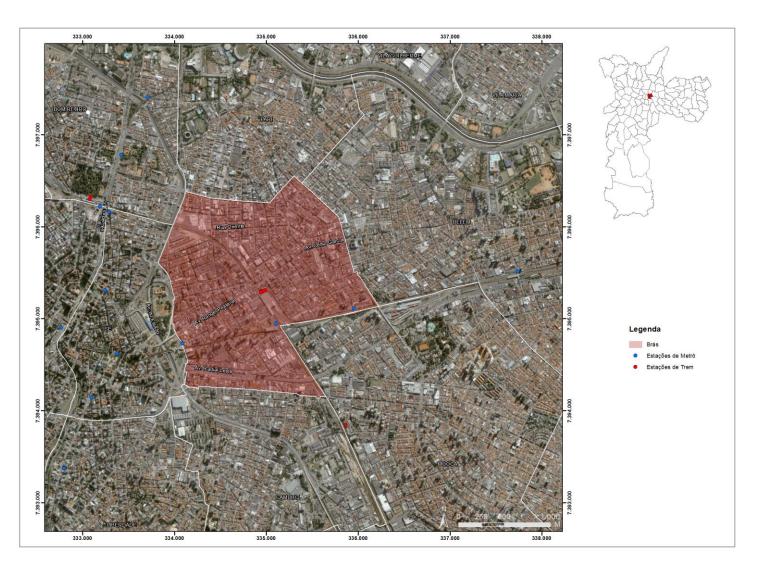
Após a realização das caminhadas, quando já tínhamos alguma familiaridade com os recortes, passamos à realização das entrevistas. Isso não significa, no entanto, que tenhamos deixado de caminhar e observar esses lugares, pois, como as entrevistas foram realizadas nas residências dos entrevistados (ou muito próximo a elas), tivemos a oportunidade de passar pelos mesmos lugares onde havíamos caminhado anteriormente. Além disso, é preciso dizer que as próprias entrevistas também ajudavam nesse processo de imersão e envolvimento com o ambiente, pois a partir delas passávamos a interpretar o bairro de maneira diferente.

Assim, após realizar entrevistas em um edifício aparentemente residencial no Brás, mas no qual funcionavam dezenas de oficinas de costura, passamos a considerar que em muitos edifícios semelhantes os espaços de produção (do trabalho) e de reprodução da vida se sobrepõem, afetando diretamente as práticas alimentares de seus moradores <sup>149</sup>. Nesse mesmo sentido, as entrevistas realizadas no Grajaú revelaram que muitas das casas que aparentemente são unifamiliares (pelo menos para quem as observa de fora) guardavam na verdade uma complexidade na ocupação muito maior do que imaginávamos, por vezes apresentando realidades muito distintas com relação às práticas alimentares <sup>150</sup>. Esses são apenas dois casos que revelam como as entrevistas não apenas nos ajudavam a atentar para coisas que antes passavam despercebidas, como também redefiniam nossas interpretações sobre as características de cada recorte.

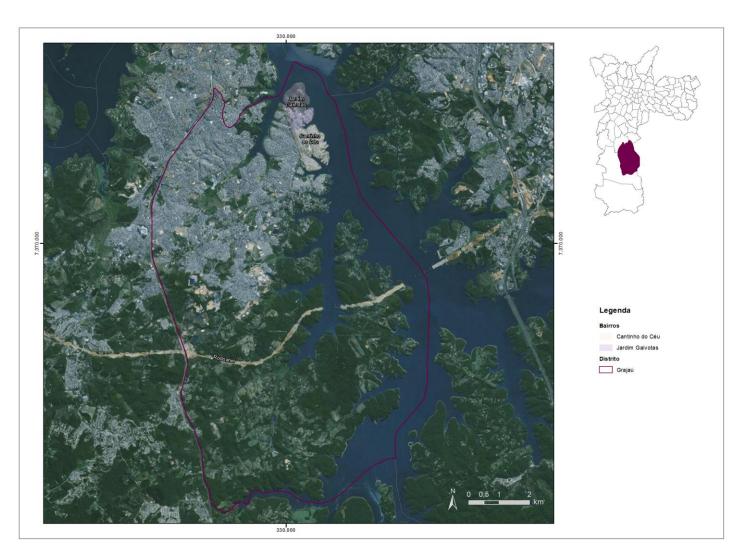
Tanto no Brás como no Grajaú, os trabalhos de campo indicaram a existência de uma diferença interna no que diz respeito às condições de urbanização (e consequentemente de reprodução da classe trabalhadora). No caso do Brás, por sua área ser menor, procuramos considerar essas diferenças realizando entrevistas em diferentes pontos do bairro. Já no caso do Grajaú, foi preciso encontrar um recorte para a realização das entrevistas.

<sup>150</sup> Como no caso das residências onde uma família aluga um andar do imóvel para outra família como forma de complementar o orçamento familiar.

<sup>149</sup> É o caso dos depoimentos que citavam o fato de os/as trabalhadores/as das oficinas realizarem suas refeições nas mesmas mesas onde trabalhavam com as máquinas de costura.



**Mapa 4 - Distrito do Brás** Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo. Elaborado por Isis Ramos, nov. 2015.



**Mapa 5 - Distrito do Grajaú** Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo. Elaborado por Isis Ramos, nov. 2015.

Alguns motivos levaram-nos a considerar novamente a área do Jardim Gaivotas, assim como do bairro vizinho denominado Cantinho do Céu, como os recortes sobre os quais nos debruçaríamos no distrito do Grajaú. Esses dois bairros encontram-se no que poderíamos denominar de limites da periferia: ambos estão às margens da represa Billings e, segundo alguns moradores entrevistados, começaram a ser ocupados de maneira mais intensa entre o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990. As considerações de Langenbuch (1971) acerca do papel das linhas de ônibus na ocupação dessa parte da cidade são muito úteis. Nota-se claramente que, no Grajaú, a avenida Belmira Marim concentra a maior parte do comércio e dos serviços, em especial em seu trecho inicial, próximo à estação Grajaú de trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) (que funciona também como um terminal de ônibus da região). Essa área pode ser compreendida como a centralidade mais consolidada do distrito do Grajaú. Os bairros escolhidos encontram-se a aproximadamente 9 km daí, após os pontos de duas importantes linhas de ônibus da região (Grajaú e Parque Residencial Cocaia). Nesse sentido, tanto o Jardim Gaivotas como o Cantinho do Céu encontram-se distantes até mesmo da centralidade mais importante do distrito: são pelo menos 30 minutos de ônibus ou mais de 1 hora de caminhada. Além disso, pesou em nossa escolha o fato de já conhecermos um dos bairros por causa da pesquisa realizada no mestrado, o que se traduziu em uma maior facilidade para encontrar pessoas dispostas a nos ceder entrevistas.

As entrevistas realizadas no doutorado, diferentemente daquelas do mestrado, foram mais longas, e estruturadas de uma outra maneira, de forma a contemplar mais questões acerca das práticas alimentares, bem como sobre a história de vida dos entrevistados. Elas foram divididas em basicamente três momentos: primeiro eram feitas questões acerca da "trajetória pessoal" do entrevistado e demais moradores do domicílio, assim como sobre as condições de vida atuais (dando destaque para questões sobre três elementos da vida cotidiana: o trabalho, a moradia e a relação do entrevistado com o bairro). Num segundo momento (mais longo) eram colocadas questões diretamente relacionadas às práticas alimentares do entrevistado (e demais moradores da residência). O objetivo era compreender como se dá a aquisição, preparo e consumo dos alimentos dentro e fora do domicílio <sup>151</sup>. Também

<sup>151</sup> Sobre a aquisição dos alimentos, interessava-nos saber como as famílias adquirem os alimentos, se recebem cesta básica e/ou algum tipo de doação, onde os alimentos são comprados, quem é responsável pela obtenção, como escolhem e avaliam os estabelecimentos onde as compras são realizadas. A respeito do preparo, perguntávamos quem era responsável por ele, quantas vezes o fazia por dia ou semana, quanto tempo gastava com isso, se gostava ou não de cozinhar e com quem havia aprendido. Em seguida as perguntas tratavam das refeições propriamente ditas. Nesse momento, procurávamos saber quantas refeições eram feitas por dia, o que era consumido em cada refeição, que refeições eram feitas fora de casa (e neste caso se os alimentos eram comprados fora ou levados de casa), quem costumava estar junto nas refeições feitas em casa, se as refeições eram diferentes aos finais de semana.

procurávamos compreender como os entrevistados se relacionavam com a produção de alimentos, mesmo quando não havia produção significativa para consumo próprio.

Por fim, após a caracterização das práticas alimentares, as perguntas passavam para uma avaliação do próprio entrevistado a respeito de sua alimentação. Procurávamos compreender se os moradores do domicílio estavam satisfeitos com a quantidade e qualidade dos alimentos que consumiam, se ficavam preocupados com a possibilidade de faltar alimentos no fim do mês, se chegavam a pular refeições, até o ponto em que a entrevista tratava diretamente da questão da fome (seja no presente ou no passado). Em alguma medida, usávamos aqui uma estratégia semelhante à dos inquéritos que buscam medir a (in)segurança alimentar e identificar desde a existência da preocupação com a falta de alimentos até a fome; porém, por se tratar de entrevistas qualitativas, procurávamos explorar cada uma dessas questões, a fim de compreender como essas dificuldades eram vividas pelos entrevistados.

Nossa escolha por tratar das práticas alimentares no âmbito familiar ou domiciliar não é aleatória, pois, como indica Canesqui (1988, p. 212), "é por referência à família que se realiza e organiza o consumo alimentar, ainda que os seus determinantes não se esgotem neste nível". As entrevistas que havíamos realizados no mestrado já indicavam não apenas a existência de um orçamento doméstico comum, como também o fato de que geralmente há um forte vínculo entre as práticas alimentares de cada um daqueles que dividem o mesmo domicílio. Esse vínculo aparece mais claramente no momento da refeição, nas quais todos comem ao mesmo tempo e dividem um mesmo espaço, mas também pode ser percebido no momento da aquisição dos alimentos, pois as compras, mesmo quando realizadas por apenas uma pessoa, são feitas levando-se em consideração todos (ou quase todos) que dividem o domicílio.

Mesmo trazendo o âmbito familiar para o primeiro plano, é preciso ressaltar que, sempre que possível, procuramos entrevistar as mulheres responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico no interior dos domicílios. A nosso ver, isso nos permitiu uma aproximação mais fiel acerca de como as práticas alimentares se realizam nos domicílios.

No caso das cinco entrevistas realizadas no distrito do Grajaú (nos bairros Jardim Gaivotas, Cantinho do Céu e São Bernardo), contamos com a ajuda de Wanderson Luis de Paula, ex-agente comunitário de saúde da UBS do Jardim Gaivotas que nasceu e cresceu nesse bairro, e que nos ajudou a entrar em contato e agendar entrevistas com diferentes moradores do distrito. Já nas nove entrevistas realizadas no Brás, contamos com a ajuda dos

agentes comunitários de saúde da UBS do Brás (após autorização da gerente da unidade que nos apresentou às equipes)<sup>152</sup>.

É preciso destacar que quase todas as entrevistas foram realizadas na residência dos entrevistados, o que nos permitia observar um lugar privilegiado para a realização das práticas alimentares. Como anunciamos, há uma íntima relação entre as condições de moradia e a maneira como as práticas alimentares são realizadas, ou seja, entendemos que é imprescindível a consideração simultânea das condições materiais da moradia e do lugar que esta ocupa no bairro e na cidade para a compreensão das práticas alimentares.

## 4.2 A IMPOSSIBILIDADE DE PRODUZIR E A AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MERCADO

Vimos que o processo de urbanização crítica tem como um de seus fundamentos a propriedade privada da terra. Vimos também que ele se realiza, para milhões de trabalhadores que vivem em São Paulo, como "falta de espaço", a qual se revela tanto na localização como nas características da moradia. Se o espaço destinado à moradia já é exíguo em cortiços, favelas e loteamentos populares, assim como em casas e apartamentos de bairros com melhores condições de urbanização, não podemos esperar que o acesso à terra necessária para produzir alimentos integre a realidade de parte significativa da classe trabalhadora urbana. Em outras palavras, o precário acesso à propriedade privada da terra (e evidentemente aos demais meios de produção) nega a possibilidade de produção de alimentos para o consumo próprio na cidade. Desse modo, podemos afirmar que o processo de urbanização crítica tem papel significativo na reprodução de uma massa cativa de trabalhadores que, para se reproduzir, precisa invariavelmente adquirir no mercado seus meios de subsistência (entre eles os alimentos).

Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 (IBGE, 2010a) revelam que a aquisição de alimentos nas cidades brasileiras dá-se quase exclusivamente contra despesas monetárias, ou seja, "efetuadas através de pagamento, realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com utilização de cartão de crédito" (IBGE, 2010a, p. 18). A

<sup>&</sup>lt;sup>152</sup> Desta vez, diferentemente do mestrado, solicitamos aos agentes que tivéssemos ao menos meia hora para realizar as entrevistas, solicitação que foi prontamente aceita.

participação das despesas não monetárias <sup>153</sup> não ultrapassa 5% para a maior parte dos alimentos adquiridos nas cidades.

Tabela 9 - Distribuição da aquisição domiciliar *per capita* anual, por forma de aquisição, segundo os grupos de produto e situação dos domicílios – Brasil (2008-2009)

<b>9 A A</b>	Situação do domicílio			
Grupos de produtos	Urbana Forma de aquisição		Rural Forma de aquisição	
	Cereais e leguminosas	95,4%	4,6%	80,2%
Hortaliças	96,4%	3,6%	62,4%	37,7%
Frutas	96,3%	3,7%	57,2%	42,8%
Cocos, castanhas e nozes	89,3%	10,7%	57,3%	42,7%
Farinhas, féculas e massas	96,4%	3,6%	87,0%	13,0%
Panificados	97,4%	2,6%	92,6%	7,4%
Carnes	97,8%	2,2%	78,7%	21,3%
Vísceras	98,1%	1,9%	90,3%	9,9%
Pescados	92,1%	8,0%	49,0%	51,0%
Aves e ovos	97,4%	2,6%	65,3%	34,7%
Laticínios	95,3%	4,7%	39,8%	60,2%
Açúcares, doces e produtos de confeitaria	97,8%	2,2%	95,5%	4,5%
Sais e condimentos	98,0%	2,0%	97,8%	2,2%
Óleos e gorduras	97,5%	2,5%	96,9%	3,1%
Bebidas e infusões	97,1%	2,9%	95,9%	4,1%
Alimentos preparados e misturas industriais	94,9%	5,1%	88,6%	11,4%

Fonte: IBGE (2010a, p. 42). Elaborado pelo autor

A análise dos dados trazidos pela POF 2008-2009 (IBGE, 2010a, p. 42) revela que, no campo, a participação da aquisição não monetária de alimentos tende a ser mais elevada que na cidade; no entanto, mesmo aí as despesas monetárias tendem a ser maiores, o que revela a generalização da mercantilização da produção de alimentos em nossa sociedade<sup>154</sup>.

Nesse sentido, nosso esforço será o de explorar como o processo de periferização pode ser lido não apenas nas questões relativas à moradia, mas também na maneira pela qual se

<sup>&</sup>lt;sup>153</sup> Classificadas pelo IBGE como "aquelas efetuadas sem pagamento monetário, ou seja, aquisição obtida através de doação, retirada do negócio, troca, produção própria, pescado, caçado e coletado" (IBGE, 2010a, p. 18).

<sup>&</sup>lt;sup>154</sup> Foge dos objetivos desta pesquisa analisar mais detalhadamente como isso ocorre no campo, mas é interessante notar que, para alguns grupos de produtos (panificados; açúcares, doces e produtos de confeitaria; sais e condimentos; óleos e gorduras; bebidas e infusões; alimentos preparados e misturas industriais), a proporção entre as formas de aquisição são muito semelhantes no campo e na cidade. No entanto, enquanto na cidade as despesas não monetárias ficam próximas de 5% para a maior parte dos grupos de produtos, o mesmo não ocorre para todos os grupos de produto no campo.

realiza o abastecimento alimentar da cidade de São Paulo, com repercussões diretas nas práticas alimentares da classe trabalhadora. Historicamente os arredores de São Paulo tiveram grande importância para o abastecimento alimentar da cidade, como revela a análise que Langenbuch (1971) realiza da produção agropecuária da província de São Paulo em 1836<sup>155</sup>. Segundo o autor, em meados do século XIX "A produção agrícola era bastante variada nos arredores de São Paulo, mas não se distinguia quer por sua quantidade, quer por sua qualidade, apresentando, em ambos os sentidos, uma posição modesta com relação às outras áreas da província" (LANGENBUCH, 1971, p. 16)<sup>156</sup>. Nessas áreas, a produção de café e açúcar para exportação era bastante "modesta", prevalecendo a produção para o "autoconsumo" dos produtores ou voltada para o abastecimento da cidade de São Paulo (LANGENBUCH, 1971, p. 22-23). Para Langenbuch (1971, p. 113), a importância das atividades agrícolas (assim como das atividades de extrativismo mineral e vegetal) realizadas nos arredores de São Paulo aumentou à medida que a cidade se industrializou e sua população cresceu, ampliando assim a demanda por alimentos.

Durante muito tempo, em São Paulo, a abertura de loteamentos periféricos não impediu a coexistência de chácaras e áreas urbanizadas em mais de um bairro da capital. Vimos que esse foi o caso do Brás e, de acordo com Langenbuch (1971, p. 118), até a década de 1920 houve a "instalação de chacareiros portugueses em áreas que estavam sendo difusamente ocupadas pela expansão urbana, tais como Água Branca, Vila Pompeia, Lapa, Tatuapé, Penha, Itaim-Bibi, Santana, Casa Verde etc.". Nessas chácaras eram produzidos legumes e verduras e, segundo o autor, "resquícios desta ocupação agrícola subsistem ainda, atualmente [1971] em alguns fundos de vale encravados em plena cidade e em glebas ainda não ocupadas por um uso urbano do solo à espera de melhores oportunidades especulativas" (LANGENBUCH, 1971, p. 118). De acordo com Oliveira (2004), na década de 1950 ainda havia o que muitos chamavam de "Cinturão Verde" o qual coexistiam uma "ocupação residencial já como expansão da metrópole" e áreas voltadas à "produção agropecuária para

<sup>&</sup>lt;sup>155</sup> Segundo Langenbuch (1971, p. 17), ele utiliza o Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo, feito por Daniel Pedro Müller, "provavelmente ao ano de 1836".

Acerca dessa produção agropecuária no fim do século XIX cabe destacar que Langenbuch (1971, p. 23) identifica em mais de um autor a importância dada a Santo Amaro (então município independente) o que lhe fez receber o título de "celeiro da capital".

<sup>&</sup>lt;sup>157</sup> "De fato, ele nunca se constituiu em um efetivo cinturão, ao contrário, eram manchas de produção agropecuária entre reservas florestais, áreas de silvicultura e áreas residenciais". (OLIVEIRA, 2004, p. 129)

abastecimento metropolitano" (OLIVEIRA, 2004, p. 129), e onde ainda havia uma presença marcante dos caipiras<sup>158</sup>.

Foi sobre esse subúrbio residencial e agrícola que se desenvolveu o processo de periferização, empurrando para cada vez mais longe daqueles que habitam a cidade a produção agropecuária. É verdade que, como alertava Penteado (1958), a produção dessa área já não era suficiente para o abastecimento de São Paulo. Azevedo (1958, p. 21) reforça essa constatação quando trata do desafio que representava o abastecimento alimentar de "três milhões de paulistanos", indicando que

nem sempre o consumidor paulistano tem presente, no espírito, que o Planalto Paulistano é pobre, vindo de longe, às vezes de muito longe, os produtos alimentares que lhe são vitais: de todo o interior do Estado, de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, da própria Argentina.

Como vimos na seção 3, a expansão da área urbanizada a partir da década de 1950 continuou ocorrendo em todos os sentidos, empurrando as áreas de produção de alimentos para locais cada vez mais distantes do centro<sup>159</sup>. Foram poucas as áreas rurais do município que não passaram por esse processo, e assim "Parelheiros e Marsilac constituem-se atualmente nas duas únicas áreas onde a atividade hortícola e de produção de flores resistem" (OLIVEIRA, 2004, p. 150).

Esse processo, que leva para áreas cada vez mais distantes a produção agropecuária, está diretamente relacionado com a valorização das propriedades urbanas, que torna economicamente inviável a produção de alimentos dentro ou mesmo nos arredores mais próximos da cidade (que, conforme vimos, também serviram historicamente como local de moradia). Assim, a produção urbana de alimentos torna-se residual dentro da cidade: ela pode até existir em terrenos que aguardam uma valorização futura ou em áreas onde o loteamento para a construção de moradias mostra-se inviável (embaixo das linhas de transmissão de

159 "Em direção à zona leste, as chácaras produtoras de frutas de Itaquera e Guaianases deram lugar aos maiores conjuntos habitacionais na cidade. A produção hortifrutícola foi empurrada para além de Mogi das Cruzes, alcançando Biritiba Mirim e Salesópolis" (OLIVEIRA, 2004, p. 150). Já no sentido oeste, "A pressão sobre a terra exercida pela expansão metropolitana levou a produção hortifrutigranjeira para mais distante da metrópole: Ibiúna, Piedade, São Miguel Arcangelo, Guapiara, etc. [todas para além de Cotia]. Levou mesmo esta produção para o interior do estado e para os estados vizinhos" (OLIVEIRA, 2004, p. 153).

1.

<sup>&</sup>lt;sup>158</sup> De acordo com Langenbuch (1971, p. 69), em meados do século XIX o cinturão caipira "se estende externamente ao 'cinturão de chácaras'". Segundo esse mesmo autor, "O 'cinturão caipira', que se seguia ao das chácaras, se caracterizava pela cultura de subsistência e pela produção agrícola extrativa (lenha, madeira, pedras de cantaria e produtos cerâmicos) e artesanal (objetos de barro) destinados ao abastecimento de São Paulo" (LANGENBUCH, 1971, p. 76).

energia, por exemplo), mas não é possível pensar que, sob o domínio da propriedade privada da terra, essa produção continuasse se realizando nas áreas urbanizadas.

O processo de periferização e metropolização também foi responsável por transformações significativas na maneira como as pessoas adquirem os alimentos na cidade. Até o fim do século XIX e início do século XX, o centro concentrava "uma série de pequenas quitandas e mercadinhos que vendiam verduras, legumes e frutas produzidos nas chácaras localizadas nas imediações do Vale do Anhangabaú" (OLIVEIRA, 2004, p. 126)<sup>160</sup>. Já nesse período, com o crescimento da cidade, surge a necessidade de encontrar novas formas de comercialização dos alimentos, que pudessem revender volumes cada vez maiores. Segundo Monteleone (2008, p. 59),

Em 1873, destacava-se como uma das necessidades mais urgentes da cidade uma praça para verduras, na travessa do Palácio. Na época da Proclamação da República foi construído o mercadinho de São João, edificado em ferro batido numa área inóspita, a Baixada do Acu, e que vendia frutas e verduras. Em 1897 foi construído um edifício quadrangular no largo da Concórdia, tendo no centro um pátio com chafariz e ladeado por duas galerias interiores, quatro portas de entrada e quarenta e oito janelas. O antigo edifício na praça do mercado, na rua 25 de Março, com seu vasto telheiro de zinco foi demolido em 1907 para se construir o Mercado Novo.

A construção do Mercado Novo (ou Mercado Municipal da Cantareira), inaugurado em 1933 às margens do rio Tamanduateí, onde antes se localizava o "Mercado dos Caipiras", faz parte desse processo que buscava centralizar a comercialização de alimentos da cidade em um grande mercado central (OLIVEIRA, 2004, p. 127). É assim que essa área do centro da cidade vai se transformar na

primeira área voltada para o abastecimento alimentar da cidade. O entreposto da Cantareira e o Mercado Central concentravam o comércio atacadista e varejista de frutas, legumes, verduras, pescado, aves e suínos. A área da 25 de Março, próximo à Avenida Rangel Pestana, teve comércio de aves e pequenos animais vivos até o final dos anos 1960. Isto para não citar os boxes que os comercializam até hoje em dia no Entreposto da Cantareira. Lá vendem-se galinhas, galinhas d'Angola, patos e cabritos vivos. [...] Do outro lado do Tamanduateí está a região cerealista da Rua Santa Rosa. (OLIVEIRA, 2004, p. 125)

Bueno, era uma espécie de mercado sedentário de muita originalidade, formado por uma aglomeração de pretas sentadas a um lado da rua, cada qual com seu tabuleiro, vendendo variedade de doces, e biscoitos, amendoim torrado, pinhão cozido e outras gulodices. Apreciadas pela arraia miúda, que naquele tempo, com uma moeda de cinco réis, podia comer de qualquer delas". (MONTELEONE, 2008, p. 54)

160 "A briga pelos melhores pontos era uma constante. E desta maneira o comércio de quitandas dos sobrados de

cozinha, com pães-de-ló, broinhas, biscoitos, curaus e pamonhas, somava-se ao de subsistência e coleta — pinhões assados, capim, lenha, jabuticabas, goiabas, formigas (içás), ervas frescas e até cinzas (para fazer sabão) — e também ao do pequeno comerciante, com milho, arroz, feijão, um pouco de açúcar não refinado, toucinho ou leitões, cabras para o leite. A legislação do período [fim do século XIX], isto é, as atas da câmara, citam vendedoras de garapa, aluá, saúvas frescas e peixes. A quitanda, segundo Francisco de Assis Vieira Bueno, era uma espécie de mercado sedentário de muita originalidade, formado por uma aglomeração de pretas

Porém, como o crescimento da cidade continua intenso, em menos de 30 anos o Mercado Municipal (e a área comercial que o cerca) já era insuficiente para concentrar o comércio atacadista de alimentos na cidade. Assim, na década de 1960 começaram as obras para a construção de um novo entreposto atacadista em São Paulo, que foi "inaugurado às pressas em 1966, quando uma enchente inundou a região dos mercados Central e o da Cantareira" (OLIVEIRA, 2004, p. 155)<sup>161</sup>.

Se no comércio atacadista houve a necessidade de deslocar as atividades para outra área da cidade, no que concerne ao comércio varejista observa-se a necessidade de descentralização, pois mesmo com a inauguração do Mercado Municipal a cidade de São Paulo dependia de outras formas de abastecimento. Com o crescimento da cidade, são necessários mais estabelecimentos para atender a demanda por alimentos, assim como o aumento da distância das residências em relação ao centro da cidade implica a necessidade de se instalarem estabelecimentos comerciais nas novas áreas ocupadas. Ao analisar os desafios relacionados ao abastecimento alimentar na década de 1950, Azevedo (1958) nos dá uma ideia desse processo. Ele afirmava, com certo orgulho, que

O Mercado Municipal pode ser considerado, sem nenhuma dúvida, o mais rico do país e um dos mais variados do mundo. Juntamente com ele, "feiras-livres" espalhadas pela cidade, armazéns, empórios, mercearias, açougues, padarias, confeitarias, cooperativas leiteiras, etc., atendem às necessidades da vultosa freguesia. (AZEVEDO, 1958, p. 21)

Infelizmente, não encontramos trabalhos que explicitem com maior profundidade a distribuição desses equipamentos e como eles atendiam às necessidades da população nos diferentes bairros da cidade. Essa é uma relação que será problematizada quando tratarmos das práticas alimentares no Brás e no Grajaú nos dias de hoje, mas não é difícil imaginar que, assim como os demais serviços urbanos (públicos ou privados), a rede de abastecimento não se distribuía de maneira homogênea pela cidade. As considerações de Oliveira (2004, p. 127-128) acerca das feiras livres em São Paulo parecem ir nesse sentido, pois, de acordo com registros históricos, a primeira feira livre oficial da cidade foi realizada em 1918, mas foi

<sup>:1</sup> 

Trata-se do Centro Estadual de Abastecimento S.A. (Ceasa), atual Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), situado na Vila Leopoldina, zona Oeste da cidade. A construção desse entreposto não significou o fim das operações no Mercado Municipal, pois, como alerta Oliveira (2004, p. 154), este "possui mais de 300 boxes de venda, continua operando no atacado e no varejo [...], comercializa 350 toneladas de alimentos por dia [e] recebe uma média diária de 14 mil visitantes". A diferença é que na Ceagesp, segundo esse mesmo autor, são comercializadas mas de 10 mil toneladas de alimentos por dia, em uma área de aproximadamente 700 mil m², o que faz dessa companhia o "centro formador de preços do setor hortifrutigranjeiro do país" (OLIVEIRA, 2004, p. 156).

"apenas em 1948, [que] a Prefeitura do Município de São Paulo determinou que cada bairro realizasse pelo menos uma feira livre por semana". Essa constatação é importante, pois, no momento em que as feiras livres eram "o principal equipamento de abastecimento alimentar da cidade" (OLIVEIRA, 2004, p. 128), elas ainda não eram realizadas em todos os bairros.

É interessante notar também que, entre os equipamentos relacionados ao abastecimento alimentar levantados por Azevedo (1958), não se encontram os mercados ou supermercados, que atualmente são o principal local de aquisição de alimentos na cidade. Segundo Oliveira (2004, p. 128), foi somente em 1947 que

teve início o funcionamento da primeira loja dotada do sistema de autosserviço pertencente ao Frigorífico Wilson. Era o início de uma verdadeira revolução que o comércio começava a conhecer. [...] Em 1953, foram abertos em São Paulo, os primeiros supermercados no país, o Americano e o Sirva-se. E, um ano depois (1954), o primeiro supermercado Peg-Pag.

O surgimento e difusão dos mercados e redes de supermercados atendiam à necessidade de descentralização espacial do comércio varejista pela cidade, mas representou ao mesmo tempo um processo de concentração dos canais de distribuição. Nesse processo, pequenos comerciantes enfrentaram dificuldades para concorrer com as grandes redes de supermercado, o que não significou seu completo desaparecimento, afinal outras formas de comercialização – como as feiras, açougues e mesmo pequenas vendas e mercadinhos – até hoje existem em grande número pela cidade 162.

Isso nos obriga a orientar a análise não para o modo como os citadinos produzem os alimentos que consomem, mas para como se relacionam com essa produção. Historicamente, a divisão do trabalho entre campo e cidade 163 fez com que os habitantes desta dependessem da produção daquele para se alimentar. Tal processo, no entanto, não se realizou de uma hora para outra em todos os espaços, sendo possível imaginar que em outros momentos históricos houve uma maior produção de alimentos para consumo próprio nas cidades, mesmo que a maior parte dos alimentos aí consumidos tivesse de ser adquirida por meio da troca. No

.

Analisando esse processo na cidade do Rio de Janeiro (que certamente guarda semelhanças com o que ocorreu em São Paulo) durante a década de 1960, Becker (1966, p. 55) afirma que "A distribuição das novas e velhas formas de varejo na cidade, bem como seu comportamento, efetua-se nas diferentes áreas da cidade, principalmente de acordo com o conteúdo socioeconômico da população e também com sua densidade". Segundo essa autora, na zona Sul e na Tijuca, onde o poder aquisitivo era maior, predominavam já na década de 1960 as novas formas de varejo, enquanto na zona Norte ainda eram mais frequentes as pequenas unidades varejistas que permitiam o pagamento a crédito no fim do mês.

<sup>&</sup>lt;sup>163</sup> "A divisão do trabalho no interior de uma nação gera, antes de mais nada, a separação entre trabalho industrial e comercial, de um lado, e trabalho agrícola, de outro; e, com isso, a separação entre cidade e campo e a oposição de seus interesses. Seu desenvolvimento posterior leva à separação do trabalho comercial e do trabalho industrial." (MARX; ENGELS, 2001, p. 12)

entanto, para os habitantes das cidades, a aquisição pela troca nem sempre significou a perda da possibilidade de se apropriar dos alimentos que consumiam<sup>164</sup>. Foi a separação que nas sociedades capitalistas caracteriza a relação do trabalhador com os produtos de seu trabalho (entre eles os alimentos), que colocou esse problema. Para Debord (1997, p. 22),

Com a separação generalizada do trabalhador e do seu produto perde-se todo o ponto de vista unitário sobre a atividade realizada, toda a comunicação pessoal direta entre os produtores. Na senda do progresso da acumulação dos produtos separados, e da concentração do processo produtivo, a unidade e a comunicação tornam-se o atributo exclusivo da direção do sistema. O êxito do sistema económico da separação é a proletarização do mundo.

Analisando a história da cidade, Mumford (2008, p. 492) também identifica esse processo, ao tratar da enorme diferença entre o que um dia foi a "praça do mercado" da cidade medieval e o "abstrato mercado transnacional que florescia em toda parte onde se pudesse fazer um negócio lucrativo". Para ele, na praça do mercado,

produtos concretos mudavam de mão, entre compradores e vendedores visíveis, que aceitavam as mesmas normas morais e se encontravam mais ou menos no mesmo nível: ali, a segurança, a equidade, a estabilidade, eram mais importantes que o lucro, e as relações pessoais assim estabelecidas podiam continuar através de toda uma existência, ou mesmo, através de gerações. No mercado abstrato, pessoas que jamais podiam se ver entregavam-se a transações monetárias para as quais os próprios produtos serviam, antes, como contadores: a finalidade de tais transações era o lucro e a acumulação de mais capital, a ser entregue a novas empresas de cada vez maior magnitude. (MUMFORD, 2008, p. 492)

Vimos na seção 2 desta tese como uma forma determinada de produção determina formas determinadas de distribuição, troca e consumo. Assim, partindo da crítica da separação (alienação) na produção, caracterizada pelo trabalho abstrato, chegamos à crítica do consumo (alienado) "no mercado abstrato". Em sua análise das transformações que extinguiram a "praça do mercado", Mumford (2008) revela, portanto, como o desenvolvimento das relações sociais capitalistas foi (e ainda é) ao mesmo tempo um processo de transformação das cidades.

Damiani (2008a, p. 192) revela como esse processo redefine a vida cotidiana, pois nas cidades, que "concentram as separações recrudescedoras da modernização capitalista e mercantil [...], a segmentação das práticas cotidianas, separando tempos e espaços da vida social, funcionaliza e esvazia o viver". Sendo assim, é necessário analisarmos não apenas a alienação da classe trabalhadora quanto aos alimentos (na condição de produtos), mas também

Não queremos com isso afirmar que a apropriação dos alimentos tenha sido generalizada entre os habitantes das cidades, nem negar a existência de diferenças sociais relacionadas à alimentação antes do desenvolvimento das relações sociais capitalistas.

a alienação das práticas relacionadas à alimentação. Em outras palavras, a crítica não pode ficar restrita à reivindicação por mais e/ou melhores alimentos; ela deve apontar a impossibilidade de apropriação tanto dos alimentos como das relações sociais implicadas na alimentação. É o que Lefebvre (2008b, p. 156, tradução nossa) aponta, quando afirma que,

De acordo com o marxismo, a relação entre o homem e o objeto não é o mesmo que a relação de posse. É incomparavelmente mais ampla. O que importa não é que eu tenha a posse (seja ela capitalista ou igualitária) do objeto, mas que eu possa aproveitá-lo no significado humano, total da palavra; que eu possa ter a mais complexa, a "mais rica" relação de alegria e felicidade com o objeto – que pode ser uma coisa ou um ser vivo ou um ser humano ou uma realidade social. Além do mais, é por meio desse objeto, dentro, nele e através dele, que eu entro numa rede complexa de relações humanas.

A compreensão de que a separação entre o trabalhador e seu produto representa ao mesmo tempo sua alienação em relação à própria atividade produtiva leva-nos a considerar que, assim como o trabalhador deixa de reconhecer-se nos produtos do seu trabalho, também não reconhece mais como esses produtos são produzidos. Em se tratando dos alimentos, esse processo é responsável pela dificuldade (e em alguns casos até mesmo impossibilidade) de identificarmos como os alimentos são produzidos, reconhecermos suas qualidades, identificarmos do que são feitos. Assim, os alimentos não se apresentam mais, tomando as palavras de Mumford (2008), como "produtos concretos".

Fischler (1988, p. 279, tradução nossa), que interpreta a alimentação pelo princípio da incorporação, entende que "incorporar alimentos é, em termos reais e imaginários, incorporar todas ou algumas de suas propriedades", e assim, em mais de um sentido, "nós nos tornamos o que comemos". Esse princípio faz com que a ação aparentemente banal de ingerir alimentos seja carregada de consequências<sup>165</sup>. Os alimentos que ingerimos atravessam a fronteira que separa o "eu" do mundo, e passam a fazer parte de nosso corpo, impondo-nos a "necessidade vital de identificar os alimentos, [...] tanto no sentido literal como figurativo" (FISCHLER, 1988, p. 282).

Para esse autor, a "expansão da produção agroindustrial e industrializada dos alimentos" teria atuado no sentido de transformar o "comedor moderno" em "mero consumidor", agravando a separação entre este e a produção de alimentos, e levando uma parte crescente da população a consumir alimentos cuja "produção, história e origens" ela desconhece (FISCHLER, 1988, p. 289, tradução nossa). Ele chama atenção para o fato de que

Para Fischler (1988, p. 281), o ato de incorporação implica não apenas um risco (um alimento pode nos contaminar, pode nos transformar insidiosamente desde dentro), mas também a chance e a esperança de por meio dele se tornar o que se deseja ser.

a "comida moderna é cada vez menos identificável por sua consistência, sabor, cheiro e textura" e que a tecnologia "está se tornando cada vez mais poderosa, no sentido de que agora usa mais e mais processos sofisticados tendendo a mascarar, imitar e transformar produtos 'naturais' ou 'tradicionais'" (FISCHLER, 1988, p. 289, tradução nossa). Assim, para Fischler (1988, p. 289), "nós sabemos cada vez menos o que estamos comendo", o que resulta numa crescente ansiedade, incerteza e insegurança quanto aos alimentos disponíveis para o consumo.

Para Poulain (2004), esses sentimentos exacerbam-se quando somos expostos a casos de contaminação dos alimentos, como o do "mal da vaca louca" 166, pois eles revelariam dramaticamente como não sabemos e não temos controle sobre o que estamos comendo. Analisando a realidade europeia (em especial da França e Inglaterra), o autor indica que a geração de maio de 68 opôs-se à "farsa industrial" da Revolução Verde, mas, no sentido inverso, nos anos 1980 o marketing teria conseguido esconder "a tecnologia agressiva" da agroindústria e tranquilizado os consumidores, anunciando os produtos como "verdadeiros alimentos" (POULAIN, 2004). Ele acrescenta ainda que essa confiança só foi abalada quando, aos poucos, os consumidores tomaram consciência de que os produtos industrializados são muito diferentes daquilo que é apresentado nas embalagens, o que deu início a uma era de desconfiança, a qual é exacerbada pela "erosão da dietética leiga" (POULAIN, 2004, p. 109) promovida pela medicalização da alimentação e pelo discurso nutricional científico. Nesse contexto, a questão da segurança dos alimentos (food safety) ganha centralidade, porém a dietética moderna atravessada por correntes teóricas divergentes deixou o comedor em estado de incredulidade, e assim casos como o da "vaca louca" causam uma "crise de confiança nos valores da ciência" (POULAIN, 2004, p. 109).

A separação entre os trabalhadores e o alimento e sua produção é, portanto, um dos aspectos da crise alimentar na qual estamos inseridos. Em mais de uma de nossas entrevistas, foi possível identificar o desconhecimento ou desconforto quanto à origem dos alimentos consumidos pelos entrevistados (em especial entre aqueles que em algum momento viveram no campo ou em cidades menores e, por essa razão, já tiveram um contato mais próximo com sua produção).

Doença neurodegenerativa (encefalopatia espongiforme bovina) que afeta o gado bovino e que é transmissível aos seres humanos.

Maria do Socorro<sup>167</sup> – uma de nossas entrevistadas, nascida no interior do Ceará –, quando perguntada se a comida em São Paulo era diferente daquela que consumia em sua terra natal, afirmou: "Lá é Nordeste e aqui é São Paulo. O tempero é diferente. O gosto, né? Não sei se é porque as coisas aqui vêm de longe". Sua fala revela que ela identifica uma diferença não apenas nos ingredientes e modo de preparo dos alimentos ("o tempero"), mas também em sua procedência, ou mais especificamente na distância das áreas que produzem alimentos. Sobre essa mesma questão, outra entrevistada, Dona Judite<sup>168</sup>, nascida no interior da Bahia, afirmou:

> Não, é diferente. É muito diferente. Imagina. [...] Por exemplo, porco é matado na hora. Lá no quintal já mata aquele porquinho preto, que tem gosto de carne. Porque você compra carne de porco aqui e não tem sabor de nada. Tanto faz você comer carne de porco aqui como peito de frango que é a mesma coisa. Não é verdade? [...] A carne de porco lá, quando você está fritando, você passa na rua e sente que o cheiro é outro. [...] Eu tinha um cunhado mesmo que era açougueiro. A gente ia ver ele matar o boi e tudo. [...] O meu pai tinha uma usina de farinha. Então a gente pegava a farinha quente e torrada naquele momento, sabe? [...] Então era uma coisa diferente. O tomate era uma coisa tirada na hora. [...] Aqui tem hora que você come o tomate e não sente sabor de nada. [...] Tem uns tomates que você está comendo e não sente o gosto de nadinha. E lá não.

Vê-se claramente que a relação de Dona Judite com a produção de alimentos era bastante diferente: o cunhado açougueiro e a usina de farinha do pai revelam uma proximidade não apenas com o lugar onde os alimentos são plantados e os animais criados, mas com outros momentos do processo de produção, aquisição e preparo dos alimentos. Para ela, que é moradora do Jardim Gaivotas, nem nas "casas do norte" (como são popularmente chamados os estabelecimentos que vendem produtos típicos da região Nordeste) é possível encontrar alimentos de qualidade (sabor, cheiro) semelhante.

Essa mesma entrevistada, em outro momento, indica a existência de uma forma de comércio no bairro que ainda guarda essa relação de proximidade com a produção: a venda porta a porta. Ela explica, referindo-se ao requeijão 169, que há "uma pessoa que vem de Minas

<sup>167</sup> Maria do Socorro nasceu no interior do Ceará (Pena Forte) e tem 37 anos. Veio para São Paulo quando tinha 29 anos com o marido e, segundo ela, foi se "adaptando aos poucos", pois "No começo eu achei meio estranho". Mesmo morando em um cortiço na avenida do Estado com o marido e o filho pequeno, diz não ter vontade de voltar para o Ceará, onde começou a trabalhar aos 11 anos de idade para ajudar a família.

<sup>&</sup>lt;sup>168</sup> Dona Judite nasceu no interior da Bahia (Carana) em 1953 e sua história de vida revela uma mobilidade intensa entre São Paulo e sua terra natal. Veio para São Paulo pela primeira vez em 1963 ou 1964 com os pais, mas em seguida retornou para a Bahia. Depois de se casar retornou para São Paulo no início da década de 1970. Após o fim do casamento (não ficou claro exatamente quando) muda-se novamente para a Bahia, mas resolveu retornar para São Paulo em 2001, agora no Jardim Gaivotas, por que queria ficar perto dos filhos que resolveram voltar para São Paulo. Hoje vive com uma das netas e mesmo sendo aposentada costura para complementar o orçamento doméstico.

<sup>&</sup>lt;sup>169</sup> Queijo consumido em vários estados da região Nordeste.

e traz. Ele já vem direto aqui. Já sabe que eu gosto". Dessa mesma pessoa ela comprava também uma "linguiça de carne de porco caseira, apimentada, que é muito boa". Além disso, "vinha uma pessoa lá do norte e trazia um doce" que ela adorava. Parece claro, portanto, que essa referência acerca da procedência dos alimentos é importante, seja uma referência ao lugar onde ele foi produzido ("norte", "Minas") ou à maneira como foi produzido ("caseira")<sup>170</sup>.

Desse modo, é importante considerar que para parte significativa da classe trabalhadora a migração aparece como fenômeno que transforma as práticas alimentares. Essa relação ficou ainda mais evidente quando entrevistamos bolivianos que trabalham e vivem no Brás. É o que revela Mário<sup>171</sup>, um de nossos entrevistados, ao dizer que "os alimentos aqui são diferentes" e "não se come feijão na Bolívia". No momento em que conversávamos sobre isso, sua esposa, que observava de longe a entrevista, aproximou-se e disse que "na Bolívia costumava comer trigo e quinoa", e que aqui não se encontram esses alimentos.

No entanto, é necessário explicitar duas armadilhas que a crítica à indústria agroalimentar deve evitar. Primeiramente, é preciso desconstruir uma análise que responsabiliza e culpabiliza o consumidor pela situação em que se encontra, pois, se como Fischler (1988, p. 280, tradução nossa) afirma, a "Incorporação também é a base da identidade coletiva e, pelo mesmo motivo, da alteridade", não é de se estranhar que, para muitos, o consumo de alimentos caracterizados como "industrializados" seja também uma forma de se identificar com a sociedade na qual estão inseridos. É o que revela Fitchen (1997),

Essa modalidade de comércio, é preciso destacar, foi a forma predominante de se adquirir alimentos na cidade de São Paulo até o século XIX, conforme indica Monteleone (2008, p. 53): "A princípio, e por muito tempo, eram os vendedores de alimentos que batiam nas portas das casas das pessoas. Oferecia-se de tudo, de ovos a leitões, de sabão a cadeiras empalhadas, passando por batatas cozidas, amendoim torrado, cuscuz de camarão. Grande parte deste comércio informal era feito por negros, escravos de ganho, que trabalhavam numa condição diferente da escravidão rural".

Mário é de La Paz (Bolívia), tem 24 anos e está há 3 anos em São Paulo. Disse ter migrado por conta da falta de emprego em sua terra natal. Segundo ele chega a trabalhar das 7h até as 23h fazendo pausas apenas para comer. Vive com a mulher e o filho (que tinha menos de 1 ano de idade) em um apartamento pequeno que é ao mesmo tempo uma oficina de costura onde havia outra pessoa trabalhando no momento da entrevista. Chegamos até ele porque sua irmã (que vive em outro apartamento no mesmo edifício) não conseguia entender as instruções da agente comunitária de saúde e ele parecia dominar melhor o idioma que os demais membros da família. Essa foi a entrevista mais curta que fizemos, talvez pelo fato de o próprio Mário ter dificuldades com o idioma.

A classificação dos alimentos como industrializados nem sempre é simples ou evidente. Aqui, como Fischler (1988), estamos nos referindo a alimentos que são claramente produzidos e/ou preparados industrialmente, mas é preciso considerar que mesmo cereais, leguminosas, hortaliças e frutas são de alguma forma produzidos assim. O uso de fertilizantes e agrotóxicos, bem como de maquinaria em diversos estágios da produção traz dificuldades para a classificação do que seriam alimentos industrializados ou não. Atualmente, pode-se dizer que até mesmo os alimentos "orgânicos" (definição problemática, uma vez que os alimentos industrializados em tese também o são) passam por processos industriais de produção, armazenamento e comercialização.

quando trata das "preferências alimentares contemporâneas" nos Estados Unidos. Para essa autora,

Como em qualquer sociedade, nos EUA, as definições dos alimentos aceitáveis e preferíveis são largamente culturais. Preferências alimentares contemporâneas que vão em direção aos *finger foods*, *fun foods*, *snack foods*, e comidas rápidas e convenientes expressam os valores culturais básicos dos americanos. Pessoas pobres expressam seu pertencimento à sociedade e aderência aos valores dominantes por meio de várias das mesmas escolhas alimentares que caracterizam o resto da população. E assim, eles também desejam e adquirem alimentos com essas características. Como a maioria dos outros americanos, os pobres querem exercer sua "liberdade de escolha" quanto aos alimentos. (Essa é uma razão pela qual os vales alimentação para compras em mercados são em geral preferidos em detrimento das mercadorias.) Exercendo essa liberdade, os pobres escolhem não apenas em função do preço, mas também pela vontade e, assim, geralmente compram alimentos muito propagandeados, alimentos que contêm um *status*, "vistos na televisão". (FITCHEN, 1997, p. 394, tradução nossa)

O consumo de alimentos industrializados, portanto, não é realizado apenas por uma classe social específica ou por alguns indivíduos, mas pelo conjunto da sociedade estadunidense, o que nos obriga a compreender esse consumo também como uma tentativa de "pertencimento à sociedade e aderência aos valores dominantes" (FITCHEN, 1997, p. 394, tradução nossa). Dados da POF 2008-2009 (IBGE, 2010a) permitem-nos afirmar que, no Brasil, a situação é muito parecida, pois o consumo de alimentos preparados e misturas industriais <sup>173</sup>, assim como dos refrigerantes de cola, cresce em função das classes de rendimento. Logo, é possível imaginar que o consumo de alimentos industrializados configura-se, também aqui, como uma das formas de, por meio da alimentação, sentir-se parte da sociedade.

<sup>&</sup>lt;sup>173</sup> Esse grupo inclui alimentos (congelados ou não) como batata frita, carne assada, frango assado ou defumado, frango empanado, massa, refeição, salgadinho, sanduíche, mistura para bolos e outros. Evidentemente, não estão incluídos aí todos os alimentos industrializados, mas mesmo outros alimentos como refrigerantes, iogurtes e biscoitos apresentam dados semelhantes.

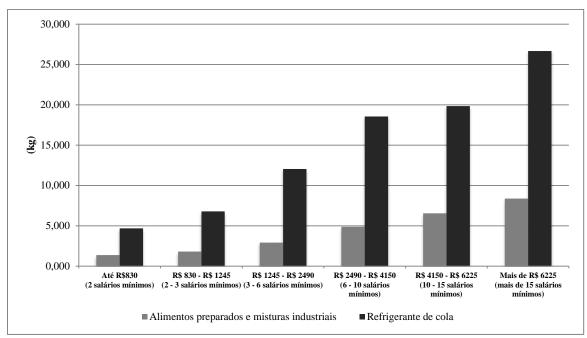


Gráfico 4 - Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual de alimentos preparados/misturas industriais (kg) e refrigerante de cola, por classe de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar — Brasil (2008-2009)

Fonte: IBGE (2010a, p. 42, 61). Elaborado pelo autor.

Nosso objetivo aqui não é fornecer uma resposta simples para o consumo de alimentos industrializados em nossa sociedade, mas explicitar a carga moral que muitas vezes se esconde por trás da avaliação da alimentação. A nosso ver, em vez de contribuir para que se compreenda a generalização do consumo alienado dos alimentos (e não apenas deles) em nossa sociedade, esse tipo de crítica aos hábitos alimentares tende a "vitimizar" ou "culpabilizar" a classe trabalhadora (em especial sua parcela mais empobrecida).

Em nossas entrevistas, diferentes alimentos industrializados – como biscoitos, salgadinhos, sucrilhos, iogurte, miojo, lasanha congelada, refrigerante etc. – também foram citados como parte dos alimentos consumidos nos domicílios. Em muitos casos, a aquisição desses alimentos parecia estar ligada ao desejo das crianças, o que indica que a "criação do consumidor" inicia-se cedo em nossa sociedade. Maria do Socorro, quando perguntada sobre o que costumava adquirir no mercado, afirmou: "Do mercado vêm as besteiras dele [referindo-se ao filho], danone". Nesse momento o filho dela, que acompanhava a entrevista e tinha aproximadamente cinco anos, interrompeu para perguntar: "O Dia mãe?" A mãe respondeu que sim, e complementou dizendo: "Ele gosta de ir ao mercado para pegar as coisas que gosta [...] essas besteiras de criança. Cheetos, aquele salgadinho." Outra entrevistada, Rose, a agente de saúde apresentada mais acima, também se referindo às

<sup>174</sup> O filho referia-se ao mercado da rede Dia, situado na rua São Caetano, onde a mãe costumava fazer compras.

compras que faz no mercado, afirmou: "Mês passado eu fui ao mercado e comprei bolacha e essas coisas para as crianças. Aí entra bolacha, miojo, essas besteiradas todas que criança adora".

Como anunciamos em nossa seção 2, para Marx (2008, p. 248) a produção não cria apenas produtos, ela cria a necessidade por esses produtos, um modo de consumi-los, ou seja, ela cria os próprios consumidores. Nesse sentido, compartilhamos com Fitchen (1997, p. 396, tradução nossa) o intuito de nos contrapor ao que ela identifica como uma tentativa de imposição de um modelo de alimentação para os pobres que, "Por terem pouco dinheiro, [...] devem comer racionalmente sobre uma base de custo/benefício, na qual os custos são medidos apenas em dólares e os benefícios apenas em termos nutricionais". Esse modelo de alimentação, que também pode ser identificado nos discursos (acadêmicos ou não) acerca da alimentação no Brasil, tem como fundamento a ideia de que os pobres devem comer o básico e não comprometer seus poucos recursos com alimentos mais caros (o que vale para alimentos industrializados ou não). Além disso, esse discurso associa alguns problemas de saúde da população mais pobre (atualmente a obesidade, mas antes a desnutrição) com uma presumida incapacidade sua para escolher os alimentos, o que nos faz lembrar da atuação dos higienistas no sentido de "educar" a classe trabalhadora ou mesmo impor-lhe hábitos alimentares mais saudáveis<sup>175</sup>. Para Fitchen (1997, p. 396, tradução nossa),

Essas atitudes comuns em relação à pobreza e ao que os pobres devem comer revelam a completa falta de preocupação com os aspectos culturais da alimentação. E têm importantes consequências, pois acabam modelando a resposta que o governo dá à fome e à desnutrição.

A segunda armadilha que identificamos em parte das críticas direcionadas à indústria agroalimentar refere-se a uma visão nostálgica, que desconsidera os problemas relativos à alimentação existentes antes do processo de industrialização. A nosso ver, é preciso buscar uma reflexão que revele o desenvolvimento contraditório das forças produtivas e reivindique a liberação de suas potencialidades – e não o retorno a um momento pré-industrial. Marx e Engels (2007b, p. 29) já apontavam o fato de que

Brasileiro de Higiene, agora com apoio governamental. [...] Para alguns membros do Congresso, os hábitos alimentares saudáveis deveriam ser impostos à força, quando não fosse possível implantá-los pela via pedagógica. Ao menos um deles propôs a criação de 'pelotões de saúde' e, entre as moções encaminhadas nesse congresso, havia uma endereçada ao governo pedindo a promulgação de uma lei que facultasse o

ingresso dos higienistas nos domicílios com poder de polícia".

De acordo com Rodrigues (2009, p. 122), ao tratar da atuação dos higienistas na primeira metade do século XX, "A importância da alimentação nos encontros de higienistas não arrefeceu ao longo do tempo. Em dezembro de 1948, mais de trezentos especialistas da área reuniram-se em São Paulo para o VII Congresso

só é possível conquistar a libertação real [wirkliche Befreiung] no mundo real e pelo emprego de meios reais; que a escravidão não pode ser superada sem a máquina a vapor e a Mule-Jenny, nem a servidão sem a melhora da agricultura, e que, em geral, não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A "libertação" é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas con[dições] da indústria, do co[mércio], [da agricul]tura, do inter[câmbio].

Além disso, de acordo com Laudan (2015, tradução nossa), é preciso, sem desconsiderar que "uma oferta de alimentos industrializados tem seus próprios problemas", indicar que "a obsessão com uma alimentação natural e artesanal é a-histórica" e parte de uma "cruzada política e moral". De acordo com essa autora, a transformação dos alimentos por diferentes métodos acompanhou a história de todas as sociedades, pois alimentos naturais também podem oferecer "risco ou perigo"; além disso, as dietas antigamente não eram necessariamente mais balanceadas, uma vez que a oferta de alimentos era em geral mais precária. Assim, estamos de acordo com Lefebvre (1991, p. 85) quando afirma que

Não se trata de negar os "progressos", mas de compreender a sua contrapartida, o preço que custaram. [...] Não devemos ceder às nostalgias, mas explicá-las, e explicar como elas inspiram uma "crítica de direita" da nossa sociedade, uma consciência boa e uma consciência má, sempre menosprezando as possibilidades.

Feitas essas duas ressalvas acerca das armadilhas que precisam ser evitadas na crítica à indústria agroalimentar, passemos à análise mais cuidadosa de como os moradores do Brás e do Grajaú adquirem os alimentos que consomem<sup>176</sup>. Nosso objetivo é compreender como essa prática alimentar é realizada na cidade e explicitar a influência do espaço (ou mais especificamente do processo de urbanização) em sua realização.

É preciso destacar que a aquisição dos alimentos consumidos no domicílio é entendida aqui como uma das atividades que compõem o trabalho doméstico, indispensável à reprodução da classe trabalhadora. É verdade que em nossas entrevistas as referências à ajuda de maridos e filhos na aquisição dos alimentos foram mais comuns do que quanto ao seu preparo, mas de toda forma essa tarefa tende a ser mais uma obrigação atribuída fundamentalmente às mulheres no interior do domicílio. Analisando as pesquisas antropológicas referentes às práticas, hábitos e concepções de consumo alimentar, Canesqui

relacionados a elas (bares, lanchonetes e restaurantes).

7.

Neste momento, nossa análise estará centrada na aquisição de alimentos que são consumidos preferencialmente no domicílio. Mais adiante, quando tratarmos do consumo dos alimentos, abordaremos as questões que envolvem a alimentação fora do domicílio, assim como os equipamentos diretamente

(1988) chama atenção para essa diferença na divisão do trabalho doméstico. De acordo com ela,

A gerência e o controle da alimentação do grupo familiar são atribuições femininas [...]. As pesquisas mostram a divisão dos papéis sexuais na organização e realização do consumo alimentar familiar pela segregação entre os sexos na gerência dos gastos e no preparo da alimentação e pela complementação e divisão de responsabilidades entre seus membros, no caso das compras alimentares. (CANESQUI, 1988, p. 213)

Essa complementação ou divisão relativa às compras também apareceu nas falas de nossas entrevistadas, mas quase sempre caracterizada como uma obrigação das mulheres que, por vezes, contam com a ajuda dos homens.

A aquisição de alimentos é uma prática cotidiana: alguns alimentos são adquiridos quase todos os dias, enquanto outros são comprados e armazenados em casa. A perecibilidade dos alimentos parece ser um fator determinante: de acordo com as entrevistas, o pãozinho tende a ser comprado quase todos os dias na padaria; as hortaliças em geral são compradas semanalmente nas feiras livres ou supermercados; já alimentos como arroz, feijão, macarrão e óleo são preferencialmente adquiridos uma ou duas vezes por mês nos supermercados. Desse modo, os entrevistados tendem a dividir a aquisição dos alimentos em dois tipos: a "compra mensal", na qual é adquirida a maior parte dos alimentos, e outras compras menores para obter aquilo que eventualmente está em falta. A existência de uma "compra mensal" está diretamente relacionada à periodicidade dos pagamentos, sendo comum a realização dessa compra no nos dias próximos ao recebimento do salário ou benefício.

Essa diferença ficou explícita em algumas entrevistas. Rose, que recebia um salário mensal, assim explicou seu procedimento: "Eu faço a compra mensal, a compra grande do mês. E toda semana faço aquela comprinha, assim: Faltou alguma coisa? Vamos lá comprar. Quer fazer um almoço diferente? Vou lá e compro os ingredientes." Já Maria do Socorro, cujo marido recebia semanalmente ou de acordo com os serviços realizados na mecânica onde trabalhava, organizava seu abastecimento de outra maneira: "A compra de mercado é semanal, porque ele é mecânico e não tem carteira assinada". Mais adiante, veremos como essa periodicidade dos rendimentos reflete-se também no consumo dos alimentos, pois o fim do mês tende a ser descrito como um momento de "aperto", no qual muitas vezes é necessário substituir determinados alimentos por outros mais baratos, diminuir o consumo de um ou mais alimentos ou até mesmo pular refeições.

Sabemos que nas cidades a aquisição de alimentos é realizada em diferentes equipamentos, tais como supermercados, mercados, atacadões, padarias, açougues, vendas,

mercearias, armazéns, feiras-livres e ambulantes. Conforme já anunciamos, as transformações na forma de produção (dos alimentos, mas não apenas deles) foram responsáveis pelo aparecimento de formas de distribuição e troca correspondentes; nesse processo, o supermercado passou a ser o principal local de aquisição de alimentos para os moradores das grandes cidades, enquanto outras formas de comercialização tornaram-se secundárias.

Em nossas entrevistas, os supermercados também apareceram como local privilegiado de aquisição de alimentos. É neles que se realiza a principal compra do mês e adquire-se a maior parte dos alimentos consumidos em casa. Já as padarias, açougues, feiras-livres e pequenos estabelecimentos apareceram, em geral, como locais onde se realizam compras menores ou complementares. Não encontramos, a esse respeito, dados relativos à cidade de São Paulo<sup>177</sup>, mas, de acordo com o IBGE ([s.d.]), mais de 40% das aquisições de alimentos no Brasil é realizada em supermercados e hipermercados.

Tabela 10 - Participação dos diferentes tipos de estabelecimentos na aquisição de alimentos - Brasil (2008)

Locais de compra	Participação	
Supermercado e hipermercado	41,1%	
Mercearia e armazém	17,0%	
Padaria e confeitaria	12,9%	
Bar, lanchonete e restaurante	8,4%	
Feira livre	4,5%	
Ambulante	2,7%	
Outros <sup>178</sup>	13,4%	

Fonte: IBGE ([s.d.]).

<sup>177</sup> Como nosso estudo enfoca recortes da metrópole de São Paulo, sempre que possível apresentaremos dados relativos à RMSP ou ao município.

<sup>&</sup>lt;sup>178</sup> De acordo com o IBGE ([s.d.]), "A categoria outros inclui: loja de 1 real (alimentos e bebidas), sacolão, depósito em geral, central de abastecimento, atacadista, farmácia/drogaria, farmácia (convênio farmácia popular), loja de departamento, papelaria/copiadora, livraria/comércio gráfico, banca de jornais, loja de máquina de costura, loja de eletrodomésticos/utilidades, shopping center, loja de material de construção, oficina de veículos, galeteria, loja de informática/equipamentos, estabelecimento cultural, estabelecimento de eventos/diversão, loja de roupas, particular (terceiro), açougue, loja de artigos de festa/religioso/etc., loja de artigos agropecuários/animais, loja de alimentos congelados, peixaria, loja de frutas/frutaria/etc., sorveteria, loja de produtos naturais/macrobióticos, armarinho, posto de combustível (loja de conveniência), loja de fotografia, fabricante, estabelecimento de ensino, clínica especializada médica/laboratorial, loja de peças e reforma de eletrodomésticos, aviário, agência lotérica/apostas, produtor agropecuário, academia de artes/esportes, banco, empresa de terraplanagem/extração mineral, construtora, loja de frios, loja de flores, loja de cosméticos/perfumaria, locadora de CD/vídeo game/DVD/videoke, loja de artigos para piscina, motel, ótica, relojoaria/relojoeiro, empresa de servico de seguranca, sapataria (loja de calcados), tabacaria, loja de embalagens, loia de cestas de café da manhã, loia de artigos para festa, locadora de veículos, hotel, loia de artigo infantil/bebê, loja de rede, loja de bomba de água, pesque e pague, loja de produtos orgânicos, loja de material de limpeza, loja de cesta básica, loja de erva mate, loja de produtos dietéticos, domicílio particular, estabelecimento filantrópico, bazar, associação de classe, feira de exposição/festa junina/leilão/etc., SUS (doação em posto de saúde/hospital), hospital particular, negócio próprio, companhia de habitação, cartório, empresa de transporte, loja de 1,99 (importado), condomínio (síndico), clínica especializada de estética, catálogo (Hermés/Avon/Natura/etc.), importadora/free shop, natural, escritórios e administradoras em geral, órgãos públicos, representante de vendas, agentes de comunicação, empresa pública e empresa privada".

## Elaborado pelo autor.

Em sua crítica ao "modelo americano" de supermercados, Mumford (2008) revela como a aquisição de alimentos nesses estabelecimentos tende a se reduzir a uma rotina simplificada, impessoal, na qual prevalece o anonimato do produtor e do consumidor, ganhando força a figura do intermediário. Para ele, foi "somente depois que o automatismo e a impessoalidade do supermercado foram introduzidos nos Estados Unidos, na metade do século XX, [que] as funções do mercado como centro de transações pessoais e entretenimento social foram inteiramente perdidas" (MUMFORD, 2008, p. 179).

Essas características evidenciam como a revolução no processo de produção foi acompanhada por intensas transformações na esfera da troca<sup>179</sup>. Assim, o processo que levou os supermercados a se tornarem o principal local de aquisição dos alimentos está em consonância com as novas formas de produção, o que para, Mumford (2008, p. 357, 610), realizou-se como um conjunto de perdas:

> A automação revestida em plástico do supermercado americano, com suas violentas luzes fluorescentes, seu sistema prostituído de embalagens, seus produtos armados espertamente com "iscas" ("compra impulsiva"), suas formas venenosas de antisepsia preservativa, seus alimentos gelados e sem sabor, em sua degeneração engenhosamente interrompida, apresenta um contraste que denuncia tanto uma perda estética quanto uma perda fisiológica e social [...] A dona-de-casa citadina, que há meio século conhecia pessoalmente o açougueiro, o merceeiro, o leiteiro, seus vários outros fornecedores locais, como pessoas individuais, com histórias e biografias que a impressionavam, num intercâmbio diário, goza agora do benefício de uma única expedição semanal ao supermercado impessoal, onde só por acaso tem probabilidades de encontrar uma vizinha.

Como se sabe, da metade do século XX para cá, esse "modelo americano" de supermercados difundiu-se e está presente nas grandes cidades de todo o mundo, generalizando assim uma forma de adquirir alimentos não mais fundada na relação pessoal e direta entre produtor e consumidor. Na verdade, essa crítica aos supermercados pode ser estendida a outros equipamentos que também adotaram essa forma de comercialização das mercadorias, bem como ao fato de que a separação entre o trabalhador e seu produto não é

<sup>179 &</sup>quot;À medida que o capital se apodera da produção social, a técnica e a organização social do processo de trabalho são revolucionadas e, com isso, o tipo histórico-econômico da sociedade. Os outros tipos de capital, surgidos antes dele [capital industrial] em condições sociais de produção pretéritas ou em declínio, não apenas se subordinam a ele e são por ele modificadas no mecanismo de suas funções, mas se movem exclusivamente com base nele e, portanto, vivem e morrem, mantêm-se e desaparecem com essa sua base. O capital monetário e o capital-mercadoria, na medida em que aparecem investidos da função de agentes de um ramo próprio de negócios ao lado do capital industrial, são apenas modos de existência - autonomizados e unilateralizados pela divisão social do trabalho - das diferentes formas funcionais que o capital industrial ora assume, ora abandona no interior da esfera da circulação". (MARX, 2014, p. 134)

sentida apenas no momento da produção, mas também no momento de sua aquisição (compra). Eis aqui, portanto, mais uma manifestação da alienação das práticas alimentares.

Mas essa alienação não se realiza da mesma maneira para todos. Ficou claro em nossas entrevistas que, para a população mais pobre, a necessidade de adquirir os alimentos com pouco dinheiro (ou com uma quantia avaliada como insuficiente) torna essa prática alimentar ainda mais onerosa e desgastante. Em outras palavras, quando os recursos são escassos, a aquisição de alimentos demanda ainda mais tempo, esforço, conhecimento e experiência das mulheres.

Em várias entrevistas, ficou explícita a dificuldade de adquirir tudo aquilo que se julga necessário com o dinheiro disponível. Para Lourdes<sup>180</sup>, uma de nossas entrevistadas,

A dona de casa tem que ser bem esperta para não faltar nada. Você vai num lugar e vê o feijão mais barato e compra o feijão ali. [...] Você tem que ter todo um jogo de cintura se quiser viver, né? Eu falei para o meu filho: você vai ver quando você casar como é difícil fazer o mercado.

A fala de Lourdes é reveladora não apenas da dedicação necessária para comprar aquilo que é necessário com o orçamento doméstico, como também da pouca ou nenhuma ajuda do filho, que, segundo ela, não sabe o quanto essa atividade é difícil. É importante destacar que essa entrevistada vive com seus três filhos (dois homens e uma mulher – todos adultos), que contribuem igualmente com as despesas da casa, porém aparentemente apenas a filha ajudava a realizar as compras mensais, o que reforça a ideia de que essa é mais uma responsabilidade predominantemente feminina.

Também Rose conversou conosco sobre a participação dos outros membros da família na tarefa de realizar as compras. Ela afirmou contar com a ajuda da filha para isso, mas advertiu que esta não gostava de fazê-lo, devido ao tempo que passavam no supermercado. Ao descrever suas idas a esse estabelecimento, a entrevistada indicou a necessidade de estar atenta aos preços e ir compondo sua compra de acordo com eles, o que toma tempo e exige atenção e experiência. Segundo ela,

<sup>&</sup>lt;sup>180</sup> Lourdes nasceu no interior de São Paulo (Valparaíso) em 1959 e veio para a capital quando tinha aproximadamente 18 anos. Desde então vive no Brás. Seu primeiro emprego foi como doméstica na casa de "libaneses" que moravam no bairro. Em seguida foi morar com outros 4 irmãos em um cômodo na avenida Celso Garcia e quando se casou mudou para um apartamento no bairro com o marido. Teve 3 filhos (dois homens e uma mulher) com quem vive hoje após ter se separado do marido. De acordo com ela teve de se mudar de onde morava com o marido para outro apartamento, pois no prédio em que vivia começaram a funcionar oficinas de costura e por conta disso o aluguel ficou insustentável.

Se eu vejo que o que eu comprei no mercado este mês está mais caro, se no mês passado eu comprei quatro ou cinco, neste mês eu já compro menos. Aí já tem uma falta, porque eu precisava daquela quantidade maior. A gente vai mudando. Eu procuro pegar as coisas que estão mais em conta para poder cobrir as que estão mais caras. [...] Quando este mês eu fui fazer a compra, essas coisas estavam com um preço maior. Eu percebo na hora em que vejo. [...] Cartela de iogurte, aqui em casa, eu compro cinco. Só que cinco não dá para o mês todo. Então, quando eu vejo que está mais barato, o que que eu faço? Compro mais iogurte e tiro as outras coisas que eu comprava para suprir só aquela necessidade.

Para essa entrevistada (assim como para muitas outras), as contas começam a ser feitas antes mesmo da ida ao mercado: como realiza a compra mensal com o vale-alimentação que ela e o marido recebem (de seus respectivos empregos), Rose tenta ir ao mercado "com tudo anotado" e uma calculadora, "para não passar o valor dos dois cartões". Por essa razão, explica: "Acho que eu perco umas três horas no mercado fazendo compra. Mas é tudo ali na caneta." Por isso ela ainda não julga ser possível dividir essa responsabilidade com a filha, pois esta, "Quando vai ao mercado, ela não vê preço, não vê qualidade, não vê o que é bom e o que é ruim. Ela só vai pegando." De alguma forma, assim como ocorre com o preparo dos alimentos, parece ser função da mãe ensinar a filha a "fazer o mercado".

Para mães com filhos pequenos, a ida ao supermercado apresenta ainda mais dificuldades, seja porque não há com quem deixar as crianças, ou porque as crianças ainda não têm a paciência e/ou controle (querem comprar o que a mãe não pode pagar) necessários para realizar tal atividade.

A necessidade de economizar, mesmo alguns poucos reais, aparece também na constante referência aos folhetos entregues pelos supermercados anunciando os produtos em promoção. Tanto no Brás como no Grajaú, foi comum a menção, nas entrevistas, de que é importante estar atento às promoções e de que, se necessário, a compra pode ser realizada em mais de um supermercado, a fim de se aproveitar aquilo que está em promoção em cada um deles.

Tudo isso indicia que, para uma parcela significativa da classe trabalhadora, as despesas com a alimentação representam uma parte importante do orçamento doméstico. Essa constatação é confirmada pela POF 2008-2009 (IBGE, s.d.), cujos dados indicam que, entre as famílias residentes na RMSP, aquelas que têm rendimento mensal de até dois ou entre dois e três salários mínimos (e que juntas correspondem a 20% do total de famílias da região metropolitana) são as que comprometem a maior parte do orçamento familiar com alimentação (21,2% e 23,9% respectivamente). Esses dados revelam também que quase 80% do orçamento dessas famílias é comprometido com alimentação, habitação e transporte, sobrando muito pouco para outros gastos, como educação (0,3% do orçamento das famílias

que recebem até dois salários mínimos) e recreação e cultura (1,5% do orçamento das famílias nessa mesma classe de rendimento).

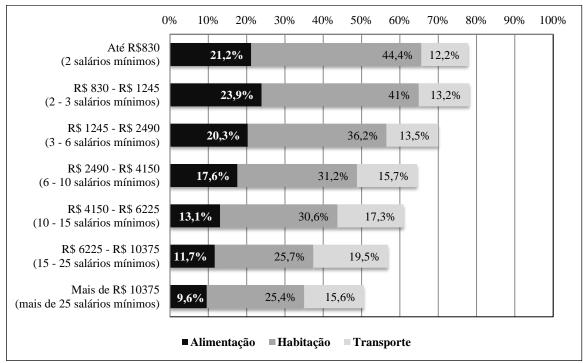


Gráfico 5 - Participação das despesas com alimentação, habitação e transporte no total da despesa monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento - Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (2008-2009)

Fonte: IBGE ([s.d.]). Elaborado pelo autor.

A análise do gráfico revela que o conjunto das três principais despesas tende a ser proporcionalmente menor conforme aumenta a classe de rendimento 181, e que as despesas com alimentação tendem a ficar atrás somente dos gastos com habitação 182. O fato de comprometerem uma maior parte de seu orçamento com os alimentos não significa, evidentemente, que as famílias com menor rendimento tenham gastos absolutos maiores. Na RMSP, o valor gasto com alimentos pelas famílias da maior classe de rendimento é quase 7,5 vezes maior do que aquele gasto pelas famílias cuja renda é de até dois salários mínimos.

<sup>&</sup>lt;sup>181</sup> Essa tendência verifica-se, sobretudo, quanto aos gastos com alimentação e habitação. Já os gastos com transporte tendem a aumentar, pois as classes com maior rendimento gastam em média um valor maior com a aquisição de veículos (IBGE, [s.d.]).

<sup>&</sup>lt;sup>182</sup> É importante destacar que, nessa pesquisa (IBGE, [s.d.]), as despesas com habitação compreendem também as despesas com: condomínio; serviços e taxas de energia elétrica, telefone fixo, telefone celular, pacote de telefone, TV e Internet, gás de uso doméstico, água e esgoto, acesso à Internet, TV por assinatura; manutenção e pequenos reparos; serviços domésticos (faxineira, lavadeira, passadeira, jardineiro etc.); aquisições de eletrodomésticos e equipamentos do lar e equipamentos elétricos e eletrônicos diversos; aquisições de mobiliários e artigos do lar. Ao compararmos as despesas de alimentação somente com as de aluguel monetário ou não monetário (o quanto se pagaria de aluguel quando este não é alugado), podemos notar que elas são muito semelhantes, em termos de proporção do orçamento comprometido, em todas as classes de rendimento (IBGE, [s.d.]).

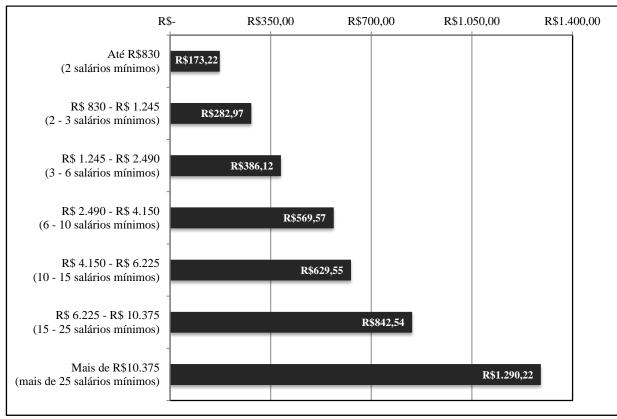


Gráfico 6 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação, por classe de rendimento - Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (2008-2009)

Fonte: IBGE ([s.d.]). Elaborado pelo autor.

Esses dados permitem afirmar que possíveis aumentos nos preços dos alimentos são sentidos de maneira muito mais intensa pelas famílias com menor rendimento, o que aparece claramente nas entrevistas como necessidade de diminuir a quantidade ou substituir produtos no momento da compra. Além disso, conforme veremos mais adiante, essa diferença refletese num consumo menor e menos variado de alimentos entre as famílias com menor rendimento, portanto em uma maior insatisfação quanto à quantidade e qualidade dos alimentos adquiridos.

Consideramos até aqui algumas das dificuldades e constrangimentos impostos pelo fato de o orçamento familiar de parte significativa da classe trabalhadora ser insuficiente para satisfazer suas necessidades (não apenas alimentares). No entanto, para além das desigualdades sociais, é necessário considerar como as desigualdades espaciais também pesam sobre a aquisição de alimentos.

A distribuição espacial dos equipamentos destinados ao abastecimento alimentar na cidade é quantitativa e qualitativamente desigual. Analisando a realidade de São Paulo, assim como do Brás e do Grajaú especificamente, é possível afirmar que tais desigualdades

expressam-se tanto na escala do município como na dos bairros da cidade. Ou seja, há bairros que são mais bem servidos por esse tipo de equipamento do que outros, mas devemos considerar também as desigualdades internas a cada um deles, para compreender essa distribuição.

Uma forma insuficiente, mas ainda assim importante, de demonstrar essa desigualdade é a comparação do número de habitantes por equipamento destinado ao abastecimento alimentar nos diferentes distritos da cidade. Dados do Ministério do Trabalho relativos ao ano de 2005 e disponibilizados pela prefeitura revelam uma disparidade muito grande na quantidade de hipermercados e supermercados, médios e pequenos varejistas, assim como de feiras livres entre os distritos que compõem o município de São Paulo (SÃO PAULO (Cidade), [s.d.h]).

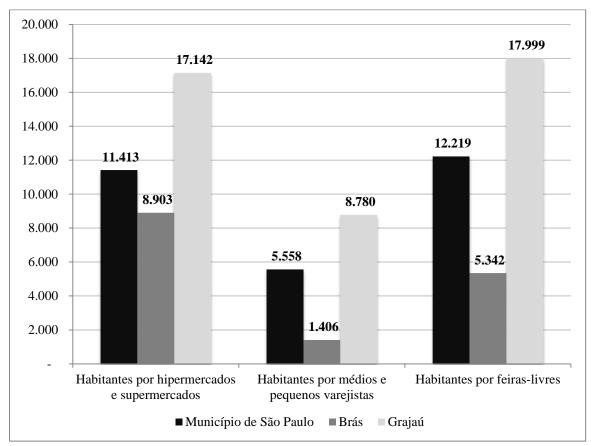


Gráfico 7 - Habitantes por equipamento de abastecimento alimentar no município de São Paulo e distritos do Brás e Grajaú (2005)

Fonte: São Paulo (Cidade) ([s.d.h]). Elaborado pelo autor.

Os distritos do centro antigo e das novas centralidades da cidade tendem a apresentar um número mais baixo de habitantes por equipamentos de abastecimento do que os distritos periféricos<sup>183</sup>. Em outras palavras, é possível dizer que os moradores das periferias da cidade contam com uma disponibilidade menor de equipamentos voltados ao abastecimento, o que para muitos se traduz em maiores distâncias a serem percorridas para acessar esses equipamentos e, portanto, em mais tempo para realizar a aquisição de alimentos.

Essa distribuição desigual dos equipamentos na cidade não é, evidentemente, aleatória. É preciso considerar que tanto as condições de urbanização condicionam a localização desses equipamentos, como a existência desses equipamentos é parte daquilo que consideramos ao tratar das condições de urbanização. Assim, é possível dizer que essa distribuição desigual está diretamente relacionada ao processo de urbanização, na medida em que os proprietários desses estabelecimentos buscam instalá-los em lugares de grande circulação de pessoas e/ou veículos e que, ao mesmo tempo, os próprios equipamentos atuam no sentido de constituir centralidades na cidade.

Esse processo é particularmente visível no Grajaú, onde a maior parte dos equipamentos de abastecimento concentra-se próximo aos pontos finais das linhas de ônibus, que, como vimos com a ajuda de Langenbuch (1971), são locais que ganham centralidade nas periferias. Quase todos os moradores entrevistados no Jardim Gaivotas, por exemplo, afirmaram fazer compras principalmente em dois supermercados (ambos fora do bairro): o Ki-Preço (em frente ao ponto final da linha Cantinho do Céu) e o Yokoi (próximo ao ponto final da linha Parque Residencial Cocaia) 184. Ou seja, é também nas centralidades das periferias que se encontram os equipamentos voltados ao abastecimento alimentar e, assim como no restante da cidade, os preços dos imóveis refletem sua distância em relação a essas centralidades.

Notamos que, nas entrevistas realizadas no Brás, foi mencionado um número maior de equipamentos, alguns deles localizados em outros distritos da cidade. Além dos pequenos mercados do Brás, foram citadas também duas unidades da rede Dia (Brás e Luz), duas unidades da rede Extra (Belém e Mooca), além dos atacadões Makro (Vila Maria) e Roldão (Mooca). A maior parte dos entrevistados que afirmou fazer compras em equipamentos fora

os distritos da cidade: 105.751 habitantes por hipermercado/supermercado.

<sup>&</sup>lt;sup>183</sup> Os dados relativos ao Brás e ao Grajaú revelam essa desigualdade, mas há contrastes ainda mais intensos: enquanto em Pinheiros, Santo Amaro e Liberdade o índice não chega a 4 mil habitantes por hipermercado e supermercado, esse número é de 26.729 em Perus (zona Norte), 28.009 no Itaim Paulista (zona Leste) e 42.338 na Vila Andrade (zona Sul). Cidade Tiradentes (zona Leste) apresenta o maior e mais discrepante índice entre

<sup>&</sup>lt;sup>184</sup> Perguntada quais critérios utilizava para escolher entre o Yokoi e o Ki-Preço, Dona Judite (moradora do Jardim Gaivotas) afirmou que ficava atenta aos preços, mas que a escolha também podia depender do ponto de ônibus no qual ela desembarcasse: "Por exemplo, aqui no Cantinho do Céu, eu já desço na frente do Ki-Preço. Outra hora eu já desço na frente do Yokoi". Os proprietários desses estabelecimentos, evidentemente, reconhecem como a proximidade com o(s) ponto(s) de ônibus pode favorecer seus negócios.

do distrito disse utilizar o serviço de táxis ou de peruas para trazer as compras. Como para os moradores do Brás as distâncias até os equipamentos não são tão longas, parece ser vantajoso assumir esse custo a fim de realizar compras em estabelecimentos onde os preços dos alimentos são mais baixos<sup>185</sup>. As condições de mobilidade, portanto, também devem ser consideradas na análise da aquisição dos alimentos.

A maior disponibilidade de equipamentos não dever ser lida, no entanto, como uma garantia de acesso a eles. Em nossas entrevistas no Brás, sempre que perguntávamos aos entrevistados se eles adquiriam alimentos na Zona Cerealista ou no Mercado Municipal, a resposta era negativa. Como vimos, esses dois lugares constituem uma das áreas mais antigas da cidade voltadas ao abastecimento alimentar, mas uma análise dos estabelecimentos que aí se encontram atualmente revela que os preços das mercadorias impossibilitam a boa parte dos moradores que vivem próximo a eles realizar suas compras aí. Assim, como afirmamos desde a seção 1 de nossa tese, não podemos reduzir a discussão do acesso aos alimentos à quantidade de equipamentos ou à distância que estes se encontram dos domicílios.

A reportagem de Leandro Machado (2015) intitulada "Morador pobre de bairro rico vai até a favela para fazer compras" confirma isso, ao evidenciar que os moradores dos conjuntos habitacionais <sup>186</sup> construídos entre as avenidas Luís Calos Berrini e Jornalista Roberto Marinho (distrito de Itaim-Bibi), vivendo numa das áreas com o metro quadrado mais caro de São Paulo, precisam "percorrer 4,5 km até a favela de Paraisópolis" ou "pegar um ônibus até Santo Amaro" para realizar suas compras, pois não conseguem pagar aquilo que é cobrado nos mercados mais próximos: "Não tem marca popular nos mercados deles', diz a manicure Francisca do Nascimento, 53. Ela reclama da padaria que vende o quilo do pão por R\$ 14,50. 'Não consigo comer nada lá.'" (MACHADO, 2015). Em síntese, a quantidade de estabelecimentos e sua distância em relação aos domicílios precisa ser considerada, mas não podemos de maneira alguma tomar esses dados como definitivos.

Se a quantidade de equipamentos disponíveis nos diferentes bairros de São Paulo é desigual, o mesmo pode ser dito quanto a sua qualidade. É o que revela algumas das falas dos moradores do Jardim Gaivotas e do Cantinho do Céu. Dona Judite, que já viveu em outros

<sup>186</sup> Conjuntos habitacionais construídos para atender uma pequena parcela daqueles que foram prejudicados pela remoção da antiga favela Água Espraiada que existia nessa área.

.

Moradores do Jardim Gaivotas também indicaram a possibilidade de pagar pela entrega de suas compras nos dois mercados citados, no entanto nenhum deles citou que seria possível fazer isso em supermercados ou hipermercados mais distantes, como é o caso do Extra localizado na Cidade Dutra.

lugares da cidade 187, reconhece essa diferença de diversas formas. Quando perguntada sobre a qualidade das feiras livres no Cantinho do Céu e no Parque Residencial Cocaia, ela afirmou que são "Mais ou menos. Não é igual aquelas feiras lá onde você mora" e, depois de rir, complementou: "Eu nem sei onde você mora". Em seguida, explicou:

> Você sabe, nesses bairros, até mercado não tem aquelas coisas, só tem coisa de gente pobre mesmo. Porque é assim. Você vai num supermercado, por exemplo, o Extra ou qualquer tipo de supermercado, do Grajaú pra lá [referindo-se a lugares mais próximos do centro], tem coisas que não tem nesses supermercados aqui.

Perguntada sobre o que não encontrava nos mercados do bairro, ela respondeu:

Para falar a verdade, nesses supermercados aqui tem feijão, açúcar, arroz, óleo, café. O mais necessário. Às vezes você vai fazer um bolo diferente e não encontra. Nem tudo você encontra. Às vezes você vai pegar uma receita e aqui não encontra. Por quê? Porque coloca na prateleira e fica lá. Porque as pessoas não têm condição de comprar. [...] Então você vê, lá no centro, as feiras são outra coisa. [...] É tudo coisa de primeira, fruta. [...] Por exemplo, onde eu já morei, Praça da Árvore, Jardim da Saúde, você vê que a feira é mais organizada, mais sofisticada, e já aqui as coisas são mais de segunda. [...] A fruta [vendida nas feiras a que ia antigamente] é diferente, e muito diferente!

A fala de Dona Judite revela que ela identifica uma diferença tanto na variedade de produtos disponíveis, como em sua qualidade, o que lhe permite distinguir entre os bairros onde as coisas são "de primeira" e as feiras são "mais organizadas", em contraposição àqueles onde as coisas são "de segunda", onde "só tem coisa de gente pobre mesmo", ou seja, onde tem apenas aquilo que é "mais necessário" 188. A fala de Rose, também moradora do Jardim Gaivotas, vai no mesmo sentido. Perguntada sobre a qualidade dos alimentos dos mercados onde costuma fazer as compras, ela respondeu:

> Para o mercado da nossa região acho que não é tão boa. [...] A qualidade dos alimentos... tem muitas coisas que são assim: tem um custo [no sentido de que são baratas], mas aquilo não tem qualidade nenhuma. [...] Se a gente for comprar um arroz de qualidade, do bom, a gente gasta mais. [...] Eu acho assim, não sei se é

<sup>188</sup> Dona Judite reconhece essa diferença até mesmo na Igreja que frequenta, a qual descreve da seguinte maneira: "É uma Igreja assim, que não parece uma Igreja, parece um galpão. Que a nossa igreja não é um tipo de igreja sofisticada. Mas é um pronto-socorro". Somam-se os constrangimentos e reafirma-se a desigualdade em cada aspecto da vida cotidiana.

<sup>&</sup>lt;sup>187</sup> Dona Judite nasceu em 1953 no município de Carana, "perto de Irecê", na Bahia. Sua história de vida revela uma intensa mobilidade entre São Paulo e sua terra natal. Veio para São Paulo pela primeira vez em "1963 ou 1964" com os pais, mas em seguida retornou à Bahia. Depois de se casar, voltou a São Paulo, no início da década de 1970 ("1972, por aí"), e se estabeleceu na Vila Moraes, em uma travessa da avenida Cursino, na zona Sul da cidade. Após o fim do casamento (não ficou claro exatamente quando), mudou-se novamente para a Bahia, mas resolveu retornar para São Paulo em 2001, agora no Jardim Gaivotas, porque queria ficar perto dos filhos que "resolveram voltar para São Paulo".

porque eu trabalhei onde eu trabalhava [perto da avenida Paulista]. Quem ia fazer a compra da casa do meu patrão era eu. Então eu acho que a qualidade dos mantimentos de lá é totalmente diferente da dos daqui. Eu não sei por quê, mas o gosto, é tudo diferente. Às vezes eu trazia coisa para mim dos mercados de lá. Separava um pouco e trazia. Porque eu achava que aquilo era melhor. Principalmente a carne, era mais carne de primeira. Sendo um acém, tinha uma diferença, não era como o acém daqui. Não era o mesmo gosto. Eu não sei o que acontece, mas tem diferença. [...] Esses mercados mais Pão de Açúcar, Carrefour, eles têm mais qualidade que os daqui. [...] Eu compro a mesma coisa e aqui a qualidade... Eu comprava um queijo lá e o mesmo queijo tinha aqui, mas o gosto, a textura, o sabor eram totalmente diferentes. E era mesma marca. Aí eu já não comprava aqui, trazia de lá, porque era melhor. Eu não sei se era a validade. Eu não sei o que acontece.

É importante notar que, diferentemente de Dona Judite, que se referiu aos lugares onde fazia compras quando morava em outros bairros, para Rose a referência são os mercados da área em que trabalhava como empregada doméstica. Essa é, certamente, a realidade de muitas mulheres que fazem as compras para seus patrões em supermercados com qualidades bastante distintas daqueles nos quais fazem as compras para a própria casa. Isso, como veremos adiante, também se revela no consumo dos alimentos, pois o que se come na casa do patrão também é diferente do que se come em casa.

Além disso, Rose também identifica uma diferença de preços entre os mercados onde faz suas compras e aqueles que existem nos bairros centrais, pois avalia que, com o mesmo valor "lá [nos mercados dos bairros centrais] eu não conseguia trazer nem a metade do que eu compro aqui [no mercado de seu bairro]." Vai no mesmo sentido a fala de Dona Judite, segundo a qual "os preços [nos mercados de seu bairro] são mais baixos que no centro"; ela acrescentou, porém, que não se referia a todos os produtos, mas "do que a gente gasta, do que é suficiente para ter uma casa."

Até aqui, tratamos das diferenças relativas ao acesso aos equipamentos de abastecimento, mas é preciso destacar que tal diferença também apareceu em nossas entrevistas ao tratarmos da aquisição "não monetária" de alimentos (doações ou recolhimento de sobras de feiras livres). Na seção 3, vimos que a aquisição "não monetária" de alimentos é muito pequena frente à aquisição monetária, o que também observamos em nossa entrevista, pois apenas em uma delas a aquisição não monetária apareceu como principal forma de aquisição do domicílio.

Isso ocorreu na entrevista que fizemos com Selma<sup>189</sup>, moradora do Brás, a qual vivia em uma "ocupação" na Zona Cerealista. De acordo com ela, "A comida que eu faço em

15

Selma é baiana, tem 37 anos e estava grávida. Vivia com seus cinco filhos e o marido no que parece ter sido a cozinha e refeitório de um armazém da Zona Cerealista. De acordo com ela algumas famílias ocuparam esse lugar depois de terem passado por 4 outras ocupações na área central da cidade (Moóca, Glicério e Brás). Para

casa mesmo geralmente eu ganho de cesta básica. Eu pego doação de cesta básica na Igreja [Renascer]. [...] É pouca coisa que eu compro no mercado." Perguntada se a cesta básica era suficiente para todo o mês, ela respondeu: "É que eu ganho duas. [...] Aí vou à feira também. Eu ganho muita coisa na feira. Fruta, verdura, legumes." E complementou: "É a feira do mercadão, à noite. [...] Ela começa sete ou oito da noite e vai até de manhã. [...] De segunda a sábado." Na entrevista com Selma, fomos acompanhados pela agente comunitária de saúde Andreia<sup>191</sup>, que explicou, nesse momento da entrevista, tratar-se da "feira na qual os feirantes vêm reabastecer", ao que Selma completou dizendo: "É onde o feirante repõe as mercadorias dele. [...] Aí é bom. Ganha muita coisa. Já evita gastar, porque é muita despesa." 192

Na entrevista com Selma, ficou evidente que, para ela, só era possível conseguir as doações (tanto de cesta básica como na feira) porque ela vivia em uma área central. Durante a entrevista, ela comentou que havia perdido os documentos das crianças: "Porque no ano passado a gente se mudou quatro vezes. Morando em ocupação, um dia a gente está e outro dia não está, né? Aí nós mudamos quatro vezes. No vai e volta, acabou que eu perdi o documento de todo mundo. E só agora consegui tirar." Quando perguntamos por que havia se mudado quatro vezes em um ano, ela respondeu:

É que eu morava em uma invasão lá na Mooca. Aí saímos de uma na Mooca e fomos para outra [ocupação] na Mooca mesmo [...] Aí a gente foi para outro [edifício] perto da Igreja Renascer. Só que ficamos pouco tempo. De lá da Renascer fomos para um prédio na Radial, de onde fomos despejados também. Aí eu vim para cá. 193

Como todos os lugares que Selma e sua família haviam ocupado no último ano estavam próximos do centro, perguntamos a ela qual era o sentido desse esforço em

isso tiveram que pagar para alguém que não era o proprietário do imóvel e não sabiam até quando poderiam ficar ali. Seu marido trabalhava carregando e descarregando caminhões na região enquanto ela realizava o trabalho doméstico e era responsável por buscar cestas básicas e alimentos em uma feira próxima.

Não se trata de uma ocupação organizada por movimentos sociais, mas de um antigo edifício na Zona Cerealista que outrora serviu como depósito de mercadorias e hoje abriga algumas famílias que, de acordo com Selma, pagaram para ocupar o lugar. Segundo ela, a incerteza era grande, pois ninguém sabia dizer quem era o dono do edifício. Por ser um antigo depósito, as condições de luminosidade e ventilação eram bastante precárias. Realizamos duas entrevistas nesse local: Selma vivia com a família (o marido e cinco crianças) numa área que abrigava uma antiga cozinha e refeitório; não havia uma separação evidente entre os cômodos.

<sup>&</sup>lt;sup>191</sup> Andreia é agente comunitária de saúde da UBS do Brás e nos acompanho na realização das entrevistas nesse dia.

Aqui, mais uma vez ficou evidente que a aquisição dos alimentos era uma responsabilidade da mulher. Selma explicou: "É assim. O pai dos quatro menores [referindo-se ao homem que ainda vivia com ela] nem sempre dá as coisas para as crianças. Eu que vou atrás das doações e tudo."

<sup>&</sup>lt;sup>193</sup> Segundo ela, as ocupações não eram organizadas por um movimento social específico, mas por pessoas que se uniram para ocupar edifícios vazios.

permanecer nessa parte cidade. Ao que respondeu: "Para mim tudo é mais fácil aqui. Tudo é mais perto. Ir ao posto [de saúde], eu vou a pé." E complementou:

As meninas [referindo-se a outras mães que levam os filhos na mesma creche que ela, na Mooca] falam: "Por que você não vai morar na vila?". Porque pra mim na vila já fica mais difícil. Porque na vila não se consegue nada. Eu vou para a vila ficar longe? [...] Já tem mães que vêm de Guaianazes, que vêm de São Miguel para trabalhar, e trazem as crianças junto. Deixam as crianças ali na creche com meus filhos. Então é complicado. E para eu buscar minha cesta básica, que é sempre no sábado? Sábado agora eu tenho que ir buscar. Se eu moro longe, como deixo eles? [...] Eu já morei em Cidade Tiradentes. É muito ruim. Muito ruim. Lá não tem nada. Para a gente conseguir alguma coisa, tem que vir para o centro. E morar em vila pagando aluguel não dá. Porque como eu pago aluguel?

A fala de Selma confirma que, para muitos, é preferível enfrentar situações bastante difíceis e provisórias em áreas centrais como o Brás a ter de encarar os enormes constrangimentos característicos da vida na periferia da cidade. No entanto, não há como classificar as situações em um lugar ou no outro como melhores ou piores, pois o que prevalece em ambos é um cotidiano alienante.

Vimos na seção 2, com a ajuda de Seccombe (1974), que as mercadorias compradas pelos trabalhadores com seu salário nem sempre estão prontas para o consumo, sendo indispensável, portanto, um trabalho adicional para transformá-las nos meios de subsistência que garantirão sua reprodução. Com menos dinheiro, as mulheres tendem, portanto, a empregar mais tempo para realizar a aquisição dos alimentos: elas devem contar reais e até mesmo centavos para que o valor total da compra não ultrapasse o montante que podem gastar; precisam fazer as compras em mais de um estabelecimento para "aproveitar as promoções"; percorrem maiores distâncias a pé ou de transporte público para acessar os estabelecimentos etc. Desse modo, interpretamos a aquisição dos alimentos como mais uma atividade que compõe o trabalho doméstico e o que as entrevistas e a leitura da bibliografia indicam é que, quanto menor a remuneração pela venda da força de trabalho, maior tende a ser a necessidade de que o trabalho doméstico garanta a sobrevivência da família (e inversamente, quanto maior a quantidade de trabalho doméstico, mais barata torna-se a força de trabalho).

## 4.3 A PREPARAÇÃO DOS ALIMENTOS

Assim como a aquisição dos alimentos, seu preparo é interpretado aqui como mais uma atividade que compõe o trabalho doméstico necessário à reprodução da classe trabalhadora. Trata-se, é importante salientar, de mais uma responsabilidade que tende a pesar sobre as mulheres no interior do domicílio, logo não é estranho que a maior parte de nossas entrevistadas tenha definido o ato de cozinhar fundamentalmente como mais uma obrigação.

A fala de Lourdes, que reconheceu com certo desânimo que dificilmente fica um dia sem cozinhar, revela esse ônus, pois, segundo ela, "tem dia que você não está com vontade, mas mesmo assim tem que fazer, porque não tem quem faça". Como Lourdes é agente comunitária de saúde da UBS do Brás e vive no mesmo bairro, ela nos disse que muitas vezes vai para casa no intervalo do almoço, a fim de preparar e comer sua refeição, pois ficaria muito caro comer fora de casa todos os dias. Como o intervalo do almoço é de apenas uma hora, ela costuma fazer algo que foi citado em muitas de nossas entrevistas: prepara na noite anterior aquilo que vai consumir no jantar e no almoço do dia seguinte. Assim, segundo ela, quando chega a sua casa, "é só esquentar a comida".

Aline<sup>194</sup>, outra moradora do Brás que trabalha no próprio bairro, também revela que cozinhar cotidianamente não é uma escolha, pois "às vezes você não está na disposição, mas se você não fizer, quem vai fazer?" Aline morava com o marido e o filho de menos de um ano de idade, e sua pergunta revela não contar com a ajuda do primeiro para preparar os alimentos que consumiam. Questionada se o marido ajudava com outras atividades domésticas, ela respondeu que não, que todas as tarefas de casa eram de sua responsabilidade: "Tudo, no meu caso é tudo".

Quase todas as entrevistadas afirmaram ter aprendido a cozinhar quando ainda eram jovens ou crianças, com as próprias mães. Segundo Lourdes, que cresceu no interior do estado de São Paulo, ela ficava olhando a mãe cozinhar e "Quando minha mãe ia trabalhar quem cozinhava era eu [...]. Eu tinha que me virar e fazer" – situação, segundo ela, vivida desde os 11 anos de idade. Maria do Socorro também afirmou ter aprendido com a mãe, mas teria começado ainda mais cedo, com aproximadamente 9 ou 10 anos, quando "ficava ali prestando

Selma.

<sup>&</sup>lt;sup>194</sup> Em princípio não entrevistaríamos Aline, pois ela estava enfrentando um momento familiar difícil e conversaria apenas com a Andreia (a agente comunitária de saúde). No final conseguimos conversar um pouco com ela, mas não foi possível fazer perguntas sobre sua história de vida. Aline tem entre 25 e 30 anos e vivia com o marido e o filho de 5 meses de idade na mesma ocupação da Zona Cerealista em que entrevistamos

atenção e ajudando". Ela conta que começou "cedo, porque a gente morava no interior [do Ceará]. Aquela vida bem difícil. [...] No interior não tinha água encanada, luz. Era meio complicado, né?"

Esse aprendizado (ou melhor seria defini-lo como obrigação?), passado de mãe para filha, não ficou no passado, nem pode ser interpretado como algo restrito à realidade do campo. Rose, que nasceu em São Paulo e mora no Jardim Gaivotas, diz dividir atualmente essa responsabilidade com a filha de 16 anos (a mesma filha com quem afirma ainda não poder dividir a responsabilidade de fazer as compras de casa). Como trabalha no bairro, Rose também utiliza seu intervalo de almoço para preparar a refeição da família (dela, dos filhos e de seu irmão). No entanto, como nem sempre consegue chegar a sua casa com tempo suficiente para isso, "quando passa das 11 e meia da manhã, ela [a filha] já começa a preparar o almoço". Perguntada sobre o que acontecia caso a filha não pudesse preparar o almoço, ela respondeu que a alternativa era deixar a comida pronta no dia anterior. Além da filha mais velha, viviam na casa também seus outros dois filhos (de 14 e 4 anos de idade) e seu irmão (de 22 anos), além do marido, que almoça no emprego; no entanto, somente a filha foi citada quando conversávamos sobre a aquisição e o preparo dos alimentos.

Conforme já visto, a baixa remuneração pela venda da força de trabalho traduz-se em mais trabalho doméstico. No que concerne à aquisição dos alimentos, isso significa mais tempo gasto para fazer as compras; quando se trata da preparação dos alimentos, significa ter de preparar quase todas as refeições que são consumidas pela família, pois apenas uma pequena parte do orçamento pode ser destinada a adquirir refeições prontas fora do domicílio 195. Assim, para quem trabalha fora do domicílio e não tem direito à alimentação fornecida pelo empregador (e não trabalha perto de um restaurante popular), a tendência é ter de levar a refeição pronta de casa. Neste caso, pesa sobre as mulheres a responsabilidade de preparar os alimentos para o consumo de toda a família, dentro e fora do domicílio.

Por essa razão, foi comum ouvir em nossas entrevistas que, à noite, prepara-se o jantar e o almoço do dia seguinte, ou que nos fins de semana se prepara parte da comida a ser consumida durante a semana. É importante destacar, portanto, como uma parte significativa do tempo que seria destinado ao descanso dessas mulheres (as quais muitas vezes também trabalham fora) é consumida por uma atividade necessária para a reprodução da classe trabalhadora. Assim, entendemos que, de alguma forma, o trabalho necessário para preparar as refeições (consumidas em casa ou levadas em marmitas) pode ser comparado ao trabalho

<sup>195</sup> Voltaremos a esse ponto quando tratarmos do consumo dos alimentos.

de construir a própria moradia, pois também se realiza como mais um trabalho não pago que reduz o custo de reprodução da força de trabalho.

Além da dificuldade em comprar refeições prontas para o consumo fora do domicílio, é importante destacar que as famílias mais pobres também adquirem menos alimentos total ou parcialmente preparados, que poderiam diminuir a quantidade de trabalho a ser realizado em casa. Alguns autores, como Poulain (2004, p. 49), apontam o fato de que "nas sociedades industriais um número muito grande de tarefas saem do espaço doméstico e são assumidas pelo setor do mercado, reduzindo a importância da atividade produtiva do lar". Para ele, a indústria agroalimentar avança sobre o "espaço de autoprodução que representava a cozinha familiar" e assim "ataca a função socializadora da cozinha, sem, no entanto, chegar a assumila" (POULAIN, 2004, p. 51). O resultado disso, é que

na alimentação cotidiana, a função culinária diminui: são comprados prontos ou préprontos os pratos cozidos ou outras preparações... A cozinheira contenta-se no máximo em juntar, em terminar, quando não simplesmente esquentar os pratos. (POULAIN, 2004, p. 53)

A nosso ver, falta à analise de Poulain (2004) não apenas revelar quão desigualmente isso ocorre em nossa sociedade<sup>196</sup>, mas também considerar as contradições que caracterizam esse processo. Uma vez mais, é necessário evitar uma análise nostálgica da realidade, pois, como indica Laudan (2015, tradução nossa), antes da industrialização

a maior parte dos homens nascia para uma vida de trabalho nos campos e as mulheres para uma vida de moer, picar e cozinhar. "Servidão", definiu minha mãe, ter que preparar café da manhã, janta e chá para oito a dez pessoas, 365 dias por ano.

Para essa mesma autora, a situação era ainda pior para outras mulheres, pois sua mãe

pelo menos podia comprar pão na padaria. No México, na mesma época, mulheres sem empregadas podiam esperar passar cinco horas por dia – um terço das horas em que estavam acordadas – ajoelhadas na "pedra de moer" preparando a farinha para as tortilhas da família. Somente após os anos 1950 que a invenção da máquina de fazer tortilhas liberou-as dessa labuta. (LAUDAN, 2015, tradução nossa)

O sentido da crítica, como já anunciamos, deve ser revelar o desenvolvimento contraditório das forças produtivas e a necessidade de liberação de suas potencialidades. O que a fala de nossas entrevistadas revela é que ter de preparar todas (ou quase todas) as

<sup>&</sup>lt;sup>196</sup> Vimos acima o quanto o consumo desses alimentos é fortemente influenciado pelo orçamento familiar. Além disso, a qualidade (e os preços) dos alimentos industrializados também pode variar drasticamente.

refeições faz de tal atividade mais uma obrigação e, visto que ela nem sempre é entendida como um trabalho, essas mulheres experimentam a alienação quanto a ele de uma forma diferente daquela experimentada pelos homens. De acordo com Seccombe (1974, p. 20, tradução nossa),

Os trabalhadores assalariados, pelo menos, têm uma relação direta com o capital. Seu objetivo ao trabalhar é ser pago, e eles em geral não descrevem seu trabalho como algo que tem sentido. Como resultado, eles podem experimentar a alienação de seu trabalho e a hostilidade quanto ao patrão sem se sentir culpados. A dona de casa não pode fazer isso. Na ausência do contracheque para justificar sua labuta, ela deve considerar seu trabalho em termos não econômicos. O dela é um "trabalho feito com amor e em devoção a sua família". A dona de casa que admite que odeia seu trabalho não é uma "boa" mãe. Em geral, devido a isso, sua alienação de seu trabalho deve ser reprimida de sua consciência, para que ela não imploda de culpa e sentimentos de inadequação pessoal. O resultado final disso toma a aparência de um arranjo do destino, uma vocação e um dever naturalmente femininos.

Sendo assim, é preciso sempre problematizar o discurso em torno da "dedicação da mulher" em relação ao lar, mas, a nosso ver, tomando o cuidado de não deslegitimar a fala das mulheres. É preciso considerar que vivemos simultaneamente processos de alienação e desalienação. Rose, por exemplo, afirmou que gosta de cozinhar, ainda mais quando pode fazer pratos que aprecia mais, como lasanha, feijão tropeiro ou peixe. Para ela, é preciso que quem prepare a comida faça essa atividade com amor, como revela sua reprodução das conversas com a filha quando a refeição feita por esta não fica boa: "Hoje você não cozinhou com amor. Você tem que cozinhar com amor." Ao que, segundo ela, a filha responde ironicamente "É o tempero?" (fazendo referência ao *slogan* de um tempero industrializado que adota o nome de "amor" em sua propaganda), e ela retruca, rindo: "Não, é amor, sentimento, carinho pelas coisas".

Há, evidentemente, uma relação afetuosa entre ela e os filhos que passa pela alimentação, mas ao mesmo tempo aparece em sua fala a cobrança para que a filha se empenhe mais nessa atividade. É preciso destacar que, em outras entrevistas, a preparação dos alimentos também foi descrita como uma atividade prazerosa, principalmente quando se trata de preparar um prato ou alimento especial, ou quando se cozinha no final de semana para parentes ou amigos.

Nessas ocasiões, as refeições parecem ser mais fartas e parece ser comum compartilhar aquilo que sobrou da refeição com as visitas. Dona Judite afirma que a comida do fim de semana, quando come com os filhos ou netos em sua casa, é diferente, pois "A gente procura fazer alguma coisa exagerada. [risos] Coisa mais gordurosa, coisa assada". Ela citou especialmente as carnes assadas e uma farofa que leva bacon, e complementou dizendo que

"quando elas [suas filhas e netas] fazem algo especial em casa, também mandam. Essa semana mesmo eu recebi duas vasilhas aqui no domingo, que vieram da minha neta lá do Lago Azul [bairro próximo]. [...] Se elas fizerem alguma coisa diferente, o meu vem."

Por fim, é importante considerar a relação entre a preparação dos alimentos e as condições de moradia da classe trabalhadora. Vimos que a maneira como adquirimos os alimentos está diretamente relacionada ao processo de urbanização, uma vez que nosso acesso à cidade (ou a suas centralidades) pode facilitar ou dificultar essa atividade. O preparo dos alimentos, embora se realize primordialmente dentro do domicílio, guarda também alguma relação com esse acesso às centralidades, pois, para aqueles que precisam percorrer longas distâncias todos os dias (seja para trabalhar ou desempenhar outras tarefas, como adquirir os alimentos), resta menos tempo e energia para realizar essa atividade. Assim, as mulheres que são obrigadas a trabalhar oito ou mais horas por dia, enfrentar outras duas ou três no transporte público, chegar em casa e preparar as refeições para sua família, muito dificilmente tais mulheres descreverão este último momento como algo prazeroso ou agradável.

Além disso, é preciso considerar que as características da residência, ou mais especificamente da cozinha, exercem forte influência sobre essa atividade. Em nossos trabalhos de campo, durante os quais pudemos observar o interior de várias residências, notamos que em muitas delas a cozinha apresentava ventilação e iluminação inadequadas, pela ausência ou tamanho das janelas. Além disso, nem sempre essas famílias contam com todos os utensílios necessários para a preparação dos alimentos (das panelas aos eletrodomésticos) ou, quando contam, eles podem ser muito antigos ou apresentar um estado precário de conservação.

A precariedade também pode se revelar no fato de que nem sempre há uma divisão nítida entre os cômodos da casa – assim, cozinha, sala e dormitório podem sobrepor-se em um mesmo espaço. Isso ocorre de maneira mais evidente nos cortiços, mas também pode ser verificado nas casas de loteamentos populares da periferia que visitamos. Em entrevista com Maria do Socorro, que vivia em um cortiço no Brás (na avenida do Estado), ficou evidente essa dificuldade. Quando perguntada sobre como era cozinhar naquele espaço, ela reclamou do tamanho e definiu o "quarto" como "muito abafado, quente", e complementou dizendo: "Rapaz, é meio complicado. Pequeninho, né? Mas como fica perto do trabalho dele [o marido, que trabalha no Pari]... A gente tá vendo se encontra um lugar maiorzinho aqui perto. Mas o

custo de vida é caro"<sup>197</sup>. No quarto em que vivem ela, o marido e o filho de sete anos, não havia uma mesa para fazer as refeições, e existiam apenas duas cadeiras (além da cama de casal); a família ainda precisava dividir o único banheiro existente no imóvel com outras sete famílias, o que, segundo ela, "é muito complicado". Mesmo com todas essas dificuldades, ela diz preferir continuar no Brás, pois "é tudo pertinho".

Outra situação que merece destaque no que concerne ao espaço destinado à preparação dos alimentos foi encontrada em oficinas de costura do Brás. Das quatro oficinas que visitamos, três funcionavam em apartamentos de edifícios originalmente residenciais, nos quais a cozinha ficava separada do restante dos cômodos. Nesses casos, pareceu-nos que os outros cômodos eram mais prejudicados pelo funcionamento da oficina 198, e que a cozinha, de alguma forma, por ficar afastada, era menos afetada.

Já a quarta oficina funcionava no segundo andar de um galpão, cujo primeiro andar era utilizado como estacionamento. Ali funcionavam várias pequenas oficinas, separadas por divisórias de madeira com aproximadamente um metro e meio de altura, nas quais trabalhavam e viviam diferentes famílias de trabalhadores bolivianos. Dentro de cada "oficina", as únicas divisórias mais altas protegiam os dormitórios, enquanto o restante do espaço era ocupado pelas máquinas de costura e pelos eletrodomésticos necessários para armazenar e preparar os alimentos. Ali, o espaço para cozinhar era o mesmo utilizado para costurar e era também onde as crianças ficavam durante o dia.

A nosso ver, todas as dificuldades e constrangimentos relatados e observados durante as entrevistas revelam que os problemas relativos à alimentação não estão de maneira alguma ligados apenas ao que se come. Quando o ato de preparar os alimentos torna-se uma pesada obrigação a ser realizada em espaços precários, como esperar que as pessoas apropriem-se desse momento? Como não defini-lo como mais uma atividade da qual a grande maioria das pessoas foi alienada?

É imprescindível que a análise dos problemas da alimentação considere, portanto, que aqueles que comem mal, ou não têm o que comer, estabelecem uma relação precária não apenas com os alimentos, mas também com o momento de sua aquisição e preparo. Vejamos agora como esses constrangimentos, lidos aqui como evidências da alienação das práticas alimentares, também podem ser identificados no momento do consumo dos alimentos.

Nessas oficinas, onde a maior parte dos trabalhadores bolivianos também reside, o espaço destinado à confecção nem sempre estava nitidamente separado dos espaços residenciais.

<sup>&</sup>lt;sup>197</sup> Segundo ela, a família paga R\$ 500,00 por mês de aluguel, o que ela avalia da seguinte maneira: "Aqui é muito caro, não vale a pena não. A gente mora porque é o jeito. Você paga hoje e amanhã já tá devendo. É um dinheiro que vai e não volta".

## 4.4 O CONSUMO DE ALIMENTOS E A FOME

A compreensão do consumo dos alimentos como prática alimentar considera os aspectos biológicos ou nutricionais da alimentação, mas de maneira alguma os torna absolutos. Como já deve estar claro neste momento, refutamos uma interpretação que reduz a alimentação à ingestão de calorias e nutrientes, buscando compreender o consumo de alimentos em sua relação com as demais práticas alimentares, assim como o lugar que ele ocupa (o papel que cumpre) na reprodução das relações sociais capitalistas.

Para compreender o consumo alimentar no Brás e no Grajaú, procuramos reconhecer em nossas entrevistas o que as pessoas comiam (quais alimentos e como eles foram preparados) e de que modo costumavam se alimentar (em que lugar, em que momentos do dia, com que pessoas). Além disso, buscamos compreender como essas pessoas avaliavam quantitativa e qualitativamente sua própria alimentação, e se essa prática alimentar alterava-se nos momentos de maior dificuldade para satisfazer suas necessidades com o orçamento doméstico.

A maior parte das pessoas entrevistadas afirmou fazer geralmente três refeições por dia (café da manhã, almoço e jantar), mencionando também que é comum comer algo entre essas refeições. As falas indicam a percepção de que uma dieta adequada é composta por pelo menos três refeições por dia. Além disso, apontam para uma diferenciação entre as refeições propriamente ditas e os momentos em que se come "alguma coisa" (um lanche, uma fruta, um petisco etc.).

De acordo com Cascudo (2004, p. 659), "As refeições nasceram condicionadas ao horário natural". Segundo o autor, o ritmo da natureza e do corpo humano foram elementos condicionantes para o estabelecimento de uma rotina alimentar que tende a se repetir diariamente, pois, apesar de toda a capacidade de se adaptar a situações adversas, o corpo humano necessita de nutrição contínua. Desse modo, há um ritmo biológico que de alguma maneira influencia nossa alimentação e, quando a disponibilidade de alimentos não é um problema, a tendência é que nos alimentemos várias vezes em um mesmo dia.

No entanto, como o próprio autor ressalta, os horários em que as refeições tendem a ser realizadas e o que é consumido em cada uma delas são aspectos socialmente estabelecidos. "No Brasil velho, o café era às seis, almoço às nove, jantar entre três e meia e quatro horas, ceia às seis" (CASCUDO, 2004, p. 661), horários bastantes distintos daqueles com os quais estamos acostumados atualmente. Para ele,

As mudanças surgiram no século XX com a velocidade utilitária dos interesses materiais. Foi preciso atender ao ímpeto da vida moderna. Os horários das repartições públicas foram sendo transformados. A interdependência internacional determinou a meia-universalidade nos hotéis, 7-9, 12-14, 19-21 horas. É quando somos servidos nos hotéis do mundo. Em qualquer parte do mundo. (CASCUDO, 2004, p. 660)

Em nossas entrevistas, ficou claro que os horários das refeições estão diretamente relacionados à rotina de trabalho (ou estudos). De maneira geral, o café da manhã é consumido antes de ir ao trabalho, o almoço no intervalo da jornada de trabalho, e a janta quando se retorna para casa; mesmo quem não trabalha fora de casa acaba se alimentando em horários semelhantes, pois as refeições tendem a ser realizadas conjuntamente no interior do domicílio.

É necessário considerar que, para quem trabalha fora do domicílio, assim como observamos ocorrer com a preparação dos alimentos, o tempo de deslocamento até o local de trabalho também influencia na realização das refeições. Uma vez mais a localização da moradia apresenta influência decisiva sobre as práticas alimentares, pois aqueles que perdem mais tempo nos deslocamentos diários tendem a realizar as refeições em horários diferentes (o café da manhã mais cedo, a janta mais tarde), além de terem menos tempo para isso. Em nossas entrevistas, ficou claro que quem precisa sair de casa muito cedo para iniciar sua jornada de trabalho tende a tomar apenas um café em casa e comer algo (um pão ou pedaço de bolo) perto do trabalho; já quem volta para casa muito tarde nem sempre consegue jantar como gostaria. É o caso de dona Judite, que, indagada sobre o que comia no jantar, afirmou:

Eu comia também bastante aquele miojo. Mas agora eu parei [por causa da dieta]. Às vezes, à noite, eu jantava um miojo [...], porque era mais rápido de fazer, sabe? Eu chegava da Igreja e fazia um miojo. Mas agora estou tentando comer uma comida certa."

Aqui, parece-nos evidente que a aquisição de um alimento de preparo fácil e rápido colocava-se como uma necessidade para dona Judite, pois ela mesma não identifica esse macarrão instantâneo como "comida certa".

A proximidade com o lugar de trabalho, no entanto, não é garantia de mais tempo ou melhores condições para a realização das refeições. Isso ficou evidente nas entrevistas realizadas nas oficinas de costura do Brás. Nesse caso, diferentemente do que ocorre para a maior parte dos trabalhadores urbanos, o espaço de produção de mercadorias e aquele de

reprodução da vida sobrepõem-se. Isso tem consequências, entre outras coisas, para a maneira como esses trabalhadores se alimentam.

Mesmo vivendo nas oficinas de costura onde trabalham – portanto perdendo menos tempo com deslocamentos pela cidade –, isso não se traduz, para as pessoas que entrevistamos, como mais tempo para realizar suas refeições. O ritmo intenso de trabalho, por vezes, faz com que as refeições sejam realizadas rapidamente e muitas vezes nas próprias mesas onde passam o dia costurando. Santos 199 conta-nos que, quando chegou ao Brasil e tinha de trabalhar mais horas em um mesmo dia, ele "deixava para jantar às dez da noite, para não atrapalhar o ritmo do trabalho". Na época em que fizemos as entrevista, ele avaliava sua situação como mais confortável, pois havia conseguido montar uma oficina na qual empregava outras três pessoas (fora de seu núcleo familiar). Agora, segundo Santos, eles tomavam café da manhã às sete (antes de iniciar o trabalho), depois almoçavam perto de meio-dia, tomavam outro café às quatro da tarde e jantavam no início da noite, entre seis e sete horas, sempre dentro do apartamento onde funciona a oficina.

Em outra oficina entrevistamos Mário, que costurava por "conta própria", mas não empregava outros trabalhadores. Narrando uma situação semelhante àquela que Santos descreveu como característica do momento de sua chegada ao Brasil, Mário afirmou ser comum trabalhar das sete da manhã até às onze da noite, e que em geral descansava apenas no momento das refeições: ao meio-dia para almoçar e às sete da noite para jantar.

Se os horários das refeições mudaram historicamente, o almoço permaneceu sendo a refeição "mais substancial" do dia, tanto pela quantidade ingerida como pelo fato de ser nessa refeição em que o consumo de carnes (bovina, suína, frangos e pescados) é mais comum<sup>200</sup>. Isso indica que, em cada refeição (ou entre elas), tende-se a comer tipos diferentes de alimentos. Nas entrevistas, o café da manhã foi em geral definido como o momento no qual se come pão, em geral com manteiga ou margarina, e toma-se café adoçado com açúcar e às vezes misturado com leite<sup>201</sup>. Em duas famílias de origem nordestina, no entanto, citou-se também o consumo de cuscuz (feito com farinha de milho).

.

<sup>&</sup>lt;sup>199</sup> Santos é de La Paz (Bolívia) tem 38 anos e chegou no Brasil há 10 anos. Na Bolívia trabalhava como pedreiro, mas no Brasil passou a trabalhar em confecções. Aparentemente, entre os trabalhadores bolivianos que entrevistamos ele era aquele que estava em melhor situação, pois havia montado uma oficina na qual empregava outras pessoas. Nessa oficina, que funcionava em um apartamento de um edifício residencial vivia com a mulher e os três filhos pequenos (não ficou claro se os outros funcionários também viviam ali). Sua rotina de trabalho começa as 8h e vai até as 20h, mas disse que quando chegou ao Brasil costumava trabalhar mais do que isso.

<sup>&</sup>lt;sup>200</sup> Tratando da alimentação no Brasil colonial, Cascudo (2004, p. 664) afirma que "O almoço [é] inevitavelmente mais substancial".

<sup>&</sup>lt;sup>201</sup> O consumo de leite parece ser maior entre as crianças do que entre os adultos.

Já o almoço foi caracterizado em quase todas as entrevistas pela combinação "arroz, feijão e mistura". O arroz e o feijão são em geral definidos como "o básico", ou aquilo que "não pode faltar". Muitas vezes a farinha de mandioca também foi citada como parte desse básico, mas ela não parece ter a mesma importância do arroz e do feijão. A "mistura", por sua vez, é composta por um tipo de carne e/ou uma hortaliça<sup>202</sup>. Sua composição muda de um dia para o outro, logo é ela que tende a quebrar com a monotonia alimentar: um dia se come carne bovina, no outro frango, um dia há batata e no outro abóbora, e assim por diante. Além disso, diferentemente do arroz e do feijão, que tendem a ser preparados quase sempre da mesma forma todos os dias, os ingredientes que compõem a mistura tendem a apresentar uma maior variabilidade nas formas de preparo<sup>203</sup>.

O jantar foi a refeição que apresentou maior diversidade de composição entre os entrevistados. Em alguns casos, o cardápio da janta tende a ser o mesmo (ou muito parecido) do almoço (como vimos, em alguns casos as duas refeições são preparadas ao mesmo tempo). Mas houve também quem relatasse que à noite era comum substituir a combinação de "arroz, feijão e mistura" por um lanche ou uma refeição de preparo mais rápido. Além disso, o macarrão também foi citado em algumas entrevistas como um alimento que poderia ser consumido tanto no almoço como na janta. Por fim, nos lanches predominou a referência ao consumo de pão (às vezes acompanhado de queijo, presunto ou mortadela, ou apenas com manteiga ou margarina), bolo ou uma fruta, em geral acompanhados de café<sup>204</sup>.

Aqui cabe fazer um aparte, a fim de ressaltar que a alimentação dos trabalhadores bolivianos entrevistados apresenta algumas diferenças. De maneira geral, eles afirmam, como Leandro<sup>205</sup>, que "a comida dos brasileiros é diferente" e que na Bolívia não comem tanto

Descritas em geral como "verduras e legumes", adotamos aqui a classificação do IBGE (2010a) que divide as hortaliças em: hortaliças folhosas (alface, couve, repolho etc.); hortaliças frutosas (abóbora, cebola, tomate etc.) e hortaliças tuberosas (alho, as diferentes espécies de batata, cenoura, mandioca etc.).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>203</sup> É interessante notar que, ao descrever a alimentação dos caipiras, Cândido (2001) fala dessa mesma combinação e de sua importância na dieta desses homens simples do interior de São Paulo. De acordo com ele, "Arroz e feijão (implicitamente, farinha, que raramente os larga) são, por excelência, a comida; o resto, se chama mistura, de modo significativo. Aquela permanece; esta falta muitas vezes, ou aparece em quantidade insignificante" (CÂNDIDO, 2001, p. 170).

<sup>&</sup>lt;sup>204</sup> Em pesquisa realizada com moradoras da favela da Rocinha no Rio de Janeiro, no início dos anos 2000, Ferreira e Magalhães (2005, p. 1796) apontam para uma realidade bastante semelhante: "O regime alimentar das entrevistadas revelou ser monótono, com poucas variações do cardápio, composto basicamente por três refeições diárias: café da manhã, almoço e jantar. No entanto, a centralidade do regime recai sobre a refeição do almoço".

Leandro é de La Paz (Bolívia), tem 29 anos, é casado e tem 2 filhos. Chegou no Brasil há 8 anos. Veio para cá por que um tio dele o trouxe "para trabalhar com costura", mesmo ele nunca tendo feito isso antes na vida. A entrevista foi realizada no segundo andar de um estacionamento onde funcionavam pelo menos 6 oficinas de costura e nas quais viviam as famílias que nelas trabalhavam. Disse que costuma trabalhar aproximadamente 12 horas por dia, mas que ainda não conseguiu juntar nada e por isso ainda não é o momento de voltar para a Bolívia.

feijão. Outros reclamam não encontrar os mesmos alimentos que comiam na Bolívia, ou para serem mais exatos, "na verdade existe, mas é caro" explica Javier Mário<sup>206</sup>. Além disso, Santos explicou que um almoço boliviano, diferente do brasileiro, "começa com pão e sopa, depois tem um prato principal com arroz, batata e carne".

Em nossas conversas com as equipes de agentes comunitários de saúde da UBS do Brás, ficou explícito que há uma compreensão entre eles de que os bolivianos não se alimentam adequadamente. Diferentes explicações foram levantadas pelos agentes para explicar essa inadequação, desde as diferenças de "costume", passando pelos problemas financeiros que enfrentam, mas também pelo fato de que "Eles preferem o trabalho a fazer uma boa alimentação". Assim, do ponto de vista dos agentes, os bolivianos comem mais "coisas rápidas", como frituras, salgadinhos e lanches, o que acaba causando uma grande quantidade de casos de "gastrite" e "dores de estômago". Sem a pretensão de nos aprofundar no debate sobre a compreensão que os agentes constroem da alimentação dos bolivianos, parece claro que muitos dos problemas que aqueles identificam na alimentação destes são idênticos aos problemas identificados na alimentação dos brasileiros. O que muda é como esses problemas são explicados. Isso ficou evidente quando o senhor Alberto<sup>207</sup>, um dos agentes da UBS do Brás, que é boliviano, tomou a palavra em uma das conversas, afirmando que se tratava, sobretudo, de uma diferença cultural. Para ele, os bolivianos não estão acostumados a comer feijão, e quando o fazem preparam de maneira diferente. Além disso, preferem arroz, batata, macarrão, além de verduras, sopa e legumes, o que de alguma forma revela uma discordância dele em relação à avaliação que os agentes comunitários de saúde fazem da alimentação dos migrantes bolivianos que eles atendem.

Feito esse aparte, podemos afirmar que os dados da POF 2008-2009 (IBGE, 2010a, p. 118) sobre a aquisição alimentar entre as famílias situadas nas classes de rendimento mais baixas no Brasil corroboram a caracterização que fizemos a partir das entrevistas. Entre essas famílias, os "cereais e leguminosas" (grupo no qual se encontram o arroz e o feijão) aparecem como o principal grupo de alimentos adquirido. Em seguida, vêm as diferentes carnes ("carnes", "aves e ovos" e "pescados"), que fazem parte da mistura. Depois desses dois grandes grupos aparecem os "laticínios", as "farinhas, féculas e massas" (grupo no qual tem

20

<sup>&</sup>lt;sup>206</sup> Javier Mario também é de La Paz (Bolivia) e tem 28 anos. Está há 10 anos no Brasil, é solteiro e não tem filhos. No apartamento em que vivia e onde funcionava a oficina na qual trabalhava também viviam outras famílias, entre elas a de seu irmão que havia acabado de ter uma filha com sua esposa. Quando chegou em São Paulo morou um tempo na Penha e depois veio para o Brás. Atualmente costuma trabalhar das 7h até as 20h30, mas disse que no começo chegou a ter jornadas ainda mais extensas.

<sup>&</sup>lt;sup>207</sup> O senhor Alberto é um dos agentes comunitários de saúde da UBS do Brás.

mais peso a farinha de mandioca), os "açúcares" e, por fim, as "hortaliças", os "panificados" e as "frutas". Finalmente, é preciso ressaltar que as "bebidas e infusões" também representam uma parte significativa das aquisições alimentares das famílias nessa classe de rendimento.

Tabela 11 - Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual (kg), por classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os grupos de produto – Brasil (2008-2009)

e variação patrimonial mensal familiar, segundo os grupos de produto — Brasil (2008-2009)			
Grupos de alimentos	Até R\$ 830 (até 2 salários mínimos)	Mais de R\$ 6.225 (mais de 15 salários mínimos)	Diferença entre o consumo da classe mínima em relação ao consumo da classe máxima de rendimento.
Cereais e leguminosas	41,0	30,0	27%
Hortaliças	15,4	44,3	-187%
Frutas	14,3	59,3	-316%
Cocos, castanhas e nozes	1,4	1,0	32%
Farinhas, féculas e massas	21,1	15,7	25%
Panificados	15,3	30,4	-99%
Bolos	0,4	2,3	-433%
Biscoitos, roscas, etc.	4,3	6,4	-49%
Carnes	17,9	31,9	-78%
Vísceras	0,6	0,5	19%
Pescados	4,5	5,1	-12%
Aves e ovos	14,0	18,2	-31%
Laticínios	25,1	66,3	-164%
Açúcares, doces e produtos de confeitaria	19,3	23,4	-21%
Sais e condimentos	2,8	2,0	27%
Óleos e gorduras	7,6	9,9	-31%
Bebidas e infusões	21,6	107,7	-398%
Alimentos preparados e misturas industriais	1,4	8,4	-514%
Outros produtos	0,0	0,1	-79%
Total	228,0	462,9	-103%

Fonte: IBGE (2010a, p. 118). Elaborado pelo autor.

Se a caracterização realizada a partir de nossas entrevistas parece estar de acordo com os dados relativos à aquisição alimentar das classes de rendimento mais baixas, o mesmo não pode ser dito quanto às classes de rendimento mais altas. Há, como podemos verificar nos dados do IBGE (2010a, p. 118), grande disparidade na aquisição alimentar quando comparamos as classes extremas de rendimento<sup>208</sup>.

Primeiramente, é preciso destacar que o total de alimentos adquirido pelas famílias que vivem com até 2 salários mínimos (228 kg/per capita/ano) é menos da metade que aquele adquirido pelas famílias que vivem com mais de 15 salários mínimos por mês (462 kg/per capita/ano). Os alimentos mais consumidos em cada classe de rendimento também mudam, pois é possível identificar que as famílias mais pobres consomem mais "cereais e leguminosas"

Para facilitar a visualização e interpretação dos dados, optamos aqui por comparar apenas as classes extremas de rendimento. A tabela com os dados referentes a todas as classes de rendimento pode ser consultada no Apêndice A.

e "farinhas, féculas e massas" que as famílias mais ricas, para as quais esses alimentos não têm a mesma centralidade na dieta. Entre as famílias situadas na classe de rendimento mais elevada, os "cereais e leguminosas" aparecem apenas como o sexto grupo de alimentos mais consumido: seu consumo é inferior ao consumo de bebidas e infusões, laticínios, frutas e hortaliças, e semelhante ao de carnes e panificados. Assim, não se observa a centralidade do "arroz e feijão" e da farinha de mandioca na dieta das famílias mais ricas. Além dessa diferença, é preciso destacar que há uma disparidade acentuada quanto à aquisição dos outros grupos de alimento, pois as famílias mais pobres consomem aproximadamente três vezes menos hortaliças, quatro vezes menos frutas, e metade do que as famílias mais ricas consomem de panificados, laticínios e carnes. Tudo isso se reflete, evidentemente, em uma alimentação menos rica e diversificada.

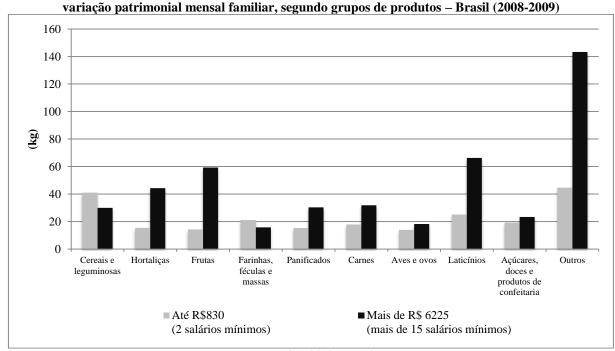


Gráfico 8 - Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual, por classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo grupos de produtos — Brasil (2008-2009)

Fonte: IBGE (2010a, p. 118). Elaborado pelo autor.

Considerando-se o fato de que as famílias mais pobres comprometem uma parte maior de seu orçamento com a aquisição de alimentos, parecem-nos inadequadas as interpretações que responsabilizam (implícita ou explicitamente) os mais pobres por seus problemas alimentares, como se eles não fossem capazes de realizar as melhores escolhas com o pouco dinheiro que têm. É o que Ferreira e Magalhães (2005, p. 1796) revelam, a partir de um estudo com moradoras da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro:

O consumo de legumes poucas vezes foi citado pelas entrevistadas, com exceção da "batata" e da "abóbora". Também não foi verificado o consumo de verduras e frutas na rotina alimentar das mulheres: "legumes eu não ligo muito"; "às vezes eu como uma fruta, mas é raro"; "verdura é muito dificil". A exclusão desses gêneros na dieta das mulheres relaciona-se, quase sempre, ao alto custo dos itens. Dessa forma, revelam o desejo em adquirir esses alimentos: "a gente tem vontade de comer, mas não pode; o dinheiro não dá"; "a gente vê essas coisas e não pode comprar".

Uma vez que os dados acima se referem exclusivamente aos alimentos adquiridos para consumo nos domicílios, quando complementamos a análise com os dados relativos às despesas com alimentação fora do domicílio, constatamos que essas disparidades são ainda maiores. É importante salientar que a distinção entre a alimentação dentro e fora do domicílio refere-se não apenas ao local onde as refeições são realizadas, mas também ao fato de que se alimentar fora do domicílio geralmente significa comprar um alimento ou refeição pronta. Como anunciamos anteriormente, a baixa remuneração pela venda da força de trabalho traduz-se na vida dos trabalhadores como um orçamento doméstico restrito, que obriga as famílias a controlar todos os seus gastos, e aumenta a quantidade de trabalho que deve ser realizado no ambiente doméstico para a sua reprodução. Assim, quanto menor o orçamento familiar, menor tende a ser o gasto (em termos absolutos e relativos) com a alimentação fora do domicílio.

Nas entrevistas realizadas para nossa pesquisa, ficou evidente que, para aqueles que trabalham fora de casa, a possibilidade de retornar ao domicílio na hora do almoço apresenta-se como forma de reduzir as despesas com alimentação. Em alguns casos, essa possibilidade deve ser lida, até mesmo, como a única alternativa para adequar os gastos com alimentação ao orçamento. Em nossas conversas com os agentes comunitários de saúde, eles afirmaram que quase todos os dias voltavam para casa no horário do almoço para fazer sua refeição. Segundo eles, gastar aproximadamente R\$ 10 por dia nos bares, lanchonetes ou restaurantes da região apenas com o almoço pesaria demais no orçamento familiar. Nesse mesmo sentido, Maria do Socorro afirmou que seu marido voltava todos os dias, na hora do almoço, da mecânica em que trabalhava no Pari, para comerem juntos (ela, o marido e o filho) a comida preparada por ela. Nossa entrevistada explica que "Ele vem porque é pertinho", embora houvesse dias em que acabasse comendo um lanche fora de casa.

Nas entrevistas, a menção ao consumo de lanches (sanduíches, salgados, biscoitos etc.) fora de casa foi certamente muito mais comum do que à realização de refeições, como o almoço ou a janta, fora de casa. Isso parece indicar que pequenos gastos com alimentação fora do domicílio podem ser realizados esporadicamente, mas também pode apontar o fato de que

às vezes não é possível fazer uma refeição completa, que é, portanto, substituída por algo mais barato.

Por outro lado, houve relatos de quem não tinha a possibilidade de voltar para casa para almoçar. É o caso de Aline, que mora e trabalha no Brás, mas não teria tempo hábil para fazer isso em seu intervalo de almoço. Assim, de acordo com ela, era necessário comprar um "marmitex" perto de onde trabalha. Aline afirmou que preferiria comer a comida que ela mesma prepara, pois "É diferente a comida deles. O arroz é daqueles que incha. Aquele que cresce para caramba". Quanto a entrevistamos, com seu filho de menos de um ano no colo, ela afirmou que não levava marmita porque muitas vezes "não dá tempo e eu não consigo fazer [a marmita] [...] E às vezes, nesse calor, eu já cheguei a levar e ficar azedo". E concluiu:

Mas esse negócio de comer na rua aperta bastante. É R\$ 12,00 todos os dias da semana. Ainda bem que eu vou a pé, né? Já pensou se eu tivesse que pegar ônibus? [...] E agora também com a passagem, né? [referindo-se ao aumento da passagem de ônibus de R\$ 3,00 para R\$ 3,50, ocorrido no mês anterior à realização da entrevista, em São Paulo] A diferença é de moedas, mas não dá, né?

De fato, moedas fazem diferença, pois, como indicam os dados da POF 2008-2009 (IBGE, [s.d.]) sobre as despesas com alimentação na RMSP, as famílias que se situam nas classes de rendimento mais baixas podem dedicar muito pouco dinheiro à alimentação fora do domicílio. Isso se reflete não apenas no gasto absoluto, mas também na participação que esses gastos podem ter frente à despesa total com alimentação.

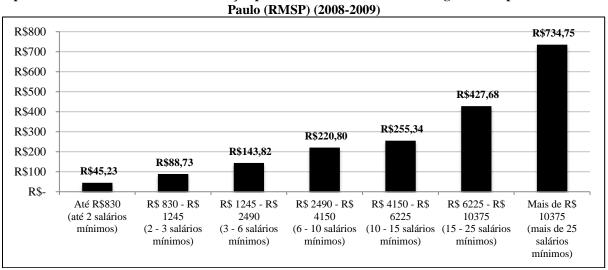
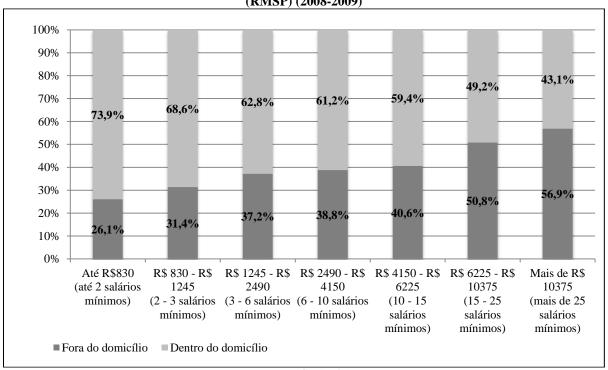


Gráfico 9 - Despesa média mensal familiar com alimentação fora do domicílio, monetária e não monetária, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar – Região Metropolitana de São

Fonte: IBGE ([s.d.]). Elaborado pelo autor.

Gráfico 10 - Participação das despesas monetária e não monetária com alimentação dentro e fora do domicílio, em relação à despesa média mensal familiar com alimentação, monetária e não monetária, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar — Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (2008-2009)



Fonte: IBGE ([s.d.]). Elaborado pelo autor.

O que os gráficos acima não revelam é que a maioria das famílias situadas nas classes de rendimento mais altas no Brasil conta com empregadas domésticas, que são responsáveis pelo preparo (e muitas vezes também pela aquisição) dos alimentos consumidos no domicílio. Desse modo, no caso dessas famílias, seria equivocado pensar que os maiores ou menores gastos com a alimentação fora de casa representariam, assim como para as famílias nas classes de rendimento mais baixas, mais ou menos trabalho a ser realizado no ambiente doméstico.

Quando tratamos do consumo dos alimentos dentro do domicílio, é preciso considerar (a exemplo do que fizemos quanto ao preparo) que as condições da moradia influenciam decisivamente essa prática. Conforme já anunciamos, o espaço da casa não satisfaz apenas nossa necessidade de abrigo, sendo ao mesmo tempo lugar privilegiado para a satisfação de outras necessidades; nesse sentido, o espaço no qual as refeições são realizadas pode favorecer ou prejudicar a realização dessa prática alimentar, devendo ser considerado pela análise.

Como a maior parte de nossas entrevistas foi realizada no interior dos domicílios, tivemos a oportunidade de observar esses espaços e, apesar das diferenças encontradas nas

diferentes residências visitadas, é possível afirmar que na maior parte delas havia uma precariedade evidente. Assim como já havíamos observados em nossa pesquisa de mestrado, é muito comum, tanto nas casas de periferia como nos cortiços e "ocupações" do centro, que não haja um cômodo separado dos demais para a realização das refeições. Além disso, não se trata apenas da ausência de paredes ou divisórias, mas da privação do espaço necessário para acomodar confortavelmente todos os membros da família para fazer uma refeição.

Em muitos sentidos, a descrição da moradia das parcelas mais empobrecidas da classe trabalhadora continua muito próxima daquela que Marx (2004, p. 147) definiu como "habitação hostil", em oposição à "habitação humana". Além do pouco espaço, as poucas janelas (muitas vezes voltadas para um muro, parede ou outra edificação) fazem com que as condições de ventilação e iluminação sejam geralmente muito precárias. Assim, não apenas os ambientes onde se realizam as refeições e preparam os alimentos, mas também todos os demais tendem a apresentar problemas.

No entanto, mesmo com todas as dificuldades, as refeições em família tendem a ser avaliadas como momentos importantes e até mesmo prazerosos. Maria do Socorro – que conforme anunciamos acima vivia em um quarto de um cortiço na avenida do Estado –, perguntada sobre como é o momento do almoço, respondeu que "É bom, porque estão os três juntos", referindo-se a ela, o marido e o filho, mesmo reconhecendo a precariedade do espaço onde vive, ao afirmar logo em seguida que "Aqui é desse jeito, que nem você está vendo. Não tem como..." A fala envergonhada e o silêncio que interrompe a conversa revelam sua insatisfação com o fato de não terem sequer uma mesa para dividir no momento da refeição.

Na casa de Rose, onde também não havia uma mesa para a realização das refeições<sup>209</sup> todos comiam sentados nos sofás ou cadeiras que havia na casa:

É que aqui agora está sem mesa [referindo-se à sala, onde fazíamos a entrevista]. Quando eu vim pra cá, para desocupar embaixo eu fiquei sem mesa. Mas eu procuro, na hora das refeições, a gente estar sempre mais unido. Que é daí que vem um convívio mais junto com eles, com meus meninos. A gente agora senta no sofá e fica comendo aqui mesmo e conversando.

Rose parecia dar grande importância a esse momento, no qual consegue estar próxima dos filhos: "Para mim é quando consigo olhar para eles mais de perto. Ver o que está acontecendo. Acho que é o carinho". Afirmou também que nesse momento consegue descobrir o que se passa na vida deles, pois "Sempre tem um que vai contar uma coisinha do

<sup>&</sup>lt;sup>209</sup> Segundo a entrevistada, isso aconteceu quando ela desocupou o andar térreo da residência, para alugá-lo. Não ficou claro o motivo exato para a mesa não ter sido trazida para o andar de cima.

outro". E concluiu dizendo: "Dá uma união, um aconchego. Dá um calor humano. Acho que nas refeições é importante ter isso".

Lourdes, por sua vez, afirmou comer sozinha na hora do almoço, mas jantar junto com dois dos três filhos. Segundo ela, "Um sobe lá para cima, pro quarto. [...] Aí ficamos eu, meu filho e minha filha na sala. A gente come junto. Mas não na mesa, na sala". Mesmo tendo a mesa, eles preferem comer sentados nos sofá, com a televisão ligada no telejornal e conversando sobre as notícias, porque "Meu filho gosta muito de falar de política".

Conforme já anunciamos, reservamos a parte final de nossas entrevistas para que os próprios entrevistados avaliassem qualitativamente sua alimentação. Com isso, pretendíamos aprofundar e problematizar alguns pontos das falas dos entrevistados, pois, como havíamos percebido nas entrevistas realizadas durante o mestrado, mesmo aqueles que enfrentavam problemas relativos à alimentação tendiam, num primeiro momento, a ocultar elementos que revelassem tal realidade. Em outras palavras, parece-nos que em alguns casos há uma tentativa de passar para o entrevistador uma sensação de aparente normalidade.

Nesse momento da entrevista, portanto, os descontentamentos relativos à própria alimentação tornavam-se mais evidentes. Chamou nossa atenção o fato de que, muitas vezes, tenha partido dos próprios entrevistados uma fala apontando a necessidade de modificar a própria dieta (que alimentos comem e em que quantidade), com o objetivo de perder peso ou para lidar com problemas de saúde tais como diabetes e hipertensão.

É o caso de Dona Judite, a qual revelou na entrevista ser diabética e que "o médico" estava "pegando no pé dela" por causa de sua alimentação. Ela conta: "Eu sei que é para a minha saúde que ele fala. [...] Ele falou que eu estou forte. 'Você está gorda. Você não pode estar neste peso.' [reproduzindo a fala do médico] Mas eu sei que é para a minha saúde." Não é, no entanto, apenas a fala do médico que a instiga a mudar seu jeito de se alimentar, pois logo em seguida a entrevistada citou um programa de televisão que parecia comunicar-se diretamente com ela:

Eu estava escutando o Geraldo [apresentador do programa]. Porque o Geraldo é meio doido, e ele disse: "Sabe por que você está gorda? Eu comecei um regime. É tomar vergonha na cara e não comer tudo o que vê pela frente." [...] Ele fala assim: "é tomar vergonha na cara e não comer tudo o que está na sua frente." [...] E no fim ele está até certo, porque eu estava desse jeito. Comendo tudo o que tinha na frente.

Em seguida, Dona Judite afirmou que, no almoço que prepara para ela e sua neta, sempre tem arroz e feijão, mas que estava diminuindo a quantidade de arroz consumida por ela, devido às prescrições médicas. Essa situação não parecia ser fácil para ela, que se

perguntava "Mas sem o arroz, o que eu vou comer, então?", revelando não apenas a importância e centralidade desse alimento em sua dieta, como também a dificuldade de seguir as prescrições médicas ou nutricionais. Perguntada sobre a farinha de mandioca, ela afirmou que também estava tentado diminuir seu consumo, mas revelou ter comido esse alimento no dia anterior à entrevista.

Em outro momento, revelando uma vez mais a dificuldade em seguir as orientações médicas, ela contou o seguinte:

Esses dias mesmo eu cheguei à feira e comprei um pacote de mandioca ralada de fazer bolo. E cheguei aqui e fiz duas formas. Nossa, com aquele leite condensado. Mas estava gostoso demais. [...] Eu nem falei para os meus filhos, porque se falar eles me dão bronca. [...] Então, é muito gostoso bolo de mandioca, mas eu parei de fazer porque não me senti bem.

Selma, que também afirmou ter problemas de saúde, mencionou essa mesma dificuldade em controlar a alimentação. Primeiramente, ela disse:

Como eu sou hipertensa, então minha comida é separada da deles [referindo-se ao fato de que prepara uma comida diferente para os filhos]. Aí eu não posso comer fritura, tenho que evitar sal. E tenho ela [referindo-se à filha que estava em casa] também, que tem diabetes. Nesse caso, fritura é proibido. Doce também. [...] O médico falou "Controla o doce, evita fritura, porque ela não pode".

Em seguida, ela admitiu que tinha muita vontade de comer alimentos que não estavam entre aqueles recomendados pelo médico: "Estou doida para comer uma pizza, mas não posso. Tem uma vizinha minha aqui que faz salgados. Ela faz pizza. Eu estou perto de chegar para ela e falar: 'Ai, Maria, faz uma pizza para mim, assim, mais *light*.'" Segundo ela, a própria amiga costuma dizer "Selma, pelo amor de deus, você não pode", ao que ela disse responder "Você também não pode, tem pressão alta, mas come".

A difícil tarefa de comer de acordo com as prescrições médicas ou nutricionais não aparece apenas na fala daqueles que enfrentam problemas de saúde. Rose, por exemplo, considerava-se acima do peso, mas não relatou ter nenhum problema de saúde. Quando indagamos o que costumava comer no café da manhã, ela respondeu:

Ai, senhor, eu tenho de contar mesmo? Eu tenho que me entregar? Bom, como a gente [referindo-se a ela e aos outros agentes de saúde da UBS] toma café da manhã em uma lanchonete, então tem aquelas maravilhas de lanchonete, né? Aí um dia eu como pão na chapa, outro dia eu como coxinha, e assim vai variando. O que me agrada eu vou lá e como.

Esse desconforto com a própria alimentação revelou-se mais adiante como um sentimento de culpa e frustração:

Eu gosto muito de comer coisas calóricas, né? Às vezes eu sinto falta de ensinar meus filhos a comer uma verdura. Ter outros alimentos que eles possam gostar e ter aquilo como exemplo. E eu não consigo. [...] Porque estou vendo que eles estão seguindo o meu ritmo e do meu esposo com a alimentação [...] Porque isso pode prejudicar muita coisa na saúde [deles]. Não sei, eu não acho correto, mas não consigo mudar.

Indagada sobre o que seria ter uma alimentação saudável, ela afirmou que "para uma alimentação ser saudável ela tinha de ter todas as regrinhas, [ser] normal, né? Proteínas, carboidratos. Tinha que ter frutas, legumes". Em seguida, afirmou que aprendeu isso na UBS, com os colegas de trabalho, mas que também aprende sobre alimentação saudável por meio da televisão, que "ajuda muito a gente a ter um conhecimento melhor". E concluiu dizendo que "Nessa parte eu me sinto um pouco inútil. Porque o que eu oriento meus pacientes [a fazer] é uma coisa que eu não faço. [...] Comer mais verduras, deixar de comer coisas mais calóricas, gordura. E isso eu não consigo."

O descontentamento com a própria alimentação não fica restrito, evidentemente, à dificuldade em ter uma dieta que seja entendida como saudável. Na maior parte das entrevistas realizadas, ficou evidente que a falta de dinheiro era responsável pela frustração de não poder adquirir determinados alimentos ou de não poder consumi-los na quantidade desejada. A fala de Rose revela a frustração de não poder comprar os alimentos que os filhos gostam, no supermercado. De acordo com ela:

Eu procuro suprir com tudo, mas às vezes um pede uma coisa diferente e eu não posso comprar. [...] Por exemplo, iogurte mesmo. Não é todo dia que eu tenho dinheiro para comprar aquilo que eles querem. Quando aquilo que eu comprei acaba, eles querem mais, mas eu não tenho dinheiro para comprar. Aí falo: já era, agora só mês que vem. Ai, para mim é muito difícil. Fico frustrada com isso. De não poder dar para eles o que eles querem. E fora outras coisas, nem tanto de alimentação, coisas pessoais mesmo, como um jogo, uma roupa, um tênis. Fazer alguma coisa que eles têm vontade de fazer e eu não estou em condições de dar. Então, é muito chato isso.

De acordo com ela, na semana em que é feita a compra de supermercado, "Então eles pensam que é festa. [...] Dia 1º aqui em casa é o dia mais feliz do mundo. Porque aí eu já compro o que eles querem e eles comem tudo de uma vez. É um pacote de bolacha para cada." Em compensação, quando pedimos para descrever como é a última semana do mês, ela afirmou: "É de tristeza. Tá todo mundo desanimado. Porque abre o armário e não acha uma

bolacha, um salgadinho. O arroz e o feijão e a mistura não falta. Isso é certinho. Mas bolacha recheada não tem. Não tem o bolo". E, por fim, conclui: "Se eu tivesse em casa uma quantidade que desse para o mês todo, eles não tinham essa sede de acabar com tudo. Eles iriam se acostumar com aquela rotina, mas um dia eu chego lá".

Perguntada sobre o que não pode faltar, Rose respondeu: "Eu acho que a mistura, a carne. E um suco. Porque se falta todo mundo começa a chiar. A gente fala que o pessoal aqui é carnívoro, porque, olha, o pessoal aqui gosta de carne." Ela admitiu em seguida que já chegou a perguntar para outras pessoas o que poderia fazer para diminuir os gastos com a mistura, ao que responderam: "Você gasta muito porque não come verdura. Se você começar a comer verdura você vai gastar menos com mistura". Rose, que já havia dito não gostar de verduras e sentir-se frustrada por não incentivar seus filhos a comê-las, concluiu dizendo: "Então eu estou perdida".

Conforme já visto, o momento de aquisição de alimentos demanda experiência e atenção por parte das mulheres, para que não falte o necessário em casa. Segundo Rose, o dinheiro de que ela dispõe para fazer as compras "É muito pouco. Não dá. Eu sinto que tenho de fazer tipo uma estratégia para não faltar. [...] Comprar umas coisas menos e outras coisas mais. Então tem que estar [se] policiando."

Nesse mesmo sentido, também Aline, quando perguntada se no final do mês faltava dinheiro para comprar algo, respondeu: "Assim, nunca tem dinheiro para comprar o que a gente quer, né? Mas faltar, faltar, não falta, não". Indagada sobre o que é "o que a gente quer", ela respondeu: "A gente tenta comprar o que precisa. Na verdade a gente sempre compra o que precisa. Às vezes a gente quer comer tipo uma lasanha, mas não tem dinheiro para comprar". Para Aline, "O que precisa é o arroz e o feijão. É o óleo, que não pode faltar, né? É o leite dele [referindo-se ao filho de menos de um ano de idade]. A fralda. Então tem muitas coisas que a gente deixa de comprar..."

Desse modo, como as entrevistas e os dados revelam, as estratégias das mulheres no momento de aquisição e preparo dos alimentos tem limites muito estreitos. É o que Ferreira e Magalhães (2005, p. 1797) indicam, ao reconhecer que

A reduzida margem para a escolha da alimentação da família impõe o consumo de alimentos de digestão mais demorada que promovem maior saciedade. O regime "básico" refere-se à combinação "feijão e arroz" que representa "a comida que a gente precisa"; que "alimenta a gente"; que "enche a barriga" pela qual "não se passa fome".

Os dados da POF 2008-2009 (IBGE, 2010b) também apontam a relação entre a falta de dinheiro e a impossibilidade de consumir os alimentos preferidos. De acordo com essa pesquisa, no estado de São Paulo, apenas 17% das famílias cuja renda era de até três salários mínimos consomem alimentos sempre do tipo preferido, enquanto 30% afirmou que isso raramente era possível (IBGE, 2010b, p. 208).

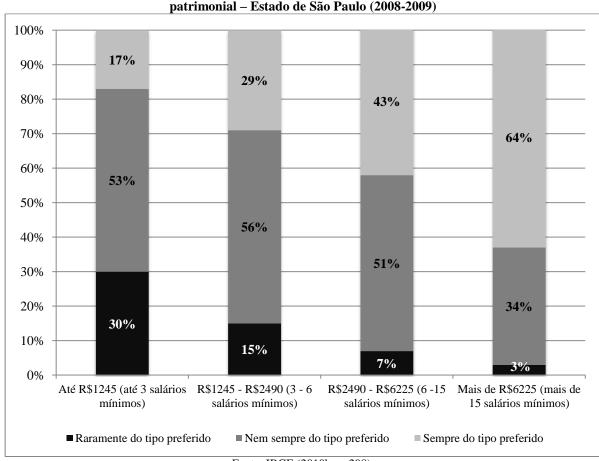


Gráfico 11 - Consumo de alimentos segundo a preferência, por classes de rendimento total e variação patrimonial – Estado de São Paulo (2008-2009)

Fonte: IBGE (2010b, p. 208). Elaborado pelo autor.

A nosso ver, é necessário problematizar a noção de "tipo preferido" e como os dados acima podem ser interpretados. Além disso, a alternativa "nem sempre do tipo preferido" é bastante ampla e pode obscurecer diferenças ainda maiores entre as classes de rendimento. No entanto, mesmo com todos esses problemas, quando comparamos os dados relativos às alternativas "raramente do tipo preferido" e "sempre do tipo preferido", fica evidente a desigualdade em relação à satisfação com os alimentos consumidos entre as diferentes classes de rendimento.

Para nós, o que esses dados revelam – corroborando nossas entrevistas – é que uma parcela significativa da classe trabalhadora vive permanentemente o constrangimento de, por

não ter dinheiro, não poder comer aquilo que gostaria. Lamentavelmente, no entanto, a insatisfação quanto à própria alimentação não se resume à questão de poder ou não consumir os alimentos do tipo preferido, mas também à quantidade de alimentos adquiridos.

A mesma POF 2008-2009 (IBGE, 2010b) avaliou se as famílias julgavam a quantidade de alimentos consumida como normalmente insuficiente, às vezes insuficiente ou sempre suficiente. Os resultados revelam que, entre as classes de rendimento mais baixo, é muito comum a avaliação de que a quantidade de alimentos é insuficiente. No Brasil, entre as famílias que vivem com até três salários mínimos, apenas 48% julgam que a quantidade de alimentos é sempre suficiente (IBGE, 2010b, p. 207). No estado de São Paulo essa proporção é um pouco maior (55% afirmam que a quantidade é sempre suficiente), mas ainda assim reveladora das adversidades enfrentadas pela parcela mais pobre da classe trabalhadora.

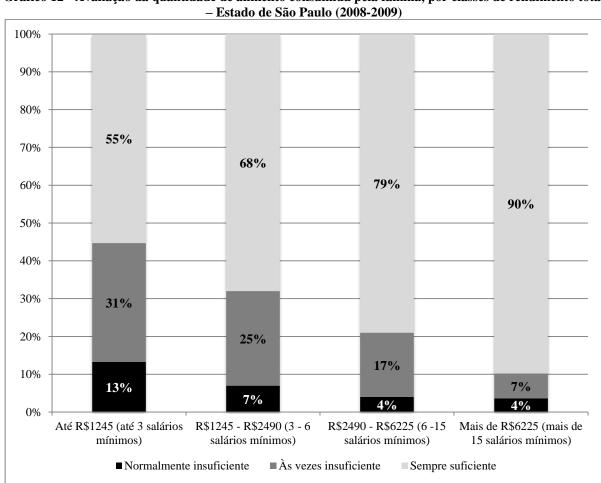


Gráfico 12 - Avaliação da quantidade de alimento consumida pela família, por classes de rendimento total

Fonte: IBGE (2010b, p. 207). Elaborado pelo autor.

Novamente, é necessário indicar que o conceito – suficiente/insuficiente – utilizado pela pesquisa precisa ser problematizado. Se, por um lado, ele tem a vantagem de captar a percepção das próprias famílias sobre sua situação e não definir abstratamente o que é ou não suficiente, por outro sabemos que muitas vezes essas famílias podem passar a definir como suficiente uma alimentação deficitária em vários sentidos. De toda forma, uma vez mais fica evidente que a baixa remuneração pela venda da força de trabalho exerce enorme influência sobre a alimentação da classe trabalhadora.

Isso também ficou evidente em nossas entrevistas, mas, antes de passar a sua análise, é preciso destacar que tratar da falta de alimentos ou da fome demanda um cuidado por parte do pesquisador, afinal, trata-se de pedir ao entrevistado que relate uma experiência dramática e degradante. Em "Experiência e pobreza", Benjamin (1987, p. 115) afirma que os combatentes da Primeira Guerra Mundial voltaram silenciosos do campo de batalha, pois estavam "Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos". De acordo com ele, esse "fenômeno não é estranho. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes" (BENJAMIN, 1987, p. 115). Para ele, portanto, a experiência do corpo pela fome é comparável àquela da guerra, ambas desmoralizantes e que calam aqueles que as vivenciaram. Essa interpretação parecenos muito apropriada e potente — afinal, como traduzir em palavras a "experiência do corpo pela fome"? Como comunicar os sentimentos que essa experiência provoca?

Por conta dessa dificuldade em falar sobre a fome, entendemos que não seria conveniente começar uma entrevista tratando de maneira direta essa temática. Nesse sentido, buscamos sempre orientar a conversa para que ela chegasse até esse ponto, mas sempre com o cuidado de respeitar o entrevistado, em especial seu silêncio e seu choro, quando estes apareciam. Como sugere Kowarick (2009, p. 21), não devemos

insistir sobre pontos problemáticos [porque] em situações de sofrimento, como o desemprego, o assassinato de parentes ou mesmo o fato, para alguns humilhante, de ter de dividir privadas e chuveiros, ou ainda perceber a precariedade de suas próprias moradias: é preciso uma ética especial de pesquisa para estudar a miséria do mundo.

Como as entrevistas realizadas para nossa pesquisa de mestrado já indicavam que o final do mês era caracterizado como um momento "de aperto", uma das formas de encaminhar a conversa para a temática da falta de alimentos e da fome foi perguntar sobre possíveis alterações na alimentação no fim do mês<sup>210</sup>. Em algumas entrevistas, não houve menção a

<sup>&</sup>lt;sup>210</sup> De acordo com a POF 2008-2009 (IBGE, 2010b, p. 206), 88,1% das famílias cujo rendimento mensal era de até dois salários mínimos afirmaram enfrentar dificuldade para chegar até o fim do mês com o rendimento

mudanças significativas, mas em outras ficou explícito que no fim do mês era comum alguns alimentos serem substituídos por outros mais baratos, ou mesmo que fosse necessário reduzir as porções em cada refeição.

Primeiramente, é necessário destacar que parte dos entrevistados os quais relataram não enfrentar atualmente grandes dificuldades para se alimentar adequadamente, afirmaram ter convido com essas dificuldades em outros momentos de sua vida. Nesses momentos, eles se referiram especialmente ao passado no campo, ou na Bolívia, ou ao momento de chegada à cidade de São Paulo.

Quando perguntada se já havia passado pela necessidade de "pular refeições" nos momentos de maior dificuldade, Maria do Socorro afirmou que em São Paulo isso ainda não havia acontecido, mas que "No Ceará aconteceu. [...] Lá era mais complicado. Lá, não vou mentir não, tinha dia que tinha almoço mas não tinha janta. Sentia fome mesmo. Às vezes o café da manhã era só café puro, porque não tinha mais nada". Ela conta: "[Por isso] eu comecei a trabalhar cedo para ajudar meus pais. Eram dez irmãos, a maioria tudo pequeno. Aí, com 10 ou 11 anos eu fui para a cidade [de Salgueiro]", onde cuidava das crianças de uma outra família. Javier Mário, por sua vez, citou que a situação na Bolívia era muito complicada, pois ganhava muito pouco no trabalho, por isso havia dias em que "só comia o almoço, porque tinha outros custos", como transporte e educação. Ele afirmou que trabalhava o dia todo e à noite estudava, mas que era bem difícil manter a concentração nos estudos tendo feito apenas uma refeição durante todo o dia.

Já para Santos, o momento mais difícil que viveu em São Paulo foi quando estava montando sua oficina de costura, pois por vezes os gastos ultrapassavam suas receitas. Nesse período, segundo ele, foi necessário economizar inclusive com a alimentação da família, levando-o a substituir alimentos (foram citados o ovo e a salsicha como substitutos da carne) e a diminuir a quantidade de verduras.

Entre aqueles que revelaram ter encontrado dificuldades para se alimentar adequadamente, ficou claro que não é apenas o fim do mês que é identificado como um momento problemático. Dependendo da inserção do trabalhador no mundo do trabalho, essa temporalidade pode mudar, como é o caso dos trabalhadores bolivianos, entrevistados no Brás, que vendem sua produção para empresas do ramo de confecções. Para eles, o aperto não está associado ao fim de cada mês, mas aos meses nos quais essas empresas não realizam pedidos, ou estes são menores. Leandro, que vende suas peças de roupa para uma dessas empresas,

monetário familiar. Essa proporção é de 81,6% para as famílias com rendimento mensal entre dois e três salários mínimos. Os dados relativos a todas as classes de rendimento encontram-se no Apêndice B.

afirmou que há meses mais apertados, porque "Às vezes tem crises [...] Em junho, por aí, eles param o trabalho". Para ele, esse é um momento no qual "todo mundo fica preocupado" e, devido a isso, "a gente economiza um pouco. Compra pouco, menos. E come menos." Perguntado se nesses momentos há necessidade de comprar outros tipos de alimento, ele respondeu que sim, mas afirmou que ainda não foi necessário pular refeições. Para Javier Mário, que fez uma fala semelhante sobre esses períodos, "nos meses em que entra menos dinheiro" é comum substituir a carne por ovo e salsicha; para Santos, os momentos em que "não tem serviço" são mais difíceis.

Na entrevista com Selma, ela indicou que, para os que trabalham com carga e descarga de caminhões na Zona Cerealista, também "tem meses que é mais parado". Perguntada se nesses momentos ela tem receio de que falte comida em casa, ela respondeu:

Eu tenho. Aqui em casa só o meu marido trabalha. E ele não está trabalhando registrado. Ele faz bico. Ele trabalha com carga e descarga de caminhão aqui mesmo [na Zona Cerealista]. Aí nem sempre tem serviço. No começo de ano, até o póscarnaval, demora ter serviço. Então tem que economizar, senão... [silêncio]

Para outros trabalhadores que também não recebem salário ou benefício no início do mês, os problemas podem ter outra periodicidade, como relatou Maria do Socorro, cujo marido trabalha em uma oficina mecânica e recebe semanalmente. De acordo com ela,

Tem semana que... Eu não vou mentir não, tem semana que é mais complicado. Aí as coisas já diminuem no total. [...] É pelo que ele ganha. Tem semana que entra um servicinho bom, até demais. Mas tem semana que é fraca. Aí já tem que diminuir mais em algumas coisas. Tem semana em que eu não compro tudo.

Segundo ela, quando o marido trabalhava "na outra oficina", era mais comum que eles tivessem de reduzir as porções em cada refeição, porém, quando indagada se já tinha chegado a faltar a mistura, ela afirmou que "Não, sempre tinha. Não assim do jeito que era para ter antes. [...] Vamos supor, de carne mudava para sardinha, essas coisas. Sardinha enlatada, salsicha, linguiça. [...] Porque aqui a gente sempre come carne, mas nesses momentos tem que mudar". A distinção que Maria do Socorro faz entre "o que tem" e "o que era para ter" revela seu descontentamento com a substituição de determinados alimentos nos momentos de maior dificuldade. Além disso, é importante destacar que, em sua fala, pode-se perceber como o consumo de alguns produtos industrializados (sardinha enlatada e salsicha) está associado aos momentos de dificuldade, e não a uma escolha ou preferência por esses alimentos.

<sup>&</sup>lt;sup>211</sup> Diferentemente de Leandro, ele citou os meses de dezembro, janeiro e agosto.

É preciso salientar, no entanto, que os momentos de aperto não estão associados apenas ao fim do mês ou às semanas ou meses mais apertados. Em nossas entrevistas, eventos como a perda do emprego ou a separação do casal também foram citados como associados a momentos de maior dificuldade em conseguir alimentar-se adequadamente. A menção a esses eventos revela como a situação em que muitos vivem é limítrofe, ou seja, que mudanças no arranjo familiar ou no orçamento doméstico podem levar rapidamente a alterações significativas das práticas alimentares.

Perguntada se já tinha sentido o receio de faltar comida em casa, Dona Judite respondeu "Já, muitas vezes", afirmando que nesses momentos "ficava desesperada, eu ficava nervosa, sabe? Muito nervosa". Para ela, isso ocorreu graças à pouca ajuda que recebia do marido, o que a levou a dar um fim ao casamento: "Eu tive cinco filhos. E criei todos sozinha. Meu marido era uma pessoa preguiçosa, e não saía de dentro de casa. Aí eu saí de casa. Larguei ele dentro de minha casa e fui alugar [outra] casa e morar fora. E não foi fácil pra mim". De acordo com ela, nessa época,

às vezes quando estava em um algum lugar, eu saía e ia no Brás [a fim de comprar produtos para revender no bairro], eu passava até fome. Eu tinha vontade de comer alguma coisa, [mas] não comia, porque pensava assim: não, esse dinheiro aqui é para levar para dentro de casa, porque compra a mistura e come todo mundo junto. Isso aqui tem que levar para dividir para todo mundo. E hoje não, graças a Deus que hoje se eu tiver com fome eu encosto num lugar lá, num restaurante e como. E antes não, antes era diferente.

A fala de Dona Judite sobre esse período difícil, assim como a de outras pessoas entrevistadas, revela também que a experiência da fome não é sentida apenas na "barriga", mas principalmente no "peito" e na "cabeça". De acordo com ela, nesse momento, "Não chegou a faltar de tudo, mas chegou a faltar a mistura, a verdura." E complementa: "A gente fica preocupada, né. E tem o desespero. Chorava, sabe? Eu já tinha problema de depressão. E a depressão que eu tive foi por causa disso".

É importante ressaltar que a história de Dona Judite revela um comportamento muito comum entre as mulheres. Em primeiro lugar, quando ocorre a separação do casal, em geral é a mãe que fica com a responsabilidade de continuar criando os filhos, muitas vezes com um orçamento ainda mais restrito. Em segundo lugar, as mães tendem a suportar a própria fome para alimentar antes os filhos, independentemente de estarem casadas ou não.

É o que nos relatou Lourdes, definindo o momento de separação do marido como "muito difícil". Após a separação, ela conta ter morado com o filho do meio e a filha mais nova, pois o mais velho era "missionário da igreja" e morava fora. Nesse momento, ela teve

de substituir alguns alimentos da mistura por "ovo, salsicha, carne moída, porque o arroz e o feijão não eram tão caros". Perguntada se, por conta dessas dificuldades, havia chegado a ser necessário diminuir o tamanho da refeição, ela respondeu que sim: "A minha parte. A deles não. Porque a mãe sempre se sacrifica, né? Você deixa de comer para sobrar para os filhos. Acho que é normal, toda mãe faz isso." Segundo ela, os filhos não perceberam isso, ou "se perceberam não falaram nada, mas faz parte".

Outra fala que trouxe o peso da separação, mas desta vez mais diretamente associada ao desemprego, foi a de Rose. De acordo com ela, um ano antes da realização da entrevista, ela chegou a ficar preocupada com a possibilidade de faltar comida em casa:

Meu marido estava desempregado e a gente estava numa situação financeira muito ruim. E só eu trabalhava, né? Então foi um período muito difícil. [...] Ele ficou de quatro a seis meses desempregado. [...] E meu salário não dava para suprir todas as necessidades, né? E eu ainda tinha de pagar água, luz, telefone.

Perguntada sobre como se sentia nesse momento, ela respondeu, bastante emocionada, já chorando: "Uma inútil. Uma sensação assim, sei lá, de incapacidade". De acordo com ela, nesse momento, "Eu sentei com eles [os filhos] e expliquei a realidade para eles. Que a gente ia passar por um momento difícil". Perguntada se o marido participou da conversa, ela afirmou: "Meu marido, nesse tempo, não estava aqui. Ele tinha saído de casa."

Pouco antes de relatar sua história, Rose havia descrito a dificuldade em lidar com os problemas dos pacientes que ela atende como agente comunitária de saúde no Jardim Gaivotas. De acordo com ela, na área do bairro que atende,

Tem pessoas que têm tudo do bom e do melhor, têm uma boa vida social, têm o que comer. Já outros pacientes não têm aquilo, não têm o que comer. Chega a não ter o que comer, e a gente percebe isso. E se tiver criança, é aí que a gente percebe.

Perguntada sobre como ela percebe que as pessoas não têm o que comer em casa, respondeu:

Quando eu entro numa casa e vejo que a família está com algum problema financeiro ou com dificuldade de alguma coisa, a gente já percebe na voz da paciente. [E como se representasse esse momento, continuou.] "Ô, Dona Maria, está tudo bem com a senhora?". Aí ela vira para um lado, olha para o outro. Evita olhar olho no olho, principalmente se estiver escondendo alguma coisa. Então a gente tem a dinâmica de perceber como era da outra vez e como está quando a gente volta. [...] As pessoas que passam muita necessidade, assim de comida, elas são as que mais têm dificuldade de nos receber. Com vergonha do ambiente em primeiro lugar. [...] Geralmente as casas são mal arrumadas, têm mau cheiro, as crianças são sujas, as crianças são magras. Só de entrar você já vê que ali não está um ambiente adequado.

[...] Elas têm vergonha, elas têm receio. Elas não deixam a gente entrar na casa. Elas são as mais complicadas. Se tem algum problema na casa, o ACS é o primeiro que percebe.

Questionada se havia muita gente nessa situação no bairro, ela respondeu:

É muito comum. [...] Tem uma parte do bairro que tem mais. A parte do Tangará, lá para cima, ao redor da represa e perto da unidade, é onde tem mais famílias que necessitam [...] O nosso lado [o lado do bairro onde ela vive], a gente fala que é a área mais VIP. É a área que tem, mas não tem tanto. Mas tem também. Principalmente ali para baixo. Aqui do meu lado também tem pessoas que necessitam. Mais perto da represa tem mais, principalmente onde não tem asfalto.

É impressionante como a descrição de Rose revela uma íntima relação entre as condições de urbanização e a ocorrência de fome no bairro. Mesmo nos bairros localizados nos extremos da periferia, há uma diversidade interna a ser considerada. No caso do Jardim Gaivotas e do Cantinho do Céu, viver próximo à represa é em geral viver longe do ponto final do ônibus, do supermercado, da escola, da UBS etc., onde as ruas sequer foram asfaltadas. Essa é a parte do bairro onde os imóveis são mais precários e mais baratos, e é também, como Rose indica, a área onde há um número maior de famílias que não têm o que comer todos os dias.

Quando perguntada sobre quais seriam as razões, do ponto de vista dela, por que isso acontece, por que ainda hoje pessoas não têm o que comer, ela respondeu:

Eu acho que é o desemprego. Em primeiro lugar o desemprego. Segundo, eu acho que é a falta de interesse. [...] Eu acho assim: vem o desemprego, aí vem a depressão, aí com aquilo eles vão juntando vários outros... Quando a pessoa fica deprimida, a coisa desanda. Os meus pacientes que chegaram a esse ponto foi por causa do desemprego. Aí entra o alcoolismo, entram as drogas. Vira uma bola de neve.

E continuou, contando uma história hipotética que em muito lembra a dela própria:

Aí, se por um acaso o pai fica desempregado, só a mãe trabalha. A mãe, vendo a situação do pai, acaba ficando doente de não ter condições de manter tudo aquilo que está acontecendo com ela e ainda cuidar da família e dos filhos. Ela tem de trabalhar, manter a casa, cuidar do marido e ainda dos filhos. Aí aquilo vai virando uma bola de neve e acaba nessa situação.

Por meio dos dados e, principalmente, das falas de nossos entrevistados, procuramos explicitar como é residual a apropriação das práticas alimentares em nossa sociedade, especialmente entre aqueles que compõem a parcela mais empobrecida da classe trabalhadora.

Nosso objetivo foi demonstrar como o processo de alienação atinge todas as práticas alimentares, sendo a fome sua expressão mais extrema.

Não poder produzir os alimentos, ou nem saber como eles foram produzidos; adquirir alimentos em supermercados distantes de casa e que não oferecem a mesma coisa que aqueles de outras partes da cidade; não ter dinheiro para comprar a comida que prefere ou aqueles alimentos que a filha mais gosta; ser obrigada a cozinhar dia após dia em um cômodo que sequer pode ser chamado de cozinha; não ter uma mesa para fazer a refeição com a família; ter medo de que a comida acabe antes de haver dinheiro novamente; sentir o desespero e a depressão. A quantidade de situações que revelam a alienação das práticas alimentares pode ser interminável.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O caminho que percorremos até aqui permite-nos afirmar que ainda estamos muito longe de experimentar individual e socialmente a apropriação plena das práticas alimentares. Em outras palavras, em uma sociedade na qual a sobrevivência (elementar para os mais pobres e ampliada para aqueles que têm rendimentos maiores) caracteriza a vida cotidiana da imensa maioria da população, prevalece a alienação das práticas alimentares.

Temos consciência de muitos dos limites de nossa pesquisa e do fato de que ainda há muito a ser desvendado acerca das práticas alimentares da classe trabalhadora. Por outro lado, entendemos que ela traz alguns avanços na compreensão dos fundamentos da crise alimentar. Buscamos revelar que a alienação das práticas alimentares é resultado inerente da reprodução das relações sociais capitalistas e, neste sentido, não pode ser entendida como fruto de falhas ou desequilíbrios (sociais ou naturais). Além disso, nos empenhamos para demonstrar como ela não pode ser compreendida sem a consideração do processo de urbanização, uma vez que este repõe e intensifica os processos de exploração e expropriação para além do espaço da produção de mercadorias.

A análise das práticas alimentares no Brás e no Grajaú aponta para algumas tendências, como o fato de que os moradores da periferia de São Paulo têm acesso a uma rede de equipamentos voltados ao abastecimento mais precária, enquanto a parcela mais empobrecida da classe trabalhadora que vive nas áreas centrais tende a ocupar domicílios mais precários, o que compromete o preparo e consumo dos alimentos. No entanto, a diversidade de situações vividas nos dois recortes não permite que estabeleçamos uma classificação ou hierarquia rígida entre os dois lugares. A urbanização crítica produz situações diferentes, mas para a classe trabalhadora prevalece, onde quer que ela esteja, a alienação das práticas alimentares.

Impressiona como o processo de separação do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho resulta, como Debord (1997) indicou na perda do ponto de vista unitário sobre as atividades realizadas e da comunicação entre os produtores. Para (Lefebvre 1973, p. 97) esse processo resultou em um "cotidiano, reduzido ao consumo programado, afastado das possibilidades que a técnica abre", em um "urbano, reduzido a pedaços em torno da centralidade estatal" e em "diferenças reduzidas à homogeneidade pelos poderes coerçores". Em uma situação como essa como esperar algo diferente da alienação das práticas alimentares?

Para Lefebvre (1973, p. 26), em nossa sociedade

tudo se conta e se mede. [...] No entanto, o drama existe. Diante do número, há o que ele não apreende, o que ele cerca, mas que lhe escapa, o resíduo, o irredutível. [...] O drama: tudo é drama: vida e morte, derrota ou vitória. Conto os agonizantes, cronometro a agonia, e nada me diz o que é o sofrimento, o que é o nada.

Nossa análise buscou considerar os dados que revelam a generalização da sobrevivência e da alienação das práticas alimentares, mas com o cuidado de não perder de vista o sofrimento e as dificuldades cotidianas que a fala de nossos entrevistados revela. Assim, tentamos nos aproximar de uma crítica da vida cotidiana que, sem desconsiderar os fundamentos da alienação das práticas alimentares, atentasse também para suas particularidades e especificidades.

Entendemos que a crítica que indica não haver alternativas reais dentro do atual estado das coisas, não pode ser entendida como desnecessária. Pelo contrário, ela é indispensável na medida em que identifica os limites da realidade em que vivemos e aponta para a necessidade de uma transformação radical das relações sociais de produção. Ficar preso à racionalidade existente, o que muitas vezes nos é apresentado por meio da necessidade de aplicabilidade imediata de todo conhecimento, ratifica as relações sociais que produzem a própria crise na qual estamos inseridos.

Imerso na busca pela compreensão da alienação das práticas alimentares talvez tenhamos nos descuidado em identificar as resistências a tal processo. Para Lefebvre (1973, p. 97) "Se o espaço se torna lugar da re-produção (das relações de produção), torna-se também o lugar de uma vasta contestação não localizável, difusa, que cria o seu centro às vezes num sítio e logo noutro". Para Damiani (2008a, p. 106) a luta de classes transborda o espaço da produção de mercadorias e atinge toda a sociedade, mesmo que de forma deteriorada. É preciso, portanto, reconhecer como essa luta se revela (também) por meio da alimentação, o que revela que a busca pela compreensão da relação entre a reprodução crítica do capital e a alimentação não para por aqui.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. O sítio urbano de São Paulo. In: AZEVEDO, Aroldo de. (Org.). **A cidade de São Paulo**. Estudos de geografia urbana. v. I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 169-243.

ANDRADE, Margarida Maria de. **Bairros Além-Tamanduateí**: o imigrante e a fábrica no Brás, Mooca e Belenzinho. São Paulo: FFLCH-USP, 1991.

AZEVEDO, Aroldo de. São Paulo, cidade trimilionária. In: AZEVEDO, Aroldo de. (Org.). A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana. v. I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 5-40.

BECKER, Bertha. O mercado carioca e seu sistema de abastecimento. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. XXVII, n.º 2, p. 33-60, abr./maio 1966.

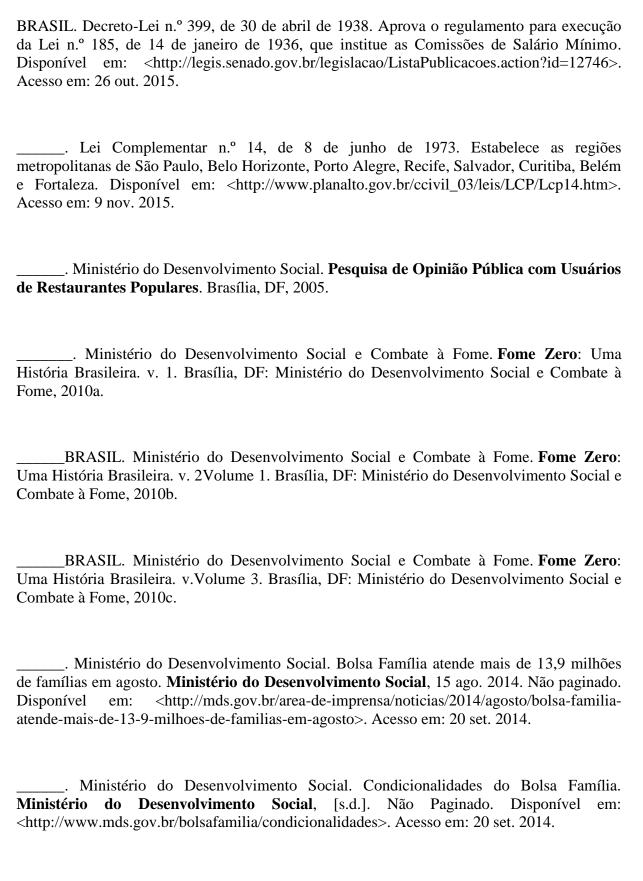
BELIK, Walter. A Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: concepção e resultados. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 2, n.º 19, p. 94-110, 2012.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. v. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BICKEL, Gary et al. **Guide to Measuring Household Food Security**, Revised 2000. Alexandria: USDA/Food and Nutrition Service, 2000.

BIRD libera 1º empréstimo ao governo Lula. **Folha de S. Paulo**, 30 mar. 2003. Disponível em: <a href="http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3003200305.htm">http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3003200305.htm</a>>. Acesso em: 26 out. 2015.

BONDUKI, Nabil. Origens do problema da habitação popular em São Paulo. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano II, n.º 5, abr. 1982.



BRINKMAN, Henk-Jan; HENDRIX, Cullen S. Food insecurity and violent conflict: Causes, consequences, and addressing the challenges. Rome: World Food Program, 2011. (Occasional Paper 24)

CÂNDIDO, Antônio. <b>Os parceiros do Rio Bonito</b> . São Paulo: Editora 34, 2001.
Antropologia e alimentação. <b>Revista de Saúde Pública</b> , São Paulo, v. 3, n.º 22, p. 207-216, 1988.
CARR, Edward R. Postmodern conceptualizations, modernist applications: Rethinking the role of society in food security. <b>Food Policy</b> , v. 1, no. 31, p. 14-29, 2006.
CASCUDO, Luís da Câmara. Quando e como se comia. In: <b>História da alimentação no Brasil</b> . São Paulo: Global, 2004.
CASTRO, Josué de. <b>Documentário do Nordeste</b> . São Paulo: Brasiliense, 1959.
<b>Geografia da Fome</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). A segurança alimentar e nutricional e o direito à alimentação adequada no Brasil. Indicadores e Monitoramento: da constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, DF: Consea, 2010.
DAMIANI, Amélia Luisa. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. <b>Terra Livre</b> , São Paulo, n.º 15, p. 21-37, 2000.
Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. (Org.). <b>Geografias de São Paulo</b> : representação e crise da metrópole. v. 2. São Paulo: Contexto, 2004a. p. 19-58.
A propósito do espaço e do urbano: algumas hipóteses. <b>Cidades</b> , Presidente Prudente, v. 1, n.º 1, p. 79-95, 2004b.
<b>Espaço e Geografia</b> : observações de método - Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia - Ensaio sobre a Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo. 2008. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008a.

<b>População e Geografia</b> . São Paulo: Contexto, 2008b.
DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). <b>Política de Valorização do Salário Mínimo</b> : Salário Mínimo de 2015 fixado em R\$ 788,00. <b>Dieese</b> , jan. 2015. (Nota Técnica Número 143). Disponível em: <a href="http://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec143SalarioMinimo.pdf">http://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec143SalarioMinimo.pdf</a> . Acesso em: 26 out. 2015.
DEVEREUX, Stephen; BERGE, Kersti. <b>Famine in the twentieth century</b> . Brighton: Institute of Development Studies, 2000. (Working Paper 105)
EDKINS, Jenny. "Famines" or "mass starvations": victims, beneficiaries and perpetrators. Londres: <b>Humanitarian Practice Network</b> , Overseas Development Institute, p. 6-8, 2004.
ENGELS, Friedrich. A questão da habitação. Lisboa: Avante, 1984.
FAGNANI, Eduardo. Como conquistar o desenvolvimento social. <b>Le Monde Diplomatique</b> , São Paulo, 1º fev. 2011. Não paginado. Disponível em: <a href="http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=864">http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=864</a> >. Acesso em: 23 out. 2015.
Brasil: dois projetos em disputa. <b>Le Monde Diplomatique</b> , São Paulo, 7 jul. 2014. Não paginado. Disponível em: <a href="http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1677">http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1677</a> >. Acesso em: 23 out. 2015.
FERREIRA, Vanessa Alves; MAGALHÃES, Rosana. Obesidade e pobreza: o aparente paradoxo. Um estudo com mulheres da Favela da Rocinha, Rio de Janeiro, Brasil. <b>Caderno de Saúde Pública</b> , Rio de Janeiro, v. 6, n.º 21, p. 1792-1800, nov./dez., 2005.
FISCHLER, Claude. Food, self and identity. <b>Social Science Information</b> , v. 2, no. 27, p. 275-292, 1988.
El (h)omnívoro. El gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Anagrama, 1995.

FITCHEN, Janet M. Hunger, Malnutrition, and Poverty in the Contemporary United States: Some Observations on Their Social and Cultural Context. In: COUNIHAN, Carole; ESTERIK, Pennu Van. (Org.). **Food and Culture**: a Reader. New York/London: Routledge, 1997. p. 384-401.

FONTENELLE, Isleide Arruda. **O Nome da Marca**: McDonald's, fetichismo e cultura descartável. São Paulo: Boitempo, 2002.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food Insecurity in the World 2013**. The multiple dimensions of food security. Rome: FAO, 2013.

\_\_\_\_\_\_. OUR STRATEGIC objectives. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**, [s.d.]. Não paginado. Disponível em: <a href="http://www.fao.org/about/en/">http://www.fao.org/about/en/</a>>. Acesso em: 22 out. 2015.

GEORGE, Susan. O mercado da fome. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e debates**, n.º 6, p. 6-35, 1982.

\_\_\_\_\_. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013a.

\_\_\_\_\_. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n.º 28, p. 8-39, 2013b.

HELLER, Agnes. Teoría de las necesidades en Marx. Barcelona: Península, 1986.

HEYNEN, Nik. "But it's alright, Ma, it's life, and life only": Radicalism as survival. **Antipode**, v. 5, no. 38, p. 916-929, 2006.

Bringing the body back to life through a radical geography of hunger: The Haymarket Affair and its aftermath. <b>ACME</b> : An International E-Journal for Critical Geographers, v. 1, no. 7, p. 32-44, 2008.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). <b>Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009</b> . Aquisição alimentar domiciliar per capita. Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.
<b>Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009</b> . Despesas, Rendimentos e Condições de Vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.
<b>Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009</b> . Avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010c.
<b>Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009</b> . Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010d.
<b>Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios</b> : Segurança Alimentar - 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
Pesquisa de Orçamentos Familiares. <b>IBGE</b> — Sistema IBGE de Recuperação Automática — Sidra, [s.d.]. Disponível em: <a href="http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=p&amp;o=13&amp;c=3293">http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=p&amp;o=13&amp;c=3293</a> . Acesso em: 9 nov. 2015.
JAPPE, Anselm. Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. <b>Revista Limiar</b> , Guarulhos, v. 1, n.º 2, p. 1-16, 2014.
KAISER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. <b>Boletim Paulista de Geografia</b> , São Paulo, n.º 84, p. 93-104, jul. 2006.
KATZ, Cindi. Playing the field: questions of fieldwork in geography. The Professional

**Geographer**, v. 1, no. 46, p. 67-72, 1994.

KOWARICK, Lúcio. <b>A espoliação urbana</b> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
<b>Viver em risco</b> : sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.
Cortiços: a humilhação e a subalternidade. <b>Tempo social</b> , São Paulo, v. 25, n.º 2, p. 49-77, nov. 2013.
KOWARICK, Lúcio; ANT, Clara. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio. (Org.). <b>As lutas sociais e a cidade</b> : São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
KOWARICK, Lúcio; BONDUKI, Nabil. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, Lúcio. (Org.). <b>As lutas sociais e a cidade</b> : São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
KOWARICK, Lúcio; CAMPANÁRIO, Milton. São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado: do milagre à crise econômica. In: KOWARICK, Lúcio. (Org.). <b>As lutas sociais e a cidade</b> : São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
LANGENBUCH, Juergen Richard. <b>A Estruturação da Grande São Paulo</b> : Estudo de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.
LAUDAN, Rachel. A plea for culinary modernism. <b>Jacobin Magazine</b> , May 2015. Não paginado. Disponível em: <a href="https://www.jacobinmag.com/2015/05/slow-food-artisanal-natural-preservatives/">https://www.jacobinmag.com/2015/05/slow-food-artisanal-natural-preservatives/</a> . Acesso em: 9 nov. 2015.
LEFEBVRE, Henri. <b>A re-produção das relações de produção</b> . Porto: Escorpião, 1973.
<b>De lo rural a lo urbano</b> . Barcelona: Península, 1975a.
Lógica Formal, Lógica Dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975b.

A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Ática, 1991.
A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
<b>Espaço e política</b> . Belo Horizonte: UFMG, 2008a.
Critique of everyday life.v. 1. New York: Verso, 2008b.
MACHADO, Leandro. Morador pobre de bairro rico vai até a favela para fazer compras. <b>Folha de S. Paulo</b> , São Paulo, 2 ago. 2015, Cotidiano. Não paginado. Disponível em: <a href="http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1663482-morador-pobre-de-bairro-rico-vai-ate-a-favela-para-fazer-compras.shtml">http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1663482-morador-pobre-de-bairro-rico-vai-ate-a-favela-para-fazer-compras.shtml</a> >. Acesso em: 9 nov. 2015.
MARANHÃO, Tatiana de Amorim. <b>Governança mundial e pobreza</b> : do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. <b>Segurança Alimentar e Nutricional</b> , Campinas, v. 2, n.º 17, p. 78-87, 2010.
MARTIN, André Roberto. <b>O bairro do Brás e a deterioração urbana</b> . Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
MARX, Karl. Capítulo VI inédito de O Capital. São Paulo: Moraes, 1985.
. <b>Manuscritos econômico-filosóficos</b> . São Paulo: Boitempo, 2004a.

Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). <b>A dialética do trabalho</b> . São Paulo: Expressão Popular, 2004b.
Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
<b>Miséria da Filosofia</b> . São Paulo: Expressão Popular, 2009.
O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2007a.
A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007b.
MATOS, Odilon Nogueira de. São Paulo no século XIX. In: AZEVEDO, Aroldo de. (Org.). A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana. v. I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 49-100.
MAXWELL, Simon; SMITH, Marisol. Household food security: a conceptual review. In: MAXWELL, Simon; FRANKENBERGER, Timothy (Ed.). <b>Household Food Security</b> : concepts, indicators, measurements. Rome/New York: IFAD/UNICEF, 1992.
MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana. Da Estratégia "Fome Zero" ao Plano "Brasil Sem Miséria": Elementos da Seguridade Social no Brasil. Rio de Janeiro: Ibase, 2012.
MONSANTO. Monsanto Announces \$50 Million Commitment To African Agricultural Development At Symposium On Global Agriculture And Food Security. <b>Monsanto</b> , 18 May 2012. Não paginado. Disponível em: <a href="http://www.monsanto.com/global/uk/newsviews/pages/monsanto-commitment-to-african-agricultural-development.aspx">http://www.monsanto.com/global/uk/newsviews/pages/monsanto-commitment-to-african-agricultural-development.aspx</a> . Acesso em: 21 out. 2014.

MONTANARI, Massimo. **A fome e a abundância**: história da alimentação na Europa. Bauru: Edusc, 2003.

MONTELEONE, Joana. **Sabores urbanos**: alimentação, sociabilidade e consumo. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MÜLLER, Birgit. The Temptation of Nitrogen: FAO Guidance for Food Sovereignty in Nicaragua. In: FOOD SOVEREIGNTY: A CRITICAL DIALOGUE, INTERNATIONAL CONFERENCE, Sep.14-15, 2013, New Haven. **Food Sovereignty**: A Critical Dialogue. New Haven: Yale, July 2013. (Conference Paper 33). Disponível em: <a href="http://www.iss.nl/fileadmin/ASSETS/iss/Research\_and\_projects/Research\_networks/ICAS/3">http://www.iss.nl/fileadmin/ASSETS/iss/Research\_and\_projects/Research\_networks/ICAS/3</a> 3\_Muller\_2013.pdf>. Acesso em 23 out. 2015.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. São Paulo: dos bairros e subúrbios às bolsas. In: CARLOS, Ana Fani A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. (Org.). **Geografias de São Paulo**: a metrópole do século XXI. São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n.º 16, p.6-25, 1976.

\_\_\_\_\_. **O elo perdido**: classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Acabar com a fome e a miséria. **Objetivos do Milênio**, [s.d.]. Não paginado. Disponível em: <a href="http://www.objetivosdomilenio.org.br/fome/">http://www.objetivosdomilenio.org.br/fome/</a>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

OSORIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei S. D. O Brasil Sem Miséria e as mudanças no desenho do Bolsa Família. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. Brasília: MDS, 2014.

PENTEADO, Antônio Rocha. Os Subúrbios de São Paulo e suas funções. In: AZEVEDO, Aroldo de. (Org.). **A cidade de São Paulo**. Estudos de geografia urbana. v. I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

PETRONE, Pasquale. São Paulo no século XX. In: AZEVEDO, Aroldo de (Org.). **A cidade de São Paulo**. Estudos de geografia urbana. v. II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 101-165.

POULAIN, Jean Pierre. **Sociologias da alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: UFSC, 2004.

RANGASAMI, Amrita. Failure of Exchange Entitlements' Theory of Famine: A Response. **Economic and Political Weekly**, v.20, no. 41, 1985.

RAVAILLON, Martin; CHEN, Shaohua; SANGRAULA, Prem. Dollar a day revisited. **The World Bank Economic Review**, 2009.

REALE, Ebe. **Brás, Pinheiros, Jardins**: três bairros, três mundos. São Paulo: Edusp, 1982.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. **A fome e a miséria na alimentação**: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Jaime. Por uma história da alimentação na cidade de São Paulo (décadas de 1920 a 1950). **Revista de Estudios Sociales**, n.º 33, p. 118-128, 2009.

SANTOS, Elina O. Tietê, o rio de São Paulo. In: AZEVEDO, Aroldo de. (Org.). **A cidade de São Paulo**. Estudos de geografia urbana. v. I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 45-67.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Edusp, 2009a.

Metrópole Corporativa Fragmentada: o Caso de São Paulo. São Paulo: Edusp, 2009b.
SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. População nos anos de levantamento censitário. <b>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano</b> [s.d.a]. Disponível em: <a href="http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_brasil.php">http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_brasil.php</a> >. Acesso em: 4 nov. 2015.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Domicílios segundo Tipologias Residenciais - Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais (2010). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, [s.d.b]. Disponível em: <a href="http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20">http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologia_20"&gt;http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_2</a>
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. População Recenseada - Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). <b>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano</b> , [s.d.c]. Disponível em: <a href="http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_1950_10491.html">http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_1950_10491.html</a> >. Acesso em: 4 nov. 2015.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Histórico demográfico do município de São Paulo. <b>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano</b> , [s.d.d]. Disponível em: <a href="http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/index.php">http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/index.php</a> >. Acesso em: 4 nov. 2015.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Planta da cidade de São Paulo de 1924. Rio de Janeiro, 1924. 1 mapa, color. Escala 1:30.000. <b>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano</b> , [s.d.e]. Disponível em: <a href="http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1924.jpg">http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1924.jpg</a> . Acesso em: 4 nov. 2015.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Planta da cidade de São Paulo de 1895. 1 mapa, color. Escala 1:10.000. <b>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano</b> . [s.d.f]. Disponível em: <a href="http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1895.jpg">http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1895.jpg</a> . Acesso em: 4 nov. 2015.

Subprefeitura Santo Amaro. Histórico. As contradições e os séculos de história de Santo Amaro. <b>Prefeitura de São Paulo</b> , [s.d.g]. Não paginado. Disponível em: <a href="http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/santo_amaro/historico/index.php?p=450">http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/santo_amaro/historico/index.php?p=450</a> >. Acesso em: 6 nov. 2015.
Abastecimento — Tabelas. <b>Infocidade</b> , [s.d.h]. Não paginado. Disponível em: <a 1975="" href="http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?sub=tabelas&amp;cat=4&amp;titulo=Abastecimento&amp;subtit=%20-%20Tabelas&gt;. Acesso em: 11 nov. 2015.&lt;/td&gt;&lt;/tr&gt;&lt;tr&gt;&lt;td&gt;SÃO PAULO (Estado). Lei n.º 898, de 18 de dezembro de 1975. Disciplina o uso de solo para a proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em: &lt;a href=" http:="" legislacao="" lei="" lei%20n.898,%20de%2018.12.1975"="" repositorio="" www.al.sp.gov.br="">http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1975/lei%20n.898,%20de%2018.12.1975</a> . htm>. Acesso em: 16 nov. 2015.
Lei n.º 1.172, de 17 de novembro de 1976. Delimita as áreas de proteção relativas aos mananciais, cursos e reservatórios de água, a que se refere o artigo 2º da Lei nº 898, de 18 de dezembro de 1975, estabelece normas de restrição de uso do solo em tais áreas e dá providências correlatas. Disponível em: <a href="http://www.daee.sp.gov.br/legislacao/arquivos/760/LEI1172_17111976.pdf">http://www.daee.sp.gov.br/legislacao/arquivos/760/LEI1172_17111976.pdf</a> >. Acesso em: 16 nov. 2015.
Decreto n.º 12.219, de 1º de setembro de 1978. Autoriza a Secretaria dos Negócios Metropolitanos a celebrar convênios com os Municípios da Região Metropolitana da Grande São Paulo para aprovação de projetos de residências unifamiliares em áreas de proteção aos mananciais metropolitanos, estabelecidas pelas Leis 898, de 18 de dezembro de 1975 e 1.172, de 17 de novembro de 1976. Disponível em: <a href="http://governosp.jusbrasil.com.br/legislacao/209318/decreto-12219-78">http://governosp.jusbrasil.com.br/legislacao/209318/decreto-12219-78</a> . Acesso em: 16 nov. 2015.
Decreto n.º 45.547, de 26 de dezembro de 2000. Institui o Restaurante Popular dentro do Programa Estadual de Alimentação e Nutrição para populações carentes, e dá providências correlatas. Disponível em: <a href="http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/130882/decreto-45547-00">http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/130882/decreto-45547-00</a> . Acesso em: 6 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Bom Prato. **Secretaria de Desenvolvimento Social**, [s.d.]. Disponível em: <a href="http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/bomprato">http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/bomprato</a>. Acesso em: 9 nov. 2015.

SCHLÖGL, Ana Karina da Silva Bueno. **A lei de proteção aos mananciais e mercados de terra**: um estudo sobre loteamentos clandestinos. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem – teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. **Novos Estudos** – CEBRAP, São Paulo, n.º 45, p. 15-36, 1996.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 71-86.

\_\_\_\_\_. São Paulo: a cidade, os bairros a periferia. In: CARLOS, Ana Fani A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. (Org.). **Geografias de São Paulo**: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004. p. 271-314.

SECCOMBE, Wally. The Housewife and her labour under capitalism. **New Left Review**, no. 83, p. 3-24, Jan./Feb. 1974.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; MARIN-LEON, Letícia. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 2, n.º 16, 2009.

SEN, A. **Poverty and famines**: an essay on entitlement and deprivation. Oxford: Clarendon Press, 1981.

SILVA, Flávia Elaine da. Aproximar sem reduzir: as derivas e as pesquisas de campo em geografia urbana . **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, n.º 15, 2004.

SILVA, José Graziano; GROSSI, Mauro Eduardo; FRANÇA, Caio Galvão. **Fome Zero**: A experiência brasileira. Brasília, DF: MDA, 2010.

SINGER, Paul. Urbanização e desenvolvimento: o caso de São Paulo. In: \_\_\_\_\_. Economia política da urbanização. São Paulo: Contexto, 2012.

TAKAGI, Maya. A implantação do programa Fome Zero do Governo Lula. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero**: Uma História Brasileira. v. 1. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). Key Statistics & Graphics. **United States Department of Agriculture**. Economic Research Service, 8 Sep. 2014. Não paginado. Disponível em: <a href="http://www.ers.usda.gov/topics/food-nutrition-assistance/food-security-in-the-us/key-statistics-graphics.aspx#foodsecure">http://www.ers.usda.gov/topics/food-nutrition-assistance/food-security-in-the-us/key-statistics-graphics.aspx#foodsecure</a>. Acesso em: 17 nov. 2014.

VASCONCELOS, Francisco. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista Nutrição**, v. 4, n.º 18, p. 439-457, 2005.

WISNER, Ben;, WEINER, Dan; O'KEEFE, Phil. Hunger: A Polemical Review. **Antipode**, no. 14, p. 1-16, 1982.

WORLD BANK. **Poverty and Hunger**: Issues and Options for Food Security in Developing Countries. Washington, DC: World Bank Policy Study, 1986.

\_\_\_\_\_. World development report 1990: poverty. Washington, DC: World Bank and Oxford University Press, 1990.

WORLD FOOD PROGRAMME. Mission statement. **World Food Programme**, [s.d.]. Disponível em: <a href="http://www.wfp.org/about/mission-statement">http://www.wfp.org/about/mission-statement</a>>. Acesso em: 26 out. 2015.

## **APÊNDICES**

Apêndice A - Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual (kg), por classe de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os grupos de produto - Brasil (2008-2009)

	Classes de rendimento					
Grupos de produtos	Até R\$ 830 (2 salários mínimos)	R\$ 830 - R\$ 1.245 (2-3 salários mínimos)	R\$ 1.245 - R\$ 2.490 (3-6 salários mínimos)	R\$ 2.490 - R\$ 4.150 (6-10 salários mínimos)	R\$ 4.150 - R\$ 6.225 (10-15 salários mínimos)	Acima de R\$ 6.225 (mais de 15 salários mínimos)
Cereais e leguminosas	41,0	41,7	41,2	36,3	35,6	30,0
Hortaliças	15,4	22,6	27,1	32,6	35,1	44,3
Frutas	14,3	20,4	27,2	35,8	41,1	59,3
Cocos, castanhas e nozes	1,4	1,4	1,5	0,8	0,8	1,0
Farinhas, féculas e massas	21,1	19,4	18,2	15,7	14,9	15,7
Panificados	15,3	19,2	21,4	24,7	26,0	30,4
Bolos	0,4	0,6	0,7	1,1	1,5	2,3
Biscoitos, roscas etc.	4,3	4,4	4,5	5,1	5,6	6,4
Carnes	17,9	22,2	25,5	30,3	33,7	31,9
Vísceras	0,6	0,8	0,8	0,7	0,7	0,5
Pescados	4,5	4,3	3,7	3,5	3,2	5,1
Aves e ovos	14,0	16,0	16,8	17,9	17,3	18,2
Laticínios	25,1	36,0	43,8	53,8	60,8	66,3
Açúcares, doces e produtos de confeitaria	19,3	20,5	21,1	19,0	21,2	23,4
Sais e condimentos	2,8	2,8	2,6	2,2	1,9	2,0
Óleos e gorduras	7,6	8,7	9,2	9,4	9,8	9,9
Bebidas e infusões	21,6	34,1	46,5	67,1	76,9	107,7
Alimentos preparados e misturas industriais	1,4	1,8	2,9	4,9	6,5	8,4
Outros produtos	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1
Total	228,0	276,9	314,7	360,8	392,7	462,9

Fonte: IBGE (2010a, p. 118). Elaborado pelo autor.

Apêndice B - Avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar, segundo as classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar – Brasil (2008-2009)

Classes de	Níveis de dificuldade							
rendimento	Muita dificuldade	Dificuldade	Alguma dificuldade	Alguma facilidade	Facilidade	Muita facilidade		
Até R\$ 830 (2 salários mínimos)	31,1 %	27,6 %	29,4 %	7,5 %	3,9 %	0,6 %		
R\$ 830 - R\$ 1.245 (2-3 salários mínimos)	17,8 %	24,5 %	39,3 %	11,7 %	6,3 %	0,5 %		
R\$ 1.245 - R\$ 2.490 (3-6 salários mínimos)	11,6 %	20,1 %	42,9 %	16 %	8,9 %	0,5 %		
R\$ 2.490 - R\$ 4.150 (6-10 salários mínimos)	7 %	15,1 %	40,2 %	22,7 %	14 %	1 %		
R\$ 4.150 - R\$ 6.225 (10-15 salários mínimos)	4,5 %	11,2 %	35 %	24,6 %	22,6 %	2,2 %		
R\$ 6.225 - R\$ 10.375 (15-25 salários mínimos)	3,4 %	5,2 %	30,3 %	29 %	28,9 %	3,2 %		
Mais de R\$ 10.375 (mais de 25 salários mínimos)	2,6 %	4,6 %	20,7 %	24,4 %	36,6 %	11,1 %		

Fonte: IBGE (2010b, p. 206). Elaborado pelo autor.

#### **ANEXOS**

# Anexo A - Questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabas- sem antes de poderem comprar mais comida?
2	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Nos últimos três meses, os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação sau- dável e variada?
4	Nos últimos três meses os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar a comida?
6	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refieção ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não tinha dinheiro para comprar comida?
9	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comparar comida?
10	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quanti- dade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
11	Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar a comida?
13	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: IBGE (2014, p. 30).

Anexo B - Pontuação para a classificação dos domicílios nas categorias de segurança e insegurança alimentar.

Classificação	Pontos de corte	Pontos de corte para domicílios			
Classificação	Com menores de 18 anos	Sem menores de 18 anos			
Segurança alimentar	0	0			
Insegurança alimentar leve	1 - 5	1 - 3			
Insegurança alimentar moderada	6 - 9	4 - 5			
Insegurança alimentar grave	10 - 14	6 - 8			

Fonte: IBGE (2014, p. 30).

 $Anexo\ C-Segurança\ alimentar\ no\ domicílio,\ por\ domicílios\ particulares\ e\ moradores$  em domicílios particulares, segundo situação urbana ou rural — Brasil (2004-2013)

Situação de segurança	Domicílios particulares (1 000 domicílios)			Moradores em domicílios particulares (1 000 pessoas)		
alimentar existente no domicílio		Situação do domicílio			Situação do domicílio	
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
	<u> </u>				Orbana	Hurai
		200	4			
	N	umeros absolu	tos (em 1 000)			
Total	52 158	44 005	8 153	183 366	151 713	31 653
Com segurança alimentar	33 929	29 345	4 585	110 260	94 508	15 752
Com insegurança alimentar	18 205	14 639	3 566	73 031	57 134	15 897
Leve	9 409	7 765	1 644	37 234	30 123	7 112
Moderada	5 172	4 035	1 137	20 798	15 739	5 058
Grave	3 624	2 839	785	14 999	11 272	3 726
		Números rel	ativos (%)			
Com segurança alimentar	65,1	66,7	56,2	60,1	62,3	49,8
Com insegurança alimentar	34,9	33,3	43,7	39,8	37,7	50,2
Leve	18,0		20,2	20,3	19,9	22,5
Moderada	9,9		14,0	11,3	10,4	16,0
Grave	6,9	6,5	9,6	8,2	7,4	11,8
		200	9			
	N		tos (em 1 000)			
Total	59 322	50 266	9 057	193 891	162 054	31 837
Com segurança alimentar	41 411	35 538	5 873	127 686	108 667	19 019
Com insegurança alimentar	17 911	14 727	3 183	66 205	53 387	12 818
Leve	11 089	9 319	1 769	40 553	33 660	6 893
Moderada	3 863	3 089	774	14 361	11 170	3 190
Grave	2 959	2 319	640	11 292	8 556	2 735
		Números rel	ativos (%)			
Com segurança alimentar	69,8	70,7	64,8	65,9	67,1	59,7
Com insegurança alimentar	30,2	29,3	35,2	34,1	32,9	40,3
Leve	18,7	18,5	19,5	20,9	20,8	21,7
Moderada	6,5	6,1	8,5	7,4	6,9	10,0
Grave	5,0	4,6	7,1	5,8	5,3	8,6
		201	3			
	N	umeros absolu	tos (em 1 000)			
Total	65 258	55 968	9 290	201 364	170 688	30 676
Com segurança alimentar	50 524	44 509	6 015	149 350	130 976	18 373
Com insegurança alimentar	14 734	11 459	3 275	52 014	39 711	12 303
Leve	9 643	7 658	1 985	34 469	27 019	7 450
Moderada	2 985	2 207	778	10 320	7 405	2 915
Grave	2 107	1 595	512	7 225	5287,5	1 938
		Números rel	ativos (%)			
Com segurança alimentar	77,4	79,5	64,7	74,2	76,7	59,9
Com insegurança alimentar	22,6	20,5	35,3	25,8	23,3	40,1
Leve	14,8	13,7	21,4	17,1	15,8	24,3
Moderada	4,6			5,1	4,3	9,5
Grave	3,2	2,8	5,5	3,6	3,1	6,3
	_	E DOE				

Fonte: IBGE (2014, p. 35).